



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS
CIÊNCIAS.

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SISTEMA DE CIÊNCIA E
TECNOLOGIA (C&T) NO ESTADO DA BAHIA

Salvador, BA
2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS
CIÊNCIAS.**

JANÚZIA SOUZA MENDES

**A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SISTEMA DE CIÊNCIA E
TECNOLOGIA (C&T) NO ESTADO DA BAHIA**

**Versão final da tese apresentada como
requisito para a obtenção do título de
Doutor (a) no Programa de Pós-Graduação
em Ensino, Filosofia e História das Ciências,
na UFBA/UEFS.**

Linha de Pesquisa: História das Ciências.

Doutoranda: Janúzia Souza Mendes

Orientador: Prof. Dr. Amílcar Baiardi

Salvador, BA

2011

Para meus filhos, meus pais, meus irmãos e minhas irmãs

AGRADECIMENTOS

Percebo que é impossível agradecer todas as contribuições, os estímulos e as críticas recebidas ao longo da construção desta pesquisa. Por isso, tenho consciência que, muito provavelmente, cometi injustiças agradecendo a poucas pessoas. Mesmo assim, durante a longa jornada e, algumas vezes, difícil caminhada, desde o início do doutorado até a conclusão da tese, recebi a compreensão e apoio de muitas pessoas as quais direciono meus sinceros agradecimentos.

Ao meu amigo e orientador, professor Amílcar Baiardi, pela dedicada e valiosa orientação sempre presente. Dedicção esta que dotou-lhe de paciência com minhas limitações teóricas e de confiança em minha capacidade de trabalho, me impulsionando ao crescimento intelectual.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História da Ciência, construtores basilares da minha formação intelectual, alargando as fronteiras do pensamento de uma economista. Vocês têm papel importante para a realização deste trabalho. Agradeço também aos funcionários do PPGEFHC pelo apoio solícito e competente nas tarefas administrativas.

Aos meus colegas de turma e de viagem para Feira de Santana pelas experiências compartilhadas. Um afeto especial para um amigo-irmão, “Neófito Diogo” que, entre risos e estudos, permitiu que uma amizade sólida e verdadeira fosse construída.

Meu carinho pela força e torcida dos amigos: Ivana Lúcia, Fabiana Andréa, Lílían, Gerinaldo, Vivian Libório, Lucas Guedes, Raimundo Mercês, Luís Cláudio (Mandela) e José Carlos Moraes (Zé Gotinha).

Agradeço também, na qualidade de professora da Universidade de Estado da Bahia, Campus XI – Serrinha, primeiramente ao Diretor Ivan dos Reis Cardoso por me acolher de forma tão especial e, também, por aceitar e ajudar na minha saída para o “sanduíche” na Itália. Em segundo, um agradecimento aos meus colegas professores da UNEB, em especial a Cleber Couto, Iracema Neves, Jocely Almeida e Keilla Petronilha, pelo convívio salutar e compartilhamento de idéias. E, por fim, aos meus alunos, estímulo constante para meu aprimoramento e crescimento profissional.

Expresso minha gratidão a Felipe Silva, hoje colega economista, estagiário da tese, pela troca de conhecimento, pelo apoio constante, força (regado a muito caldo de feijão), energia e solidariedade.

Agradeço a todas as pessoas que entrevistei, pela gentileza em compartilhar suas experiências e conhecimentos na temática estudada, fortalecendo a História da Ciência no Estado da Bahia.

Meus agradecimentos aos professores João Augusto Rocha, Francisco Teixeira, Aurino Ribeiro e Erivaldo Fagundes por terem aceitado o convite para participar da banca examinadora desta tese. Estendo meus agradecimentos aos professores Olival Freire e Fernando Pedrão por concordarem em participar como membros suplentes da banca.

Aos meus filhos, Maria Luiza e Hosannah Augusto, meus pais, Mendes e Luiza, meus irmãos, Ernandes e Joaci e minhas irmãs, Neide e Fabihana, pelo amor, carinho e compreensão. A todos vocês, meu respeito e admiração. Ao meu companheiro, Érico Mineiro, pelo apoio e compreensão em me dividir com os estudos e escrita da tese.

O desenvolvimento econômico pode ser definido como processo de mudança social pelo qual o crescente número de necessidades humanas, pré-existentes ou criadas pela própria mudança, são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo, gerado pela introdução de inovações tecnológicas.

Celso Furtado

RESUMO

A partir dos anos 50 do século XX, os estudos sociais e históricos sobre ciência e tecnologia no Brasil, passam a adotar um novo approach dando-se uma ruptura com antigas formas de enxergar a evolução da constituição dos sistemas de C&T no país. O novo foco tem como suposto averiguar e avaliar todos os condicionantes que contribuíram para a gênese e evolução dos sistemas de C&T, indo além da narrativa relacionada com o surgimento das instituições e das comunidades científicas. Essa preocupação é válida por novas visões que vêem a ciência e a tecnologia como mais uma manifestação da cultura de uma sociedade assumindo um papel cada vez mais significativo no reordenamento da economia mundial e abrindo novas fronteiras no conhecimento dos fenômenos da vida e do meio ambiente. A principal contribuição de uma análise social e histórica da ciência é o avanço em termos epistemológicos da historiografia científica e o cultivo de valores afirmativos em relação à C&T e as repercussões dos mesmos sobre a política de ciência e tecnologia. Uma nova forma de ver a história da ciência e dentro dela a história dos sistemas de C&T contribui para legitimar deste binômio para a economia e sociedade nacionais, em termos de promoção da elevação do padrão de vida da população e de aquisição de diferenciais de competitividade sistêmica. A dimensão de estudos nacionais e regionais se justificam porque embora a ciência e a tecnologia estejam se tornando cada vez mais internacionais, os requisitos para participar de seus benefícios continuam sendo de ordem local e nacional e dependem de ações deliberadas por parte dos governos. A relevância em aprofundar a investigação da formação do sistema de C&T no Estado da Bahia se justifica a partir da percepção de que o ambiente institucional desempenha um importante papel na determinação das capacidades de aprendizado e inovação de países e regiões. A formulação de políticas de ciência, tecnologia e inovação pressupõe, contudo, o conhecimento da realidade local para que se possam definir os instrumentos de intervenção e apoio mais adequados para cada circunstância. Além disso, a aferição dos impactos das ações adotadas requer que se determine de que forma evoluiu o Estado da Bahia com relação à evolução do seu sistema de C&T. Os anos 50 são um marco na organização do sistema de C&T no Brasil, através da criação do Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq com foco em promover pesquisa científica e formar recursos humanos. Contudo, é somente depois de 1967 que o país estabelece, pela primeira vez, uma política científica e tecnológica. Em 1975, é implantado efetivamente o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT, criado em 1971 pelo Governo federal no âmbito do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) para o período de 1972-1974. A partir da criação do SNCT, todas as entidades usuárias de recursos governamentais ligadas à pesquisa científica e à tecnológica estariam integradas e subordinadas à coordenação do CNPq. O Governo Federal passa a apoiar, equipar e promover as instituições de pesquisa e universidades, assim como a de formar recursos humanos para o sistema de ciência e tecnologia através da promoção de auxílio e bolsas. Desta forma, concentram-se na União todas as decisões e definições de necessidades e prioridades de C&T do país. Diante desse cenário, são formados os sistemas estaduais de C&T pela maioria dos estados - os quais vigoram até os dias atuais - cabendo ao Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT, criado em 1988, a diagnosticar as deficiências dos mesmos e a agir por meio de suas agências visando provê-los com recursos humanos e financeiros. A presente pesquisa se estrutura em

torno de um problema que busca investigar a história da institucionalização da ciência, analisando a trajetória de surgimento, evolução e consolidação do sistema de C&T no estado da Bahia.

Palavras-chave: Institucionalização da Ciência; Sistema de C&T; P&D.

ABSTRACT

From 50 years of the twentieth century, the social and historical studies on science and technology in Brazil were to adopt a new approach by giving yourself a break with old ways of looking at the evolution of the constitution of the S & T in the country. The new focus is supposed to investigate and evaluate all the conditions that contributed to the genesis and evolution of the S & T, moving beyond the narrative related to the emergence of institutions and scientific communities. This concern is valid for new visions that see science and technology as another manifestation of the culture of a society playing an increasingly significant reordering of the global economy and opening new frontiers in understanding the phenomena of life and the environment. The main contribution of a social and historical analysis of science is the epistemological breakthrough in the historiography of science and cultivation of affirmative values with respect to S & T and the impact thereof on the science and technology. A new way of seeing the history of science and within it the history of the S & T helps to legitimize this binomial for the economy and national societies in terms of promoting better standards of living and the acquisition of differential systemic competitiveness. The size of national and regional studies are justified because although science and technology are becoming increasingly international, the requirements to participate in its benefits remain the local and national activities and depend on deliberate actions by governments. The relevance to further investigate the formation of S & T system in Bahia State is justified by the perception that the institutional environment plays an important role in determining the learning and innovation capabilities of countries and regions. The formulation of policies for science, technology and innovation implies, however, the local knowledge so they can define the instruments of intervention and support best suited to each circumstance. Moreover, the assessment of impacts of actions taken requires a determination of how the state of Bahia has evolved in the evolution of its system of S & T. However, it is only after 1967 that the country establishes for the first time, a science and technology policy. In 1975, it is effectively implemented the National System of Science and Technology - SNCT, founded in 1971 by the Federal Government under the First National Development Plan (I PND) for the period 1972-1974. From the creation of SNCT all user entities of government resources related to scientific research and technology would be integrated into and subordinate to the coordination of CNPq. The Federal Government is to support, equip and encourage research institutions and universities, as well as to train human resources for science and technology system through the promotion of aid and scholarships. Thus, focus on all decisions and definitions of needs and priorities for S & T in the country. Given this scenario, are formed state-level S & T by most states - which runs until the present day - and the Ministry of Science and Technology - MCT, established in 1988 to diagnose the deficiencies of the same and act through their agencies seeking to provide them with financial and human resources. This research is structured around a problem that investigate the history of the institutionalization of science, analyzing the trajectory of the emergence, evolution and consolidation of the S & T in the state of Bahia.

Key-words: Institucionalization of Science; System of Science and Technology; P&D.

LISTA DE SIGLAS

C&T – Ciência e Tecnologia	14
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos	16
MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia	16
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	16
C, T & I – Ciência, Tecnologia e Inovação	27
SECTI – Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação	31
FAPESB – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia	31
COMCITEC – Comissão Interinstitucional de Ciência e Tecnologia	31
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência	31
CADCT – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico	31
APUB – Associação dos Professores Universitários da Bahia	31
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento	36
SECT – Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia	37
CEPED – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento	38
SEPLANTEC – Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia	38
FUNDEC – Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia	39
SEPRAM – Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Proteção Ambiental	39
SNDCT – Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	39
CCT – Conselho Científico e Tecnológico	40
PBDCT's – Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	40
SECT's – Sistemas Estaduais de Ciência e Tecnologia	41
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	42
FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia	43
UFBA – Universidade Federal da Bahia	43
FUNDESE – Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico	43
DESENBANCO – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia	46
CNCT – Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia	47
PDCT – Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	47

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas -----	48
FAPEX – Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão -----	48
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira -----	48
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária -----	48
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola -----	48
CBPM – Companhia Baiana de Pesquisa Mineral-----	49
BAHIAFARMA - Empresa de Produtos Farmacêuticos da Bahia LTDA -----	49
CRA – Centro de Recursos Ambientais -----	49
CEI – Centro de Estatísticas e Informações-----	49
CPE – Centro de Projetos e Estudos-----	49
UNEB – Universidade do Estado da Bahia -----	50
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana -----	50
UESB – Universidade do Sudoeste do Estado da Bahia -----	50
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz-----	50
COPENE – Companhia Petroquímica do Nordeste -----	50
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial -----	50
CTPQI – Centro Tecnológico de Processos Químicos e Instrumentação -----	50
PROSECT – Programa Organizacional dos Sistemas Estaduais de Ciência e Tecnologia -----	51
NIT's – Núcleos de Inovação Tecnológica-----	52
FAPEB – Fundação de Apoio a Pesquisa -----	55
FNDCT – Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico Tecnológico-----	59
TCI – Tecnologia da Informação-----	60
CENTEC – Centro de Educação Tecnológica -----	70
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica-----	70
IEL – Instituto Euvaldo Lodi-----	78
ABC – Academia Brasileira de Ciência-----	82
CTA – Centro Técnico Aeroespacial-----	83
CETIND – Centro de Tecnologia Industrial Pedro Lodi-----	88
CIMATEC – Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia-----	88

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
INTRODUÇÃO	16
1 REFERENCIAL TEÓRICO	18
1.1 A história da ciência como história social	18
1.2 Conceito de Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação	19
1.3 O Estado e a função Ciência, Tecnologia e Inovação - C&T&I: evolução histórica e a complexidade contemporânea	24
1.4 O papel do Estado na formação do sistema de Ciência e Tecnologia - C&T	29
1.5 Ideologia e cultura de Ciência e Tecnologia - C&T: o quanto as visões de mundo podem beneficiar ou prejudicar a construção de sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação - C&T&I	32
2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	35
2.1 Delineamento preliminar dos procedimentos da pesquisa	39
3 MARCHAS E CONTRA-MARCHAS NA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - C&T - NA BAHIA	41
4 A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA VISÃO DE SEUS PROTAGONISTAS	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	95
ANEXOS	103
Anexo A: Entrevista a Roberto Santos	104

Anexo B: Entrevista a Rogério Vargens -----	116
Anexo C: Entrevista a Sylvio Mattoso -----	130
Anexo D: Entrevista a Amílcar Baiardi -----	147
Anexo E: Entrevista a Cleilza Andrade-----	152
Anexo F: Entrevista a Rafael Lucchesi-----	164
Anexo G: Entrevista a Alexandre Paupério -----	186
Anexo H: Entrevista a Emerson Casali -----	199
Anexo I: Entrevista a João Augusto Rocha -----	211
Anexo J: Entrevista a Irundi Edelweiss -----	218
Anexo K: Entrevista a Paulo Souto-----	225
Anexo L: Relatório de Implantação da Subsecretaria de C&T -----	227
Anexo M: Bibliografia Corrente em Ciência e Tecnologia-----	235
Anexo N: Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Estado da Bahia-----	242
Anexo O: Constituição Estadual -----	243
Anexo P: Lei de Fundação da FAPEB -----	244
Anexo Q: Revista Técnica-----	255
Anexo R: Manifesto de Apoio à Instalação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia -----	259
Anexo S: Artigo: Ciência, Tecnologia e Inovação na Bahia -----	260
Anexo T: Artigo: Ciência, Tecnologia e o Novo Governador: Alguma Esperança?-----	261
Anexo U: Lei que deu origem a FAPESB -----	262
Anexo V: Discurso de posse dos novos membros das Câmaras Temáticas da FAPESB -----	263
Anexo W: Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Estado da Bahia -----	267

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa representa historiograficamente a evolução da função C&T no Estado da Bahia, desde os primeiros sinais de inserção desse componente no planejamento estadual, até a formação integral e consolidação do sistema de Ciência e Tecnologia no estado. Objetiva buscar entender as variáveis que impulsionaram e/ou delimitaram a construção e consolidação da institucionalização da Ciência e Tecnologia no Estado.

O estudo visa compreender as políticas de C&T no Estado a partir da criação da primeira agência de fomento em 1945 até a contemporaneidade, recuperando a trajetória da evolução da função C&T na Bahia ao longo desses últimos 60 anos.

A pesquisa tem como base o reconhecimento que o desenvolvimento da ciência e da técnica é motivado por uma ação conjunta do Estado, do setor produtivo, da comunidade científica e da sociedade. Dentro desse contexto, o estudo evidencia que a atuação política, conjunta ou individual, desses agentes leva-se a um fortalecimento da função C&T, dando-lhe autonomia na estrutura organizacional do Estado. Através da análise de como são formadas as alianças políticas entre esses atores, levando em consideração a configuração institucional do Estado, essa pesquisa tenta desvendar a trajetória da formação e consolidação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia.

O objetivo primordial desse trabalho é cobrir uma lacuna na história da ciência na Bahia e, eventualmente, subsidiar os *policy makers* com dados que contribuam para a formulação de políticas públicas que explorem a potencialidade integral de C&T como indutor do desenvolvimento, fortalecendo e consolidando com a infraestrutura local de ciência e tecnologia. Além disso, já que esta pesquisa é a primeira a sistematizar dados referentes ao papel da ciência e da tecnologia na tomada de decisão das políticas públicas estaduais tenta, com isso, despertar interesse de outros pesquisadores para novas linhas de pesquisas sobre o entendimento da realidade de C&T no Estado da Bahia.

Resumindo, esse estudo investiga a gênese, as causas e as conseqüências da integração da Ciência e Tecnologia na política pública do governo estadual desde o início da formação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, e está embasado por elementos teóricos que analisam o papel do Estado e da sociedade na indução do desenvolvimento econômico e social.

O trabalho será dividido em quatro capítulos:

- I. O primeiro capítulo é composto por um marco teórico que compreende o conceito de ciência, tecnologia e inovação, juntamente com o papel do estado na formação do Sistema de C&T.
- II. O segundo capítulo trata dos procedimentos metodológicos que norteiam essa pesquisa;
- III. O capítulo três será dedicado a analisar a evolução histórica da formação do Sistema de ciência e tecnologia no Estado da Bahia;
- IV. No quarto e último capítulo é apresentada a história da institucionalização da ciência e da tecnologia na Bahia à luz dos depoimentos de vários atores que participaram desse processo.

INTRODUÇÃO

É nos anos 50 do século passado que o Brasil esboça as primeiras iniciativas para a formação do seu sistema de ciência e tecnologia – C&T, através da criação do Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq, que surge com a missão de promover pesquisa científica e formar recursos humanos. Estariam sob a coordenação do CNPq todas as instituições integrantes de sistema de C&T que necessitariam de recursos governamentais.

Entretanto, somente a partir de 1967 o país, pela primeira vez, formula uma política de ciência e tecnologia, direcionando um volume alto de recursos para esta área. Dando continuação, em 1971 que o governo federal formula o I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND, com atuação prevista para os anos de 1972 a 1974, com o intuito de criar o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT, cujo funcionamento inicia-se, efetivamente, em 1975.

O governo federal assume uma postura central na condução do SNCT, através de medidas como apoio e fomento às instituições de pesquisas e às universidades e formação de recursos humanos, através da promoção de auxílios e bolsas, para dar sustentabilidade ao sistema. Com isso, a União assume uma postura centralizadora no que diz respeito a definição das prioridades e necessidades de C&T do país, comandando a política de desenvolvimento científico e tecnológico.

Em 1980 o CNPq, na tentativa de inibir o processo de centralização realizado pela federação e promover uma maior eficiência na organização e operacionalização da função C&T, lança a institucionalização dos Sistemas Estaduais de Ciência e Tecnologia, conferindo aos Estados autonomia no tocante às decisões sobre desenvolvimento científico e tecnológico.

A aceitação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia – SECT'S pelos governos foi imediata. Mas, devido a problemas operacionais como por exemplo baixa eficiência em conseguir recursos humanos e financeiros, o Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT, em 1988, reforça a mesma tendência centralizadora, lançando, como medida de superação a tais problemas o Programa Organizacional dos Sistemas Estaduais de Ciência e Tecnologia – PROSECT, com o objetivo maior de fortalecer a inserção do componente C&T na ação dos estados.

Paralelamente a este período, a Constituição Federal promulgada em 1988 cria as condições necessárias para que as decisões de C&T passem para a responsabilidade dos Estados da Federação. Através de duas medidas: dá condições para uma maior participação por parte dos estados, através da arrecadação no total da União e depois permite que os estados vinculem uma parcela de sua receita orçamentária a instituições públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica. Posteriormente, com a promulgação das Constituições Estaduais, os estados definem percentuais dos recursos da receita tributária ou orçamentária, variando de 0,5% a 3,0%, para serem investidos em C&T.

O Estado da Bahia ganha, a partir de 1983, novo contorno institucional no tocante a função de C&T, com a criação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia – SECT. O SECT promoveria uma maior integração, articulação e coordenação das atividades científicas e tecnológicas, através do fortalecimento do trabalho conjunto entre o governo estadual e federal, assim como incentivaria o aumento da capacidade local de pesquisa, superando, dessa forma, os desequilíbrios regionais e sociais.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 A história da Ciência como história social

A história da ciência, o que se aplica à história de sua institucionalização, combina uma reconstrução da história factual com a história estrutural, que examina a estrutura e o contexto das construções do sistema estadual de C&T. Parte-se do ambiente histórico, geográfico, social e, cultural para estabelecer o sentido e as condições das construções estruturais, definindo seus agentes promotores e o contexto vivido. Em seguida procura-se entender, sistematicamente e ontologicamente, a natureza das estruturas criadas, sua reprodução ou transitoriedade na linha do tempo. Em continuação tenta-se uma primeira representação das intenções dos processos sociais e políticos para uma apreensão das estruturas de modo dinâmico e dialético e multi determinado (Lloyd, 1995). Estes são os caminhos para se realizar uma história crítica e não positivista.

Figueirôa (1997) discorre sobre um conceito de institucionalização mais amplo caracterizado por um processo de implantação, desenvolvimento e consolidação de atividades científicas num determinado espaço-tempo histórico, estabelecendo uma rede de sustentação das atividades cujos elementos mais visíveis são as chamadas *instituições científicas* (grifo da autora), mas na qual também estão presentes, igualmente, a “comunidade” científica, os diferentes apoios dos grupos sociais, os interesses do Estado e de particulares (e os mecanismos de efetivação desses interesses), entre outros elementos possíveis. Acrescenta ainda que:

Correntemente, emprega-se o termo *institucionalização* para designar a história de instituições científicas, pura e simplesmente identificando-o como gênese, crescimento, especialização e reconhecimento de disciplinas científicas, e a isso relacionando a organização institucional como a *forma social* da existência dessas disciplinas. Contudo, há um sentido sociológico da palavra *instituição* que se refere a formas continuadas de comportamentos que corporificam valores culturais. A ciência como instituição social apóia-se, dessa forma, num conjunto articulado de valores particulares que normatizam e regulam o comportamento específico de seus praticantes. (FIGUEIRÔA, p. 24, 1997)

O processo histórico de desenvolvimento científico da América Latina e, em particular, do Brasil, seguiu a influência das características da colonização

espanhola e portuguesa, envolvendo obrigatoriamente variáveis ligadas às condições políticas, econômicas, sociais e culturais desses países, fortemente atingidos pela crise do antigo sistema colonial assim como pela Contra-Reforma. (FIGUEIRÔA, 1997).

Johnson (1992) afirma que instituições são um conjunto de hábitos, rotinas, regras, normas e leis, que regulam as relações entre as pessoas e moldam a interação humana, fornecendo tanto incentivos positivos quanto negativos para a mudando tecnológica, reduzindo a incerteza e, portanto, a quantidade de informação necessária para a ação individual e coletiva, sendo as instituições os tijolos fundamentais de todas as sociedades. Lima (1999) acrescenta afirmando que as instituições reduzem incertezas coordenam o uso do conhecimento, mediam conflitos e formam sistemas de incentivos sendo, ao mesmo tempo, importantes no processo de mudança, na medida em que garantem a necessária estabilidade para a introdução do novo.

1.2 Conceito de Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação

A ciência é a busca sistemática do conhecimento da natureza e dos seus fenômenos, inclusive o comportamento do homem, e que, em geral, tem início com a observação, seguindo-se a descrição, a experimentação e a teorização. Dependendo do tipo de objeto de pesquisa, a experimentação, que é a tentativa de reproduzir em laboratório, de modo controlado, os fenômenos, poderá não existir.

A profissão de cientista, entendendo-se como a atividade regularmente remunerada por prestação de serviços de pesquisa científica e tecnológica, surge pela primeira vez na Alexandria, cerca de 330 anos a.C. Anteriormente o conhecimento científico era gerado por filósofos, professores, sacerdotes, magos e por pessoas com outras profissões, mas que tinham em comum um grande espírito de curiosidade e uma disciplina.

A tecnologia, por seu turno, é o estudo das técnicas, inclusive de sua evolução. É a busca do conhecimento de como produzir e desenvolver instrumentos de trabalho, equipamentos e processos, destinados a elevar a produção por esforço físico humano ou unidade de trabalho despendida e resolver problemas, enfim, melhorar a qualidade de vida do homem, criando facilidades para o convívio em sociedade. Na sua origem era uma atividade típica de artesãos, dedicados a uma

arte diversa daquelas voltadas para despertar o prazer estético, como a pintura, a escultura etc.

O desenvolvimento destas artes práticas, ou técnicas vem se dando desde o aparecimento do homem, mas a sistematização e a divulgação do conhecimento adquirido é uma manifestação recente. Generaliza-se depois da descoberta da imprensa. Antes da publicação de tratados impressos, alguns copistas tentaram, por meio de manuscritos, sistematizar e preservar o conhecimento técnico disponível desde a antiguidade. O que se sabe, entretanto, é que, geralmente, o conhecimento se transmitia de homem a homem, nas oficinas e laboratórios. Dosi acrescenta sobre o conceito de tecnologia:

Definamos tecnologia como um conjunto de peças de conhecimento, tanto diretamente prático (em relação aos problemas e aos instrumentos) quanto teóricos (praticamente aplicável embora não necessariamente aplicado), know how, métodos, procedimentos, experiências de sucesso e de fracasso e também, obviamente, instrumentos físicos e equipamentos. A existência de utilidades físicas incorpora alcances no desenvolvimento de uma tecnologia em uma definida atividade de solucionar problemas. (DOSI, 2006, p.32)

Johnson (1992) distingue conceitualmente os termos tecnologia e inovação. Para ele, o conhecimento usado no processo produtivo é chamado de tecnologia e o conhecimento novo, re combinado ou redescoberto, é chamado de inovação. Por sua vez, Nelson (1993) caracteriza inovação como “os processos pelos quais as firmas dominam e colocam em prática *designs* de produto e de processos manufatureiros que são novos para elas, ainda que não o seja para o universo e para a nação”.

Cavalcante (1997) apud Lima (1999) expõe as categorias tradicionais de inovação, quais sejam:

Inovações radicais: também conhecidas como primárias, básicas ou maiores, são aquelas que resultam da introdução de novos processos e produtos. Constituem-se nas grandes ondas que provocam desequilíbrios na economia. Ocorrem de forma descontínua, ou discreta, imprevisível e estão associadas à emergência de um novo paradigma. Representam mudanças tecnológicas de caráter excepcional, não permitindo uma acomodação marginal do sistema;

Inovações incrementais: também chamadas de secundárias, contínuas ou menores, são as mudanças nos processos e produtos que não chegam a provocar rupturas no funcionamento dos mercados.

Segundo Carneiro (1995) apud Lima (1999) as inovações são distinguidas também com relação ao seu objeto, sendo:

Inovações de processo: quando afetam a maneira e os instrumentos empregados na geração de um bem ou serviço;

Inovações de produto: quando dizem respeito ao design, embalagem e função;

Inovações gerenciais ou institucionais: são aquelas que geram novas formas de organizar em áreas funcionais como marketing, gestão da informação, controle financeiro ou recursos humanos.

A expressão “Sistemas Nacionais de Inovação” – SNI - começou a ser usada, praticamente, ao mesmo tempo, por três autores cujos textos aparecem na compilação de Dosi intitulada “*Technical Change and Economic Theory*”, sendo: Bengt-Ake Lundvall, Christopher Freeman e Richard Nelson. (LIMA, 1999).

Lundvall (1992) define os Sistemas Nacionais de Inovação como sendo “constituídos de elementos e relações que interagem na produção, difusão e uso de conhecimento novo e economicamente útil”. E ressalta ainda “...esse processo envolve todas as partes e aspectos da estrutura econômica e sua configuração que afetam o processo de aprendizado nas empresas e entidades tecnológicas, o que inclui os sub-sistemas de produção, de marketing e finanças”.

Para Lundvall (1992) os Sistemas Nacionais de Inovação são compostos pelos seguintes elementos:

- 1) A organização interna das firmas, englobando a maneira como se dá o fluxo de trabalho, as políticas promocionais, interação de base produtiva com departamentos de P&D e marketing, etc;
- 2) Relacionamentos entre firmas, incluindo relação produtor-usuário, redes de relacionamento e distritos industriais;
- 3) A configuração do setor financeiro, incluindo a disponibilidade de crédito, capital de risco e programas de incentivo à inovação;
- 4) O setor público, enquanto entidade de regulação e estabelecimento de padrões e normas, orientando através de políticas públicas a direção das tendências de inovação de um país;
- 5) Estrutura de ensino e organização de P&D, sendo um dos principais insumos do processo de inovação.

Lima (1999) destaca que os elementos que compõe um SNI são de caráter eminentemente nacionais, embora o sistema seja “aberto e heterogêneo” (grifo de autor citado). E acrescenta:

Esse caráter nacional se deve ao fato de os principais determinantes ambientais do processo inovativo (tais como afinidade cultural e lingüística, aparato legislativo e políticas industriais e educacionais) serem definidos em espaços delimitados por fronteiras nacionais. (LIMA, p. 44, 1999).

Baiardi (2011) relata que Jean Jacques Salomon, quando da escrita de relatórios para a Organisation for Economic Co-operation and Development, OECD, cuja a série foi intitulada *Le système de la recherche – etude comparative de l’organisation et du financement de la recherche*, publicada entre 1972 a 1974, inicia os estudos sobre Sistemas de Ciência, Tecnologia e Inovação. A partir de 1980 o tema volta a ser discutido principalmente por Chris Freeman e Richard Nelson incluindo o Sistema de Inovação, nacional, regional ou local e setorial, no conceito de Sistemas de Ciência e Tecnologia, havendo, recentemente, uma tendência de fusão entre os conceitos gerando o “Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação” – C&T&I.

Baiardi (2011) ressalta ainda que todas essas análises têm influência das idéias de Anísio Teixeira:

Todas essas pesquisas têm uma remota inspiração nas sugestões de Anísio Teixeira quando esteve na United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, UNESCO, a partir de convite de Julien Huxley em 1947, para assumir a função de Conselheiro em Educação. Teixeira elaborou um relatório para a agenda da I Conferência da UNESCO, com sugestões de organização da educação, inclusive a universitária, e de como relacionar o ensino superior com a atividade de pesquisa. O tema volta, com menos profundidade a ser objeto de pesquisa pela UNESCO, mas, em 2008, com a publicação do *Draft Global Synthesis Report Study on National Research Systems a Meta-Review*, tem-se um estudo completo sobre toda a América Latina, AL. Este retoma a idéia de sistemas de pesquisas, como formulado por J. J. Salomon. (BAIARDI, p.02, 2011).

Até o Século XVII não se pode falar de relacionamento funcional entre a ciência e a tecnologia, ou de ciência e tecnologia conectadas, C&T como se convencionou denominar. Este se dá com a Revolução Científica do Século XVII, quando a necessidade de equipamentos mais complexos e mais precisos para as determinações e medições, obrigou os cientistas a estabelecerem um contato mais

próximo com os artesãos, o que propiciou um intercâmbio de idéias com sensíveis benefícios para as duas partes.

Um sistema de C&T é a organização sistematizada de instituições que trabalham em sintonia para o melhor aproveitamento da função ciência e tecnologia como promotora de desenvolvimento. Os primeiros estudos sobre sistemas de C&T, de acordo com BAIARDI (1998) foram realizados pela Division des Politiques de la Science et de la Technologie do Conservatoire National des Arts et Métiers de Paris, pela equipe de Jacques Salomon, por solicitação da UNESCO que, no pós Segunda Guerra Mundial, deu assessoria a inúmeros países para implantar sistemas modernos de C&T.

A formação desses sistemas teve como inspiração principal a organização do componente ciência e tecnologia a nível nacional, auferido pelos Estados Unidos e Inglaterra, servido de modelos para outros países. A ascensão dos Estados Unidos ao posto de liderança do desenvolvimento científico tecnológico no século XX ocorre durante o movimento de independência, visando a afirmação do conhecimento científico por meio da contribuição dada ao melhoramento das condições e qualidade de vida, constituindo-se portanto num outro tipo de abordagem em relação à europeia. (BAIARDI, 1991). De acordo com Baiardi:

No momento em que a classe empresarial tomou consciência de que a organização científica era responsável por uma forte organização técnica, a situação começou a mudar rapidamente, passando a atividade científica ser tão importante quanto a inovativa. [...] No fim da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos já destinavam a pesquisa e desenvolvimento 2% do seu orçamento federal. Várias empresas haviam seguido o exemplo de criar fundações [...] No início do New Deal, foi concebido um programa específico para acelerar os investimentos em ciência e tecnologia, o Recovery Program of Science Progress. (p. 175)

Dessa forma, a sociedade americana modificou a forma de usar a pesquisa científica para a solução de todos os seus problemas materiais. Um exemplo disso foi o Projeto Manhattan, que deu forte impulso para um desenvolvimento rápido e crescente da ciência e da tecnologia, com a produção de armas nucleares, inaugurando um novo modo de fazer ciência, caracterizado como Big Science. Vale ressaltar que na Europa, mesmo no período após a Segunda Guerra Mundial, a ciência e a tecnologia eram financiadas com recursos oriundos do Estado, diferentemente dos Estados Unidos que transferiu para o setor privado uma parcela considerável na responsabilidade de financiar e executar as pesquisas.

1.3 O Estado e a função C&T&I: evolução histórica e a complexidade contemporânea

Hoje é consensual se aceitar a idéia do papel desempenhado pela função de ciência e tecnologia na promoção do desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento econômico é recente e se confunde, para alguns autores, com o de crescimento econômico. Far-se-á, neste tópico, uma pequena introdução ao conceito de desenvolvimento econômico, visto por diferentes estudiosos do pensamento econômico. Vale salientar que levar-se-á em consideração apenas a importância da ciência e tecnologia no processo de desenvolvimento, objeto de interesse deste trabalho.

Discutir o papel desempenhado pela ciência e tecnologia na indução do desenvolvimento é, antes de mais nada, discutir o progresso técnico e seus efeitos na economia. O interesse pelo estudo do progresso da técnica, por parte de alguns economistas integrantes de várias correntes do pensamento econômico, surge logo após as transformações no processo produtivo e na sociedade, oriundas da Revolução Industrial, como forma de conhecer a natureza do progresso técnico aplicado ao sistema produtivo no que tange às suas determinantes, condições em que nasce, situações em que é absorvido pelas empresas e as conseqüências dessas mudanças sobre a economia e a sociedade.

Os economistas clássicos representados principalmente por Adam Smith, David Ricardo e Stuart Mill reconheciam o papel do progresso técnico no crescimento econômico. Para Ricardo (1982) o progresso técnico desempenharia duas funções básicas, a saber: incentivaria a concorrência e, também, reverteria a tendência da economia ao “estado estacionário”¹, ou seja, os países que mais avançassem na adoção de novas técnicas no processo produtivo, se beneficiariam das trocas internacionais, atribuindo à inovação tecnológica a consolidação e ampliação das vantagens comparativas entre as nações. Souza acrescenta essa idéia, afirmando que:

¹ O estudo dos economistas clássicos indica que o sistema capitalista direciona-se para um estado de rompimento de sua própria dinâmica, o **estado estacionário** (grifo do autor). Durante essa trajetória, observa-se um conflito distributivo entre trabalhadores, capitalistas e rentistas. Não se enfatiza a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas: para os clássicos, essas duas classes são exploradas pelos senhores das terras. Estes, vivendo de rendas, em face do monopólio assegurado pelo direito de propriedade, recebem parcelas crescentes do excedente do produto líquido sobre os custos. (SOUZA, 1995, p.75).

As inovações tecnológicas, a expansão do comércio mundial, a exportação de capitais e o controle de natalidade são os principais fatores de postergamento do estado estacionário. A redução do custo de manutenção do trabalhador e o aumento da produtividade, evitam a queda da taxa de lucro e possibilitam maior acumulação e crescimento. O estado estacionário desloca-se no tempo, criando novos patamares de crescimento e desenvolvimento econômico. (SOUZA, 1995, p.75).

Marshall (1992), assim como Adam Smith e Stuart Mill, acredita que a eficiência da firma se reproduz no agregado, havendo um círculo virtuoso entre poupança, acumulação, inovações tecnológicas, crescimento, distribuição e desenvolvimento econômico, atribuindo ao Estado o papel de preservar a harmonia e a estabilidade da sociedade, assegurando a liberdade individual e o direito a propriedade privada, basicamente, na segurança pública, saúde e educação.

O desenvolvimento, segundo Marx (1990), assim como para os economistas clássicos, é efetivado com conflito distributivo e é realizado através de uma trajetória cíclica, com o progresso técnico gerando períodos de prosperidade e as contradições internas do modo de produção provocando crises periódicas cada vez mais prolongadas, incentivando, assim, a afloração dos conflitos sociais. Para Marx, o problema da distribuição ocorre entre os capitalistas, proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, detentores da força de trabalho. A contradição da expansão capitalista está na ampliação dos meios de produção com a deteriorização simultânea do poder de compra dos trabalhadores, ou seja, a taxa de lucro decresce em razão da expansão crescente da composição orgânica do capital com deteriorização contínua do nível de vida dos trabalhadores. (SOUZA, 1995).

Schumpeter (1982) afirma que o desenvolvimento econômico é alcançado por mudanças tecnológicas que induzem ao crescimento econômico, revolucionando a dinâmica produtiva, na medida em que a incorporação constante de inovações tecnológicas transforma a estrutura econômica quando há o abandono de velhas práticas e a incorporação de novos processos. O autor denominou esse movimento de Destruição Criadora, mostrando que a gênese do crescimento econômico são as inovações tecnológicas. Portanto, o agente indutor na sociedade do desenvolvimento econômico é o empresário e sua capacidade inovativa. Schumpeter acrescenta ainda:

O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou de transporte, dos novos mercados, das novas forma de organização industrial que a empresa capitalista cria {...}a história do aparelho produtivo de uma fazenda típica, do início da racionalização da rotação de lavouras, da lavradura e da engorda até a coisa mecanizada dos dias de hoje, é uma história de revoluções. O mesmo ocorre com a história do aparelho reprodutivo na indústria do ferro e do aço, do forno de carvão ao nosso atual tipo de forno, ou com a história do aparelho de produção de energia, da roda d'água à moderna hidrelétrica, ou com a história do transporte, da carroça ao avião. (SCHUMPETER, 1982. p.112).

Nelson & Winter, Dosi e Mensch, economistas neo-schumpeterianos, seguem a idéia iniciada por Schumpeter, aperfeiçoando o arcabouço teórico construído por ele, sem se afastarem da base que deu origem a sua teoria, defendendo que o crescimento econômico tem como mola propulsora as inovações tecnológicas.

Para Bernal (1986) os setenta anos compreendidos entre 1760 e 1830 mostrou um salto na história mundial, havendo neste período uma comprovação prática entre o uso de novas máquinas na estrutura de uma nova indústria. As técnicas e o saber científico se modificaram rapidamente para atender as incipientes demandas advindas do nascente capitalismo. Com a implementação do modo de produção capitalista, foi inevitável a imensa ampliação e incorporação da ciência e tecnologia na indústria do século XIX, sendo considerados componentes que desempenham papel central na indução do processo de desenvolvimento de um país. O autor acrescenta que:

A magnitude da ciência atual e o número de pessoas dedicadas a todos os seus níveis, desde a mais avançada investigação e sua aplicação prática, apenas é o início de um futuro em que a ciência se converterá em um fator central na produção agrícola e industrial. A técnica do modo de fazer científico está substituindo o modo tradicional... Outra consequência das dimensões da ciência contemporânea é que esta não apenas incorpora as atividades de todos os tipos, mas há uma difusão dessas atividades por todo o mundo². (BERNAL, 1986. p. 462)

Rosenberg deixa claro no seu livro A História da Riqueza do Ocidente o papel desempenhado pelas inovações a alavancagem que impulsionou o crescimento das economias do ocidente. Para ele as inovações tecnológicas que ocorreram primeiro estabelecem uma relação causal com as inovações que ocorrem posteriormente. Ou

² Texto Original: La magnitud de la ciencia actual y el número de personas dedicadas a ella a todos os niveles, desde la avanzada de la investigación a su aplicación en una práctica cada vez más extendida, son solamente un anticipo de una época futura en la que la ciencia se convertirá en el factor central de la producción tanto agrícola como industrial. En lá técnica el modo de hacer científico está sustituyendo ya al modo de hacer tradicional... Otra consecuencia de las dimensiones de la ciencia contemporánea es que no solamente se incorpora a las actividades de todo tipo, sino que difunde sus propias actividades por todo el mundo. (BERNAL, 1986. p. 462)

seja, a inovação anterior estimula novas inovações, gerando um ciclo contínuo de inovações que proporcionam sucesso comercial. Nas próprias palavras do autor:

As causas imediatas do crescimento ocidental foram as inovações no comércio, tecnologia e organização, combinadas com a acumulação de cada vez mais capital, mão de obra e recursos naturais aplicados. A inovação despontou como fator significativo no crescimento já em meados do século XV, e de meados do século XVIII em diante tem sido geral e dominante. Ocorreu no comércio, na produção, nos produtos, nos serviços, instituições e organização {...} Os grandes avanços tecnológicos iniciaram oportunidades econômicas que foram em si mesmas causas de formação de capital e expansão do comércio. (ROSENBERG, 1986. p. 32).

Longo também contribui para esse debate quando analisa a ação das multinacionais nos países em desenvolvimento, alertando para o papel desempenhado pelo avanço da técnica como instrumento e intensificação de poder e dominação, afirmando que:

De tudo que foi exposto, conclui-se que a tecnologia é o fator de produção principal no mundo moderno. Países subdesenvolvidos, dotados de matérias-primas, mão de obra abundante e barata, grande mercado consumidor e até de recursos financeiros, mas carentes de conhecimentos, tornaram-se inteiramente dependentes de países centrais por não disporem de tecnologia. (LONGO, 1980. p. 05).

Lent concorda e reforça o argumento de Longo:

Na prática, entretanto, são os países criadores e detentores de saber, aí incluída a tecnologia, aqueles que mais longe e mais rápido avançam. O exemplo mais recente é o do Japão, país pequeno, pobre até a década de 1950, desprovido de recursos naturais, mas que enveredou pela trilha da capacitação científica e tecnológica e hoje é uma das principais potências econômicas do planeta. (LENT, 1989. p. 38).

Por seu turno, Rattner (1985) quando comenta o crescimento e a expansão numa economia internacionalizada, reforça a importância do domínio da tecnologia afirmando que:

A própria sobrevivência com soberania, no mundo moderno, exige o acesso à tecnologia, ao conhecimento, à informação, sem necessariamente copiá-los e aplicá-los indistintamente. Todavia, para poder decidir sobre políticas e diretrizes econômicas, volumes e escalas de produção e a conseqüente organização do espaço, bem como, para participar das transações e decisões internacionais, o domínio das tecnologias de ponta parece indispensável. (RATTNER, 1985. p. 133).

A partir da segunda guerra mundial o componente Ciência e Tecnologia - C&T - ganha status imprescindível por utilizar amplamente a pesquisa aplicada no desenvolvimento de produtos bélicos. Após seu término, mantém-se o uso coordenado da ciência para o fortalecimento do poder militar, mas também para a capacitação técnica das indústrias e dos serviços, incentivando, dessa forma, a competição entre as empresas.

Em relatório escrito pelo MCT/FINEP/CNPq é relatado que a crise mundial iniciada na década de 70 contribuiu para ressaltar o papel da inovação tecnológica como instrumento crucial de sua superação, o que levou o crescimento dos gastos em P&D e à aceleração do ritmo de progresso técnico realizado nos países desenvolvidos. (MCT/FINEP/CNPq, 1986. p. 37)

Para Peliano (1988), C&T têm impulsionado muitas transformações, favorecendo grandes revoluções. Atualmente está ocorrendo mais uma revolução propiciada pelo uso da ciência e tecnologia que favorece mudanças na estrutura produtiva, nos serviços, nas comunicações e até mesmo nas estruturas dos processos de trabalho, deixando vulneráveis as economias que sedimentam sua organização produtiva no trabalho barato e com pouca qualificação e/ou em recursos naturais abundantes. A revolução provocada pelas novas tecnologias, representadas especialmente pela microeletrônica, biotecnologia e por novos materiais, modifica profundamente a base técnica e promove impactos consideráveis na sociedade, criando novos processos e produtos nos diversos setores econômicos e, conseqüentemente, acentuando transformações sociais, principalmente nas estruturas de emprego, nos perfis ocupacionais e nas condições de trabalho. O autor acrescenta afirmando que:

Os modernos avanços científicos e as inovações tecnológicas mais do que satisfazerem necessidades novas e antigas, completam demandas sociais e criam outras diferentes. Provocam a alterações das técnicas de produção, de início nos setores de ponta, possibilitam novas economias e requerem padrões de comportamentos mais apurados do trabalho. Em outras palavras, influenciam o estabelecimento de novas formas de organização nas relações de produção e trabalho. A ciência e técnica aplicadas na sociedade moderna, sob a rubrica das chamadas Novas tecnologias, permitem intensificar o ritmo do trabalho, aproximando-o do ritmo do capital, diante dos novos requerimentos de eficiência da produção social. (PELIANO, 1988. p. 56).

Na conjuntura econômica atual o incentivo à integração entre ciência, tecnologia e economia se mostra imprescindível, amenizando crises econômicas,

sociais e políticas e também queda na produtividade, aumento do desemprego e inflação. Dentro desse contexto, o progresso técnico ganha papel primordial na construção de uma base sustentadora do crescimento econômico e transformações sociais. Historicamente, os países que direcionaram suas forças para a modificação e ampliação de sua base tecnológica se tornaram mais preparados para enfrentar possíveis crises, assim como promover o desenvolvimento.

Hoje, os governos da maioria dos países desenvolvidos adquiriram uma visão estratégica nacional e industrial da política tecnológica, isto é, reconhecem o poder econômico de quem inova. Estão, portanto, consciente de que somente participando da corrida industrial e tecnológica é que poderão se manter desenvolvidos. (ANPEI, 1988, p. 92).

1.4 O papel do Estado na formação do sistema de C&T

A atuação do Estado na economia é justificada para minorar os problemas sociais, políticos e econômicos decorrentes da concorrência imperfeita, ou falhas nos mercados. O Estado passa a ter importância fundamental como regulador da economia e indutor do desenvolvimento, agindo em duas frentes fundamentais e complementares, quais sejam, no apoio e promoção ao processo de inovações tecnológicas para a minimização dos efeitos sentidos pelas crises econômicas, assim como na diminuição das disparidades sociais advindas do progresso técnico.

O exemplo dos países mais desenvolvidos mostra que a incorporação da componente ciência e tecnologia na estratégia de desenvolvimento e modernização do país perpassa por uma escolha política e o Estado assume essa responsabilidade. Guimarães afirma que

o envolvimento do Estado com ciência e tecnologia resultou em grande medida das demandas oriundas dos meios empresariais e acadêmicos. Tais demandas eram estimuladas pela formação de um consenso quanto a três aspectos do funcionamento da economia: a) que a força motriz do desenvolvimento reside no progresso técnico; b) que o conhecimento científico torna-se uma fonte primordial do processo de modernização da estrutura produtiva e c) que os sinais de mercado não seriam suficientes para alocar às atividades de ciência e tecnologia aos montantes de recursos socialmente desejados. (GUIMARÃES et alii, 1985)

Como a competição internacional está cada vez mais crescente e complexa, o desenvolvimento econômico necessita da atuação do Estado na promoção de novos

produtos, no investimento de novas plantas, no atendimento e indução da demanda, no mercado externo e no apoio à inovação, ou seja, é a intervenção estatal na indústria, contrariando às teorias do laissez-faire. (ROTHWELL & ZEGVELD, 1981).

Segundo Araújo Jr o progresso técnico gera disparidades sociais perversas que têm que ser corrigidas pelo Estado através de investimentos em educação, seguridade social e outros programas redistributivos, pois o progresso técnico, no modo de produção capitalista, é essencial. (ARAÚJO Jr, 1991). Destarte, o grau dessas disparidades irá depender do tipo de tecnologia adotada, a saber: labor intensivo ou capital intensivo.

Uma das disparidades sociais trazidas com o progresso técnico é o desemprego. As inovações tecnológicas ao mesmo tempo em que representam garantias de acréscimo de lucro e domínio de mercado para as organizações que inovam, reduzem a utilização da força de trabalho no processo produtivo, exigindo do Estado a promoção do uso social da tecnologia que minimizem esses efeitos, assim como gerir e fomentar o desenvolvimento de C&T para esse fim. Para Rattner

as inovações tecnológicas têm o efeito não somente de racionalizar a produção, mas também de proporcionar à empresa inovadora uma posição privilegiada no seu mercado, garantindo lucros extraordinários. As pressões de concorrências no mercado induzem à busca de inovações cada vez mais capital intensivas, substituindo a mão de obra por equipamentos mecânicos, elétricos ou eletrônicos. (RATTNER, 1985).

Apesar dos países industrializados terem técnicos e profissionais qualificados e uma infra-estrutura de pesquisa suficiente para sustentar o processo de desenvolvimento científico e tecnológico, o Estado age proporcionando as condições para fomentar esse processo. Guimarães acrescenta afirmando que

a ação do Estado, no sentido de induzir, apoiar e orientar o desenvolvimento científico e tecnológico, manifesta-se também em outros países em desenvolvimento e é sobretudo expressiva nos países desenvolvidos, inclusive naqueles que se caracterizam por um limitado grau de intervenção estatal na atividade econômica". (GUIMARÃES, 1985).

Nesse contexto, quando há o reconhecimento de que a componente C&T exerce papel fundamental no desenvolvimento econômico, social, cultural, político e que a intervenção estatal é responsável por promover o crescimento econômico através do apoio, incentivo e gestão do progresso técnico, torna-se indispensável definir os instrumentos utilizados pelo Estado para incorporar ciência e tecnologia na

economia, promovendo as condições necessárias à difusão das novas tecnologias, induzindo, dessa forma, o setor produtivo a utilizar C&T&I nos acréscimos de produtividade e competitividade.

Esse instrumental utilizado pelo Estado para materializar os benefícios da adoção de ciência e tecnologia na sociedade, dá-se através das políticas públicas. Vale ressaltar que mudanças ocorridas no ambiente internacional, além de integrar as economias nacionais num movimento de internacionalização, também induzem a busca de alternativas em que a produtividade e competitividade tornam-se o sustentáculo de novas políticas de desenvolvimento.

De acordo com as observações de Rothwell e Zegveld (1981), novas políticas devem constituir em novas formas de intervenção governamental, ou seja, os governos estão, cada vez mais, empenhados, não só na formulação, mas também na implementação de ações que estimulem a introdução de inovações oriundas dos esforços em P&D nos processos produtivos.

Os mesmos autores enfatizam que os governos provocam inovações técnicas de diversas maneiras e por intermédio de importantes políticas, a saber: a demanda do governo; subsídios para empresas individuais; regulação; infraestrutura científica e tecnológica e políticas específicas para pequenas e médias empresas. Destarte, as medidas governamentais que almejam a promoção do progresso técnico apresentam características próprias em cada país, sendo que países inovadores, com modelos eficazes de intervenção estatal, servem de exemplo para outros países. Conforme Araújo Jr.(1991) a inovação tecnológica é essencial para a sustentação e expansão do modo de produção capitalista e, como tal, não deve ficar na dependência de investidores e da iniciativa privada.

Uma das conseqüências mais graves geradas pelo progresso técnico é o desemprego. Apesar das inovações tecnológicas representarem o domínio de mercados e acréscimos dos lucros, é inerente ao seu uso a dispensa de quantidades de mão de obra utilizadas no processo produtivo. Diante desse fato, os países têm se preocupado em dar um uso mais social às inovações, na tentativa de diminuir as enfermidades geradas pelo progresso técnico. Nesse sentido, o Estado ganha papel de mediador desse conflito, pois, ao mesmo tempo que tem que gerir e induzir o desenvolvimento de C&T&I, tem também que, através das políticas públicas, diminuir os efeitos sociais perversos gerados.

Vale ressaltar que mesmo nos países desenvolvidos onde já existe uma infraestrutura de pesquisa criada que impulsiona o desenvolvimento científico-tecnológico, a presença do Estado é expressiva na criação e sedimentação desse processo. Guimarães acrescenta afirmando que:

{...} Na verdade, a ação do Estado, no sentido de induzir, apoiar e orientar o desenvolvimento científico e tecnológico, manifesta-se também em outros países em desenvolvimento e é sobretudo expressiva nos países desenvolvidos, inclusive naqueles que se caracterizam por um limitado grau de intervenção estatal na atividade econômica. (GUIMARÃES. 1985. p.11).

Araújo Jr.(1991, p. 06) concorda com o argumento de Guimarães mostrando em seu artigo Perspectivas da Indústria Nacional que "{...} a análise sobre a evolução recente das economias industrializadas ratificou, mais uma vez, a importância do Estado como agente promotor do desenvolvimento científico e tecnológico".

Costa (1989) entende os Institutos de Pesquisas Tecnológicas governamentais como instrumentos de políticas públicas, traduzindo um determinado nível de intervenção estatal na área de ciência e tecnologia. O estado está sujeito a uma dupla determinação de poder político: segundo sua forma institucional este poder é determinado pelas regras do governo democrático – representativo, segundo o seu conteúdo, pelo desenvolvimento e pelos requisitos de processo de acumulação. Ressalta ainda que:

Os estudos sobre os Institutos de Pesquisas Tecnológicas no Brasil perdem, via de regra, parte da perspectiva as realidade destas organizações, ao não considerar os limites necessários da atuação do estado na área de ciência e tecnologia, que se expressão ao longo da história destas organizações, nas características predominantes das atividades por elas realizadas. Essas têm sido, caracteristicamente, de "serviços técnicos" para os setores produtivos, tanto privado como estatal. (COSTA, p. 35, 1989).

1.5 Ideologia e cultura de C&T: o quanto as visões de mundo podem beneficiar ou prejudicar a construção de sistemas de C&T&I.

A intervenção estatal tem papel preponderante na promoção de ciência e tecnologia e seu envolvimento nas atividades econômicas têm sido registradas também nos países em desenvolvimento. Adler (1987) afirma que há um consenso

na América Latina no que diz respeito ao protagonismo do Estado na produção dos conhecimentos científicos e tecnológicos e na escolha de como essa tecnologia será transferida. Tal consenso é caracterizado pela adoção do “Triângulo de Sábato”, sendo composto pelo governo, universidades e empresas, ou seja, pelo Estado, pela infra-estrutura científica e tecnológica desenvolvida aliada a um setor produtivo capaz de investir em C&T localmente, assumindo os riscos dessa escolha, reforçando o processo de troca de informações e recursos interinstitucionais. Dentro desse ambiente, o “Triângulo de Sábato” é simbolizado como o arranjo institucional capaz de induzir o desenvolvimento local de tecnologia e inovação, tendo o governo papel importante nessa institucionalização, planejando e gerenciando políticas de C&T para serem utilizadas no processo de desenvolvimento.

Além das políticas realizadas pelo Estado para induzir o desenvolvimento científico e tecnológico e, conseqüentemente o progresso técnico, que atuam no campo restrito da economia é necessário levar em consideração o componente político nesse processo. A implantação dos mecanismos concernentes a uma política pública governamental de desenvolvimento depende, fundamentalmente, de uma decisão política.

Os aspectos políticos envolvem tomadas de decisões na escolha e na gestão das políticas públicas adotadas, havendo um envolvimento de muitos atores que formam um jogo de interesse e de poder que deve ser administrado pelo Estado. Conforme Nunes (1993) as decisões sobre o uso de certos incentivos e subsídios, o poder de compra do Estado, as políticas de proteção à indústria nacional, a legislação da propriedade industrial e patentes, a política de financiamentos, carregam as ações do Estado de um alto conteúdo ideológico. Não bastam ter recursos disponíveis e instrumentos eficientes de ação se a implementação dessas políticas não se sustenta em alianças de grupos, indivíduos e instituições dentro da sociedade com um alto poder decisório. O processo político se impõe, assim, como de alta importância na consolidação de C&T na estrutura organizacional do Estado e na implementação de uma política intensiva em C&T”. (NUNES, 1993).

Adler elaborou um dos poucos estudos que analisam o processo político no campo de C&T. Nesse trabalho, o autor chama a atenção sobre o poder da ideologia no âmbito da autonomia tecnológica no Brasil e Argentina. Constatou que as idéias e a ideologia das elites intelectual brasileira, na década de 70, influenciaram

diretamente as elites políticas e as instituições, interferindo nos processos decisórios no que diz respeito à implantação da infra-estrutura de C&T.

Ainda segundo Adler (1987), esses grupos políticos são tecnocratas que assumem postos da administração pública com poder de decisão e colocam em prática suas idéias e propostas de políticas voltadas para C&T do governo. Para a realização dessas idéias, esses agentes políticos reconhecem a importância em estabelecer alianças dentro da sociedade para o fortalecimento de seus projetos e, conseqüentemente, sua implementação.

Adler (1987) acrescenta ainda que tais intelectuais têm o poder de criar e difundir novos valores e exercem influência sobre outros atores existentes na sociedade através da publicação de livros e artigos científicos. Nunes (1993) acrescenta dizendo “A ação desses intelectuais representa um dinamismo em defesa da própria institucionalização de C&T no país. Por seu poder de influência, eles interferem na conduta das instituições, no seu planejamento, na sua organização e nas decisões de financiamento à pesquisa e desenvolvimento. A tentativa de estudá-los, entendê-los e analisá-los, à luz de suas articulações políticas, é um passo no reconhecimento do seu papel como agente ativo desse processo político e uma possibilidade de esclarecer e confirmar fatos históricos sob outra ótica”. (NUNES, 1993).

A influência política desses intelectuais, em momentos específicos da implantação de políticas governamentais de C&T, podem gerar benefícios e avanços na utilização do progresso técnico como indutor do desenvolvimento, como também, retrocessos nesse processo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A raiz principal dessa pesquisa é a percepção de que Ciência e Tecnologia exercem papel preponderante na promoção do desenvolvimento. O Estado, por sua vez, além de promover o desenvolvimento da ciência e da técnica no nível global e local, assume a responsabilidade de incentivar seu uso pelas empresas. Propõe-se, dessa forma, investigar a atuação do Estado no fomento e na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico no Estado da Bahia.

As políticas públicas de Ciência e Tecnologia aplicadas na unidade da Federação Bahia ganha status importante na realização deste estudo. Trata-se de um estudo de caso focalizando a construção histórica do sistema estadual de ciência e tecnologia. Pretende-se, dessa forma, analisar os mecanismos constitutivos das políticas públicas implantadas pelo Estado da Bahia dos anos 50 até a atualidade, visando à institucionalização da ciência e da tecnologia no Estado.

Realizou-se pesquisa documental nos arquivos públicos estaduais referentes a documentos ligados a ciência e tecnologia para coletar informações sobre as políticas de C&T implementadas pelo governo. Dessa forma, trata-se de um estudo de caráter exploratório utilizando-se de fontes primárias e secundárias. As fontes primárias são compostas por documentos oficiais, tais como: Programas de Governo; Diário Oficial do Estado da Bahia; Legislação da área; Relatórios de Atividades da Secretaria e Sub-Secretaria Estadual; Documentos de Órgãos que compõem o Sistema Estadual de C&T. Por outro lado, as fontes secundárias são constituídas por publicações dos agentes que participam da área, principalmente a comunidade científica, assim como teses, relatórios, artigos, *papers* de pesquisadores que estudam ciência e tecnologia.

Paralelamente, foram consultados atores privilegiados que participaram do processo de formação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, assim como, da institucionalização de C&T na Bahia. Foram entrevistados 12 (doze) personalidades, são eles: o Governador da Bahia, Roberto Santos, o sub-secretário de ciência e tecnologia no governo de Roberto Santos, Rogério Vargens, Sylvio Mattoso, Diretor Executivo da COMCITEC, Caio Castilho, Secretário Regional da SBPC, Amílcar Baiardi, Diretor Executivo da COMCITEC, Cleilza Andrade, Diretora da CADCT, João Augusto Rocha, Diretor da APUB, Irundi Edelweiss, funcionário da primeira Secretaria de Ciência e Tecnologia da Bahia, convidado por seu secretário,

José Walter Bautista Vidal, o Governador do Estado Paulo Souto, Rafael Lucchesi, Secretário da SECTI, Emerson Casali, Chefe de Gabinete da SECTI e Alexandre Paupério, Diretor Executivo da FAPESB, que estiveram envolvidos no processo em momentos históricos diferentes. Vale chamar atenção que essas personalidades estão citadas nesta pesquisa por cargos que ocuparam na formação do Sistema de C&T baiano, não sendo exposto aqui as ocupações que exercem hoje. A vivência relatada desses ativos atores na luta pela inserção do componente ciência e tecnologia na agenda estadual, seja como políticos, seja como gestores, permitiu um entendimento mais apurado da trajetória histórica da institucionalização da ciência e tecnologia no Estado da Bahia.

As escolhas metodológicas que servem de base para a pesquisa proposta incluem o instrumental da História Oral para a coleta de dados. A justificativa para o uso desse instrumental está na insuficiente produção literária baiana, que se apresenta limitada e fragmentada, para o fornecimento de referências no que se refere à institucionalização da ciência e tecnologia no estado, assim como, na formação do Sistema Estadual de C&T. Verssuri (1984) relata a “escassez de dados diretos e sistemáticos que contemplem questões comparativas das diversas áreas científicas”. O pensamento de Verssuri reforça a escolha da metodologia da História Oral.

A História Oral está compreendida na abordagem da metodologia de pesquisa em História, na qual se utiliza de três procedimentos diferentes de pesquisa, quais sejam: documental, monumental e oral. No caso deste estudo, a fonte primária de dados é a memória, referenciada pelo discurso como fonte. Dessa forma, faz-se necessário analisar o procedimento oral através das falas, dos discursos, das expressões e linguagem utilizadas pelos entrevistados. Ou seja, no campo da História e da história da institucionalização dos sistemas de C&T, não cabe uma pergunta-problema. Meihy (1996) reforça essa idéia afirmando que:

A memória articula-se com a vida social utilizando da linguagem e vive do tempo que passou, mas de forma dialética com o tempo presente. Nesse aspecto, chegar à memória é analisar o conteúdo das entrevistas (oralidade), não se esquivando por completo do entendimento da existência de outras fontes que porventura possam ter se apresentado como enriquecimento tanto dos depoimentos, quanto ao entendimento dos conceitos analisados, no que podemos chamar de História Oral híbrida. (MEIHY, 1996).

Thompson (1992) caracteriza a história oral como:

... é uma técnica que, presumivelmente, pode ser utilizada em qualquer ramo da disciplina. Sua denominação também sugere – na verdade requer – uma área de trabalho diferenciada, quando de fato, para quem quer que tenha coletado evidência oral em campo, durante qualquer espaço de tempo, é evidente que copilar fontes orais é uma atividade que aponta para a conexão existente entre todos os aspectos da história e não para as divisões entre elas. (THOMPSON, p. 104, 1992)

Na presente pesquisa fez-se a opção pela entrevista narrativa, através, basicamente de dois questionamentos semi-estruturado elaborado em consonância com o tema abordado neste estudo e com o professor orientador desta pesquisa, dando total liberdade ao entrevistado para responder dentro dos critérios estabelecido por ele. Essa escolha foi baseada em Thompson (1992) que defende:

A apresentação da história com evidência oral abre novas possibilidades. Globalmente, as habilidades gerais para julgar as evidências, escolher o trecho mais expressivo ou dar forma a uma exposição são muito semelhantes a quando se escreve história a partir de documentos. (THOMPSON, p.299, 1992)

Thompson (1992) relata ainda que se torna fundamental decidir entre abordar a história por meio da biografia, ou mediante uma história social mais ampla. A evidência oral, por assumir a forma de história de vida, traz à tona um dilema subjacente a toda interpretação histórica. A vida individual é o veículo concreto da experiência histórica. Além disso, a evidência, em cada história de vida, só pode ser plenamente compreendida como parte da vida como um todo. Porém, para tornar possível a generalização, temos que extrair a evidência sobre cada tema de uma série de entrevistas, remontando-a para enxergá-la de um novo ângulo, como que horizontalmente em vez de verticalmente e, ao fazê-lo dessa forma, atribuir-lhes um novo significado. Um das formas apontadas por Thompson para trabalhar na horizontalidade é escolher uma coletânea de narrativas:

Uma vez que pode ser que nenhuma delas seja, isoladamente, tão rica ou completa como narrativa única, esse é um modo melhor de apresentar um material de história de vida mais típico. Permite, também, que as narrativas sejam utilizadas muito mais facilmente na construção de uma interpretação histórica mais ampla, agrupando-as – como um todo ou fragmentadas – em torno de temas comuns. (THOMPSON, p. 303, 1992)

Os questionamentos propostos foram: como você vê sua passagem pela formação do Sistema de Ciência e Tecnologia no Estado da Bahia?; quais os avanços e/ou retrocessos que você percebe, na área de ciência e tecnologia, no momento em que atuou no Sistema?. Vale ressaltar que a escolha dos entrevistados se deu pelo papel que estes desempenharam na construção do Sistema Estadual de C&T, em suas distintas fases, como participantes e observadores desse processo. Dessa forma, com base nos depoimentos recolhidos, busca-se uma interpretação em perspectiva histórica na qual não se configura em uma verdade absoluta, sendo mais uma versão dos fatos, levando em consideração cuidados expostos por Thompson, quais sejam:

...cada entrevista deve ser apreciada quanto a sua coerência interna. Deve ser lida como um todo. Se um informante tem uma tendência a mitificar ou a produzir generalizações estereotipadas, isto se repetirá no correr de toda uma entrevista. Então, as narrativas nela contidas poderão ainda ser tomadas como evidência simbólica de atitudes, mas não como fidedignas quanto ao detalhe factual, como seriam com um outro informante. (THOMPSON, p.305, 1992).

Os instrumentos utilizados para a realização da pesquisa foram: um gravador, para coleta das falas dos entrevistados e o registro iconográfico das entrevistas. Optou-se pelas transcrições literais dos depoimentos, havendo com isso a possibilidade de conter “erros” de oralidade. Vale destacar que, das doze entrevistas realizadas, três não foram lidas, por seus autores após a transcrição, quais sejam: as entrevistas de Caio Castilho, que não permitiu gravação de seu depoimento, de Rogério Vargens e de Cleilza Andrade.

A pesquisa se direciona em investigar a formação do ambiente institucional em C&T para tentar entender a trajetória da evolução do componente C&T na organização do Estado com o intuito de promover o desenvolvimento científico e tecnológico. Tal processo se deu num cenário histórico de constante mudança, mudanças estas que desencadeou na criação e composição do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia. Somado a isto, fez-se necessário, além do estudo do arcabouço institucional estadual, o conhecimento da infra-estrutura científica e tecnológica instalada existente e como é feita a articulação entre os que órgãos que participam dessa infra-estrutura.

O estudo fez uma investigação do quadro político baiano ao longo da construção do ambiente institucional de C&T, estabelecendo conexões entre a vontade política e os avanços e retrocessos com relação ao entendimento do Estado da importância do fomento e articulação da política pública de ciência e tecnologia com outras políticas executadas pelo mesmo.

O objeto de pesquisa situou-se no campo da história da institucionalização da ciência, mais precisamente na história do surgimento e evolução de sistemas de C&T (Vessuri, 1995). No caso específico deste estudo, analisou-se a trajetória de surgimento, evolução e consolidação do sistema de C&T da unidade da federação Bahia. Sistema de C&T, por sua vez, é uma categoria de gestão, de política e de organização do estado e da sociedade civil para dar suporte à atividade de pesquisa e sua análise tem sido motivo de interesse a partir da segunda metade do século XX (Baiardi, 1997).

O recorte para a Bahia deu-se a partir da criação da primeira instituição de pesquisa, o Instituto de Química Agrícola e Industrial, nos anos quarenta do século XX até as criações recentes de secretaria de Estado, Conselho e Fundação, passando pelos avanços resultantes do protagonismo de Anísio Teixeira e Bautista Vidal e pelos recuos promovidos pela política de centralização de contenção do gasto público.

2.1 Delineamento Preliminar dos Procedimentos de Pesquisa

A metodologia combinou a compulsão da bibliografia disponível em todos os meios de divulgação, compulsão de arquivos e entrevista com políticos e membros da comunidade científica que acompanharam o processo de evolução e complexificação do sistema estadual de C&T&I. A pesquisa foi orientada para três níveis de coleta de informação e dados:

(A) Levantamento de **perfil histórico** do sistema de C&T na Bahia, identificando níveis de participação nas atividades setoriais, níveis de participação em diferentes esferas de representação, intelectuais locais. Pesquisa em:

- fontes secundárias de arquivos nacionais, regionais e estaduais;
- bibliografia específica sobre ciência e tecnologia;

- acervo documental dos envolvidos na evolução histórica da ciência e da tecnologia no estado;
- informações paralelas sobre ciência e tecnologia, nacionais e baianas, em questões que complementem ou elucidem a análise.

(B) Levantamento em fontes secundárias (Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia de dados sobre mudanças no **perfil de condução de C&T no Estado da Bahia** com o propósito de verificar as mudanças de participação econômica nos setores mais relevantes da economia local. Pesquisa de:

- estatísticas econômicas diversas
- estudos econômicos setoriais
- acervo documental das entidades mencionadas

(C) Delineamento da **formação do sistema de C&T no Estado da Bahia**: foi realizada pesquisa junto aos pesquisadores e a todas as pessoas com forte expressão, envolvidas na formação do sistema de C&T no estado, através de questionário estruturado, sobre os tópicos definidos, que permitiram avaliar como seu deu a formação deste sistema. A pesquisa foi feita com a aplicação de uma entrevista a integrantes da população.

3 MARCHAS E CONTRA-MARCHAS NA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE C&T NA BAHIA

Neste capítulo tentar-se-á analisar a trajetória histórica de construção da estrutura administrativa da C&T na Bahia mostrando, em cada fase, como o Estado conseguiu inseri-la na sua política.

A partir dos anos 50 do século passado, o Brasil vem formando seu aparato institucional no que se refere à ciência e tecnologia, instituindo uma gama de políticas na área e formando capital humano com o intuito de solidificar a ciência e ampliar a autonomia tecnológica do país. Para isso cria universidades e órgãos de pesquisa, investe em pós-graduação e na qualificação de recursos humanos interna e externamente, embasado na criação de uma legislação que promove uma regulação e incentiva a geração de tecnologia, delineando o espaço de atuação da ciência e tecnologia no país.

As conquistas alcançadas pelo Estado da Bahia no que tange a ciência e a tecnologia, como mecanismo de definição de políticas públicas são relativamente novas. Na sociedade do conhecimento, a C&T assume um papel fundamental no que se refere ao processo de desenvolvimento, merecendo especial atenção dos Estados, despertando-os a criar novas tecnologias, baseadas em pesquisa, direcionadas a problemas específicos de cada região, estado ou país.

O mundo passa por profundas transformações e em termos de adoção das novas tendências, a Bahia vem desenvolvendo de forma tímida sua política voltada para criação de uma infra-estrutura de P&D e inserção de C&T em sua estrutura organizacional. Suas primeiras ações aparecem em 1945 com o Instituto de Química. O então criado Instituto de Química, através da Lei 153 de 30/05, é transformado em Instituto de Tecnologia na Bahia, em 1948 (Diário Oficial do estado da Bahia).

Nos anos de 1950, é submetida à Assembléia Legislativa o projeto lei que cria a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia. Tal projeto teve como intuito maior a coordenação, o estímulo e a assistência à pesquisa e o trabalho científico em todas as suas áreas.

O Estado, a partir do exercício de 1948 e por prazo não inferior a dez anos, acrescerá, a todos os impostos um adicional de meio por cento destinado a, juntamente com outros recursos que a lei determinar e cuja aplicação regulará, integrar o fundo para pesquisas científicas. (Constituição do Estado da Bahia de 1947).

No âmbito deste processo que começou com a fundação, vale salientar a criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia, em 1969, com função independente na estrutura organizacional do Estado.

Pioneira entre as unidades da Federação na criação de uma Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, SECT, (Lei 2.751 – 01/12 de 1969) como também na criação de uma agência de fomento às atividades científicas (Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, FUNDEC, Lei 347- 13/12 de 1950) a Bahia exibe uma sucessão de reformas na administração centralizada e descentralizada que na prática significaram marchas e contra-marchas onde o órgão “cabeça do sistema” muda várias vezes de “status” até se transformar em uma secretaria extraordinária em 1988 (lei 1539 -03/09) a ser extinta cerca de três anos depois pelo Governo que se instala a partir de 15 de março de 1991” (BAIARDI, 1991, p.37).

De acordo com o Diário Oficial do Estado da Bahia de 03/12/69, o governo cria em 01/12/1969, através da Lei 2.751 a Secretaria de Ciência e Tecnologia atribuindo-lhe a função de executora da política do Estado no que se refere a ciência e a tecnologia, conferindo-lhes autonomia para gerir as atividades científicas e tecnológicas com a intenção de acelerar o desenvolvimento sócio-econômico do estado, como se vê a seguir :

Examinados, porém, os exemplos mundiais, nos países em desenvolvimento, constata-se que é imprescindível a participação do Poder Público como impulsionador do processo científico e tecnológico, vez que o setor privado muito pouco contribui, ou mesmo, na maioria dos casos, está ausente, face aos investimentos elevados que exige e não ser conseguida resposta a curto prazo...Ao analisar, no que tange à ciência e tecnologia, o panorama deste Estado, observa-se uma situação desalentadora, especialmente se comparado com o Estado de São Paulo, pois enquanto aquele Estado possui 23 instituições estaduais encarregadas de programas de pesquisas, a Bahia tem apenas 3, nem todas em condições satisfatórias de trabalho” (Diário Oficial do Estado da Bahia, 22/10/69).

Sob a égide da recém criada Secretaria de Ciência e Tecnologia, que tinha como gestor o professor José Walter Bautista Vidal, ficaram a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, com a função de fomentar e assistir a pesquisa científica em todas as áreas; a Fundação Gonçalo Muniz, para atender as áreas de biologia e saúde pública; e o Centro de Pesquisas Tecnológicas e

Industriais. Este último foi criado em 1970 através da Lei 2801 de 10 de junho, com novo nome, Centro de Pesquisas e Desenvolvimento, para substituir o Instituto de Tecnologia da Bahia.

O Decreto nº 21.913 de 08 de julho de 1970, cria o CEEPD - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento, sob a forma de fundação pública estadual vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia e, também, extingue o Instituto de Tecnologia da Bahia. Em documento escrito pelo próprio CEPED (CEPED, 1993:9) fica explícito que o Centro nasce com a finalidade de realizar estudos e pesquisas científicas e tecnológicas, para a promoção do desenvolvimento do Estado e do país, bem como a prestação de serviços tecnológicos.

Para Costa (1989) a filosofia básica que orientou a concepção do CEPED, enquanto centro de pesquisa e desenvolvimento governamental, diferenciou-se por partir de uma visão crítica dos autores do seu plano diretor sobre o desempenho destas organizações no país, contando à época, com resultados de experiências de Institutos de Pesquisas já disponíveis, a exemplo do Instituto de Tecnologia de Alimentos em Campinas, São Paulo, e de uma ampla visão da dinâmica da economia baiana. E acrescenta:

Apesar disto, o que revela hoje a análise desse plano diretor, de janeiro de 1971, é a inexistência de qualquer questionamento abrangente quanto ao papel-missão básico que deveria cumprir o CEPED. Subjacente à análise de seus formuladores estava a idéia do papel tradicionalmente atribuído a estas organizações no país. (COSTA, p.45, 1989).

Este papel atribuído ao CEPED está consubstanciado na expectativa da contribuição ocorrer através da intermediação do processo de “inovação tecnológica” aos setores produtivos, público e privado, no caso específico do CEPED, este papel assumiria amplitude regional. (COSTA, 1989).

Já no ano de 1971, a Secretaria de Ciência e Tecnologia é extinta, dando lugar a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia – A SEPLANTEC, através da Lei 2.925 de 03/05. Unem-se, dessa forma, as funções de ciência, tecnologia e planejamento do Estado, com o intuito de estimular e coordenar o planejamento, o desenvolvimento e a execução das ações científicas e tecnológicas estadual. Baseado na mesma lei, a Fundação Gonçalo Muniz vincula-se à Secretaria de Saúde Pública.

a idéia básica da criação dessa nova Secretaria foi a de concretizar o planejamento no Estado transformando-o em uma realidade... Mas a atividade primordial que desempenha importante papel no esforço para criar condições de dinamismo em uma região subdesenvolvida é a pesquisa científica e tecnológica... Entretanto, o esforço em pesquisa científica e tecnológica não pode estar dissociada da realidade econômica, em que se atua, Somente com a programação global pode o poder público dispor de um diagnóstico que evidencie onde deve ser feito tal esforço, a fim de que não sejam desperdiçados recursos humanos e financeiros em nosso Estado. Desse modo, a centralização do sistema de planejamento integrando-se-lhe a atividade da pesquisa científica não significará a colocação dessa atividade em plano secundário. Ao contrário, atenderá as necessidades de integração visando uma atuação mais eficiente, sobretudo real, evitando-se atomização e desperdício de recursos. (Diário Oficial do estado da Bahia).

As medidas de extinção da Secretaria de Ciência e Tecnologia revelaram uma visão equivocada e pragmática predominante em plena ditadura militar e no primeiro governo de Antonio Carlos Magalhães, qual seja a de fortalecer o planejamento e interpretar que o mais importante em C&T seria a criação de um moderno centro de P&D, no caso o CEPED.

Como medida de aprimorar e reorganizar a SEPLANTEC, em 1974 o Governo promulga a Lei Delegada nº 08 de 09 de julho, criando a Subsecretaria de Estudos e Pesquisas, ao mesmo tempo, em que se extingue a Coordenação de Ciência e Tecnologia (Diário Oficial do Estado da Bahia, 22/08/74). Fica também extinta a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia - FUNDEC, com transferência de seus ativos para a Fundação Centro de Pesquisas e Desenvolvimento – CEPED. Este último ato, ainda no primeiro governo de Antonio Carlos Magalhães também revela uma visão míope do sistema de C&T, na medida em que se extinguiu a FUNDEC que operava como balcão de recebimentos de projetos de pesquisa, para priorizar a pesquisa induzida pela administração central e realizada predominantemente pelo CEPED. No ano seguinte, já no Governo de Roberto Santos, a lei Delegada nº 08 sofre uma alteração, através da Lei 3.413 de 01/12, encerrando as atividades da Subsecretaria de Estudos e Pesquisas e cria-se a Subsecretaria de Ciência e Tecnologia ainda subordinada a SEPLANTEC, à qual, no mesmo período vincula o CEDEP- Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em sua estrutura. (Legislação do Estado da Bahia, 1975:27).

No ano de 1977, durante o Governo de Roberto Santos, ocorrem dois fatos de grande relevância: o primeiro é a criação do Museu de Ciência e Tecnologia da

Bahia, através do Decreto nº 25.663, de 01/05, com a finalidade de “apoiar, promover e apresentar, de forma didática, demonstrações sistemáticas de significado e da importância da utilização prática, das leis científicas e naturais, a serviço do Homem” (Legislação do Estado da Bahia, 1977:67).. O segundo fato diz respeito à criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico por intermédio do Decreto nº 25.698, de 06/06, “com o objetivo de orientar, permanentemente, a política global de desenvolvimento científico e tecnológico no Estado”. (Legislação do Estado da Bahia, 1977:75).

A estrutura Administrativa do Poder Executivo do Estado é alterada através da Lei 3.700 de 31/05 no ano de 1979 transformando a Subsecretaria de Ciência e Tecnologia em Coordenação de Ciência e Tecnologia. Enquanto Coordenação de Ciência e Tecnologia, além de promover a articulação das atividades científicas e tecnológicas do Estado e elaborar o Plano Estadual de C&T, ficaria responsável também em executar a política ambiental estadual, passando a funcionar como Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Proteção Ambiental – CEPRAM.

As mudanças ao nível nacional nem sempre interferiram na Bahia de imediato. Ao nível federal em 1972 se funda o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – SNDCT, com o objetivo de organizar e promover ações de C&T. A maior função do SNDCT refere-se a articular as diversas instituições ligadas ao setor com as ações governamentais na esfera da ciência e tecnologia. Mas, somente em 1975 essa articulação é feita de fato. A partir desse momento todos os órgãos com funções de coordenação, execução e controle do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo as secretarias de C&T, ficariam subordinados ao SNDCT.

Dentro desse contexto, O CNPq, o antigo Conselho Nacional de Pesquisas transforma-se no CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com a tarefa de ser o coordenador central do sistema. O Conselho Científico e Tecnológico – CCT, sub órgão do CNPq passa a exercer a função de ser um fórum de debate e de definir políticas na área cabendo-lhe ainda, coordenar a montagem dos diversos planos e programas elaborados pelos vários Ministérios, e culminando todo esse processo na elaboração e acompanhamento dos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PBDCT's(MCT/CNPq, 1985:13).

Mesmo com o esforço para institucionalizar o sistema de ciência e tecnologia Rappel constata que não foi alcançada sua integração efetiva e expõe abaixo alguns motivos que atrapalharam o funcionamento do Sistema:

procurou-se constituir um sistema envolvendo órgãos das mais diversas hierarquias e de vários Ministérios, sem desvinculá-los de sua estrutura institucional de origem. Coube ao CNPq a qualidade de órgão central, com atribuições mais assessoriais e de fomento do que coordenadoras do SNDCT- ou mesmo de orientação e de formulação de políticas. Gerou-se, assim, um paralelismo de estruturas hierárquicas (institucional e sistêmica) diferenciadas em termos de poder e de delegação, o que dificulta sobremaneira a implantação do SNDCT e, em parte, é responsável pela falta de articulação e integração dos componentes do Sistema. (RAPPEL, 1981, p.4).

Para Marcelino, dado todas essas deformidades no funcionamento do SNDCT, este se concentra no centro das atenções do Governo que, no decorrer da década de 70, movimenta recursos e esforços para desenvolver a ciência e a tecnologia, e tenta integrar os diversos órgãos e agências, que atuam na geração e dispersão dos conhecimentos técnicos e científicos no país. Contudo, devido a uma atuação isolada e dispersa, seja a nível setorial ou estadual, das diversas agências e órgãos que compõem o sistema, houve um enfraquecimento do SNDCT que não conseguiu responder de forma significativa o nível de investimento que lhe foi concedido, carecendo, ainda, de uma efetiva articulação. (MARCELINO, 1985).

Notava-se no fim da década de 70 que se fazia necessário promover a descentralização das atividades de responsabilidade do Sistema para que o SNDCT funcione efetivamente, resolvendo por um lado à falta de uma organização a nível estadual e, por outro lado o alto grau de distinção entre os vários estados. Visto o problema por outro ângulo, a política de desenvolvimento científico e tecnológico no país estava concentrada nas decisões da União, gerando, dessa forma, uma centralização dessa política, induzindo uma dependência dos Estados ao Governo Federal. Tal cenário contribuiu para que C&T tivesse importância secundária nos governos estaduais, impedindo a construção de sua autonomia dentro da estrutura organizacional do Estado e articulação com as necessidades da comunidade.

A inversão dessa tendência centralizadora só ocorreria via participação ativa dos governos estaduais. No período de 1981 a 1984, aconteceu a descentralização do SNDCT, de forma estrutural e auto-sustentada, via a implementação dos

Sistemas Estaduais de Ciência e Tecnologia - SECT's, que se apoiaram no seguinte tripé:

1. Processo decisório interno sobre a política estadual de Ciência e Tecnologia a partir dos Conselhos Estaduais de C&T;
2. As Secretarias Executivas dos SECT's como bases técnicas dos Conselhos, exercendo funções de planejamento e gestão entre outras atividades de coordenação operacional;
3. Disponibilidade e implementação em cada um dos Estados de uma instrumentalidade de apoio/fomento, objetivando propiciar infra-estrutura para pesquisa, bem como apoiar financeiramente a execução de pesquisa de interesse do Estado. (SEPLAN/CNPq, 1985)

O CNPq propôs um modelo para estruturação dos SECT's composto por um Conselho Estadual de C&T e uma Secretaria Executiva: "cada SECT teria um Conselho composto por representantes dos vários setores de produção e utilização de ciência e tecnologia. Cada Conselho teria uma Secretaria Executiva responsável pela operacionalização das diretrizes do Conselho" (MARCELINO, 1985:30). Dentro da proposta, O CNPq seria o responsável pelo fomento e integração dos SECT's, Estes, por sua vez, atuariam em consonância com o SNDCT na formulação dos Planos Estaduais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que serviriam de base para a construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Além disso, vale ressaltar o fomento da FINEP aos SECT's, no que concerne a programas de capacitação de técnicos estaduais nos campos da política, planejamento e gestão, financiamento para elaboração de planos estaduais e levantamento de ofertas de ciência e tecnologia. O CNPq/IBICT ofereceu seu apoio também na implantação nos Estados dos sub-sistemas de informação em C&T.

Esta descentralização visava também priorizar vocações e necessidades dos Estados, considerando que a Ciência e Tecnologia poderiam atuar como suporte no processo de desenvolvimento sócio-econômico dos respectivos Estados, integrando-os num projeto maior de âmbito nacional. Por outro lado, esperava-se que esse esquema desencadeasse todo um processo de conscientização por parte dos governantes estaduais, com relação à importância de apoiar fortemente este setor. (BARBOSA, 1991, p. 230).

Devido a diferentes formas de agir dos Estados aliado a desorganização a nível estadual, a década de 80 inicia com uma forte tentativa de descentralização do

Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – SNDCT, tornando efetiva a ação do Sistema. Uma das principais justificativas usada pelo CNPq para promover essa descentralização foi discutida no encontro em 1981 em Manaus que visava consolidar os SECT's mostrando as razões que o Governo Federal tinha nessa direção: "Nosso país é demasiado grande e seus problemas cada vez mais complexos e determina esforço de descentralização, ordenada e sistemática, que se constituirá em importante fator de vitalidade democrática e de desenvolvimento" (CNPq, 1981, p.10).

No período compreendido entre 1981 a 1984 o CNPq promove a descentralização do SNDCT, induzida pelo Governo Federal, através da implantação dos Sistemas Estaduais de Ciência e Tecnologia - SECT's.

Voltando à Bahia, que não espelhava nas estruturas estaduais o que acontecia ao nível nacional, somente no segundo governo de Antonio Carlos Magalhães a Bahia cria seu SECT, em 1983, com o intuito de regionalizar mais atividades de C&T, articulando não apenas órgãos e agências do Governo Federal, mas também órgãos vinculados aos estados e municípios. Faz-se imprescindível criar um mecanismo de ação de esforços entre as entidades da União e as agências estaduais. (Lei Delegada nº 745, de 03/06/1983).

Os Sistemas Estaduais visam re-articular o Sistema Nacional, dando-lhe organicidade. Por sua vez, o Sistema Nacional não subordina os Sistemas Estaduais, mas, pela coordenação e articulação lhes transmite identidade nacional, lhes propicia apoio e complementa suas ações. Mais do que apoio financeiro, o Sistema Nacional deve consubstanciar na complementação técnica e na formação e articulação dos Sistemas Estaduais entre si. (CNPq, 1981, p. 2).

Em continuação é criada em 1983 a Comissão Interinstitucional de Ciência e Tecnologia – COMCITEC, órgão do Estado, responsável por promover a articulação entre as diferentes Instituições de C&T e também com o SNDCT. É um órgão colegiado onde estão representados os segmentos empresariais (FIEB, COPIC), a UFBA, os representantes da comunidade científica, as agências federais de fomento (CNPq e FINEP) e o próprio Governo Estadual através de suas Secretarias que desenvolvem atividades de C&T. Há também uma disposição sobre o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia – SECT, através da Lei delegada de nº 74 de 03/06. A COMCITEC é também resultado de uma concepção centralizada da função

de C&T no Estado, na medida em que agrupa vários papéis, controla os gastos com C&T e promove o financiamento induzido

Com a criação da COMCITEC - Comissão Interinstitucional de Ciência e Tecnologia, o Estado da Bahia dá novos contornos institucionais para a sua política de desenvolvimento científico e tecnológico (COMCITEC, 1984:7).

Envolvendo a atuação conjunta dos governos Federal e Estadual, de instituições de estudos e pesquisas, representação do empresariado privado e dos pesquisadores e cientistas, a COMCITEC reflete a convicção de que, neste setor, altamente especializado e de elevados custos de operação, somente a ação conjunta dos vários agentes diretamente envolvidos pode proporcionar o êxito desejado no sentido de atingir objetivos que, sendo do interesse nacional, devem refletir especificamente a política estadual de desenvolvimento. (COMCITEC, 1984, p. 5).

A COMCITEC foi criada como órgão da administração centralizada da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia e assume a coordenação das ações de Ciência e Tecnologia no Estado, competindo-lhe, entre outras atribuições, orientar a política global de desenvolvimento científico e tecnológico no Estado, formular diretrizes, identificar objetivos e definir prioridades da política de C&T, aprovando planos, programas e projetos de C&T a serem financiados pelo FUNDESE – Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico (COMCITEC, 1984:7).

Conforme regulamento aprovado por Decreto do Governo em 17 de outubro de 1983, as ações do Sistema Estadual de C&T serão realizadas pelo órgão central, a COMCITEC, pelos órgãos setoriais, componentes da administração centralizada e pelos órgãos seccionais, entidades participantes da administração descentralizada do Estado.

Dentre as funções desempenhadas pela COMCITEC está o assessoramento ao Governador na definição da política global de desenvolvimento científico e tecnológico para o Estado; a elaboração de planos plurianuais de desenvolvimento científico tecnológico, com base nas prioridades definidas no programa de ação governamental; a manutenção do sistema de informações em C&T; a promoção da mobilização de recursos financeiros para financiamento das atividades de C&T; e a promoção da formação e especialização de recursos humanos. Já os órgãos setoriais e seccionais atuarão especialmente na formulação e definição da programação setorial de C&T e na realização de pesquisas e desenvolvimento de

processos e produtos necessários ao desenvolvimento econômico e social do Estado.

A COMCITEC joga um papel na aprovação do 1º Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado – 1º PDCT-BA, por meio do Decreto nº 31.478 de 08/01/85, o qual formula a política estadual para o setor no período compreendido entre 1985 - 1988. A implantação do 1º PDCT-BA foi consequência de um esforço da COMCITEC em articular-se com os Órgãos Federais de fomento, Unidades Executoras, Entidades Empresariais e Instituições Civis.

Mesmo tendo sido fundado e regulamentado em 1983, o Sistema Estadual de C&T só começa a funcionar de fato em 1985, após aprovação, pelo Governo do Estado, do Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Estado da Bahia.

A elaboração deste Plano atende a imperiosa necessidade e se coordenar e articular as ações de ciência e tecnologia, a partir da iniciativa adotada pelo Governo do Estado ao criar, em 1983, o Sistema Estadual e a Comissão Interinstitucional de Ciência e Tecnologia – COMCITEC. Seu objetivo é integrar os diversos órgãos e entidades que atuam no processo de geração, absorção e difusão de tecnologia do Estado, a fim de evitar a descontinuidade administrativa, eliminar a duplicação de esforços e alcançar uma aplicação mais racional dos recursos disponíveis. (COMCITEC, 1985:19)

Constituído como órgão subordinado a SEPLANTEC – Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia a COMCITEC é o órgão central do sistema e integra a administração centralizada. Vale salientar que, além de desempenhar o papel de coordenação do Sistema Estadual de C&T, a COMCITEC exerce a função de conselho de ciência e tecnologia e, também, agência de fomento, concedendo auxílio para infra-estrutura de pesquisa, custeio de projetos de pesquisa e desenvolvimento experimental, bolsas de iniciação científica, apoio à participação e realização de eventos, etc que visem o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado.

A COMCITEC é composta pela seguinte estrutura organizacional: a Presidência, o Colegiado e a Secretaria Executiva. O Presidente, normalmente é o Secretário de C&T e tem a função de gerir o Colegiado. Já a Secretaria Executiva, é gerida por um Secretário Executivo nomeado pelo Governador do Estado. O auxílio

realizado pela COMCITEC à C&T correspondia em princípio a 5% dos recursos do Governo do Estado, oriundos da Cota Estadual do FPE – Fundo de Participação dos Estados, repassados ao FUNDESE – Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico. (COMCITEC, 1984:20)

Em 1988 a COMCITEC é credenciada como agente da FINEP e representante do MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia na Bahia, favorecendo a realização de vários convênios entre o Governo do estado, a FINEP e o MCT (COMCITEC, 1989:09). Por outro lado, de acordo com o relatório de atividade da COMCITEC o principal problema de ordem institucional diz respeito à inexistência de mecanismos legais que obriguem os organismos participantes do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia submeterem à COMCITEC seus planos e programas (COMCITEC, 1988:05). Baiardi acrescenta afirmando que:

A principal crítica que se pode fazer à COMCITEC diz respeito ao excessivo lapso de tempo entre a apresentação da solicitação de apoio e a sua liberação, o que encontra explicação no fato da Secretaria Executiva, diferentemente do que acontece com a Diretoria Executiva da FAPESP, não decidir pelo apoio financeiro antes de submeter ao Conselho. No caso da FAPESP a agilidade se deve ao fato da decisão depender não da aprovação de um Conselho de 14 membros que se reúne quatro vezes ao ano, mas sim da opinião de consultores “ad hoc”, facilmente mobilizáveis” (BAIARDI, 1986, p. 4).

Como órgão central do Sistema, a COMCITEC proporcionou vários estudos em áreas diferenciadas, favorecendo a elaboração do 1º Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Estado da Bahia. Dentre estes estudos podemos citar: o Plano de Química Fina do Estado da Bahia com financiamento da FINEP; o Plano Diretor do Parque de Alta Tecnologia em Química Fina de Camaçari – BA celebrando convênio com o DESENBANCO; o projeto do Centro de Biotecnologia da Bahia em convênio com o DESENBANCO, CEPED, UFBA, (COMCITEC, 1988, p. 05).

Baiardi analisa esse período de atuação da COMCITEC afirmando que: “malgrado todas as idéias e intenções de integração e articulação com a desconcentração do SNDCT, as avaliações feitas mostram que, no nível local, as funções esperadas da COMCITEC, como a coordenação interinstitucional em C&T, através de articulação entre diversos órgãos, não foram materializadas . (BAIARDI, 1986:4).

Mesmo com o esforço de descentralização, a integração entre os SECT's e o SNDCT ainda era muito frágil. Dessa forma, em 1987 alguns secretários criam o Fórum Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de C&T. Com a posterior extinção da COMCITEC o relacionamento entre o Sistema Estadual de C&T e o SNDCT sofre um abalo, tornou-se necessário oficializar e legitimar o Fórum de Secretários para Assuntos de Ciência e Tecnologia com o intuito de integrar e fortalecer os vínculos entre a esfera federal e as ações de C&T no Estado da Bahia. "O aproveitamento de nossos recursos e potencialidades de investigação científica e tecnológica será tanto mais intenso e racional na medida em que dispusermos de uma capacidade de coordenação e de articulação das atividades de C&T." (CNPq, 1981, p. 10). Seriam responsabilidades do Fórum, entre outras:

- 1) contribuir para o aperfeiçoamento da política nacional de Ciência e Tecnologia;
- 2) buscar a consolidação do espaço político-institucional das Secretarias Estaduais que formulam, implementam e desenvolvem regionalmente Ciência e Tecnologia;
- 3) consolidar a articulação técnico-política e as diretrizes governamentais e interesse da comunidade científica e tecnológica, fortalecendo e aperfeiçoando o Sistema Nacional mediante articulação entre os Sistemas Estaduais. "Na verdade, a existência do Fórum veio suprir uma lacuna institucional e política e sua atuação busca contribuir para a real consolidação de um Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia federativo, descentralizado e eficaz" (SCT-PE, 1991, p. 12).

O Fórum defende o posicionamento de que os Governos Estaduais participem, por seu intermédio, como parceiros na definição e execução da política nacional de C&T conduzida pelo Governo Federal, por estarem mais próximos das diversas realidades do país. Destarte, propões participar na formulação das Políticas Nacionais de C&T, na definição de Programas Prioritários, e nas ações importantes como descentralização da alocação de recursos federais, através das agências de fomento; na formulação dos projetos em negociação junto aos organismos internacionais (BID, Banco Mundial); na elaboração e gestão de programas nacionais; PADCT, RHAE, Capacitação Tecnológica Industrial (SCT-PE, 1991, p. 17). [...] A constituição e o funcionamento do Fórum demonstraram a necessidade premente de que as questões na área de ciência e tecnologia devem ser difundidas em todo território nacional. A troca de experiências entre os Estados nesta área tem contribuído sobremaneira para difundir a importância do desenvolvimento científico e tecnológico por todo o País. A par dos aspectos institucionais e políticos, o Fórum tem desenvolvido uma série de ações que visam, basicamente, a três pontos: o apoio aos

Sistemas Estaduais, a cooperação interestadual e o fortalecimento do Sistema Federal" (SCT-PE, 1991, p. 13).

Existem questões pendentes para serem resolvidas nos trabalhos suscitados através desse novo mecanismo de articulação e integração dos Estados com o SNDCT. Entretanto, é inegável que esta ação de articulação e integração já apresenta resultados concretos e perspectivas potencialmente alentadoras, haja vista que "atualmente, como reconhecimento do papel e das atividades desenvolvidas pelo Fórum, o Governo Federal, ao dispor sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CNCT, através do Decreto 99.953, determina que os Estados sejam ali representados, através de indicação do Fórum Nacional" (SCT-PE, 1991, p. 12).

Em 1988, durante o Governo de Waldir Pires, Ciência e Tecnologia é separada da função de Planejamento. Dessa ruptura, surgem duas secretarias, quais sejam: a Secretaria do Planejamento e a Secretaria Extraordinária da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Modernização. A idéia da Administração Pública Estadual era unificação da coordenação, do acompanhamento e da avaliação das atividades desempenhadas pelo ensino superior, a pesquisa e qualificação de recursos humanos. Dentro desse novo contexto, as Universidades Estaduais existentes naquele período, a COMCITEC – Comissão Interinstitucional da Ciência e Tecnologia e o CEPED – Centro de Pesquisas e Desenvolvimento passam para a esfera da nova Secretaria, através do Decreto nº 1.530 de 31/08 (Diário Oficial do Estado da Bahia, 02/09/88). No mesmo período, o Museu de Ciência e Tecnologia também é incorporado à nova Secretaria, através do Decreto nº 1.999 de 25/11. (Diário Oficial do Estado da Bahia, 26 e 27/11/88). No ano seguinte, a Secretaria Extraordinária de Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Modernização, perde a função de Modernização que é transferida à Secretaria de Administração, passando a se chamar Secretaria Extraordinária de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. (Diário Oficial do Estado da Bahia, 03/01/89). O que parecia ser um processo de introdução de idéias modernizantes no sistema estadual de C&T, não se confirmou e terminou por gerar ineficiência e instabilidade institucional. O Governo de Waldir Pires não foi inovador na área e o que ocorreu de melhor se deu no parlamento baiano, que foi a Constituição Estadual contemplando a Fundação de Apoio à Pesquisa.

Em 1985 o Ministério da Indústria e Comércio - MIC juntamente com a STI – Secretaria de Tecnologia Industrial do MIC e o CEPED publicam documento que relaciona as entidades atuantes em C&T no Estado da Bahia. A sua atualização está em forma de projeto previsto para ser desenvolvido em 1993 pelo SEBRAE - BA, em convênio com o CADCT – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. De acordo com este documento no âmbito federal o destaque é para a UFBA – Universidade Federal da Bahia, a FAPEX – Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão, subordinada a estrutura organizacional da UFBA. Externo à UFBA, destacam-se dois órgão com atuação em P&D, são eles: a CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da lavoura Cacaueira e o CNPMF/EMBRAPA – Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Já no âmbito estadual as entidades que atuam em P&D se subdividem em Ensino Superior e Serviços. Sete órgãos merecem destaque, são eles:

1 - CEPED – Centro de Pesquisas e Desenvolvimento, com a finalidade de prestar apoio tecnológico no desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e processo e na área de laboratórios básicos o CEPED foi criado em 08 de julho de 1970, através do Decreto nº 21.913, como Fundação vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia e posteriormente à Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Atualmente o CEPED está vinculado a UNEB – Universidade do Estado da Bahia.

2 - EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, com a pretensão de atuar na área de pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural e defesa sanitária vegetal e animal em 1991, através da Lei 6.704 de 22/05/91, é criada a EBDA resultante da fusão da EPABA – Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia e a EMATERBA – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia. Consolida-se organizacionalmente após assumir o acervo do Instituto Biológico da Bahia – IBB, que é extinto.

3 – Instituto Anísio Teixeira, nasce para desenvolver atividades de pesquisa na esfera educacional, sendo um órgão em Regime Especial da Administração Direta da Secretaria da Educação e Cultura;

4 - CBPM – Companhia Baiana de Pesquisa Mineral, realiza estudos e pesquisas científicas no campo de geociências;

5 - Museu de Ciência e Tecnologia, neste período subordinado à Secretaria da Educação e Cultura, cuja atuação visa estimular e divulgar as inovações tecnológicas e científicas, estimulando a formação de jovens pesquisadores;

6 - BAHIAFARMA – Empresa de Produtos Farmacêuticos da Bahia Ltda, vinculada à Secretaria de Saúde, que atua na formulação de medicamentos para o mercado Institucional e com potencial para realização de pesquisas na área de Saúde;

7 - CRA – Centro de Recursos Ambientais, vinculado à SEPLANTEC, que realiza estudos, planejamento e monitoramento, levantamento dos recursos naturais e avaliação da qualidade ambiental.

A SEPLANTEC tinha ainda subordinados à sua estrutura o CEI – Centro de Estatísticas e Informações e o CPE – Centro de Projetos e Estudos, ambos ganham lugar de destaque na elaboração de políticas e programas de C&T. Outros dois órgãos, vinculados a SEPLANTEC, que têm a função de fomentar ciência e tecnologia são:

1 - CADCT – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, criado pela Lei 6.074 de 22 de maio de 1991, além de atuar como uma agência de fomento, promovendo e financiando atividades de estudos e pesquisas é responsável também pela política na área de C&T.

2 - O Conselho Estadual de Ciência e tecnologia, como finalidade assessorar o Secretário da SEPLANTEC na formulação da política estadual de ciência e tecnologia, o Conselho é criado como órgão colegiado da SEPLANTEC pela Lei 6.074, de 22 de maio de 1991, com regimento aprovado pelo Decreto 273, de 09 de agosto de 1991 mas, apenas em 19 de novembro de 1991 é efetivamente constituído (Diário Oficial do Estado da Bahia, 20/11/91).

Vale destacar também a criação do DESENBANCO – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia que, além de financiar com recursos próprios projetos de desenvolvimento científico e tecnológico atua como agência repassadora dos recursos da FINEP.

Na esfera de ensino superior, o Estado da Bahia conta com quatro Universidades Estaduais no âmbito da Administração Indireta, vinculadas naquele período, à Secretaria da Educação e Cultura. São elas: Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS; Universidade do Sudoeste do Estado da Bahia – UESB; Fundação Santa Cruz, posterior Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Atualmente, as Universidades Estaduais Baianas estão vinculadas à Secretaria de Educação.

Destaca-se algumas instituições privadas de pesquisa e ensino que desenvolvem algum tipo de atividade de ciência e tecnologia, são eles: a COPENE – Petroquímica do Nordeste S/A, Centro de Pesquisas (BAHIA/COMCITEC, 1985:127); o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Departamento Regional da Bahia, subordinado à Federação das Indústrias do Estado da Bahia, atua não só na contribuição de recursos humanos treinados para o setor industrial, mas também pela iniciativa de, junto com o Governo Canadense, através de Acordo de Cooperação Técnica Internacional, desenvolver o projeto do CTPQI – Centro Tecnológico de Processos Químicos e Instrumentação (SENAI, 1991); e a Universidade Católica de Salvador que mesmo não havendo expressividade dessa instituição na realização de pesquisas, mas por contarem com laboratórios, bibliotecas, centros de processamento de dados têm potencial para desenvolver atividades de P&D.

De 1986 a 1989 o governo da Nova República juntamente com a fundação do Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT, cria-se o PROSECT – Programa Organizacional dos Sistemas Estaduais de C&T, como política de descentralização da área, que tinha como objetivo a consolidação dos Sistemas Estaduais de C&T.

Em consonância com o dispositivo constitucional, item VIII do art. 54, do Ato das Disposições Transitórias, em 1990 houve uma tentativa do Poder Executivo em solicitar da Assembléia Legislativa autorização para criar, através do Projeto de Lei de nº 9236, o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e fundar a Fundação de

Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Mas, os projetos citados nem chegaram a ser analisados pela Assembléia. (Diário Oficial do Estado da Bahia, 05/12/90).

No ano posterior o Poder Executivo tem mais êxito ao pleitear à Assembléia Legislativa, através de Projeto de Lei, juntar novamente a função Planejamento, Ciência e Tecnologia, recriando a SEPLANTEC - Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia paralelamente à extinção da Secretaria Extraordinária de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, transferindo as Universidades Estaduais e o Museu de Ciência e Tecnologia para a responsabilidade da Secretaria de Educação e Cultura (Diário Oficial do Estado da Bahia, 23/05/91). A COMCITEC também é extinta e o CEPED vincula-se a SEPLANTEC como órgão descentralizado. Pleiteia também a criação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e do CADCT-Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, como órgão da administração direta. Vale ressaltar que o CADCT nasce como embrião da Fundação de Amparo à Pesquisa, prevista na Constituição do Estado. (Diário Oficial do Estado da Bahia, 26/03/91). Era o terceiro governo de Antonio Carlos Magalhães, quando, mais uma vez, a visão centralizadora e pragmática se estabelece, voltando a função C&T a ser parte do planejamento e o financiamento à pesquisa pensado de forma induzida e jamais mediante uma fundação de apoio à pesquisa, uma FAP

Mais um desafio era imposto ao Estado da Bahia em relação ao melhor aproveitamento do componente ciência e tecnologia para a promoção do desenvolvimento, qual seja: além da busca por uma maior integração com o SNDCT, fez-se necessário também promover uma maior articulação do Sistema com o setor produtivo privado e a comunidade científica.

No caso do setor privado, sua maior característica culturalmente construída, é que demandem dos centros de P&D atividades simples, pois, as que exigem maior tecnologia, normalmente, a opção é a importação. “Os Centros de P&D constituem uma fonte secundária de tecnologia para as empresas, que preferem importar tecnologia ou desenvolvê-la em suas próprias instalações” (ERBER, 1974, p. 54).

Essa preferência das empresas em importar segue a tendência do modelo de desenvolvimento adotado no país, baseado numa estratégia de industrialização acelerada com base numa ampla importação de tecnologias e capital estrangeiro, não favorecendo, dessa forma, o fortalecimento do vínculo do setor produtivo com os Centros de P&D. (LONGO, 1980). Diante desse contexto, o Estado com o intuito

de promover uma aproximação entre esses agentes adota algumas medidas, quais sejam:

- Ampliação e consolidação de uma infra-estrutura nacional de pesquisa;
- Expansão e melhoria do ensino de pós-graduação, gerador de técnicos de alto nível;
- Uso do poder de compra do Estado;
- Estímulo e criação dos NIT's-Núcleos de Inovação Tecnológica nos Centros e Institutos de Pesquisas;
- Incentivos fiscais inseridos nas diversas políticas industriais e de capacitação tecnológica para que as empresas invistam em C&T;
- Programas do CNPq;
- Financiamento da FINEP.

Como indutor do desenvolvimento, cabe ao Estado apoiar e estimular a parceria entre o aparato institucional de P&D com o setor produtivo privado, criando condições institucionais para que as indústrias desenvolvam projetos e inovem. Para que isso ocorra, o Estado deve montar, ampliar e consolidar sua capacidade de produção científica e tecnológica.

No tocante a comunidade científica a instituição mais representativa no Estado é a Secretaria Regional da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que representa a SBPC e congrega os sócios domiciliados no Estado da BAHIA. Infelizmente, a comunidade científica baiana tem pouco poder de indicação ou apoio de nomes para ocupar cargos nos postos de gestão dos assuntos ligados à ciência e tecnologia, principalmente no caso dos secretários estaduais da área, nomeados sem nenhuma indicação da comunidade científica, administrando suas agendas com pouca ou nenhuma aproximação com a comunidade científica instalada e organizada no estado. Essas escolhas perpassam por decisões políticas, participações partidárias em cada governo.

Nesse período histórico, o Estado percebeu que para concretizar um maior uso de ciência e tecnologia pelo setor privado, utilizando os conhecimentos proporcionados pela comunidade científica existente no estado, seria necessário estruturar sua Agência de Fomento à Pesquisa, uma das últimas a ser criada no país.

Amparados na Constituição, tanto a nível federal como local, a comunidade acadêmica baiana, juntamente com o apoio fundamental da SBPC se mobilizaram

para pressionar a implementação da Fapesb. A Constituição Federal de 1988 dedica à C&T o Capítulo IV que se divide em dois artigos onde estabelece como função do Estado a indução à ciência e tecnologia (NUNES, 1993). Segue a seguir os artigos:

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e capacitação tecnológicas.

& 1º A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências.

& 2º A pesquisa tecnológica voltar-se preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

& 3º O estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

& 4º A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao país, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

& 5º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária e entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa e tecnológica.

Art. 219. O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem estar da população e a autonomia tecnológica da país nos termos de lei federal.

Já a nível estadual, a constituição do Estado da Bahia, promulgada em 05 de Outubro de 1989, reserva o Capítulo XIV da Ordem Econômica e Social à C&T. Divide-se em quatro artigos, que definem o papel do Estado com relação à área, determina a criação do Conselho Estadual de C&T e a criação da Fundação de Amparo à pesquisa, destinando-a uma dotação mínima anual correspondente a 1,5% da receita tributária, a ser transferida em duodécimos (NUNES, 1993).

Art. 265- O Estado promoverá o desenvolvimento científico e tecnológico, incentivando a pesquisa básica e ampliada, bem como assegurando a autonomia e capacitação tecnológica e a difusão do conhecimento técnico-científico.

& 1º A política científica adotará como princípio o respeito à vida saúde humana, bem como aos valores éticos e culturais, o aproveitamento racional não predatório dos recursos naturais e a preservação e recuperação do meio ambiente.

& 2º A pesquisa aplicada voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas sociais e para o desenvolvimento do sistema produtivo do Estado.

& 3º As instituições estaduais de pesquisa, universidades, institutos e fundações terão sua manutenção garantida pelo Estado, bem como sua autonomia científica e financeira, assegurado o padrão de qualidade indispensável para o cumprimento de seu papel de agentes de ciência e tecnologia.

Art. 266 - Será criado um Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia composto, na sua maioria, por cientistas representantes de entidades da sociedade civil, ligadas à pesquisa básica e aplicada, na forma da lei.

Parágrafo Único - O Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia terá as seguintes finalidades, entre outras que a lei definir:

I - estabelecer as diretrizes para a formulação da política científica do Estado;

II- Fiscalizar a implementação da política estadual de ciência e tecnologia;

III - Opinar sobre a implantação ou expansão de sistema tecnológico de grande impacto social, econômico ou ambiental;

IV - deliberar sobre a alienação e transferência de patrimônio das instituições de pesquisa do Estado.

Art. 267 - O Estado criará e manterá a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, agência estadual de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Parágrafo Único - O Estado destinará à Fundação referida neste artigo, como renda de sua privativa administração, dotação mínima anual correspondente a um e meio por cento da receita tributária, a ser transferida em duodécimos.

Art. 268 - O Estado apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia e aperfeiçoamento científico de pessoal, na forma da lei.

Parágrafo Único - O Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia aprovará e acompanhará os benefícios concedidos em decorrência do disposto neste artigo.

E, complementando, estabelece no art.54 do Ato das Disposições Transitórias o prazo para que o Governo implemente as medidas que se referem a criação do Conselho e da Fundação:

Art. 54 - O Poder Executivo deverá, a contar da promulgação desta Constituição, encaminhar à Assembléia Legislativa projetos de lei destinados a:

VIII - regulamentação, composição e funcionamento do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, no prazo de cento e oitenta dias.

Cabe aqui fazer uma ressalva no que diz respeito à vinculação dos recursos para ciência e tecnologia nas constituições estaduais. Essa vinculação foi resultado da luta dos cientistas baianos, deputados, servidores públicos que trabalhavam na área, a APUB – Associação dos Professores Universitários da Bahia e, basicamente, a COMCITEC, juntamente com o respaldo e apoio, nacional e local, da SBPC, não devendo a nenhum governo essa conquista.

Não foi fácil, no entanto, chegar a esses resultados. Nos bastidores, a batalha pela vinculação dos recursos para Ciência e Tecnologia nas constituintes estaduais começou em meados do ano passado, numa época em que a Constituinte Federal ainda buscava seus caminhos, percebendo que, novamente, o apoio à pesquisa poderia continuar à mercê dos governadores, os representantes das principais entidades científicas do país correram para Brasília e mergulharam na peregrinação pelos partidos, demonstrando a necessidade e a viabilidade da vinculação orçamentária. Todos apoiavam, lembra Alberto Carvalho da Silva, o presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-Fapesp, que, aos 37 anos, encontrou vigor para viajar o país todo, desde aqueles tempos, à cata de adesões. Finalmente, o deputado federal Florestan Fernandes apresentou a emenda que, aprovada, ocupou o parágrafo 5º do artigo 218 da atual Constituição do país. (FIORAVANTI, 1989, p. 48).

Baiardi (1989) acrescenta:

Durante o ano de 1988, principalmente após a promulgação da Constituição Federal, em outubro, juntaram-se à COMCITEC, na batalha pela criação da FAPEB, a secretaria regional da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a APUB-Associação de Professores Universitários da Bahia. O artigo 218 do capítulo IV, da ciência e tecnologia, facultando aos Estados a criação de suas Fundações de Amparo à Pesquisa, deu ânimo à comunidade científica, levando-a a ter, com a mediação da COMCITEC, entendimentos com o secretário extraordinários para Assuntos de Ciência e tecnologia e com os membros da Comissão de Minas, Energia, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa, com vistas a acelerar a tramitação do Decreto-lei criando a FAPESB. (BAIARDI, 1989, p. 6)

A comunidade científica estadual participava ativamente das reuniões promovidas, de forma democrática, pela Comissão Temática de Educação, Cultura, Saúde, Ciência, responsável pela escrita do Relatório Final que seria encaminhado ao Plenário da Constituinte. A Comissão se tornou aliada da comunidade científica baiana no que diz respeito a criação da Fundação e a vinculação de 1,5% da receita tributária, fortalecendo a vitória dos pesquisadores baianos. Baiardi ressalta essa idéia:

Iniciados os trabalhos da Constituinte estadual, ingressou-se em uma etapa mais participativa e dinâmica, envolvendo, além das instituições referidas, associações científicas, grupos de pesquisadores, chegando-se, finalmente, através do "staff" da deputada Amábilia Almeida, relatora da Comissão Temática a uma redação do capítulo de C&T que agradou a todos. O texto deu a sensação de que a Bahia finalmente, iria, ao lado de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e outros estados, poder ter uma agência de fomento ao desenvolvimento científico-tecnológico, compatível com as nossas necessidades e sem os óbices burocráticos que fazem com que os auxílios concedidos pela COMCITEC estejam sujeitos aos humores da burocracia estatal e subordinados às prioridades da Secretaria da Fazenda. (BAIARDI, 1989, p. 6).

Vencida a batalha na Constituinte Estadual o maior obstáculo da comunidade científica baiana era fazer o Poder Executivo efetivar o que a Constituição tinha determinado. À época, o Governo Nilo Coelho, que não estava comprometido com a área de C&T, descumpriu o prazo delimitado pela Constituição Estadual para encaminhamento da proposta à Assembléia Legislativa, postergando, dessa forma a criação do Conselho e da Fundação de Fomento à Pesquisa. Houve uma pressão a este fato, mas não resolveu a situação. O Secretário Regional da SBPC, Caio Castilho escreveu artigo publicado no jornal A Tarde em 02/1990, ressaltando que "aqueles que fazem da ciência o seu objeto de trabalho esperam ansiosamente, a decisão do Executivo estadual de encaminhar ao Poder Legislativo – conforme dispositivo da Constituição proposta de legislação complementar criando a FAPEB".

Estrategicamente, o Governo Nilo Coelho, encaminha à Assembléia Legislativa dois projetos de Lei, no dia 04 de dezembro de 1990, final do seu mandato, ocasião em que não daria mais tempo para vincular os recursos para C&T em seu Governo. Os dois Projetos foram: criação, através do Projeto de Lei de nº 9.235, do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - CONCITEC e a criação da

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, através do Projeto de Lei de nº 9.236

Em 1991 Antônio Carlos Magalhães assume o governo, suspendendo todos os projetos encaminhados por Nilo Coelho e encaminha Projeto que visava à reestruturação da Administração Pública Estadual, desconsiderando a Constituição Estadual no que se refere à criação da Fapeb e sua vinculação orçamentária, retirando a elaboração de uma política científica e tecnológica de sua agenda, como também, uma aproximação com a comunidade científica estadual. Mais uma vez, fica claro que falta ao Poder Público baiano vontade política para cumprir o que determina a Constituição Estadual. “A Constituição da Bahia determina a criação da Fundação de Apoio à Pesquisa (Fapeb) e repassa a ela recursos equivalentes a 1,5% da receita tributária estadual. O governo anterior ignorou a Constituição e o atual decidiu não cumpri-la” (CASTILHO, 1992, p. 2).

A gestão de Antônio Carlos Magalhães elabora seu plano de Governo priorizando nove áreas caracterizadas como “Grandes Vetores de Expansão”, uma dessas áreas é a de Ciência e Tecnologia. O Plano sugere um reordenamento do espaço administrativo-institucional em ciência e tecnologia. Várias justificativas foram ditas para essa tomada de decisão, sendo uma das principais “uma caótica sucessão de criação e extinção de órgãos que nunca conseguiram, sequer, consolidar um espaço institucional e gerencial para as atividades de C&T no Estado. (BAHIA/SEPLANTEC, 1991: 78).

Na área de ciência e tecnologia, a maior expressão desse reordenamento foi a extinção da COMCITEC e a criação do CADCT - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico e do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

O Conselho como órgão consultivo e definidor das políticas globais do Estado na área de C&T, é composto por representantes das Secretarias diretamente envolvidas com a matéria, e a representação das comunidades acadêmica, científico-tecnológico, e empresarial do Estado... O CADCT, como órgão gestor das atividades de C&T, terá sua estrutura de base gerencial voltada para as atividades tecnológicas, científicas e de informação em C&T e se apoiará em Câmaras Setoriais especializadas e verticalizadas, compostas de consultores de reconhecido saber. (BAHIA/SEPLANTEC, 1991, p. 78).

O CADCT, ao mesmo tempo em que substituiu a COMCITEC, serviu como órgão inicial para a criação da FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, prevista na Constituição Estadual. Em 22/05/1991, através da Lei 6.704, o CADCT foi criado e nasce com a finalidade de “estancar a instabilidade institucional e a fragilidade gerencial que historicamente caracteriza a ação dos países em desenvolvimento na área de C&T” (ANDRADE, 1992: 126). As evidências mostraram que o CADCT agia como agência de fomento e financiador de estudos e projetos em C&T, mas não dispunha das garantias que a Constituição Estadual tinha reservado para a FAPEB, dependendo da sensibilidade política no repasse de recursos orçamentários do Estado para esta área. A organização administrativa do estado foi modificada, através da Lei 6. 074, extinguindo-se o órgão que regulava as decisões estaduais em C&T. Com isso, não era preocupação do Estado organizar e fortalecer o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia – SECT.

A criação da FAPEB atende reivindicação das mais diversas entidades vinculadas à pesquisa: associações científicas, associações de docentes universitários, órgão estaduais de pesquisa e universidade. Tão variado quanto o espectro de instituições e pesquisadores que reivindicavam sua criação, foi esta iniciativa objeto de apoio político de parlamentares dos mais diversos matizes políticos. Atuaram os cientistas baianos no sentido de esclarecer e eventualmente persuadir os deputados, desde o início das atividades da Comissão Constitucional, em audiências diversas, bem como mediante reuniões com os membros da Comissão Temática específica, cuja relatoria emprestou todo o auxílio. Em face de tão amplo apoio, o capítulo de Ciência e Tecnologia foi mantido intacto quando da votação em segundo turno. (CASTILHO, 1990, p. 6).

Durante toda a década de noventa os governos, estaduais apesar de terem maioria na Assembléia e todas as condições políticas para cumprir o que a Constituição Estadual previa para a área de ciência e tecnologia, decidiram postergar a criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia e da FAPEB, atrasando a organização institucional de C&T no Estado.

Na transição da década de noventa para a primeira década de 2000, a alvissareira notícia da criação dos fundos setoriais, vistos como imaginosa concepção de aumentar a dotação para C&T sem sobrecarregar o Tesouro, deu novo ânimo à comunidade científica estadual. A maneira como foi operado o fundo pioneiro, o CTPetro, destinando parte dos recursos à emulação das comunidades das regiões periféricas, imprimiu mais otimismo, reforçado ainda pelos editais do CNPq e FINEP, restabelecendo o fluxo de financiamento à pesquisa a fundo perdido

e a re-dinamização do FNDCT. Na Bahia, este quadro mais favorável foi acompanhado da criação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, a SECTI, e da criação da Fundação de Apoio à Pesquisa da Bahia, a FAPESB.

A SECTI lança em 2004 sua política de ciência, tecnologia e inovação para o Estado da Bahia visando criar condições para uma inserção produtiva da economia baiana, promovendo um modelo sustentável de desenvolvimento. O objetivo geral era fortalecer e ampliar as bases científicas, tecnológicas e de conhecimento. Para isso, buscava-se na articulação e cooperação entre atores e esferas, focadas na idéia de redes, e na inovação tecnológicos, conceitos estruturantes da Política de C&T da Bahia.

A SECTI formulou uma política de CT&I de caráter direcionador das ações da área. Dessa forma, integram-se aos desafios, as ações e os indicadores, assim como os programas e projetos de curto, médio e longo prazos, que buscam de forma objetiva alcançar os resultados almejados. A construção da política de CT&I privilegiava a participação da comunidade e buscava uma forte aderência aos programas do Governo Federal na área científica e tecnológica.

A política de CT&I lançada pela SECTI é dividida em quatro eixos temáticos a partir da compreensão de seus desafios. Eixos temáticos são um conjunto de áreas, temas e conhecimentos integrados, fundamentais para a construção de um ambiente propício à inovação, correspondendo às linhas de ação que se concretizarão nos projetos estratégicos da SECTI.

O primeiro eixo refere-se à questão do fortalecimento e do espraio de seu capital social. *“Investir em recursos humanos capazes de promover o alargamento da base de conhecimento é imprescindível, assim como o mesmo deve ser feito de forma descentralizada espacialmente, permitindo que as universidades e centros de pesquisa funcionem como importantes vetores de desenvolvimento regional”.* (POLÍTICA DE CT&I DA SECTI. 2004).

O segundo desafio refere-se à promoção da competitividade da base produtiva do Estado. Trata-se de agir para a capacitação tecnológica das empresas e dos arranjos produtivos locais, utilizando a inovação tecnológica e a disponibilização de serviços tecnológicos, associados à capacitação tecnológica empresarial, como os elementos chaves desse processo de crescimento econômico.

Focando sempre a solução tecnológica de demandas da sociedade baiana, a política de CT&I traz em seu terceiro eixo a pesquisa e o desenvolvimento

tecnológico para áreas sociais e meio ambiente. Trata-se de investir na busca de soluções para problemas em áreas como saúde pública, educação, meio ambiente, segurança, habitação, cultura, entre outras, e nas quais o retorno está na geração de inovações e na difusão de tecnologias que reforcem a inclusão social.

A política trata de um tema específico e de destacada importância: as tecnologias de informação e comunicação. *“É imperativo para a Bahia promover a inclusão digital de suas cidades e regiões e desenvolver este setor, reforçando as competências internas e gerando emprego e renda de qualidade. As TIC’s são potencializadoras do dinamismo no fluxo e acumulação de conhecimento e, tanto para a gestão no setor público quanto privado, são instrumentos catalizadores da eficiência econômica, produtiva, social e institucional”.* (POLÍTICA DE CT&I DA SECTI. 2004).

São apresentados ainda na política de CT&I da SECTI dois projetos especiais, estratégicos e estruturantes de um novo momento da ciência e da tecnologia no Estado, que são: Parque Tecnológico e Inclusão Digital. Esses pilares da política guardam uma forte sinergia entre si e procuram atuar no sentido de romper com as deficiências estruturais do passado e criar as bases para a competitividade e para o desenvolvimento sustentável.

Nota-se, com a análise da Política de CT&I lançada pela SECTI uma pretensão explícita do Governo em fortalecer os laços e as ações conjuntas entre o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, a FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, o setor produtivo privado e a comunidade científica baiana. Segue abaixo um quadro resumo do histórico do sistema local de inovações do Estado da Bahia.

Quadro 1 - Histórico do Sistema Local de Inovações – Bahia

ANO	EVENTO	INSTRUMENTO
1945	É criado o Instituto de Química Agrícola e Tecnologia da Bahia	Decreto-lei 658 de 16 / novembro
1946	É criada a Universidade Federal da Bahia	Decreto Lei 9.155 de 08 / abril
1948	O Instituto de Química Agrícola e Tecnologia da Bahia passa a denominar-se Instituto de Tecnologia da Bahia	Lei 153 de 30 / maio

1948	Formada a Federação de Indústrias da Bahia	
1950	É criada a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia	Lei 347 de 13 / dezembro
1963	É inaugurada a Universidade Católica de Salvador	
1967	É oficializada a implantação do CIA nas áreas de química, metal-mecânica e alimentos.	
1969	É criada a Secretaria de Ciência e Tecnologia da Bahia, à qual se vincula a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia	Lei 2.751 de 01 / dezembro
1970	Criada a UEFS	Lei 2.784 de 24/01
1970	É criado o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento - CEPED, como fundação vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia. É extinto o Instituto de Tecnologia da Bahia	Decreto n.º 21.913 de 08 / julho
1971	É extinta a Secretaria de Ciência e Tecnologia, sendo criada a SEPLANTEC – Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia; centraliza-se em sua estrutura a Coordenação de Ciência e Tecnologia. Vinculam-se à secretaria o CEPED e a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia.	Lei 2.925 de 03 de maio
1971	Inicia-se a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari	
1974	São extintas a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia e a Coordenação de Ciência e Tecnologia	Lei Delegada nº 8 de 09 / julho
1975	É criada a Subsecretaria de Ciência e Tecnologia na estrutura da Seplantec	Lei 3.413 de 01 / dezembro
1977	É criado o Museu de Ciência e Tecnologia e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Decreto n.º 25.663 de 01 / maio Decreto n.º 25.698 de 06 / julho
1979	São extintos o Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Subsecretaria de Ciência e Tecnologia. Na estrutura da Seplantec é criada a Coordenação de Ciência e Tecnologia	Lei 3.700 de 31 / maio
1980	Criada a UESB	Lei delegada n.º 12 de 30/12
1983	É criada a COMCITEC – Comissão Interinstitucional de Ciência e Tecnologia e instituído o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia.	Decreto n.º 1.530 de 02 / setembro
1983	Criada a UNEB	Lei delegada n.º 66 de 01/06

1985	1º Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado da Bahia - PDCT – BA	
1988	Dissocia-se a função C&T da Seplantec dando origem à Secretaria do Planejamento e à Secretaria Extraordinária para Assuntos de Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Modernização. O Museu de Ciência e Tecnologia passa a ser administrado pela COMCITEC.	Decreto n.º 1.999 de 25 / novembro
1989	A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior passa as atribuições de "Modernização" para a Secretaria de Administração.	Decreto n.º 2.255 de 02 / janeiro
1989	Promulga-se a nova Constituição Estadual, cujos artigos 266 e 267 dispõem sobre a criação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e a Fundação de Amparo à Pesquisa, alocando a esta 1,5% da Receita Tributária Anual do Estado.	Artigos 266 e 267 da Constituição Estadual
1990	Encaminhada proposta de institucionalização da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, a qual é retirada pelo novo governo no ano seguinte.	Projeto de lei n.º 9236 de 04 / dez
1991	Criada a UESC	Lei n.º 6.344 de 05/12
1991	À função de C&T é acrescida a de Planejamento, recriando-se a Seplantec. É extinta a COMCITEC. É criada na estrutura centralizada da Seplantec o CADCT – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. É criado o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia. O CEPED é vinculado à nova Secretaria. O Museu de Ciência e Tecnologia e as Universidades Estaduais passam para a esfera da Secretaria de Educação e Cultura.	Lei 6.074 de 22 / maio
1999	O CEPED é transferido para a UNEB	Lei 7.435 de 30 de dez de 1998
2001	Criada a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB e extinta a Superintendência de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CADCT.	Lei No 7.888 de 27 de agosto de 2001.

Fonte: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia – SECTI. 2003.

Como já foi abordado em capítulo anterior o Estado é o principal indutor do desenvolvimento, através da criação de condições propícias ao florescimento das inovações tecnológicas. Nesse sentido as políticas públicas devem promover uma infra-estrutura adequada ao desenvolvimento da pesquisa, possibilitando a formação e qualificação de recursos humanos, ao mesmo tempo em que estimula as

empresas a, cada vez mais, utilizarem C&T como insumo indispensável à produção. Porém, cada gestão, dependendo de sua compreensão em relação a importância do uso de C&T no processo de desenvolvimento, adota políticas próximas ou distantes desse objetivo.

Nesse contexto, cada Governo imprime um plano estratégico de ação, impondo uma dinâmica peculiar voltada, basicamente, para o período que corresponde ao seu mandato. Essa prática gera descontinuidade das atividades do Governo no uso de ciência e tecnologia. O Estado da Bahia, a rigor, não tem definido um plano de desenvolvimento que norteie as decisões do Poder Executivo no horizonte de longo prazo para o Estado. “O início de um novo período de Governo, mesmo quando eleito sob o signo da continuidade, constitui sempre um momento de fixação de novas metas e prioridades” (BAHIA/SEPLANTEC, 1983:5).

Em cada Governo é delineado um Plano Estratégico de Ação, estabelecendo diretrizes e prioridades, normalmente para a duração do mandato, e tentando ao mesmo tempo adequar-se as prioridades da política nacional. Também não existe preocupação dos Governos Estaduais em estabelecer um plano estadual de desenvolvimento tendo como base uma política de ciência e tecnologia. A primeira iniciativa de elaboração de um Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Estado da Bahia em 1985 resultou mais de uma promoção à nível federal (FINEC/CNPq) do que uma determinação de política estadual (MARCELINO, 1985, p. 30).

Essa instabilidade governamental gera uma necessidade de reordenamento do espaço administrativo institucional na área de ciência e tecnologia. Ao se analisar a trajetória histórica da intercalação de C&T na agenda governamental, percebe-se que os Governos anulam uma série de atos que deveriam servir para consolidar e solidificar C&T como função própria no Estado. Tal atitude torna a ciência e a tecnologia mais fraca e desvalorizada politicamente, impossibilitando seu usufruto como importante mecanismo de desenvolvimento.

Cada governo impõe suas decisões, seu ritmo e sua marca à sua administração no que se refere à ciência e tecnologia, exaltando seus interesses próprios em detrimento as necessidades da sociedade. Portanto, ao se fazer uma retrospectiva histórica, percebe-se as descontinuidades em C&T geradas por diversos governos, criam uma ambiente de instabilidade institucional, materializada em constantes criações e extinções de cargos e instituições.

Curiosamente, o CEPED - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento, juntamente e fora do âmbito das Universidades Estaduais, tenha sido a instituição que mais resistiu a instabilidade institucional gerada pelas ações dos diversos governos, conseguindo sobreviver há 40 anos. Cabe, entretanto, um destaque e um enfoque diferenciado com relação ao CEPED representar a história da infraestrutura tecnológica do Estado.

O CEPED nasce em 08 de julho de 1970, através do Decreto nº 21.913, como Fundação à Secretaria de Ciência e Tecnologia e posteriormente à Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, tendo como finalidade prestar apoio tecnológico no desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e processos e na área de laboratórios básicos.

O CEPED foi criado para atuar dentro de um contexto especificamente regional, em face de uma realidade sócio-econômica do estado da Bahia e, por extensão, do Nordeste brasileiro, Tendo em vista as características dessa realidade foram-lhe atribuídos os seguintes objetivos."

- atuar como instrumento eficaz para a ação do Estado da Bahia na área de pesquisa tecnológica;
- constituir-se em elemento básico de complementação das funções da universidade na comunidade sócio-econômica, de modo a possibilitar a ampliação da capacidade criadora das universidades e um aproveitamento do seu trabalho;
- reduzir a um denominador comum as necessidades tecnológicas das empresas privadas;
- integrar o fluxo de informações entre as empresas, as universidades e o Governo, constituindo-se, desse modo, no "pivot" do sistema informativo científico - tecnológico;
- atuar como elemento catalisador de iniciativa social e economicamente rentável" (SILVA, 1992:8).

Com um campo de atuação amplo, o CEPED abrangeu as áreas de tecnologia agroindustrial, tecnologia da indústria química, tecnologia ambiental, tecnologia mineral, tecnologia dos materiais, tecnologia habitacional, tecnologia de energia alternativa, engenharia civil, documentação e informação, desenvolvimento de recursos organizacionais.

Ao longo de sua trajetória, o CEPED, tentou criar mecanismos de articulação com o setor produtivo implantando o NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica em 1984 e participando da rede nacional de Núcleos de Inovação Tecnológica, através de convênio firmado com a FINEP e interveniência do CNPq. Dessa forma "buscou proporcionar mecanismos facilitadores de interação entre as instituições de pesquisas e desenvolvimento do Estado e o sistema produtivo local. O Núcleo de

Inovação Tecnológica do CEPED posiciona-se, dentro da Instituição, como a grande interface entre a oferta dos diversos programas do Centro e as demandas detectadas junto a setores produtivos" (CEPED, 1988). Além disso, contou com um Setor de Documentação e Informação de excelência, mantinha um Boletim técnico de periodicidade quadrimestral e teve registradas nove patentes, resultados de projetos de tecnologias.

O CEPED conseguiu ocupar lugar de destaque entre os principais centros de P&D do país quando dispunha de um significativo corpo técnico. Porém, a partir de 1989 em consequência da crise financeira que ora o Estado atravessava aliado com o total descaso do Governo, o seu corpo técnico se transfere para o setor privado, induzido por uma política de salários inadequada, perdendo assim, seu maior patrimônio, seus recursos humanos. Com isso, reduz suas atividades, perdendo um pouco sua credibilidade com a comunidade empresarial e científica. (MIC/STI, 1985:148).

As dificuldades no funcionamento do CEPED que até anos recentes era considerado nacionalmente um "centro de excelência" em pesquisa de C&T, agravaram-se a ponto de ameaçar a sua própria sobrevivência... A crescente defasagem no valor real dos salários resultou numa evasão maciça de seus quadros técnicos, de nível superior e médio, inclusive daquele com formação de doutorado e mestrado, prejudicando a sua capacidade de gerar e desenvolver pesquisas" (BAHIA/SEPLAN, 1991, p. 220).

O quadro recessivo da economia dificulta grandes inversões do Governo na área de pesquisa principalmente quando a ideologia reinante do poder burocrático, incrustada na máquina estatal, é a de que a pesquisa não é prioritária diante dos grandes problemas econômicos que necessitam de soluções imediatas, desconsiderando, portanto, o papel de C&T no processo de desenvolvimento e desconhecendo que sua utilização nesse processo pode resultar soluções alternativas para esses problemas. Acrescente-se a essa situação a falta de uma agência de fomento em C&T à nível estadual, que garantiriam, em tese, os recursos necessários à área, de forma continuada e crescente. (NUNES, 1993).

Malgrado todo investimento realizado pelo Governo, o CEPED sente falta da capacitação que o projetou nacionalmente, ressentindo-se da falta de investimento em recursos humanos de alto nível e de uma política de médio e longo prazo, longe das tormentosas ingerências políticas. Embora fortalecido em relação a outros períodos,

o CEPED passa por uma crise de identidade. O projeto para o atual CEPED, explicitado publicamente pelos seus dirigentes, é concentrar sua atuação totalmente na prestação de serviços tecnológicos, posição de rumo contrária à finalidade principal para que foi criado e que ainda consta em seu Estatuto e no seu Regimento Interno: “ a realização de estudos e pesquisas científicas e tecnológicas com vistas ao desenvolvimento do Estado, bem como a prestação de serviços tecnológicos” (CEPED, 1993:16).

Há uma tendência, atualmente, do CEPED concentrar suas atividades na prestação de serviços, se distanciando de sua principal vocação, que é a Pesquisa Aplicada e o Desenvolvimento Experimental, cujo campo inovador possibilitaria dar uma efetiva contribuição ao desenvolvimento do Estado. O CEPED hoje está vinculado a Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Segue abaixo o quadro político do Estado da Bahia mostrando o registro dos fatos mais expressivos em C&T em cada período governamental.

Quadro 2 – Governantes, período e fatos na evolução do sistema estadual de C&T

GOVERNADOR	INÍCIO	FIM	FATOS	COLABORADORES
Otávio Mangabeira	1947	1951	1950: Fundação para o Desenvolvimento da Ciência	Fundador: Anísio Teixeira
Regis Pacheco	1951	1955		
Antônio Balbino	Abr/1955	Abr/1959		
Juracy Magalhães	Abr/1959	Abr/1963		
Lomanto Junior	Abr/1963	Abr/1967		
Luis Viana Filho	Mar/1967	Mar/1971	1969: Secretaria de Ciência e Tecnologia 1970: CEPED	Subsecretário: Bautista Vidal
Antônio Carlos Magalhães	Mar/1971	Mar/1975	1971: SEPLANTEC – CEPED vinculado 1974: Fim da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência	
Roberto	Mar/1975	Mar/1979	1975:	Subsecretário:

Santos			Subsecretaria – SEPLANTEC; Museu de C&T	Rogério Vargens
Antônio Carlos Magalhães	Mar/1979	Mar/1983	1979: Extinto o Conselho Estadual Científico e Tecnológico e a Subsecretaria de C&T; 1979: SEPLANTEC	
João Durval	Mar/1983	Mar/1987	1983: COMCITEC; 1985: PDCT	Diretor da COMCITEC: Sylvio Mattoso
Waldir Pires	Mar/1987	Mar/1989	1988: Secretaria Extraordinária para Assuntos de Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Modernização; Museu de C&T para a ser administrado pelo COMCITEC	Diretor da COMCITEC: Amílcar Baiardi
Nilo Coelho	Mar/1989	Mar/1991	1989: Fim da Secretaria Extraordinária; 1989: Constituição Estadual; 1990: Proposta de Institucionalização da Fundação – Retirada no governo seguinte.	
Antônio Carlos Magalhães	Mar/1991	Mar/1994	1991: Fim da COMCITEC e criação do CADCT; 1991: Criação do Conselho Estadual de C&T	Diretora do CADCT: Cleilza Andrade
Rui Trindade	Mar/1994	Abr/1994		Diretora do CADCT: Cleilza Andrade
Antônio Imbassay	Abr/1994	Jan/1995		Diretora do CADCT: Cleilza

				Andrade
Paulo Souto	Jan/1995	Jan/1999	1999: CEPED é transferido para UNEB	Diretora do CADCT: Cleilza Andrade
César Borges	Jan/1999	Abr/2002	2001: Criação da FAPESB.	Diretora do CADCT: Cleilza Andrade
Otto Alencar	Abr/2002	Jan/2003		
Paulo Souto	Jan/2003	Jan/2007	2003: Criação da SECTI	Secretário: Rafael Lucchesi; Diretor da FAPESB: Alexandre Paupério

Fonte: Elaboração própria. 2009.

4 A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA VISÃO DE SEUS PROTAGONISTAS

No governo de Luis Viana foi criada a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, uma das pioneiras no país e que teve como seu primeiro gestor Bautista Vidal. Seria este um dos primeiros sinais de preocupação com Ciência e Tecnologia no Estado, salvo ações de Anísio Teixeira, com a criação da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência em 1950, Rômulo Almeida no mesmo período, entre outras. No governo seguinte, a Secretaria é fechada e só quatro anos depois seria novamente integrada na estrutura organizacional do Estado.

Convidou-se Irundi Edelweiss para dar entrevista sobre o período no qual Bautista Vidal foi Secretário de Ciência e Tecnologia. Irundi, entrevistado em 11/03/2010, foi convidado por Bautista para trabalhar com ele na Secretaria. Este lembra que:

Ele estava na Secretaria de Ciência e Tecnologia, me chamou e eu fui trabalhar com ele e fiquei por um ano e pouco, até o fim do governo. Bautista é um visionário, um sonhador, tem uma capacidade enorme e quando foca bem num objetivo, é fantástico. Então naquela época, era uma época de Brasil grande, e se pensava que a implantação de Centros de Pesquisas Tecnológicas resolveria o problema de atraso no desenvolvimento do país. Essa era a visão do Governo Federal através da FINEP. A FINEP de então tinha a frente também uma pessoa extraordinária, José Pelúcio Ferreira, subordinado ao então Ministro do Planejamento, Luiz Paulo Veloso, que está vivo e, ao que sei, ainda faz trabalhos de consultoria.

O CEPED - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, criado em 1970, também no governo de Luis Viana, proporcionou grandes êxitos à Ciência e Tecnologia, principalmente, durante as décadas iniciais do seu funcionamento. As mudanças políticas ocorridas na história dos governadores do Estado da Bahia implicaram em uma rota de decadência com apogeu na transferência, atualmente, do Centro para a Universidade Estadual da Bahia, UNEB.

Em entrevista concedida em 03/04/2009 Roberto Santos, governador do Estado da Bahia entre 1975 e 1979, foi posterior a Luis Viana com o governo de Antônio Carlos Magalhães entre eles e, devido a isto, Roberto não encontrou o sistema de Ciência e Tecnologia que Luis Viana deixara. É criada a Subsecretaria de Ciência e Tecnologia vinculada à Secretaria de Planejamento, com Rogério

Vargens como Subsecretário, entrevistado em 27/04/2009. Em sua gestão, criou também o Museu de Ciência e Tecnologia, o CENTEC, Centro de Educação Tecnológica, que originaria, posteriormente, o CEFET e o CEPED é fortalecido.

Roberto Santos e Rogério Vargens, personalidades que participaram da formação do Sistema de Ciência e Tecnologia do Estado, foram entrevistados a respeito dos temas. A Subsecretaria de Ciência e Tecnologia foi criada de imediato por Roberto Santos, porém, segundo Rogério Vargens só foi instituída dois anos depois do início do governo. Rogério Vargens aponta a instituição da Subsecretaria dividida em dois compartimentos, como pode ser visto abaixo:

... Eu primeiro montei a subsecretaria, como não existia nada, eu pude montar ela ao meu bel prazer, não é? Então montei ela com dois grandes compartimentos, com duas grandes compartimentações, uma que era atividade meio, não é? E uma atividade meio assim como você vê, execução orçamentária, almoxarifado... E outra coisa os programas e projetos com as coordenações desses programas e projetos e nesse programas e projetos...

Segundo Rogério Vargens, ele foi o “pai dos pobres” (termo tirado de sua entrevista), pois objetivou em seus projetos, enquanto Subsecretário de Ciência e Tecnologia, projetos (ver anexo) que ninguém implementaria, obtendo, assim, projetos pioneiros. Roberto Santos, comparando ao que aconteceu com o CNPq, pensava que a vinculação da Ciência e Tecnologia no Estado à Secretaria de Planejamento era necessária e correta:

A mesma coisa que aconteceu com o CNPq. O CNPq quando nasceu era muito voltado para ciência acadêmica, isso foi muito importante, mas chegou um período em que, quando mudou o nome justamente para Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o pessoal de ciências básicas até **repercutiu** (grifo do autor) um pouco porque achou que iam ficar diminuído. Mas, na verdade, o que o CNPq queria fazer era articular a ciência acadêmica com desenvolvimento científico e tecnológico. E é essa a idéia dessa secretaria quando juntamos Planejamento com Ciência e Tecnologia. Então aí essa autonomia, que você se referia, talvez não sirva tão bem como quando você está associado ao planejamento, ao desenvolvimento científico tecnológico, mas isso é uma questão filosófica.

A criação do Museu de Ciência e Tecnologia em 1975 por Roberto Santos tinha por intuito ser interativo com a sociedade baiana. Espelhado nos modelos europeus, principalmente inglês, do qual obteve ajuda, apresentava itens nas áreas de energia, petróleo e elétrica, aviação e medicina. Quando perguntado sobre o Museu, Roberto Santos responde:

... criei com um entusiasmo enorme o Museu de Ciência e Tecnologia, que é um museu didático, é museu para ensinar, motivar a juventude a aprender os princípios essenciais da ciência e sua aplicação a tecnologia.

O Museu de Ciência e Tecnologia, ainda segundo Roberto Santos, foi abandonado por 20 anos após 79, culminando na transferência para Universidade Estadual da Bahia - UNEB, que tenta reconstruí-lo. Outra instituição importante para o Estado nessa área foi à criação do CENTEC, sinalização feita por Rogério Vargens, que colocou que este foi o primeiro Centro de Educação Tecnológica do país, constituído através do MEC com ajuda de Roberto Santos, Rogério Vargens, entre outros.

Para Rogério Vargens, o CEPED, elaborado por Bautista Vidal, fora criado como uma instituição independente da universidade devido à percepção de seu criador de que Ciência e Tecnologia necessitavam de uma instituição mais ágil do que a universidade. Adiciona que o CEPED apresentava uma deficiência na promoção de seus inventos, ou melhor, produtos. Este não encontrava compradores para os projetos constituídos no período. Assume que a Subsecretaria de Ciência e Tecnologia seria constituída para este intuito, porém, trilhou uma direção totalmente diferente, propositalmente dirigida por ele mesmo.

O excelente quadro de pesquisadores que compôs o CEPED, muitas vezes citados por vários atores externos e internos à instituição, foi um dos grandes propulsores para a credibilidade alcançada por esta instituição, ajudando na angariação de recursos para os seus projetos. Duas personalidades, entrevistadas sobre o tema, muito importantes para constituição do Sistema de C&T, Sylvio Mattoso e Amílcar Baiardi, ambos entrevistados em 06/04/2009, atuaram no CEPED, tanto internamente como externamente. Baiardi, quando questionado sobre o CEPED, apresenta a seguinte idéia:

O CEPED entra na rota de decadência e até hoje não terminou, eu acho que ainda não chegou no fundo do poço, ainda poderia fazer alguma coisa para recuperá-lo. Ter passado ele para UNEB foi uma prova de que ele não era uma coisa importante para o Estado, na visão dos dirigentes.

Para Sylvio Mattoso, o período militar foi muito importante para o desenvolvimento das atividades do Centro, uma vez que a preocupação militar com a Ciência e Tecnologia era muito grande. Acrescenta ainda que o CEPED

apresentou uma equipe extraordinária até o governo de Waldir Pires, período entre 1987 e 1989, ponto de inflexão na trajetória do Centro, pois a partir deste período o Centro começaria a ser desmontado:

O primeiro governo dele, Waldir Pires com Nilo Coelho, foi sem nenhum interesse por essa área e o segundo ele procurou o CEPED, que tava com uma equipe extraordinária e que tava com um trabalho ótimo e extremamente respeitado fora do Brasil... Pessoas vinham aqui e conheciam o que o CEPED faziam e o trabalho que estava sendo realizado... E conheciam o pessoal que estava trabalhando lá. Eles tinham um respeito muito grande pelo CEPED. E o Waldir Pires conseguiu começar nessa hora a desmontar a equipe e, simplesmente, colocaram lá um... para presidir o CEPED, um rapaz que era da área de futebol.

Em 1999 o CEPED é transferido para a UNEB, assim como o Museu de Ciência e Tecnologia criado no governo de Roberto Santos. Assim como as outras personalidades entrevistadas, Sylvio Mattoso discorda da anexação do CEPED à UNEB:

É de educação, pedagogia, não é?... Então como é uma universidade de base pedagógica e interesse muito forte para a parte de ciências humanas, está perfeitamente correta, não tem nada errado nisso, não teria sentido o CEPED ser parte da UNEB, porque a UNEB não tem porte, como utilizar, como administrar e nem experiência e nem gente para poder entender o que seja o CEPED. Realmente eles não têm a mínima idéia do que seja o CEPED. Zero. Zero de idéia.

Sylvio Mattoso coloca ainda sobre o CEPED, que a sua transferência para a UNEB não fora para beneficiar o CEPED e sim, o contrário, e que o nome do CEPED continuou o mesmo devido ao respeito obtido com tantos anos de trajetória. Baiardi coloca que tentou ajudar o CEPED no período em que estava na COMCITEC, mas não foi possível, uma vez que o governo de Waldir Pires não ajudou muito.

A COMCITEC, Comissão Interinstitucional de Ciência e Tecnologia, foi criada em 1983 durante o governo de João Durval, dando continuidade a importância dada à Ciência e Tecnologia do governo anterior, o de Antonio Carlos Magalhães. Este extinguiu a Subsecretaria de Ciência e Tecnologia e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ambos criados no governo de Roberto Santos. O COMCITEC perdura até a sua substituição pelo CADCT - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em 1991.

Amílcar Baiardi e Sylvio Mattoso, ambos, trabalharam na COMCITEC, como diretores executivos, porém em períodos distintos. A COMCITEC era vinculada à Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, assim como o posterior CADCT. Segundo Baiardi, a COMCITEC era uma anomalia, devido a imposição de muitas tarefas e, de certa forma, conflituosas uma com as outras, como pode ser visto em um trecho de sua entrevista:

E quando o fim do governo de Roberto Santos, terceiro, talvez no terceiro governo de ACM, com a extinção da Sub-Secretaria de Ciência e Tecnologia, que era do governo de Roberto Santos, aí resolveram criar um órgão que era uma anomalia organizacional, por que ele tinha três funções num órgão só. Comissão Interinstitucional de Ciência e Tecnologia. Ele era um Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, onde se reuniam representantes da comunidade científica e representantes da secretaria de Estado para estabelecer normas, digamos assim, regras mais gerais, diretrizes da Ciência e Tecnologia. Ele era Coordenação de Ciência e Tecnologia, na medida em que tinha que verificar que, fazer um mapeamento dos órgãos que atuassem no Estado e tentar estabelecer projetos comuns, entende? E era também uma Agência de Financiamento porque ele tinha um fundo que, com isso pensava, digamos assim, fazia financiamento a alguns projetos.

Sylvio Mattoso menciona o fato de a criação da COMCITEC não ser uma ação apenas estatal e sim nacional e, em todas, vinculada à Secretaria de Planejamento, salvo exceções, quando se tinha a vinculação à Secretaria de Indústria e Comércio.

Baiardi acrescenta ainda que o governo de Waldir Pires (1987-1991) inicia como um período de renovação de esperanças, pois retornaria a uma visão descentralizadora da política baiana, levando, conseqüentemente, a avanços na institucionalização do sistema de C&T&I, assim como havia acontecido no governo de Otávio Mangabeira, Luis Viana Filho e Roberto Santos. Não obstante, após criar a Secretaria de Ciência e Tecnologia sem recursos, sem orçamento, deu à mesma a função de ensino superior e reforma administrativa. Ademais, seu então secretário da fazenda, Sérgio Gaudenzi, não transferia para a COMCITEC os recursos previstos em lei, deixando o órgão sem condições de financiar a pesquisa. Rejeitou também o apoio da FINEP para recuperar o CEPED quando, contrariando a orientação desta agência, nomeou para presidente do centro de pesquisa um “cartola” do mundo do futebol, cuja única ligação com ciência e tecnologia era o fato de ser graduado em engenharia.

O período é marcado pela promulgação da Constituição Estadual, em 1989, ponto de inflexão no que tange a criação de uma Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado. A Fundação é criada apenas em 2001, porém data de 1989 o início simbólico da luta pela construção de uma Fundação com esta finalidade no Estado. A luta, na verdade, tem início anos anteriores à promulgação da Constituição, através de formação de assembléias e reuniões para a discussão desta.

A Constituição Estadual de 1989 apresentou dois artigos sobre a criação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e a Fundação de Amparo à Pesquisa, alocando a esta 1,5% da Receita Tributária Anual do Estado. Artigos que posteriormente seriam negligenciados, retirando assim, a obrigatoriedade em vincular recursos. Baiardi acredita que a inserção da criação da Secretaria e da Fundação na Constituição foi uma vitória extraordinária, a única.

No dia da promulgação da Constituição Estadual, apesar de ter sido previamente aprovada a inserção dos artigos referentes à Ciência e Tecnologia, houve alguns partidários contrários a inserção desta, sendo momentaneamente retirados da redação por Emiliano José e João Almeida, pois devido à ação rápida de João Augusto, entrevistado em 17/09/2009, juntamente com outros agentes, estes artigos foram promulgados. Artigos estes que sofreram modificações ou foram retirados nos anos posteriores. (Ver anexo).

Então me disseram lá, eu não assino isso, foi Emiliano José e João Almeida, João Almeida, coordenador geral do Governo Waldir e Emiliano José da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Cultura. Então eles tiraram esse artigo [...] Aí eu fui para Marcelo Duarte, que era quem estava organizando, **consultor** analista e membro não deputado técnico da comissão. Aí Marcelo Duarte me disse taí, tiraram mesmo. Mas Marcelo, você é sobrinho de Anísio Teixeira, Anísio Teixeira fez isso aqui na Bahia em 50, nós estamos retomando exatamente esse artigo e é retirado? aí ele disse: me dá o texto aí e chegou e digitou. Então foi assim que entrou, a verdade é essa e tem testemunha, eu e Luis Aníbal Oliveira Santos do CEPED e Solange Peixinho, que era da SBPC, biologia.

João Augusto apresenta fatos da importância para o Estado da área de Ciência e Tecnologia. Estudioso de Anísio Teixeira. Defende também o pioneirismo do Estado da Bahia na criação de uma Fundação, antes da FAPESP, principal Fundação da época chamada de Fundação para o Desenvolvimento da Ciência do Estado da Bahia - FAPEB. (Ver anexo). João Augusto discursa em entrevista:

É, a gênese da FAPESB, e é curioso o que Anísio fez, foi em consonância com São Paulo. Ele e o secretário de **educação** de São Paulo tentaram colocar e, conseguiram colocar na constituição estadual de 47 a vinculação de recursos de arrecadação tributária para a Fundação de Apoio a Pesquisa - FAPEB, um percentual disso, que é a grande novidade das fundações hoje. Então, foi fixado um percentual na constituição de 47 para São Paulo e foi fixado um percentual na constituição da Bahia. Só que Anísio implantou em 50 e São Paulo só foi implantar em 62. Já a FAPESP é de 62 e a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência é de 50.

O caráter clientelista, fortemente presente na trajetória política do Estado da Bahia, persiste no Conselho da Fundação para o Desenvolvimento da Bahia segundo João Augusto. Porém, esta financiou muitos projetos da época sendo muito importante para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no Estado.

Assim como a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, segundo João Augusto, houve outras ações que implementaram a criação da FAPESB, como o processo de escolha de representante da comunidade científica para a COMCITEC, proposto por Baiardi durante o governo de Waldir Pires, período entre 1987 e 1989, que contou com a ajuda de João Augusto, diretor da PUB na época, e ocorreu durante a SBPC regional.

João Augusto coloca que a SBPC de 2001 ocorrida na Bahia foi fundamental para a consumação da FAPESB, embora César Borges tivesse retirado em 1999 o artigo 267, retirando a obrigação de vinculação de recursos. Nesse período, a comunidade científica baiana reuniu-se num movimento conjunto a favor da criação da Fundação e, assim, César Borges cria a Fundação. Após esse movimento, Cleilza Andrade, entrevistada em 12/05/2009, diretora do CADCT, e outros integrantes, incluindo João Augusto, rediscutiram a FAPESB que logo em seguida é criada.

Com relação às críticas a criação da Fundação, João Augusto apresenta a ausência de um Conselho Estadual, pois o caracteriza como um órgão de caráter diferente e complementar da Fundação e a formatação do direcionamento de financiamentos implantada na Fundação:

A Fundação é de Fomento e o Conselho é um órgão de Política. Então você tem que ter um conselho pra formular a Política e acompanhar a Política. E a FAPESB está independente disso, então, é um órgão de fomento, de gerar fomento de balcão e quando tiver um bom projeto ela financia, até porque você, com isso, oxigena as linhas de pesquisa, as universidades que vão em busca do novo e de coisas assim mais criativas. Quando você falou em inovação eu fico até brincando, inovação não é só inovação tecnológica, é inovação científica também. Inovação científica surge desse clima de

liberdade. Outro dia eu fiz uma brincadeira com um amigo, um Einstein nunca seria financiado pela FAPESB, entendeu?

A forma como a SECTI, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, e a FAPESB interagem também é criticada por João Augusto, uma vez que a segunda está ligada a primeira. Este afirma que a Fundação poderia estar ligada à Secretaria, mas, dando condições de escolher os membros da comunidade através de uma lista tríplice, o que não ocorre.

Em 2001 a FAPESB - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia é criada após mais de uma década de luta e, dois anos depois, a SECTI - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação é criada, respectivamente, nos governos de César Borges e Paulo Souto. A criação da SECTI é bem questionada e muito pouco se é respondido quando se trata da pergunta: Por que agora? Por que só agora no segundo mandato e não no primeiro?

Quando perguntado a Paulo Souto, entrevistado em 19/05/2010, qual a motivação que teve para dar status de Secretaria ao componente Ciência e Tecnologia em seu segundo mandato, este explica:

Olha, isso passou por uma reestruturação que não foi apenas nesse ponto mas, o ponto de partida foi a própria secretaria de planejamento, ciência e tecnologia. Você tinha na secretaria de planejamento funções que sobrecarregavam muito a secretaria que tiravam o foco dela do seu objetivo principal que é realmente fazer um planejamento estratégico para o Estado. Então, estavam nessa área, por exemplo, o meio ambiente e, tava nessa área a parte de ciência e tecnologia. Então, o partido nosso foi realmente enxugar a secretaria de planejamento no sentido de que ela pudesse está mais focada no seu objeto principal.

Com relação à implantação tardia no Estado da Bahia de sua Fundação de Amparo à Pesquisa - FAPESB, Paulo Souto acrescenta que:

Acho que nós fizemos isso no momento que foi possível garantir recursos para o setor. Foi feita uma política de gradação. Começando com 0,6% do orçamento tributário do Estado até atingir 1%, que é o que está hoje. Por que senão não adianta, pois se você começa a criar muitas estruturas sem ter os recursos, isso acontece, por exemplo, em estruturas que tem um enorme número de secretarias que você acaba imobilizando recursos para atividade meio e faltando recursos para o objetivo principal que é, realmente, financiar pesquisa, tecnologia e inovações. Então, acho que, realmente, houve uma certa demora e no momento que o Estado sentiu que tinha condições, enfim, concretas, de dedicar uma parte do seu orçamento para essa área.

Com relação à criação da Fundação, a diretora executiva do CADCT - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de 1991 até a criação da FAPESB em 2001 e peça fundamental na criação desta, Cleilza Andrade, também entrevistada, participou desta longa luta pela criação já mencionada acima por Rogério Vargens, Amílcar Baiardi e João Augusto. Cleilza Andrade considera o CADCT uma célula mãe da FAPESB, que operava algumas das funções que a FAPESB viera a exercer a partir de 2001, claro que, com algumas diferenças que lhe caberiam a ser consideradas para uma evolução cabível, tais como:

A essa altura era uma superintendência, porque o CADCT teve um ciclo de vida onde ele foi evoluindo. Ele foi criado como Centro, era centralizado, ele não tinha dotação própria, ele não tinha recursos, os recursos estavam dentro do grande orçamento do Tesouro Estadual, entendeu? De Centro ele passou a Superintendência. Como Superintendência ele passou a ser uma unidade gestora independente, ele tinha recursos próprios, ele administrava os seus próprios recursos, entendeu? Ele já estava pra frente com quase o mesmo perfil de Fundação. Perfil legal, só que ele não tinha a vinculação dos recursos e aí, com a criação da Fundação, é claro a Fundação passa a ter vinculação de recurso e passa a ter uma autonomia administrativa e política muito maior do que o CADCT. Porque a Fundação é um órgão descentralizado e a Superintendência não, embora já tivesse uma identidade política e legal muito mais visível e muito maior, entendeu?

Cleilza Andrade apresenta como razões para a sua saída da FAPESB no decorrer de 2003, logo após a criação da SECTI, a intervenção política em um órgão independente da instituição política ou que, pelo menos, deveria ser, a Fundação. Mais especificamente, aponta como motivo de sua saída a não colaboração com a SECTI, ou seja, com o Secretário Rafael Lucchesi, em pontos não discutidos em Conselho, como previa o Estatuto da Fundação.

Assim, como foi dito acima por João Augusto, Cleilza Andrade aponta de certa forma, uma grande deficiência da Fundação, qual seja: a impossibilidade desta poder escolher seus membros através de uma lista tripartite. Em outras palavras, Cleilza Andrade apresenta os fatos de ter sido demitida e a imposição de uma nova diretoria como grande deficiência, inclusive, com posições contrária ao estatuto da Fundação. Esta pensa que:

Na verdade, esse sistema tem que ser co-gerido pela comunidade acadêmica. Ele tem que ser co-gerido pela comunidade. Mas você tem que convir que a entrada deles foi uma entrada muito agressiva, muito brusca, né? Eles desrespeitam a lei de criação do Conselho. O Paulo Souto não podia ter me demitido, se fosse uma coisa decente ele tinha que reunir o conselho porque está na lei de criação da Fundação. Porque é o Conselho

que nomeia a diretoria, certo? E manda a lista **tríplice** para o governador. Ele dá um golpe “na surdina”, numa sexta-feira às 7 horas da noite com o presidente da CNPq viajando, tava aqui na Bahia a dois dias.

Com a criação da SECTI em 2003 Rafael Lucchesi, entrevistado em 27/04/2009, é escolhido com secretário. Ex diretor do IEL - Instituto Elvado Lodi, experiência que o dotou de uma forte integração com o setor empresarial baiano, proporcionando uma conexão importante entre Ciência e Tecnologia com o setor produtivo privado. Seguindo esta visão, criticada por alguns pesquisadores da área de C&T, buscou-se a criação de alguns projetos importantes para o Estado e que continuam em funcionamento hoje, entre eles, e sendo considerado como principal, a criação de um Parque Tecnológico. Ao contrário da opinião das personalidades citadas anteriormente, Lucchesi acreditava que a FAPESB deveria estar diretamente correlacionada com a SECTI:

A Fundação tinha que estar encaixada fortemente em uma política pública voltada para área e a Cleilza não topou isso, achava que: “você cuida da Secretaria e eu cuido da Fundação e decido aqui as coisas.

No trecho acima Rafael Lucchesi, em entrevista, relaciona o período do início de sua gestão no momento em que Cleilza Andrade ainda era diretora da FAPESB. Cerca de seis meses depois, segundo Rafael, e a desistência de um professor à diretoria, Alexandre Paupério, entrevistado em 27/04/2009, assume a diretoria da FAPESB, muito criticado por sua pouca experiência na área de C&T. Vale ressaltar que Paupério foi indicação de Lucchesi e acatada pelo Governador Paulo Souto. Paupério permanece na direção da FAPESB até o fim da gestão do Secretário Rafael Lucchesi.

Assim como Rafael, Emerson Casali, entrevistado em 12/09/2009, Chefe de Gabinete da SECTI, e Alexandre Paupério, Diretor Executivo da FAPESB, defendiam a mesma visão sobre FAPESB, a de total interação entre a SECTI e a Fundação. Como, por exemplo, Paupério relata em entrevista:

Porque assim, a gente tinha as instituições muito propensas a ajudar nesse processo, a gente tinha a Secretaria muito fortalecida, querendo fazer isso acontecer, tinha a Fundação totalmente alinhada para fazer isso acontecer. O alinhamento foi assim, muito tranquilo e, eu acho que, produtivo.

Emerson Casali, além de defender esta idéia, acrescentou em entrevista que a FAPESB deveria servir a uma Política Pública maior no interesse do Estado, ou seja, implantando projetos de pesquisas ou outras ações que efetivassem o bem do Estado e não projetos de pesquisas que não fortalecesse em nada o Estado como pode ser visto abaixo:

Então deixa de ser aquela coisa da pesquisa pela pesquisa, pela minha vontade de pesquisar, eu acho que é tão bacana esse negócio da Joaquina do Alaska, tá, tudo bem, mas aqui não dá para pesquisar a Joaquina do Alaska, também acho muito bacana, mas não dá, até o problema do sisal interessa muito mais, a produtividade da mamona interessa muito mais pra gente, então, eu não sei como a FAPESB está operacionalizando hoje isso, mas fico satisfeito só se ela estiver cumprindo o que ela vinha cumprindo, eu diria para você que eu já estaria satisfeito.

Uma característica marcante no discurso dos três principais personagens entrevistados sobre o período pós-abertura da SECTI é a de que a interação entre Secretaria e a FAPESB foi essencial, assim como, para Casali, o papel de liderança assumido pelo Secretário Rafael Lucchesi foi também fundamental, pois favoreceu na relação com a esfera Federal. Segundo os três, houve o cumprimento do repasse de recursos do governo para a Fundação, como também houve crescimento no número de projetos aprovados e postos em prática, houve aumento na disponibilidade de bolsas de pesquisa, um fortalecimento da idéia de necessidade de uma Secretaria, entre outras ações.

Entre outras críticas, como a atual inoperância da Universidade Federal da Bahia na área de Ciência e Tecnologia, Rafael Lucchesi apresenta fortes críticas às estruturas remanescentes do sistema, tais como o CEPED. Segundo ele, este Centro era um Centro Tecnológico que servia a países de terceiro mundo, baseando-se em processos industriais imitativos.

O CEPED não é nada disso. O CEPED, ele é um centro tecnológico para países de terceiro mundo para tentar tangibilizar a tecnologia, tentar dar uma materialidade à tecnologia para processos industriais imitativos. Então, do ponto de vista da lógica e dinâmica, muita gente acha que é a mesma coisa, pois tem tecnologia no meio, são pessoas que são ignorantes, tem que pensar o que é tecnologia, pensar o que é o desafio de estruturas de ciência e tecnologia no mundo e a dinâmica de inovação também.

O pesquisador Caio Castilho concedeu entrevista no dia 05/05/2009 mas, não permitiu que essa fosse gravada. Por esse motivo, a transcrição de seu depoimento não se encontra em anexo. Caio Castilho foi secretário regional da SBPC e foi membro da comunidade científica baiana que engendrou uma luta marcante para a criação da Fundação de Fomento à Pesquisa. Caio Castilho pensa que a sociedade brasileira, e baiana, não valoriza Ciência e Tecnologia como instrumentos importantes na promoção do desenvolvimento.

Em entrevista, sinaliza sua preocupação em saber se o secretário Rafael Lucchesi cumpriu com a vinculação crescente tributária, destinada para a área de C&T no Estado, começando com 0,6% da receita tributária estadual chegando a 1% no final do mandato de Lucchesi.

Em março de 2007, devido a eleições para Governador do Estado, Jaques Wagner assume o Governo e sua equipe assume os cargos públicos no Estado. Nesse contexto, Rafael Lucchesi deixa a SECTI e Ildes Ferreira, sociólogo de formação, assume o cargo por indicação do Governador. Foi marcada uma entrevista com o novo secretário de Ciência e Tecnologia, para saber quais seriam seus planos para a área mas, no dia e hora marcada da entrevista, este desmarcou-a alegando compromisso inesperado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre o final do século XVIII e início do século XIX, período onde houve a consolidação da Revolução Industrial, e a segunda metade do século XX, o mundo se encontrava polarizado entre os países produtores de alimentos e algumas matérias-primas como madeira, couro, minério, etc. e os países inseridos no processo fabril de produção, ou seja, produtores de bens industrializados.

Não coincidentemente, os países que produziam e/ou dominavam conhecimento científico, juntamente com a tecnologia que detinham, através do avanço da industrialização, despontaram como dominantes no cenário do capitalismo mundial. Opostamente, os países que produziam matérias-primas perpetuavam pobreza e atraso econômico e social, principalmente em termos de educação e cultura, justamente pela ausência de ciência e da técnica, inerentes ou importadas de outros países.

No final do século XX o mundo ganha outro contorno, um novo reordenamento político e econômico acontece a partir da extinção da União Soviética e, conseqüentemente, o término da Guerra Fria. A antiga divisão entre países de primeiro, segundo e terceiro mundo, ou seja, países capitalistas ricos, socialistas e capitalista pobre, respectivamente, se modifica passando os países a fazerem parte de apenas dois grupos: países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Neste mesmo período houve um aumento da aquisição-apropriação de conhecimento científico e do avanço da tecnologia, ou seja, ciência e tecnologia ganham papel estratégico na atualidade e seu domínio induz o surgimento de mais um elemento importante na promoção do desenvolvimento econômico e social, a inovação. A inovação criou uma nova forma de caracterizar os países, pois os que detêm capacidade inovativa são chamados de líderes, como por exemplo Coréia do Sul, Cingapura, Alemanha e Japão e os que não a possuem, são chamados de seguidores, como Brasil, Argentina e México.

O investimento em ciência e tecnologia torna-se mecanismo fomentador de desenvolvimento mesmo nos países produtores de matérias-primas industriais e de alimentos *in natura*, pois somente terras férteis e climas favoráveis não são mais garantidores de sucesso na produção agrícola. É necessário que haja realização de pesquisas e agregação de novas técnicas na melhoria de sementes, no plantio,

máquinas e equipamentos e etc, desencadeando acréscimo de produtividade na agricultura.

O Brasil começa sua passagem de um país agrícola para um país industrializado a partir dos esforços de Getúlio Vargas que procurou integrar investimentos advindos de três bases diferentes, a saber, do governo federal, do capital privado nacional e do capital privado estrangeiro. Mas, a organização da atividade de produção de conhecimento científico no país começa a se estabelecer nos últimos 50 a 60 anos.

Neste período a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) tiveram papel imprescindível no convencimento e mobilização dos atores envolvidos na importância do componente C,T&I para promoção do desenvolvimento econômico e social do país. Dessa forma, o CNPq, a Capes, a Finep e as fundações de amparo à pesquisa tiveram, e têm, lugar de destaque na execução dinâmica desse processo.

De acordo com Raupp (2009) o Brasil participa hoje com 2% da produção nacional de trabalhos científicos na produção mundial, resultado bastante significativo pois mostra que o nosso sistema básico de produção de ciência está **do tamanho econômico do país (grifo do autor)**, já que esse índice é basicamente o mesmo da participação do Produto Interno Bruto brasileiro no PIB mundial. Mostra ainda que em 2000 o dispêndio em C&T representava 1,22% do PIB, passando para 1,46% em 2006, evidenciando o aumento do gasto com C&T em relação ao PIB do país nos últimos anos.

As universidades brasileiras tiveram importância vital para a eficácia do sistema de C&T no que diz respeito à formação de novos pesquisadores. Se juntarmos mestres e doutores, o país detinha no final de 2006 178 mil pesquisadores, ao passo que em 2000 eles chegavam perto de 111 mil, ou seja, houve um aumento de 60% neste período. Se somarmos os pesquisadores com pessoal de apoio envolvidos com pesquisa os números ficam mais expressivos. Em 2000 esse montante era de 210 mil frente a 354 mil profissionais em 2006, uma ampliação de 68%. Em 1987 o Brasil titulou 868 doutores, ao passo que em 2008 essa titulação subiu para 10 mil. Se levarmos em consideração também os Diretórios dos Grupos de Pesquisa do CNPq, o acréscimo de pessoas envolvidas com a atividade científica é percebido entre o ano de 1997, onde haviam 8.632 grupos com

33.980 pesquisadores e o ano de 2006 onde 21.024 grupos estavam em pleno funcionamento, envolvendo 90.320 pesquisadores.

Esse salto no trabalho envolvido com a atividade científica no Brasil, o dotou de autonomia para resolver problemas internos, localizados em áreas e subáreas do conhecimento nunca antes atingidas, assim como, o lançou em um lugar de destaque na pesquisa científica mundial. Um exemplo disto é a participação de pesquisadores brasileiros, trabalhando lado a lado com pesquisadores alemães, japoneses, chineses, franceses, americanos, etc, no Projeto Genoma Humano.

Vale ressaltar também os casos emblemáticos, surgidos a partir da segunda metade do século XX, no que se refere ao desenvolvimento das ciências aplicadas e à pesquisa tecnológica. O sistema Embrapa nas atividades agropecuárias; a rede Petrobrás, com apoio do Cenpes e do Coppe/UFRJ, na indústria petrolífera; a Fiocruz no sistema de saúde pública; o Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e a Embraer na indústria aeronáutica; o INPE na produção de previsões de tempo e na articulação de uma rede industrial de construção de satélites artificiais; e o sistema Cnen – Eletronuclear na tecnologia nuclear.

Diante dessas mudanças, torna-se claro que o país conseguiu formar um ambiente preocupado com C&T, através do fortalecimento institucional dado a este componente, ou seja, o sistema de ciência e tecnologia está preparado para ajudar a alavancar o projeto de desenvolvimento nacional. Contudo, para que essa contribuição seja efetiva e crescente se faz necessário que o sistema de C&T seja, permanentemente, assistido pelo governo e pela sociedade. Essa assistência é fundamental, não só para o próprio funcionamento do sistema, mas também, para ajudá-lo a superar dificuldades que lhes são inerentes.

A primeira dificuldade, e talvez a mais importante, é tornar cada vez mais, ciência e tecnologia uma função de Estado, ou seja, que as principais decisões concernentes à área não dependam de políticas de governo e, também, dos interesses dos partidos a quem pertencer o ministro de C&T, o secretário estadual de C,T&I, etc.

A segunda dificuldade diz respeito à deficiente educação básica e média. É necessário o envolvimento da comunidade científica para que haja uma melhoria desses indicadores, assim como uma atenção especial ao ensino das Ciências e das Matemáticas. As melhores universidades do país devem se ater à formação de

bons professores para que a educação de qualidade seja o principal instrumento de inclusão social.

Uma terceira dificuldade é aumentar o número de vagas nas universidades públicas sem perder a qualidade dos cursos. Certamente os 10 mil doutores que o sistema de pós-graduação brasileiro forma anualmente será a base para essa expansão, principalmente nas faculdades tecnológicas e nas escolas técnicas.

A região sudeste concentra 60% da ciência brasileira. Por razões estratégicas se constitui num desafio a mais para o planejamento estratégico e a política de ciência e tecnologia o redirecionamento desses investimentos federais estimulando as FAPs locais na maior distribuição das atividades de C,T&I no país, diminuindo as desigualdades regionais/locais. Estados como Amazonas, Pará e Bahia são bons exemplos dessa descentralização, ao passo que em outros, com certa tradição nessa área, está passando por retrocessos.

A quinta dificuldade está na separação, historicamente construída, entre o conhecimento gerado nas universidades e as atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) nas empresas. É necessário que o conhecimento surgido nas universidades seja transformado e otimizado em riquezas no ambiente empresarial. Alguns exemplos dessa sinergia universidades/setor empresarial já se faz perceber no Brasil, a exemplo de mecanismos como incubadoras de empresas, nascentes nas universidades, parques tecnológicos, concentrando universidades, centros de pesquisas e empresas com interesse em tecnologia e inovação e mestrados profissionais, criando um ambiente de cooperação, no qual é estimulado por política públicas.

A última dificuldade, e talvez a mais difícil de ser percebida e superada, decorre do entendimento de que ciência e tecnologia exercem papel transversal a todas as outras atividades. Faz-se necessário uma revisão no marco legal para o exercício das atividades de pesquisa, incluindo um estudo aprofundado sobre o status institucional das organizações de pesquisa, o regime de contratação de pesquisadores e outros profissionais envolvidos, etc. A superação desta dificuldade ajudará na superação das cinco citadas anteriormente.

Em resumo, podemos afirmar, depois dessa pequena análise, que o Brasil já possui uma infraestrutura científica e tecnológica para servir de base a um crescimento sustentado, ou seja, o sistema de C,T&I brasileiro está apto a colaborar com a execução de um projeto de desenvolvimento nacional de longo prazo. Mas,

para que isso aconteça é preciso que o Estado, juntamente com a sociedade, superem os gargalos que existem no sistema. No presente, há uma relação de reciprocidade entre os Estados e União, de interdependência e de apoio mútuo. Para que essa integração continue crescendo é necessário que os Estados capacitem-se humana e materialmente para que tenham condições de participar e contribuir, em parceria com o Governo Federal, do processo de desenvolvimento do país.

A história do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia na Bahia é, com muita probabilidade também nos demais estados da Federação, reflexo da tensão entre as forças de centralização e descentralização que operam na relação do poder central ou União com as unidades federadas. No passado, constituiu-se, principalmente, uma iniciativa na direção de marcar posição de autonomia na elaboração da Política de Ciência e Tecnologia por parte da unidade federada ou mesmo endereçada a aduzir instrumentos que fossem complementares aos operados pela União. Tratava-se de um claro reconhecimento de que a C&T deve ter uma dimensão regional que, mesmo compatível com aquela estabelecida pelo poder central, tem suas especificidades e cobre lacunas deixadas pela atuação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, SNDCT.

No presente, sobretudo após a Constituição de 1988, trata-se de cumprir diretrizes emanadas do SNDCT no sentido de que os estados devam começar a responder, cada vez mais, por funções antes exclusivas da órbita federal, em razão das novas regras de repartição da arrecadação dos principais impostos e taxas recolhidos pela União, o pacto federativo no concernente à questão fiscal.

O que ocorre na Bahia, portanto, não foge a esta regra. Porém, vale ressaltar o pioneirismo deste estado na criação de uma fundação de apoio à pesquisa em 1950 e de uma secretaria estadual de C&T em 1969. A constituição do SECT na Bahia remonta às décadas de 30, 40 e 50 deste século, quando são criadas instituições de ensino e pesquisa como a nova Escola de Agronomia de Cruz das Almas, a Escola de Medicina Veterinária, a Estação Experimental de Cacau de Uruçuca e o Instituto de Química Agrícola e Tecnologia da Bahia. Este último merece um destaque especial por ter sido o primeiro instituto de pesquisa com temas que iam além do campo das ciências agrárias.

Um grande reforço na constituição do SECT foi a criação, em 1950, da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia. Esta entidade funcionou

como uma agência de fomento, financiando, a fundo perdido, a implantação de infraestrutura de pesquisa, complementando salários de pesquisadores e concedendo bolsas para pós-graduação, além de auxílios diversos para pessoas físicas e instituições. Esta trajetória ascendente do SECT chega ao ápice no biênio 1969/70 quando, através de novas leis, se cria a Secretaria de C&T e um centro de P&D, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, CEPED, que, na forma de fundação, incorpora as instalações e o acervo do antigo Instituto de Tecnologia, já sem os laboratórios de química agrícola, transferidos para a Escola de Agronomia.

Em 1971, anuncia-se o primeiro retrocesso nessa trajetória, que parecia linear e cumulativa, passando a função C&T a não mais justificar, para os governantes da época, uma secretaria de Estado, tornando-se subalterna à função planejamento. A mesma lei que redimensiona a função C&T colocando-a como uma coordenação da recém criada Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia (o destaque da função no nome da secretaria nunca correspondeu a um peso da mesma), extingue a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência.

Uma parcial recuperação de status para a função C&T viria com a transformação da Coordenação de Ciência e Tecnologia em Sub-Secretaria de Estudos e Pesquisas, que passou a chamar-se Sub-Secretaria de Ciência e Tecnologia em 1975. A retomada do prestígio levaria à criação, em 1977, do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e do Museu de Ciência e Tecnologia. Entretanto, já em 1979, uma reforma administrativa transforma a Subsecretaria de Ciência e Tecnologia em Coordenação de Ciência e Tecnologia, anulando todo progresso anterior. Em 1983 é criada a Comissão Interinstitucional de Ciência e Tecnologia, que se constitui a partir da Coordenação de Ciência e Tecnologia, juntando, em um só órgão, três funções: 1) de um ente colegiado definidor de políticas de C&T, uma espécie de Conselho de Ciência e Tecnologia; 2) de um órgão de coordenação das entidades atuantes em C&T, fossem elas da esfera federal ou estadual e, também, 3) o papel de agência de fomento ao desenvolvimento científico-tecnológico. A possibilidade de concentrar os três papéis em um único órgão - em princípio uma anomalia administrativa - foi possível devido à pouca expressão que tinha a atividade de fomento ao desenvolvimento científico-tecnológico no estado.

Em 1988, a função C&T volta a se autonomizar, passando a ser conduzida por uma Secretaria Extraordinária de Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e

Modernização. Em 1989, a Assembléia Legislativa aprova a Constituição do Estado da Bahia, contemplando a criação de um Conselho Estadual de C&T e uma Fundação de Amparo à Pesquisa. O que parecia ter sido um passo decisivo para a consolidação do SECT não logrou, contudo, materialização. Estes componentes do SECT não chegam a ser criados porque uma outra reforma do Estado, em 1991, reagrupa as funções planejamento e C&T sob a égide da primeira e cria um Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico-Tecnológico, o CADCT, com os papéis de agência de fomento e órgão de coordenação, criando também um Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, como órgão formulador de políticas. Esta última e mais recente mudança não conseguiu imprimir peso, relevância e dinamismo ao SECT.

Estas mudanças e descontinuidades impediram que se acumulassem experiências, que se formasse uma cultura organizacional em C&T. Demonstraram, também, uma absoluta falta de sensibilidade e de visão por parte de governantes e legisladores na Bahia. Como consequência, o setor de C&T encontra-se em um estágio dos mais atrasados, comparativamente à maioria dos estados brasileiros, e o setor de geração de conhecimentos mantido pelo estado atravessa a pior crise das últimas décadas, com alguns órgãos em um estágio de desmonte ou pré-sucateamento. O que de relevante acontece em termos de pesquisa básica, ou em termos de P&D na Bahia, fica por conta da Universidade Federal da Bahia e de outros órgãos ligados à rede federal de pesquisa como o CNPMF-EMBRAPA, CEPEC-CEPLAC e Fundação Oswaldo Cruz.

A pesquisa nos órgãos mantidos pelo estado, seja nas universidades estaduais, na EBDA ou no CEPED, é obra heroica de poucos pesquisadores que resistem a todo tipo de desestímulos profissionais e que conseguem gerar algum tipo de conhecimento em condições bastante adversas. O problema principal que decorre da fragilidade do SECT é que as instituições da órbita federal, necessariamente não cobrem todas as demandas de produção de tecnologias autóctones e, por estarem integradas em programações nacionais, em muitos casos deixam de interagir intensamente com o setor produtivo, ver Baiardi (1991) e Nunes (1993).

Baiardi, Barral-Netto e Olival Freire (2010) apontam dois objetivos correlacionados para que P&D promovam o desenvolvimento no estado da Bahia, quais

sejam: a formação de um sistema de equipes de pesquisa de nível internacional em todas as disciplinas e um aumento bastante expressivo da formação de doutores.

A SECTI deveria examinar a possibilidade de complementar salários, na forma de bolsas, com avaliação periódica de desempenho para fins de renovação, de pesquisadores produtivos da esfera estadual, de modo a torná-los comparáveis com aqueles pagos pelos órgãos federais. Isoladamente, o crescimento do número de doutores não atenderá às nossas necessidades. Deverá ser facilitada a mobilidade de pesquisadores e criadas oportunidades de financiamento atrativas. (BAIARDI, BARRAL-NETTO, OLIVAL FREIRE, 2010, p.142)

Esses autores chamam atenção para a condução da política científica, tecnológica e de inovação, fortalecendo as áreas que a compõe, quais sejam: C,T&I, educação em ciência, tecnologia e inovação. Ressaltam também a estruturação de temas específicos, tais como: o aumento da capacidade de P&D em nível estadual, através do fortalecimento do relacionamento entre o CETIND – Centro de Tecnologia Industrial Pedro Lodi, o CIMATEC – Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia e o CEPED – Centro de Pesquisas e Desenvolvimento; a revisão da arquitetura institucional das Universidades Estaduais; o fomento a cultura e popularização da ciência; e o fortalecimento do Sistema Estadual de Inovação & Pólo Tecnológico, tendo a SECTI como gestora do Sistema Baiano de Inovação Tecnológica.

E ainda, os autores citados acima, identificam as diversas áreas com interesse no futuro, que precisam de análise cuidadosa no planejamento de uma Política de Ciência, Tecnologia e Inovação na Bahia. As principais áreas são: pesquisa e formação pós-graduada em ciência da computação, para atender o potencial do Pólo Industrial de Ilhéus; a pesquisa em prospecção de petróleo e recursos minerais; e a pesquisa em nanotecnologia e em química.

REFERÊNCIAS

- ADLER, Emanuel. The Power of Ideology. The Quest for Technological Autonomy in Argentina and Brazil. Berkley. University of California Press. 1987.
- ANDRADE, Cleiza F. Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CADCT: Concepção e Ação. Análise & Dados, v.2, nº2. Salvador. SEPLANTEC. 1992.
- ANPEI. Incentivos à Inovação Tecnológica: A Experiência Mundial nos Países Inovadores e Sugestões para o Modelo Brasileiro. São Paulo. ANPEI. 1988.
- ARAUJO JR. José T. Perspectivas da Indústria Nacional. Jornal do Brasil. 24/11/91.
- BAHIA/ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Resolução nº 1.193, de 17/01/1985- Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa. Salvador. Assembléia Legislativa. 1992.
- BAHIA/COMCITEC. Comissão Interinstitucional de Ciências e Tecnologia. Legislação Básica. Salvador. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, 1984.
- _____. 1º Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Estado da Bahia. Salvador. Secretaria do planejamento, Ciência e Tecnologia. 1985.
- _____. Relatório de Atividades de 1987. Salvador. COMCITEC. mimeo. 1988.
- _____. Relatório de Atividades de 1988. Salvador. COMCITEC. mimeo. 1989.
- BAHIA/CONSTITUIÇÃO 1947. Constituição do Estado da Bahia. Salvador. Imprensa Oficial. 1947.
- BAHIA/CONSTITUIÇÃO 1989. Constituição do Estado da Bahia. Salvador. Assembléia Legislativa. 1989.
- BAHIA/SECTES. Manual de Informações. Ensino Superior no Estado da Bahia. Salvador. SECTES-Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. 1990.
- BAHIA/SEPLAN. Mensagem à Assembléia Legislativa, Relatório do exercício de 1990. Salvador. Secretaria do Planejamento. 1991.
- BAHIA/ SEPLANTEC. Programa de Ação Governamental para a Bahia(1983-1987). Salvador. SEPLANTEVC. 1983.
- BAHIA/SEPLANTEC. Plano Estratégico de Ação. 1988-1991. Salvador. SEPLANTEC. 1988.
- BAHIA/SEPLANTEC. Bahia: Reconstrução e Integração Dinâmica. Salvador. SEPLANTEC. 1991.

BAHIA/SIC. Incentivos Governamentais, v.2, nº2. Salvador. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. mar/1993.

BAIARDI, Amilcar. Amparo à Pesquisa. Jornal A Tarde, pág.6, Salvador. 13/08/89.

_____. Contribuições para Reorganização Institucional do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia. Salvador. 15º Encontro Anual da ANPAD. 1991.

_____. Sociedade e Estado no apoio à ciência e à tecnologia: uma análise histórica. São Paulo, Hucitec, 1996.

BAIARDI, Amilcar et alii. A Ciência e a Tecnologia no Estado da Bahia. Salvador. Fundação João Mangabeira, mimeo. 1986.

_____. Considerações Finais e Diretrizes. In: A Ciência e a sua Institucionalização na Bahia: Reflexões sobre a segunda metade do Século XX e diretrizes para o Século XXI. Salvador – Cachoeira. Os editores. 2010.

BAIARDI, A. BASTOS, C. Nascimento e desenvolvimento de sistemas de ciência, tecnologia e inovação na América Latina. In: XIV Congresso Latino Ibero Americano de Gestion Tecnológica, 2011, Lima. Anais XIV Congresso Asociación Latino Iberoamericana de Gestión Tecnológica ALTEC. Lima: Asociación Latino Iberoamericana de Gestión Tecnológica ALTEC, 2011, v. 01. p. 682-690.

BARBOSA, Paulo J. Uma estratégia para o Planejamento e Gestão de Programas Estaduais de C&T. Salvador. 15º Encontro Anual da ANPAD. Anais. 1991.

BARBOSA, Paulo J. & SILVA, Georges P. Planejamento e Administração em C&T- A Delimitação de seu Campo de Atuação. Rio de Janeiro. 16º Simpósio Nacional de Pesquisa de Administração em C&T. 1991.

BELLUZO, Luiz G. de M. O Estado Tem que Mudar. RBT. 19(11): 10-12.set/89. BERNAL, John D. Historia Social de la Ciencia. Editora de Ciencias Sociales, La Habana, 1986.

BNDES. Uma proposta de Programa Decenal de Financiamento dos Sistemas Estaduais de Ciência e Tecnologia. 1988. Doc. Interno.

BRASIL/CONGRESSO NACIONAL. Causas e Dimensões do Atraso Tecnológico. CPMI. Relatório Final. Brasília. Congresso Nacional. 1922.

BRASIL/CONSTITUIÇÃO 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Salvador EGBA. 1988.

CANDOTTI, Ennio. Caro Aziz. Jornal da Ciência Hoje, Ano VII, nº 278. Rio de Janeiro. SBPC.02/07/1993.

_____. As duas últimas cartas de Ennio a Itamar Franco. Jornal da Ciência Hoje, Ano VII, nº279. Rio de Janeiro. SBPC. 30/07/1993.

CARNEIRO, A. Inovação estratégica e competitividade. Lisboa: Texto Editora. 1995.

CASTILHO, Caio M. C de. FAPEB-E agora?. Jornal A Tarde, pág. 6, Salvador. 14/02/1990.

_____. Bahia não cumpre sua Constituição. Jornal da Ciência Hoje, Ano VI, nº255. Rio de Janeiro. SBPC. 19/06/1992.

CAVALCANTE, L,R. Maturidade tecnológica e intensidade em pesquisa e desenvolvimento: o caso da indústria petroquímica no Brasil. Salvador, 1997. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, UFBA, 1997.

CEPED. CEPED. Documentação Básica. Camaçari. CEPED. 1993.

_____. Núcleo da Memória CEPED. Camaçari. CEPED. Prospecto. 1992.

_____. CEPED. Plano Diretor, 1971. Camaçari. CEPED. 1971.

_____. Relatório de Atividades, 1983/87. Camaçari. CEPED. 1988.

_____. Relatório de Atividades, 1990. Camaçari. CEPED. 1991.

_____. Relatório de Atividades, 1992. Camaçari. CEPED. 1993.

_____. Seminário de Avaliação da Demanda Tecnológica Industrial da Bahia. Informe Técnico, Ano I, nº 003. Camaçari. CEPED. Jun/1986.

CNPq. Concepção e Diretrizes Operacionais dos SECT's. Brasília. 1981. Doc. Interno.

_____. Sistemas Estaduais de Ciência e Tecnologia.: Concepção e Diretrizes Operacionais. Brasília. CNPq. 1981. Doc. Interno.

_____. Sistemas Estaduais de Ciência e Tecnologia.. 2: Encontro de Manaus. Brasília. CNPq. 1981.

_____. Sistemas Estaduais de Ciência e Tecnologia. Brasília. CNPq. 1984.

_____. Uma Experiência de Gestão em Ciência e Tecnologia. Brasília. CNPq. 1985

_____. Política Governamental de Ciência e Tecnologia. Brasília. CNPq. 1983.

_____. Política e Gestão de Ciência e Tecnologia. Brasília. CNPq. 1985.

_____. Programa de Inovação Tecnológica. Brasília. CNPq. 1983.

_____. Orçamentos Estaduais para Ciência e Tecnologia (Memória da Reunião de Trabalho). Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia. Brasília. CNPq. 1992.

COSTA, I, F. Contribuições à avaliação de eficácia organizacional: o caso do centro de pesquisa e desenvolvimento – CEPED. Dissertação. UFBA. 1989.

CUNHA, Paulo G. À Espera de Grandes desafios. FINEP. 1987.

DOLZA, Luisa. História da tecnologia: as grandes etapas do desenvolvimento económico e técnico da humanidade. Bologna; Editorial Teorema, 2009.

DOSI, Giovanni. Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. Research Policy, vol. 2, nº 3, pp. 147-162. 1982.

DOSI, Giovanni. Mudança Técnica e Transformação Industrial: a teoria e uma aplicação à indústria de semicondutores. Tradução: Carlos D. Szlak. Campinas, SP: Editora da Unicamp (Clássicos da Inovação), 2006.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo. Perspectiva. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. 1989.

ERBER, Fábio S. Importação de Tecnologia e Dependência Tecnológica. Ver. Rumos de desenvolvimento. Ano 4. nº 20: 35-40. nov/dez. 1979.

_____. Política Científica e Tecnológica no Brasil Uma Revisão da Literatura. 1978.

FERREIRA, M. M e AMSDO, J. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FINEP. Relatório de Atividades 1990. Rio de Janeiro. FINEP. 1991.

FIGUEIRÔA, S. As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional 1875-1934. São Paulo. HUCITEC, 1997.

FIORAVANTI, Carlos. Dinheiro Garantido. Revistade Tecnologia, v.19, nº 12. São Paulo. ANPq. Out/1989.

GOES FILHO, Paulo. O sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: Condicionantes Históricas. Brasília. Mimeo. 1981.

GUIMARÃES, Eduardo A., ARAUJO JR., José T., EBER, Fábio s. A política Científica e Tecnológica. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1985.

GUIMARÃES, Fábio C. de M. S. Os atuais Rumos da Política de Ciência e Tecnologia. Jornal do Commercio. 10/dez/1990.

_____. Ciência, Tecnologia & Universidade. FINEP. Rio de Janeiro. 1988.

HEXSEL, Astor E. et alii. Reflexões sobre Gestão Macroeconômica da Tecnologia e um processo Competitivo internacionalizado. Rio de Janeiro. 16º Simpósio Nacional de Pesquisa de Administração em C&T. 1991.

LAKATOS, Eva M. & MARCONI, Marina de A. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo. Atlas. 1988.

JOHNON, B. Institucional learning. In: LUNDVALL, B. (Ed). National systems of innovation: towardss a theory of innovation and interactive learning. London. Pinter Publishers, 1992. p. 115-157.

LEVINSON, Adrian R. & MEDEIROS, José A. de S. Síndrome do Novo. Revista Brasileira de Tecnologia. 19(7): 16-20. Brasília. Jul/88.

LIMA, M, C. Inserção de um agente indutor da relação universidade-empresa em um sistema de inovação fragmentado. NPGA/UFBA/FTE. Salvador. 1999.

LLOYD, C. As estruturas da história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

LONGO, Waldimir P. e. Tecnologia e Soberania Nacional. São Paulo. Nobel. 1984.

_____. Reflexões sobre a Dependência Tecnológica. FINEP.

LUNDVALL, B. Introduction In: LUNDVALL, B. (Ed). National systems of innovation: towardss a theory of innovation and interactive learning. London. Pinter Publishers, 1992a. p. 1-19.

_____. Product innovation in user-producer interaction. (SI): Aalborg University Press. 1985.

_____. User producer relationships, national systems of innovation and internationalisation. In: LUNDVALL, B. (Ed). National systems of innovation: towardss a theory of innovation and interactive learning. London. Pinter Publishers, 1992a. p. 45-67.

MANN, Peter H. Métodos de Investigação Sociológica. Rio de Janeiro. Zahar Editores. Terceira edição. Tradução de Octávio Alves Velho. 1975.

MARCELINO, G. Descentralização em Ciência e Tecnologia. São Paulo. Cortez. 1985.

MARSHALL, Alfred. Princípios de economia: tratado introdutório. São Paulo; Abril Cultural, 1992 (Os economistas).

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. (tradução por Reginaldo Sant'Anna). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990 (Coleção Perspectivas do Homem).

MCT. Programa organizacional dos Sistemas de Ciência e Tecnologia. 1988. Doc interno.

MCT/CNPq. Ciência e Tecnologia no Brasil Evolução Recente e Perspectivas. Brasília 1985.

_____. O Futuro Hoje: Avaliação e Perspectivas em Ciência e Tecnologia. 1989.

MCT/FINEP/CNPq. Ciência e Tecnologia numa Sociedade Democrática. Termos de Referência. Brasília. 1985.

_____. Ciência e Tecnologia numa sociedade Democrática. Relatório Geral. Brasília. 1986.

MEC/CENTEC. Documentos Básicos do CENTEC. Salvador.CENTEC. 1979.

MEIHY, J.C.S.B. Manual de história oral. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MELO, Lúcia C. P. de. Ciência e Tecnologia nos Estados: Um Processo por Consolidar. Rio de Janeiro. 16º Simpósio Nacional de Pesquisa de Administração em C&T. 1991.

MIC/STI. Cadastro de Entidades Atuantes em Ciência e tecnologia no Estado da Bahia. Brasília. EMBRAPA. 14985.

MONTEIRO FILHO, Rubem F. A Caminho do Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Nordeste Brasileiro. Rio de Janeiro. 16º Simpósio Nacional de Pesquisa de Administração em C&T. 1991.

MOREL, Regina L. de M. Ciência e Estado: a política Científica no Brasil. São Paulo. 1979.

NELSON, Richard R. & WINTER, Sidney G. In Search of a Useful Theory of Innovatinon. Research Policy, vol. 6, nº 1, pp. 36-77. 1977.

NUNES, José A. C. A descentralização das políticas públicas de C&T: o caso da Bahia, 1983-1992. Rio de Janeiro, 1993 (Dissertação de mestrado).

_____. Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Mimeo. 1992.

_____. Os Centros de Pesquisa e Desenvolvimento(P&D) e sua inserção no Programa Nacional de Capacitação Tecnológica. Rio de Janeiro. Mimeo. 1990.

PELIANO, José C. Administração Social da C&T. RBT. 19(&): 56. São Paulo. CNPq. Jul/88.

PERNANBUCO/SCT. Fórum Nacional dos Secretários Estaduais para assuntos de Ciência e Tecnologia. Relatório de Atividades- 1987-1991. Belém. SEPLAN. 1991

PEREIRA, M. G. Pesquisa e Desenvolvimento e o Mercado: o Papel do Governo na Intermediação in administação em Ciência e Tecnologia. São Paulo. 1983.

PEREIRA, Maurício G ET alii. A Experiência Brasileira. IN Parques Tecnológicos. Seminário Internacional. Anuais. Rio de Janeiro. 1987.

RAPPEL, Eduardo. O Retrato de um Paradoxo Brasileiro. RBT. 12(2): 3-8. São Paulo. CNPq. Abr/jun. 1981.

RATTNER, Henrique. E Depois da Nova Era Eletrônica? Revista Brasileira de Tecnologia. 16(6): 26-36. São Paulo. CNPq. Nov/dez. 1985.

_____. Tendências de Reorganização da Economia Mundial: suas Implicações para a Política Tecnológica dos NIC's (Países de Industrialização Recente) da América Latina. III Seminário Nacional de Política de C&T. Relatório. Salvador. 1985.

RAUPP, Marco Antônio. Artigo: Ciência e tecnologia para o desenvolvimento nacional. In: Revista Princípios. Mar/Abr, Nº 100, 2009.

RATTNER, Henrique. ET. Alli. A Política de Ensino e Tecnologia e a Política Econômica nos Planos dos Governos 1950/1980. São Paulo. FINEP. 1982. Relatório de Pesquisa.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os economistas).

ROSENBERG, N& BIRDZELL, L. E Jr. A História da Riqueza do Ocidente. São Paulo. Record. 1987.

ROTHWELL, Roy & ZEGVELD, Walter. Industrial Innovation and Public Policy: Preparing for the 1980s and the 1990s. Contributions in Economics and Economic History, number 42. Greenwood Press Westport. Connecticut. 1981.

SANTOS. Edmilson M & SILVA FILHO, Edson P. Avaliação da Política Tecnológica Italiana e Novas Propostas para os anos 90. Rio de Janeiro. 16º Simpósio Nacional de Pesquisa de Administração em C&T. 1991.

SANTOS, Silvio a. dos. A Experiência Brasileira: O Caso de São Paulo. In Parques Tecnológicos. Seminário Internacional. Anais. Rio de Janeiro. 1987.

SBPC. Taferá nº 1: Reconstruir as Bases da Ciência no Brasil. Jornal Ciência Hoje. Ano VII. nº 283. Rio de Janeiro. SBPC. 30/10/92.

SCHUMPETER, Joshef. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro. Zahar. 1984.

_____. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os economistas).

SCT/PR. A política Brasileira de Ciências e Tecnologia: 1990/1995. Brasília. SCT/PR. 1990.

SCHWARTZMAN, S *Formação da comunidade científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional/FINEP, 1979.

SCHWARTZMAN, S (coord.) *Science and technology in Brazil: a new policy for a global world*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1995.

_____. A capacitação brasileira para a pesquisa científica e tecnológica. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

SEBRAE/BA. Estatuto Social do SEBRAE/BA. Salvador. 1991.

SENAI. CTPQI. Centro Tecnológico de Processos Químicos e Instrumentação. Salvador. SENAI. Mimeo. 1991.

SILVA, José Z. da. O CEPED no Cenário da Bahia. 1971-1992. Boletim Técnico. v.7, nº 3. Camaçari. CEPED. Set/dez. 1992.

_____. Fontes de Financiamento para Apoio à Capacitação Tecnológica e Gestão da Qualidade e Produtividade. Boletim Técnico. v.7, nº 3. Camaçari. CEPED. Set/dez. 1992.

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento econômico. São Paulo: Atlas, 1995.

SOUZA, Paulo R. O Desafio Brasileiro. RBT. 19 (12): 38-39. Brasília. Out/89.

STORCK, Vera S. A Ciência e a Tecnologia como Elementos de Competitividade. Rio de Janeiro. 16º Simpósio Nacional de Pesquisa de Administração em C&T. 1991.

THOMPSON, P. A voz do passado. Editora Paz e Terra. São Paulo. 2002.

UFBA. Relatório de Atividades 1988/1992. Salvador. PróReitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/UFBA. 1992.

UFBA/FAPEX. FAPEX- Uma Visão Geral. Salvador. FAPEX. 1993.

VESSURI, H.M.C. El papel cambiante de la investigacion científica académica en un país periférico. In: E. Diaz, Y. Texera y H. Vessuri (coords). La ciencia periférica. Ciencia y Sociedad in Venezuela, Caracas, Monte Ávila, 1984.

VIEIRA, Paulo Reis. Em busca de uma teoria de descentralização: uma análise comparativa em 45 países. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. 1971.

ANEXOS



UFBA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UEFS – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PICE – DOUTORADO EM ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

ANEXO A

ROBERTO SANTOS
Ex-Governador da Bahia
(Entrevista Revisada pelo Entrevistado)

Entrevistado: Roberto Santos (RS)

Entrevistadores: Janúzia Mendes (JM)

Cidade da entrevista: Salvador

Data da entrevista: 03/04/2009

RS - O sistema de ciência e tecnologia do Brasil começou com a criação...

JM – Posso gravar?

RS – Pode, a vontade...

JM – Eu vou deixar aqui pertinho porque acho que ele [o gravador] não tem um alcance...

RS - O sistema de ciência e tecnologia do Brasil começou com a criação das faculdades de medicina da Bahia, a do Rio e pouco depois com as faculdades de direito do Recife, Olinda, e São Paulo. Então, o sistema de ensino superior nasceu com uma conotação profissionalizante muito rígida. Todo o ensino superior ao longo do século XIX, até quase o fim do século XIX e o começo do século XX considerava

o aprendizado das ciências, o ensino das ciências, apenas como apoio e auxílio para a compreensão das práticas profissionais. Então, você não aprendia e não ensinava matemática como matemática e sim como introdução ao entendimento das áreas técnicas. A física, a química, a biologia básica e as ciências humanas, até mesmo, as letras, tudo isso era lecionado e aprendido como apoio às carreiras que exigiam o terceiro grau, o nível superior. Daí resultou que as ciências da natureza e as ciências exatas, dependendo do critério de classificação, não tiveram um grande desenvolvimento. É verdade que hoje os cursos superiores, os que se tornaram cursos superiores também aproveitavam o apoio das ciências básicas. Nós sabemos que começaram o curso de agronomia na Bahia e em Pelotas no Rio Grande do Sul...no século XX. Aqui começou com o real colégio de São Bento das **Vargens**, em Santo Amaro, o Real colégio de Agronomia de São Bento das **Vargens**. A poucos anos não existia prédio, um prédio e terreno..., luxuoso, vamos dizer, em São Bento das **Vargens**, que é um distrito de Santo Amaro, embora o curso, a escola, já tivesse sido transferida para Salvador e depois, **instalada** em Salvador, por incrível que pareça, a escola de agronomia esteve sobre o mar no Monte Serrá, na Ponta de Humaitá, num local que não era o mais apropriado e depois foi para Cruz das Almas... e depois entrou para a Universidade.

JM - Qual a explicação de ir para Cruz [Almas]? Porque Cruz [Almas]? Porque a escolha de Cruz [Almas]?

RS – No final da década de 30 e começo da década de 40 a Bahia tramitou sobre o período de Getúlio Vargas, o período do Estado Novo e naquela época as escolhas de coordenadores, **enquanto substâncias interativas...e os estados tiveram interventores que...** nesse período o interventor nomeado por Getulio chamava Landolfo Alves de Almeida, era agrônomo formado na escola daqui, deve ter sido ou... aqui no Serra ou ainda em Santo Amaro, mas era agrônomo. E como agrônomo ele favoreceu muito o ensino e o aprendizado da agronomia, com isso ele adquiriu essa propriedade em Cruz das Almas e construiu a escola, essa escola que você conhece e que teve uma construção muito sólida, embora estivesse muito vazia de equipamentos e de atividades estudantis. Além de construir essa escola, realmente uma construção muito avançada para época, ele também identificou alguns agrônomos daqui que eram da escola e mandou para o exterior, mandou para os EUA. Eu conheci uns dois ou três. Um deles está vivo ainda, o nome dele é

Geraldo Pinto, **esqueci o nome dele**, era..é um botânico que fez um trabalho excelente nos EUA...

JM – Baiardi me falou dele...

RS – é uma ótima pessoa, tenho impressão que está vivo e o outro foi Floriano que se especializou em fungos, ou alguma coisa assim, mas foi para Recife, era microbiologista. E o outro foi Conceição e se especializou, depois que voltou, em mandioca, foi professor da escola e morreu a pouco tempo. O Conceição, até aparentemente recente, montou um programa de mandioca que foi o ponto de partida para a escolha para a sede da Embrapa em Cruz das Almas que é mandioca e **fruticultura**. É, quem foi mais? Enfim... Ah, o outro foi Professor Vasconcelos que estudou abacaxi e fez plantações de abacaxi ali...Então, você vê que esse interventor agrônomo teve uma visão de levar para frente a agronomia e o nível superior. E foi...

JM – É o mesmo Landulfo Alves da refinaria?

RS – Exato. E foi por isso que a escola foi para Cruz das Almas. Ele adquiriu essa propriedade, num sei se foi em 1940, quarenta e pouco...Bom, isto do ponto de vista das ciências aplicada à atividade agrária. O outro lado curioso da questão é que, no caso específico da agronomia, é que a Bahia que viveu **400 anos e mais** de exportar produtos do campo, como cacau e açúcar, não tinha nenhum curso de segundo grau e de nível técnico de agronomia até pouco tempo, vou ser um pouco vaidoso dizendo até o meu período. Então o aprendizado de nível médio foi muito mau tratado, tendo em vista a importância que a produção rural teve na Bahia ao longo de mais de 400 anos.

JM – Foi aí que surgiram as escolas técnicas?

RS – Agrotécnicas.

JM – Porque tem uma em Catu, não é?

RS – Esta é uma agrotécnica federal voltada para veterinária e que esteve muito reduzida à atividade... A boa escola agrotécnica que a Bahia teve foi a escola de Uruçuca... eu devo aliás dizer **as melhores escolas agrotécnicas são as escolas agrotécnicas estaduais**...foi uma excelente escola, hoje eu não sei como está. E serviu muito de modelo para escolas agrotécnicas que vieram depois. Bom, este é o aspecto da agricultura... Voltando a questão do Ensino Superior começou com os cursos profissionalizantes, em que se estudava química para fazer Medicina, química para fazer Engenharia, estudava sociologia, ou outro nome, para fazer

direito e assim por diante. Bom, então as ciências básicas não tiveram muito desenvolvimento até que aí pela década de mil novecentos e sessenta e poucos, década de 60, o Brasil vinha importando todos os produtos que eram industrializados que eram produtos comuns. Sentiu então que era preciso nacionalizar ou criar condições de produção e de inovação de produtos industrializados e agriculturas, e para isso as universidades teriam que intensificar as atividades de pesquisa. As faculdades que precederam as universidades faziam alguma pesquisa... a escola **tropicalista** baiana na década de 60 e 70, no Rio de Janeiro o Instituto Oswaldo Cruz fazia pesquisa, em São Paulo o Instituto Biológico... mas era tudo isso limitado. As Universidades começaram a entrar na área de ciências básicas e fazer pesquisa com a criação da USP, que foi em 1934. A primeira universidade brasileira que funcionou, ou melhor, as duas primeiras foram a USP em 1934 e a chamada Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro, que foi mais ou menos na mesma época, aí foram criadas as faculdades de filosofia e ciências e letras, e estas faculdades... começaram a ensinar e a pesquisar os setores básicos do conhecimento pela sua importância própria não apenas como apoio para compreensão das profissões. Este foi um grande passo, a criação das faculdades de filosofia e ciências simultânea com a criação da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal. Estas Universidades receberam professores de fora, estrangeiros. Foi na época que o Brasil... eles [professores estrangeiros] foram parte fundamental e instalaram laboratórios, começaram a ensinar e a pesquisar as ciências como **seu valor próprio**. Foi então um verdadeiro marco. Mas isso ficou limitado, era o Rio e São Paulo com duas funções grandes. A do Rio sofreu dificuldades de ordem política e a de São Paulo só fez crescer e é a base da grande dianteira que São Paulo conseguiu nessa área até agora. E nos outros estados as coisas começaram muito mais devagar, aqui [Bahia] a faculdade de **medicina e letras** começou em torno de 1940, num esforço muito grande do Professor Isaias de Almeida como uma escola particular, mas com grandes dificuldades financeiras e instalações precárias, o prédio de Nazaré, até que entrou para a Universidade, em 1946 ou 47, por aí, e daí começou a ter um apoio financeiro maior, uma condição melhor de trabalhar. Pois é, mas essas faculdades inclusive as grandes de São Paulo... ficaram também como escolas muito voltadas para si própria e apesar de integrarem em universidades... não tiveram influência sobre o que se fazia de matemática, ciências humanas... nas faculdades tradicionais. Como

você sabe as nossas universidades, as primeiras, ..., foram resultado da aglomeração de escolas e faculdades que já existiam. São Paulo já tinha uma faculdade de medicina, uma tradicionalista faculdade de direito, tinha uma escola Politécnica,... e ela se juntaram para formar a Universidade. A faculdade de Filosofia que fez parte da aglomeração não teve grande influência sobre as demais faculdades. Cada faculdade dentro da Universidade tinha bastante autonomia. Bom, aqui foi a mesma coisa. A faculdade de **medicina** em 1946 foi incorporada a universidade, mas não teve grande influência sobre as demais... até a reforma da década de 70. Na década de 70, no Brasil todo, não foi só no Rio e São Paulo, começou a pesquisar mais para atender as necessidades do aproveitamento das nossas matérias primas, para a nossa mão de obra, para nosso mercado e foi por isso que foi criado CNPq que começou a estimular mais a atividade de pesquisa. Bem, essa reforma teve justamente como objetivo se certificar que em cada universidade, sobretudo as universidades federais, existiria pesquisa científica em todas. E esse foi o outro grande passo para o desenvolvimento da ciência e tecnologia. Aqui na Bahia foram criados os institutos de setores **básicos** na UFBA, isto foi até durante o meu período de mandato... Nessa época instalamos com prédios próprios o Instituto de Matemática, o de **Química** e o de Biologia não chegou a ficar pronto, mas foi finalizado. E enquanto isso, enquanto esses institutos eram criados os cursos de ciências humanas saíam do velho prédio de Nazaré e deixavam espaço para o que vem a ser a faculdade de filosofia e ciências humanas, que é diferente da antiga faculdade de filosofia, então as ciências humanas e filosofia ficaram no mesmo prédio... e as letras também se separaram. Bom, nesse momento o ensino e a pesquisa das ciências... ganham impulso do ponto de vista do ensino universitário. Se nós considerarmos o Brasil em conjunto o grande passo para financiar, tanto a formação do pesquisador como a atividade de pesquisa, foi o CNPq, que naquele tempo chamava Conselho Nacional de Pesquisa... e depois mudaram o nome para Conselho Nacional para Desenvolvimento Científico e Tecnológico, isso resultou do seguinte: estávamos no pós-guerra e tinha acabado a guerra em 1945 e tinham sido desenvolvidas muitas pesquisas atômicas, foi daí que nasceu a bomba, as duas bombas que caíram no Japão e aquela história toda que vocês conhecem. E houve um almirante, o Almirante Álvaro Roberto, que tinha interesse por esta área e que participou de reuniões internacionais destinadas a comentar por mundo a fora o uso de energia atômica para fins... a idéia de que a

energia atômica iria transformar o mundo, houve um sucesso muito grande tecnológico, justamente naquele período e na guerra o aproveitamento dos trabalhos sobre energia atômica que foram **concebidos** para ganhar a guerra e a sua utilização para fins....**(participativos)** . Bom, no Brasil então, se criou o CNPq, Conselho Nacional de Pesquisa, muito conhecido ... **(até hoje)**, o Almirante Álvaro Roberto era um homem de prestígio na cúpula dos países e institucionalizou o conselho e conseguiu recursos e reuniu uma equipe. Essa equipe, então, foi levada a frente e ampliou muito o apoio tanto para formação de pesquisadores como pelo fomento, financiamento, das pesquisas universitárias... Em São Paulo, que tinha tomada essa dianteira, sobretudo pela relativamente precoce criação da sociedade de ciências, filosofia, direito e letras. A palavra precoce aqui eu uso com uma certa conotação, na verdade a criação desta faculdade e da USP foi uma questão tardia, só começou neste século da década de 1950. Porém, dentro do Brasil, destas várias instituições ela foi precoce, no sentido de ter surgido antes das outras. Aí, então em São Paulo, a quarenta e poucos anos, **cerca de mil novecentos e cinqüenta e poucos**, formou-se a FAPESP, Fundação de Apoio ao Estado de São Paulo.

JM - A FAPESP foi antes ou depois da criação da CNPq?

RS – Foi depois da criação da CNPq. A FAPESP comemorou 40 anos a... Quando foi? Estamos em 2009...90, 80, 70...é...foi em setenta e poucos, foi no governo de Carvalho Pinto quando começou. Então, foi depois do CNPq. Agora, a FAPESP teve uma sorte porque teve uma administração muita ativa e muito correta durante quase todo o seu período e os governos do Estado de São Paulo respeitaram as dotações orçamentárias tal como havia sido **planejado** e com isso a FAPESP teve muito dinheiro, crescente, a economia de São Paulo cresceu, a USP cresceu e criou-se a Universidade Federal de São Paulo, criou-se a UNESP, Universidade do Estadual de São Paulo, assim como a UNEB, multicampi, espalhou-se por todo o interior de São Paulo e muitas destas unidades do interior de São Paulo fazem pesquisas diferentes. São Paulo se tornou um... bom, esta aí é uma parte, eu falei disso porque a reforma instalada legalmente em 1976, falam em 1978, mas não é verdade, esta reforma tramitou via decreto lei em 1976 que aproveitou os estudos do Conselho Federal de Educação. Então misturam isso com regime militar, com professores no exterior, não tem nada disso, essa reforma foi bolada pelo Conselho Federal de Educação aproveitando idéias que tinham vindo de um período inicial da Universidade de Brasília. A Universidade de Brasília foi a primeira que não resultou

da aglomeração de escolas soltas, foi a primeira que começou com os setores básicos com uma ou duas faculdades... Mas o importante é que os setores básicos, matemática, física, química, e tal, foram implantados de começo, diferente das outras que tiveram aquelas bases... Bom, então, esse modelo da Universidade de Brasília foi o que serviu de inspiração para que o Conselho Federal de Educação fizesse os estudos que serviriam para a reforma de 1976. Bom, aqui na Bahia eu já falei... , mas isso ocorreu em todo o Brasil... Bom, quando eu tava o governo, aí já foi em setenta e...

JM – Primeiro eu gostaria de fazer uma pergunta. É...uma dúvida minha, foi o estado da Bahia que primeiro internalizou o modelo de sistema de Ciência e Tecnologia? Foi o primeiro que adotou?

RS – Aí foi o Estado da Bahia...

JM – Foi o estado da Bahia...

RS - O governo Luis Viana montou uma secretaria de... não sei se era planejamento e ciência e tecnologia ou se era ciência e tecnologia e planejamento. E, realmente, o Estado da Bahia foi o precoce, talvez o primeiro do nordeste, não sei se foi antes de Rio, São Paulo... não posso dar esse relato, mas, então, implantou um sistema de ciência e tecnologia. Foi no governo Luis Viana. Isso teve muita importância, mas no governo seguinte esqueceram e eu fui retomar isso. O governo Luis Viana foi de 67 a 71 e eu fui retomar isso em 75 até 79 e criei com um entusiasmo enorme **o Museu de Ciência e Tecnologia**, que é um museu didático, é museu para ensinar, motivar a juventude a aprender os princípios essenciais da ciência e sua aplicação a tecnologia. Era uma época para teste, vou te dizer porque, até poucos anos antes a Bahia tinha vivido de uma atividade agrícola exportadora de cacau..oh, produzia cacau e vendia cacau para o exterior e mais alguns outros produtos tropicais... e com isso adquiria divisas com o que importava muita coisa, muita coisa que era usada na Bahia e muita coisa que iria para São Paulo e para o sul do país, então, nessa fase primário exportadora a Bahia transbordou muita da riqueza aqui produzida para outros estados, bom, ultimamente você sabe o cacau onde fica, mas naquele período começou a industrialização na Bahia, primeiro com o CIA, usando sempre tecnologia importada, ferramenta de produção, maquinário importado e vindo de São Paulo... depois vem o Pólo Petroquímico, **o pólo petroquímico já foi melhor do que aquele**, mas esse museu de ciência e tecnologia então foi bolado justamente por isso, a juventude até aquela época não ouvia falar das oportunidades

de emprego, de trabalho que a indústria oferecia, porque a atividade era de agricultura e comércio. Bom, o museu então, teve apoio de outros órgãos, sendo que a coleção mais importante daquela época, que acabou, foi a coleção de modelos de moléculas em três dimensões dos produtos fabricados pelo Pólo Petroquímico, era a maneira da juventude se interessar... conhecer como era a produção do Pólo Petroquímico. Essas moléculas em três dimensões são caras nos modelos, mas ao lado delas o jovem via e enxergava e se colocava então o processo de produção da matéria-prima de um lado e depois os usos daquelas... tudo isso, então, fazia parte da coleção que a Petrobrás financiou. Isso acabou... A CHESF ofereceu a miniatura da represa e usina de Paulo Afonso, que era muito interessante... A Viação Férrea Federal Leste Brasileira, que naquele momento tinha mais importância do que hoje ofereceu uma locomotiva fora de uso, que ainda está lá. A Aeronáutica ofereceu um aviãozinho, eram modelos que serviam para explicar as crianças os princípios da mobilização ferroviária e aviação área e a Secretaria de Transporte do Estado ofereceu amostras da evolução das estradas de rodagem, desde o tempo dos romanos, passando pela idade média... até o asfalto. E você via então os cortes, você sabe que embaixo do asfalto que levam vocês daqui par Feira de Santana tem um porção de **bases sobre bases**, toda uma estrutura? Então, tudo isso era mostrado lá... E na área biológica, que é a minha, tinha uma coisa extremamente interessante, nós temos aqui um professor de anatomia, da escola de medicina, que aprendeu uma técnica de injetar um corante nas artérias e nos órgãos, coração, pulmões... injetar as artérias com um corante de uma cor, azul, as veias com corante de outra cor, ..., e no caso do pulmão, os brônquios e os bronquíolos, já com outra cor. Depois ele colocava essas preparações em um líquido que comia e dissolia as células que estão em volta desses vasos. Fazia o que chamam de diafanização. Então você enxergava as árvores, as árvores arteriais, o coração, o pulmão... como é que funciona... isto era uma beleza, um trabalho bonito. Foi jogado lá nos armários. Agora que eu saiba, só salvaram o coração... Bom, isso era o museu de Ciência e Tecnologia. E ao mesmo tempo montamos um sistema que se chamava de operação escola, que era uns ônibus que levavam crianças e jovens das escolas públicas e depois de um preparo os professores explicavam o que os alunos iam ver e levavam para visitar o museu e voltava. Bom, isso ficou pronto no final de 78 ou início 79. Daí pra frente levou mais de 20 anos abandonado. Abandonado. Ultimamente foi entregue a UNEB, e a UNEB instalou lá no museu a

Pro – Reitoria de Extensão e trouxeram uma professora que tem tido um empenho muito grande, tem se esforçado, tem trabalhado, pra reconstruir. Então, conseguiu reforçar as estruturas, restaurar os dois portões, que era uma obra de Mario Cravo, um escultor... Então, estão criando novos princípios. Pra parte de demonstração de princípios científicos, o Conselho Britânico financiou a vinda de um inglês que era diretor do museu de ciência e tecnologia de Londres e ele então orientou a instalação de experiências baratas e que os jovens manipulavam as coisas, não era um museu de ficar olhando, os meninos trabalhavam com as coisas para fazer demonstrações... Bom, esse museu ainda está aí, estão tentando melhorar... Agora mais recentemente, o Luchesi, e está sendo continuado pelo Ildes, imaginou trazer para Bahia uma entidade que já existe no Brasil inteiro que é o Parque Tecnológico, mas na Bahia ainda não existia, pois bem, eu fui a pouco tempo, quer dizer, eu não conheço detalhes, mas acho que o Luchesi chegou a fazer o anti-projeto

JM – Fez.

RS - E identificar o local.

JM – A prefeitura doou um local ali na paralela.

RS - A pouco tempo o Ildes promoveu aí um encontro para começar as obras da via de acesso, quer dizer, é um terreno que fica na margem da paralela, mas que não tem infra-estrutura, então, estão construindo a via de acesso para se chegar as duas áreas de construção do parque, uma que é destinada a entidades do governo do estado e outra que é destinada a entidades privadas, algumas já se comprometeram, a Petrobrás já se comprometeu, parece que a Microsoft tem alguma coisa, entre outras que vão construir ali naquela área. Isso vai ser a mais recente das novidades na área de Ciência e Tecnologia.

JM – O ponto de discussão da instalação do parque é o fato de ser instalado fora das instalações da Universidade Federal.

RS – Em São Paulo, como eu disse, tinha vários, tanto na capital, como nessas unidades no interior. O do Paraná era muito desenvolvido, não sei com está, era um dos mais desenvolvidos. O do Rio Grande do Sul era importante. O de Minas Gerais tinha... O Ceará, curiosamente, o Ceará tem...

JM – Agora, em relação ao seu período de governo, o senhor abriu uma Sub-secretária de Ciência e Tecnologia.

RS - Foi, exato. E foi justamente por esta sub-secretária que foi instalado o Museu.

JM – Com relação ao período anterior, o avanço que o senhor vê na área de Ciência e Tecnologia no seu governo foi exatamente a criação do Museu?

RS – É, sim. E, além disso, outra coisa que também teve no governo de Luis Viana, que ficou abandonado e nós retomamos, foi o CEPED, Centro de Pesquisa e Desenvolvimento. Luis Viana [o governador] criou a secretaria em grande parte porque a estrutura da secretaria foi intermédio do CEPED. Esta sigla, Centro de Pesquisa e Desenvolvimento e no tempo de Luis Viana foram montados vários projetos importantes, tanto na área agrícola, as coisas, como por exemplo, veio uma missão do exterior que naquela época estava se procurando industrializar frutas tropicais, mas acontece que as frutas tropicais nossas eram geneticamente selvagens, então você tinha a mangueira hoje que produzia... para glicose alta e outras que não davam nada... então essa missão cuidou de homogeneizar a genética das plantas que começaram a ser desenvolvidas para a atividade inicial, porque quando chega a fase industrial uma máquina que está regulada para um teor de glicose da manga de x a y, então quando está mais baixa ou mais alta ela não funciona. Outra coisa foi o abacaxi que teve um desenvolvimento... e depois apareceu uma praga e reduziu o abacaxi, mas o abacaxi também teve uma época...em Conceição de Maria... na região de São Gonçalo, Feira de Santana. Então, isso do ponto de vista agrícola e do ponto de vista industrial, de mineração e outras indústrias, aquela época estava muito em foco o cobre da Caraíba, de Jaguarari..., e, além de estudar mineração, tava se cuidando também de fazer a metalurgia de cobre...**aqui em Salvador...** em parte com material lá de Caraíba e em parte com material importado. Então eram essas as dificuldades, e o CEPED cuidou muito disso. E outra coisa foi o Pólo Petroquímico que estava na fase de... que trabalha... adaptação de tecnologias, importação e exportação... depois do Governo Luis Viana, esse negócio caiu, eu dei uma ênfase muito grande a isso durante o meu período e depois acabou. Ainda existe lá, mas... e isso eu não sei porque no período de Luchesi e agora também com Ildes ainda não retomou, eu ouvi dizer que, em parte, isso é porque surgiram problemas trabalhistas durante essas duas décadas que passaram que se acumularam e isso virou um problema jurídico complicado e um problema financeiro muito complicado, porque tem gente cobrando... Eu sei que o CEPED não recuperou ainda. É uma pena, pois é um instrumento...

JM – E o CEPED hoje está sob a guarda da UNEB, não é?

RS – Da UNEB. É isso... você vê como durante certos períodos... Pra dizer a verdade, durante o período de... Antônio Carlos, que não acreditava em nada disso, que o negócio dele...fazer política, durante todo aquele período essas coisas deterioraram, e uma das coisas que ele fez, como não queria gastar dinheiro, entrou essas coisas nas universidades. Era uma coisa de aparência, a universidade ficou como responsável, mas sabe que não tem dinheiro. As fontes de recursos da UNEB são muito limitadas. Então, Pituauçu foi entregue a Universidade Católica, e o parque virou brinquedo e o museu foi entregue a UNEB, que por sorte encontrou esses reitores, essas moças lá, que tem um interesse muito grande e que estão trabalhando de verdade, mas com pouco dinheiro, com muita dificuldade. Ao passo que o Estado em si poderia ter cuidado muito melhor... Foi uma maneira de...

JM – tirar a responsabilidade...

RS – E o CEPED se acabou, uma pena e não teve substituto, quer dizer, o parque tecnológico quando começar a produzir deverá absorver algumas coisas há 30 anos, 30 anos ou mais foram do CEPED. Foi um atraso muito grande nessa área. E a Bahia foi isso né, poderia ser... mais avançada, competir melhor com outros **Pólos**, ficou...

JM – É como o CIS lá de Feira, né? O Centro Industrial Subaé de Feira... Que tenta...

RS – Ele foi muito importante... O Centro Industrial Subaé em certo momento recebeu incentivos da Sudene, quando a Sudene funcionava, acabaram com a Sudene... mas precisa ir lutando...

JM – Quando... A sub-secretaria... a sub-secretaria de Ciência e Tecnologia, ela era vinculada a um... a outra secretaria?

RS - No meu tempo?

JM – Sim...

RS – Era Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. A idéia era fundir com a nossa de Planejamento, que na Bahia em certo período por causa de Rômulo Almeida tinha tido um desenvolvimento grande e aí Ciência e Tecnologia serviu de base para essa concepção do planejamento... Agora isso diminuiu um pouco, tão querendo cortar e tal, mas retornou...

JM – O senhor fala em relação a secretaria?

RS – Em relação ao planejamento...

JM – Ao planejamento... No último governo desmembrou...

RS – Foi, no último governo desmembrou...

JM – Aí, ela ganhou novamente o status de Secretaria.

RS – Exato.

JM – Porque era SEPLANTEC...

RS – Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia... Mas era justamente para poder associar, você vê, um pouco também... A mesma coisa que aconteceu com o CNPq. O CNPq quando nasceu era muito voltado para ciência acadêmica, isso foi muito importante, mas chegou um período em que, quando mudou o nome justamente para Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o pessoal de ciências básicas até **repercutiu** um pouco porque achou que iam ficar diminuído. Mas na verdade o que o CNPq queria fazer era articular a ciência acadêmica com desenvolvimento científico e tecnológico. E é a idéia dessa secretaria quando se juntamos Planejamento com Ciência e Tecnologia. Então aí essa autonomia, que você se referia, talvez não sirva tão bem como quando você está associado ao planejamento, ao desenvolvimento científico tecnológico, mas isso é uma questão filosófica. É, o que aconteceu também mais recentemente com o desenvolvimento... com a Secretaria, **e eu fiquei quieto...**, é que o equivalente a FAPESP, lá em São Paulo..., outros estado criaram, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará novamente, e aqui, a Fundação como foi concebida no princípio, a muito tempo, tinha um conselho com a representação de alguns órgãos e que portanto, tinha um conselho que não dependia totalmente do governador... Anísio Teixeira, isso já vinha de muito longe,... Então transformaram essa fundação num conselho que era de nomeação do governador, **e isso não justifica**, e isso diminuiu muito o orçamento... Agora... escriturais... reconstitui a Fundação, que foi a FAPESB, então teve um papel importante. Isso foi outro apoio que o estado está proporcionando.

JM – Tardamente...

RS – Tardamente, muito tardamente...

JM – de amparo a pesquisa... A gente queria tirar uma foto...

[FINAL DO DEPOIMENTO]

ANEXO B**ROGERIO VARGENS****Subsecretário de Ciência e Tecnologia no Governo de Roberto Santos****(Entrevista não revisada pelo entrevistado)****Entrevistado: Rogério Vargens (RV)****Entrevistadores: Janúzia Mendes (JM)****Felipe Silva (FS)****Cidade da entrevista: Salvador****Data da entrevista: 27/04/2009**

RV – Então o que você quer é a minha parte que é essa aqui da subsecretaria de Ciência e Tecnologia.

JM – É. Mas o senhor também foi reitor.

RV – Foi.

JM – Então, na verdade, o senhor tem duas experiências...

RV – Dois momentos.

JM – Com Ciência e Tecnologia, uma enquanto reitor e...

RV – Na verdade, tem até mais, mas eu acho que hoje seria interessante nós focarmos nessa questão da subsecretaria, se vocês quiserem, é porque senão vai ser muito longa, se vocês quiserem a gente pode até remarcar alguma coisa. Veja bem, o que é que você quer? Você quer me perguntar? Quer que eu fale? Como assim?

JM – Nós pensamos em duas perguntas. Como foi sua passagem na formação do sistema de C&T na Bahia e quais os avanços que teve no período em que o senhor foi sub-secretário de ciência e tecnologia no Governo de Roberto Santos?.

RV – Tudo bem. Está ótimo, não tem problema nenhum. Eu vou, eu prometi a vocês que eu ia tentar pegar algum material daquela época para poder vocês terem mais substância na coisa, né? Eu tenho um material aí, eu vou pegar logo que aí quando eu começar a falar eu falo...

[INTERRUPÇÃO]

RV – Olha, veja bem, deixa eu ver só esse papelzinho seu aí, eu acho que vocês já sabem demais, mas só para começar porque eu vou me situar um pouco nisso daqui, claro, nessa minha participação aqui, mas tenho que falar um pouco, falar não, apenas um breve comentário sobre essa experiência anterior. Que eu conheça a primeira experiência de uma tentativa de organizar e dar continuidade aqui na Bahia, digamos, de um sistema ou de um compromisso do estado com a Ciência e Tecnologia... Foi com Bautista Vidal no governo Luis Viana. É muito interessante uma coisa, se você pegar os governadores da Bahia, de um ponto de vista histórico, você encontra até figuras de até uma cultura muito boa, etc. como Mangabeira, mas talvez os dois que tiveram uma visão mais preocupada com Ciência e Tecnologia em tempos mais pretéritos foi exatamente Luis Viana, com essa experiência de Bautista Vidal, e Roberto com algumas coisas que ele tentou fazer em Ciência e Tecnologia. O meu depoimento vai ser muito diferente do de Roberto, você vai ver porque. Quais são essas diferenças? Você fala aqui em quais são os avanços com relação ao período anterior. Você não consegue falar com Bautista Vidal?

JM – Não, porque ele está em Brasília.

RV – É, Bautista Vidal está em Brasília...

JM – Eu vou tentar ir lá entrevistá-lo.

RV – Mas ele não tem vindo aqui não? Você já conversou com Caio?

JM – Já.

RV – Caio não dá notícias de Bautista Vidal, não?

FS – Não, a gente conseguiu falar com ele.

JM – A gente já conseguiu falar com ele, mas ele não tem previsão de vir aqui.

RV – O que ele tá fazendo em Brasília? Tá morando lá só, né?

JM – Ele tá morando lá. Não sei o quê que ele faz.

RV – É, o que houve com Bautista Vidal? Veja bem, eu às vezes sou muito prolixo, se eu for muito prolixo vocês cortam, certo? Mas é apenas pra gente se situar nas coisas. A Bahia entre os anos 40, 50... 60, aqui nós já estamos nos anos 60, aqui nós estamos nos anos 60 e 70. Eu fui 70, Bautista já foi final dos anos 60, mas o que foi que se operou de importante, a Bahia era uma economia, você que entende, vocês que entendem muito mais disso do que eu, mas a Bahia era uma economia eminentemente agrícola, não havia indústria, quer dizer, que experiência industriais tinha ali na Bahia? Experiências na indústria do açúcar, né? Uma indústria na linha

de tecido e coisas assim, ou seja, coisas artesanais. Aqui na Bahia, aqui em Salvador, você teve alguma indústria de coisa de chocolate, né? Os produtos intermediários entre o cacau e o chocolate, manteiga de cacau, torta de cacau e tal, e uma indústria, industriazinha quase que artesanal, mas que foi muito famosa que foi os cristais... Os melhores cristais do mundo que produziam aqui. Uma coisa muito, fora isso, o nosso perfil era de basicamente agrícola no século passado com predominância no cacau. Então a economia, todo o resto, a economia imobiliária, o investimento imobiliário, tudo isso girava basicamente em torno do cacau. A descoberta do petróleo e, especialmente, a exploração do petróleo depois que veio pra cá e a refinaria de petróleo mudou e começou-se a mudar esse perfil e passou a se ter um perfil voltado, portanto para, aí começa a industrialização e começam a surgir os problemas de ciência e tecnologia, uma demanda a mais. Você teve o Centro Industrial de Aratu que foi antes de Luis Viana, né? Foi com Lomanto que antecedeu Luis Viana com planejamento aí, foi na década de 60 ainda, mas foi... Isso se dá depois do grande salto do Brasil com Juscelino a nível nacional e vem Luis Viana que foi, digamos assim, o grande projeto da Petroquímica, que primeiro foi o Petróleo e depois a Petroquímica e o grande salto era a petroquímica, não é? Com Luis Viana. Luis Viana começou, Roberto concluiu e continuou e tal e acho que Antonio Carlos terminou o Pólo e tal, mas foi nessa fase, não é? Roberto até pegou o bonde andando, mas pegou a partir... Aí Luis Viana, que é um homem de muita cultura e sensibilidade, etc., etc. e tal, envolvido com o problema da Petroquímica, ele recorre a Bautista Vidal que era um indivíduo que se sobressaia nessa área, por que? Porque foi mais ou menos no momento em que se deu a reforma universitária, nesse tempo Roberto estava na reitoria e a reforma universitária, embora fosse instalada por Roberto e fosse feita até no momento foi muito questionado porque o momento era ruim, porque foi no regime militar, então tomou-se uma contestação, foi uma enorme contestação, em 68 teve aquele movimento em Paris e veio pra cá, mas na verdade, Miguel Calmon que foi reitor antes de Roberto já **pensava** na reforma e na escola Politécnica onde Miguel tinha sido diretor, ele já preparou a escola Politécnica de onde era Bautista para fazer a reforma e começou a preparar a reforma aos institutos básicos, mas o que houve em termos de ciência e tecnologia com a reforma Roberto pode falar isso muito bem para vocês é... Uma das grandes vantagens da reforma foi a criação dos institutos básicos e da pesquisa básica que fora disso você não tinha a pesquisa institucionalizada, você tinha unidades com

tradição na pesquisa, como é o caso da Medicina que sempre teve, mas fora disso não havia. Então quando você começou com os institutos básicos e aí, por exemplo, pegou a área de tecnologia, se a gente falar de tecnologia, pegou a escola politécnica e fez o instituto de física, o instituto de química, e não sei o quê, o instituto de matemática... Bautista Vidal foi para o Instituto de...

JM – Matemática?

RV – Física, certo? Mas aí o que acontece com o Bautista Vidal? Eu não sou a melhor pessoa para falar disso não, mas só, tenho depoimentos de pessoas que conviveram muito com isso inclusive o **Hernanes Sobral** que foi paraninfo da turma de Bautista e Hernane foi relator da reforma, nesse tempo eu era estudante ainda, Hernane não vive mais. Ele foi vice-reitor de Roberto. Bautista ora, ele teve atritos dentro da universidade, Bautista é um homem meio atritado, entendeu? Um sujeito de valor e etc., mas com certas dificuldades em algumas coisas. Então ele não acreditava na universidade, certo? Ele acreditava que a universidade era uma coisa cheia de mazelas, muito lenta, muito difícil, essas coisas todas que a gente conhece na universidade, não é? E que são até verdadeiras em certo sentido e aí ele achava que com a ciência e tecnologia, é uma interpretação minha, não é um depoimento, mas como Bautista achava que a ciência e a tecnologia exigia estruturas mais ágeis para isso, o grande foco de Bautista foi criar CEPED... O CEPED com uma estrutura independente da universidade, fora da universidade, entendeu? Que não estivesse portanto, sob a tutela da universidade e onde teria o dinamismo que a universidade não tinha, apesar dele ter tido um papel muito importante no instituto de física... Mas ele, praticamente, se divorciou aí da universidade e foi ser secretário primeiro de ciência e tecnologia no governo Luis Viana, eu recém formado fui ser engenheiro dessa secretaria, mas fui engenheiro e não fui, entendeu? Na verdade, ele se apegou muito com Irundi Edelweiss e com aquele menino Fernandinho... E outras pessoas com quem ele fez o CEPED, dos quais o remanescente até hoje, se vocês quiserem conversar é o Irundi Edelweiss, O Baiardi conhece ele. Então ele quis, centrou tudo, Bautista Vidal foi para o ministério com Ângelo para ser colega dele, Ângelo era ministro, isso no regime militar, o Ângelo era ministro de indústria e comércio... Aquele Severo Gomes, esse pessoal, Bautista foi para lá, já não era mais secretário aqui, eu fui engenheiro, mas nem se conta isso, porque na verdade foi apenas um instrumento para a secretaria apoiar um programa de pós-graduação meu no exterior. Então essa contratação foi mais uma bolsa do que qualquer coisa,

na verdade, eu não fiz nada na secretaria... Bom, e aí isso foi tudo centrado em cima do CEPED, não é? Isso tava dentro de um contexto que naquele tempo tava aí o milagre brasileiro, saiu o milagre brasileiro, então tinha muita importância em formar pessoal, aquela coisa, aquela dinâmica toda que havia e tudo em cima da Petroquímica, naquela época aqui na Bahia a Petroquímica era a grande realização e a grande coisa, mudava a Bahia e tudo de ciência e tecnologia, a Petroquímica e a metalurgia com a Caraíba. Com a Caraíba o CEPED trabalhava nessas duas áreas... Aconteceu, mas não é uma questão política, entendeu? Não no sentido de política partidária pra isso, o Roberto é capaz de dar, mas não pretendo dar. O que parece é que o Antonio Carlos não gostava muito, não vou dizer isso, é uma maneira apenas de expressão, ele não tinha interesse muito no órgão de ciência e tecnologia, então essa secretaria de Bautista Vidal, de Luis Viana, foi uma secretaria sem prática, uma secretaria que não existia e com o governo entrou e saiu, entrou Antonio Carlos, acho que foi o primeiro governo de Antonio Carlos, Antonio Carlos acabou com a secretaria, ficou o CEPED e apoiou o CEPED, o Bautista continuou lá e essa coisa continuou com Bautista até Roberto, que aqui entre Luis Viana e Roberto tem um governo de, que é o primeiro governo de Antonio Carlos tinha se sagrado prefeito aqui... E realmente foi governador e nomeado e eu até me lembro que na posse do terceiro governo dele, é terceiro governo do Antonio Carlos, ou o segundo, não, não, o terceiro, ele foi nomeado duas vezes, a primeira vez, a segunda vez depois de Roberto, a outra foi antes de Roberto, e depois de Waldir, Waldir foi muito infeliz e ele que tava lá embaixo subiu novamente e foi eleito, eleito no voto direto. Na posse ele disse o seguinte, eu me lembro bem, eu estive na posse, e ele dizia o seguinte: eu fui governador da Bahia pela primeira vez pela voz do povo nas ruas e agora sou governador pelo voto do povo nas ruas. E foi verdade, ele nessa fase se fosse uma eleição direta, embora nomeado, ele ia ser eleito tranquilamente, isto porque ele tinha uma coisa muito grande. Bom, e aí o que é que acontece? Acabou-se agora a secretaria de ciência e tecnologia e não existiu mais.

JM – Nem vinculado a SEPLAN.

RV – Não, aí numa reforma que ele fez que era secretaria do Planejamento para ele não deixar isso sem nada ficou Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, certo? E dentro da secretaria tinha então duas subsecretarias, tinha uma subsecretaria de Ciência e Tecnologia, eu não me lembro se tinha do planejamento, mas a secretaria que era Secretaria do Planejamento no tempo de Luis Viana e no

tempo de, isso foi ainda de Lomanto, certo? Ficou Secretaria de Ciência e Tecnologia, certo? Tanto que quando eu cheguei aqui eu acho que ainda era, ainda era Antônio Carlos e era secretaria de, já era Secretaria de Ciência e Tecnologia, eu como engenheiro da secretaria de Bautista fui engenheiro da secretaria do planejamento. Pedi demissão, eu costumo dizer o seguinte, Jânio Quadros dizia que ele foi o único sujeito desse país que, eu não tenho nenhum amor por Jânio Quadros, que era o único sujeito desse país em que não se pede nem permissão de guarda de quartirão, que ele pediu demissão, renunciou a presidência da república, certo? E eu pedi demissão ao estado mais de uma vez, ao município mais de uma vez, ao governo federal mais de uma vez... Então, também não me interessava por aquele negócio, não existia, não tinha o que fazer, eu ia para o CEPED e não existia o que fazer. Então ninguém me chateou, mas eu pedi demissão, que não tinha porque estar lá. Aí fui para a Universidade para poder dar uma resposta... Os investimento público que tinham feito comigo.

JM – Aí você foi para o CEPED?

FS – Não, foi para a universidade.

RV – Não, aí eu fui para a universidade, eu fui cooptado para ensinar e participar e terminei fazendo carreira lá para compensar... Aí, o que ocorre? Aí entra Roberto que tinha uma outra visão, mas Roberto foi até além da metade do governo sem instalar essa subsecretaria de ciência e tecnologia e nunca chegou a ser instalada, certo? Quem veio instalar ela fui eu, muito depois. O governo de Antônio Carlos passou todo sem isso, o governo de Roberto até a metade do governo de Roberto, ele provavelmente quis fazer isso.

JM – É, qual foi a motivação?

RV – Mas não conseguiu fazer, eu acho, olha, eu tenho a impressão, que foi o seguinte, veja bem, eu não sei porque que ele demorou tanto, certo? Seria muito cabotino eu querer dizer que ele não teve quem fizesse antes, eu não quero cair nesse cabotinismo, mas eu acho que essas coisas de governo mesmo que você vai se atropelando, eu acho que vontade ele tinha de fazer tanto que ele fez outra coisa que eu vou me referir que é importante, mas a secretaria propriamente dita, aí é contexto de governo e dessas coisas todas e como é que continuaram as coisas? Continua a Petroquímica, continuou o CEPED, ele deu muito apoio ao CEPED, pois é, até porque o pessoal que estava lá era um pessoal muito competente... E esse pessoal era um pessoal realmente competente e bom, ele fez isso e tinha uma outra

coisa que essa sim nasceu com Antônio Carlos, e nasceu com um problema de, porque era a época, problema de meio ambiente, que foi o CEPRAM, veio a industrialização e mais ou menos nessa época da industrialização da Bahia também houve a consciência de problema de meio ambiente no mundo, entendeu? Mas ninguém ligava pra isso, tanto que um projeto do, eu to me divagando um pouquinho, se eu sair muito você coisa, tanto que o projeto do CIA, que foi anterior a tudo isso, né? E foi o Sérgio Bernades que trabalhou nele e esse projeto do CIA levou em conta já os problemas de meio ambiente, como as situações das indústrias dessa e daquela natureza em relação aos efluentes, em relação, por exemplo, aos ventos predominantes pra que os efluentes gasosos não viessem para a cidade, etc., já houve esse tipo de preocupação, e aí eu acho que foi nesse primeiro governo de Roberto que começou o CEPRAM, que era uma comissão de varias órgãos e tal sobre o meio ambiente para licenças ambientais e tal. O Pita Lima, que era o Secretário de Planejamento... se interessou muito pelo meio ambiente e ficou porque ele era o presidente da CEPRAM, da Comissão Estadual de Planejamento, não sei o quê, Meio Ambiente, não me lembro bem como era a historia da sigla, mas era... E aí o CEPED faz parte disso e tinha uma cachaça muito grande com esse negócio, né? Tanto, então, Roberto deu apoio a isso através de coisas lá e me manda para essa secretaria, eu fui, eu fiz um outro órgão, eu fundei um outro órgão antes da secretaria, não era de Roberto, mas Roberto tem uma influência muito grande nisso, que foi o CENTEC, sabe o que é o CENTEC?

JM – Não.

RV – Era o Centro de Educação Tecnológica, que é hoje o CEFET, entendeu? O CENTEC foi o primeiro centro no Brasil de educação tecnológica, mas não vamos perder tempo com isso, mas é para vocês entenderem esse contexto. Naquele tempo o Brasil, milagre brasileiro, então, o Brasil tinha de fazer alguma coisa, não é? Tinha que formar mão de obra rápida entendeu? Então os cursos tradicionais da universidade eram muito longos, fazia engenheiros em cinco anos, etc. muito tempo, não podia perder esse tempo, tinha que fazer essa coisa e os perfis industriais, então, houve um projeto no MEC, esse projeto no MEC eu fui atraído por esse projeto no MEC pelo Hernane Sobral, que se dava muito com o MEC, eu já estava na universidade e o Hernane quis, me apresentou para ser contrapartida lá de um sujeito que veio da Inglaterra como, a Inglaterra era um dos países, ele como MEC tinham visto que, também vi isso com ele, no mundo inteiro os vários sistemas desse

tipo de profissional, que não era um profissional, era um profissional de nível superior, mas não era um universitário, não vamos devagar sobre isso não, porque se não a gente se perde aí, mas é um negócio desse. Então, viu-se que Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, etc., o sistema melhor que nós entendemos foi o sistema inglês e aí se montou o sistema inglês e era para fazer um primeiro centro para, em algum lugar da Bahia, como Roberto tinha sido presidente do CFE, Conselho Federal de Educação, já tinha sido reitor, com relações no MEC e presidente do CFE e saiu da presidência para ser governador então foi a sopa no mel, quer dizer, e aqui estava se fazendo a Petroquímica e o presidente era o Geisel que tinha muito interesse em petróleo e petroquímica, essa coisa toda, um homem dessa área, então, esse centro veio se fazer na Bahia, que se fez, nós fizemos esse centro aí rapidamente, então fiz parte desse projeto, primeiro como assessor do MEC e depois como, fizemos a instituição, a instituição tinha um diretor geral que era de confiança do núcleo... Eu que fui diretor acadêmico e fui assessor técnico... Eu era muito novo e fui contrapartida de um cara extraordinário, Edgar... Que era inglês com uma experiência muito grande nisso e veio para cá como uma contribuição do governo inglês, naquela época nós tínhamos negócios com a coisa, estava se fazendo a Embraer... Eu fui para Inglaterra, passei uma temporada lá na Inglaterra vendo esse negócio na Universidade Manchester etc. e tal, e vim para cá fazer, fundar essa instituição. Fundamos a instituição e criamos a primeira vez, tem um prédio Monte Serrat que estava o CRA ou alguma coisa deste tipo depois, é um prédio que fica no alto, não sabe onde o norte de Monte Serrat embaixo... Mas era uma casa abandonada lá, você saindo do Bonfim a via... é belíssima, reformamos esse negócio e fizemos lá. Bom, Hernane tinha me chamado para isso, Roberto aí que tinha me conhecido fazendo essa coisa me chamou, queria que eu participasse de um projeto na época que era um projeto de barragem da pedra do cavalo, mas pedra de cavalo eu vi que não tinha dinheiro e eu não ia me meter nessa história... Aí Roberto soube, ele me perguntou, eu disse que soube que Hernane estava querendo, como ele tinha muito interesse nisso, eu, então, entrei nesse processo e fiquei sendo uma ligação da pessoa do governador que era Roberto Santos e esse projeto nós fizemos, foi realmente uma realização fantástica aquilo que nós fizemos. Roberto aí repare bem, depois fundado isso e tocado, etc. essa coisa não andou muito bem, depois que a instituição tinha muito dinheiro, tinha muita facilidade para contratar, nós podíamos contratar quem nós quiséssemos, pagando o que

quiséssemos e tal, era apoio de governo federal, mas essas coisas começaram a ter alguns desvios e eu que não estava... Me saí e pedi demissão, fui me embora, não falei nem com o governador porque se falasse ele podia querer que eu ficasse e fui me embora, fui para o Rio Grande do Sul, quando eu estava no Rio Grande do Sul recebo um telefonema dele, dele me parece, do **Lima**, que não conhecia, pra vim pra cá, para instalar a subsecretaria de ciência e tecnologia e eu não sabia o que era e nem Roberto também. Agora, não é que Roberto não tivesse preocupação, porque, eu vou dizer aí, vou dar esse depoimento pra vocês o quê que aconteceu, Roberto, ele tinha, ele estava envolvido muito, muito envolvido com a questão da Petroquímica, né? Ele tinha, estava criando um Conselho de Ciência e Tecnologia que veio se criar depois comigo, eu fui secretário executivo desse conselho, o governador presidia esse conselho, só para você ver o nível de status que tinha esse conselho, tinha secretário disso, secretário daquilo, diretor do CEPED, diretor do CPRM que era parte mineral, Paulo Souto que tava trabalhando com Mascarenhas que era o secretário de... A coisa sobrevivia na Bahia entre a Petroquímica e a mineração de metalurgia, sobretudo Caraíba e outros projetos que tinha, o projeto do vovozinho... E Roberto tinha feito isso e Roberto estava já com um projeto do Museu de Ciência e Tecnologia, que uma menina, Heloísa Helena, foi excelente, trabalhou nesse negócio e tal, mas subsecretaria como órgão capaz de dar forma a tudo isso não existia... Oh minha filha, só que aí eu vou fazer algumas confissões, quando me chamaram para isso o que me apresentaram, Roberto... Era mais uma preocupação de um órgão, porque o CEPED desenvolveu aquelas coisas e não tinha a quem vender aquilo, então era mais como uma coisa de promoção industrial, entendeu? Aquelas coisas que o CEPED fazia e tal coisa é arranjar gente fazer devolver aquele negócio. E eu segui uma orientação completamente diferente. Como havia um vazio, as coisas não estavam definidas, a subsecretaria estava lá... Eu peguei e fiz a minha subsecretaria da minha maneira, Roberto, governador, me deu todo apoio possível, eu tive uma dificuldade inicial muito grande, vou contar isso depois para vocês, mas por outro lado Roberto me deu todo apoio, eu tive praticamente um status de secretário, era para ser feito uma secretaria, era para eu montar a subsecretaria e depois isso se transformaria em uma secretaria, mas aí o que é que acontece? Já era no final do governo, no final do governo Roberto perdeu o controle político, porque Antonio Carlos voltou e Antonio Carlos nomeado Roberto desapareceu, não tinha mais assembléia, não tinha mais nada para fazer nenhuma

modificação, então ficou subsecretaria até o fim, embora, eu não tenho queixa nenhuma de meios pra fazer o que eu quis fazer. Foi muito difícil no início, por que? Também vou fazer essa confissão, são essas coisas assim que a gente... Eu me dei muito bem com **Pitalino**, certo? E até hoje nos damos bem, mas no início quando eu entrei na secretaria de planejamento, como tinha sido uma iniciativa do governador, essas coisas acontecem em ambiente de governo, então, houve uma certa ciumada, certo? O próprio CEPED, que eu tinha uma relação muito boa, mas o pessoal via as coisas também, é porque eu tinha uma certa, uma certa reputação, uma certa coisa e tinha esse acesso direto ao governador, eu era muito jovem, eu não tinha nada desses cabelos brancos que estão aqui, mas então, com essa coisa ficava você, sabe como é, então eu também não chateeí ninguém, aí o que fiz eu? Eu cheguei aluguei, não tinha nem lugar para ficar... aí aluguei uma casa e aí não faltou recursos para isso, eu aluguei uma casa aqui, numa rua que tem um Pernalonga, é uma rua daquelas ali... Aluguei uma casa de esquina e entrei nessa casa com a cara e a coragem, nesta casa eu era tudo, eu era o secretário, era secretária, não tinha ninguém só era eu, peguei uma mesa emprestada, já estava no fim de ano, então não tinha mais recurso, emprestada do CEPED, assinei, aluguei um telefone, eu mesmo botei o telefone no negócio do fio e tal e aí começamos a trabalhar. Jovem, novo, com certa experiência, mas já com certa experiência de gestão e tal, e então reuni a equipe, procurei fazer uma equipe que, a melhor possível, fui muito feliz na formação da equipe de tal forma que fiz o seguinte, eu contratei, eu utilizei um mecanismo muito interessante, eu contratei, eu acho, que uma secretária, tornou-se muito minha amiga até hoje somos confidentes, amigos... Até hoje tenho uma amizade muito grande, levei um rapaz que trabalhava comigo, ele era engenheiro tinha um mestrado, naquele tempo pessoal pós-graduado era muito raro, ele logo tinha feito um mestrado, era calculista, foi comigo pro CENTEC, quando eu saí do CENTEC ele não quis fazer, pronto, venha comigo pra cá... Contratei alguns engenheiros assim, coisas geralmente quando tinham mestrado e começamos e eu fiz a contratação da seguinte forma, contratei a primeira pessoa, a segunda, a terceira pessoa foi uma contratação decidida por mim e pela segunda pessoa, a quarta foi por mim e pela segunda e pela terceira e aí fomos construindo isso e se fez uma equipe muito boa, de maneira que do ponto de vista de realização isso é uma coisa extraordinária, né? Ora, o que foi que eu fiz? Eu fiz uma subsecretaria, eu fiz um órgão para ser uma secretaria de ciência e tecnologia, que para ser um órgão,

para cumprir o papel, dentro da minha visão, equivocada ou não, para conduzir o processo de ciência e tecnologia no estado da Bahia, não é? Então, eu vou agora passar para uma parte mais objetiva com vocês, primeiro querendo dizer a vocês o seguinte, veja bem, aqui tem um relatório dessa...

[INTERRUPÇÃO]

RV – O que acontece? Só para você ter uma idéia, aliás a criação da subsecretaria foi em 1975, então, 75 não sei se já foi Roberto, talvez, Roberto foi até 79, é possível que tenha sido, é, exatamente, foi Roberto que criou a subsecretaria, mas não instalou, então só se veio instalar em julho ele criou, em junho, Roberto cria o Conselho Estadual de Desenvolvimento, mas não chegou a coisa, aí fez a primeira reunião em junho, certo? Do Conselho do qual ele era presidente, você tem isso aqui em... Os dados todos, isto aqui é o cronograma de eventos que marcaram a implantação da Ciência e Tecnologia, em setembro de 1977 é que eu fui nomeado subsecretário, já em setembro, entendeu? Então a existência da subsecretaria do zero, só existia no papel a dois anos atrás, do zero, ele veio de setembro até janeiro, fevereiro, até março, até fevereiro de 1979, que é aberta só em março, certo? Então tem todos os eventos aqui que foi realmente, é isso que eu quero acentuar, com todo cabotinismo, mas foi realmente uma experiência extraordinária, porque você pegou do zero, absolutamente sem nada, mas fazendo essa ressalva, não houve... Houve resistência, não foi seu Roberto... Mas não faltou recurso... Mas aqui, em outubro eu fiz a restauração do imóvel que eu aluguei, em novembro vieram os primeiros recursos orçamentários, coisa e tal e a equipe começou a se formar em novembro e aí foi...

JM – O senhor lembra o recurso que era destinado à subsecretaria?

RV – Minha filha, repare bem, o recurso eu não sei se tem aqui alguma coisa sobre o recurso, mas eu lhe digo o seguinte, não se preocupe com isso por uma razão, porque recurso naquele tempo não tinha o menor significado, os orçamentos, a grande dificuldade dos gestores públicos, vocês que fazem economia, dos gestores públicos e eu tive várias funções dessas até a estabilidade da moeda, é que a moeda ainda não estava estável...

JM – Ah, entendi.

RV – Entendeu? Então, você trabalhava com suplementares, por exemplo, tinha recurso para, mas não valia nada, então você trabalhava com suplementação, arrecadando dinheiro e conseguindo dinheiro para preparar, eu não sei nem te dizer a moeda, a moeda era cruzeiro nessa época, não é? Eu tive o cruzeiro novo e tal, mas chega, não tinha, não tinha parâmetro. Era uma das dificuldades que tinha, hoje administrar ficou mais fácil, porque você pode programar as coisas melhor desse ponto de vista.

JM – Planejar, né?

RV – Bom, então veio, veio formação de equipe, etc. e tal quando chega em 79 nós já começamos tudo isso foi publicado, quer dizer, isso, todas essas coisas partiram do zero e foram e terminaram se materializando em algumas coisas. Aí, muito bem, eu sei que veio muita gente me entrevistar, negócio de produção industrial e eu não sei o quê e eu não dei a mínima, se é para o meio ambiente eu também não quis saber, porque já tinha **Pitalina**, entendeu? **Pitalina** era interessado nisso, então, deixei ele lá com esse negócio. O Museu de Ciência e Tecnologia também já estava com guetozinho formado, eu dei uma grande contribuição para o museu sim e Roberto já estava com o projeto do Museu de Ciência e Tecnologia... Roberto era extremamente preparado, preparado por Edgar com uma educação de príncipe para ser governador da Bahia, não tenha dúvida e ele é um cara inteligente, sério, preparado, etc. e com a vida acadêmica dele, vocês sabem, não sei se vocês conhecem Europa...

JM – Ainda não.

RV – Mas vai conhecer porque hoje é muito fácil. O quê que ocorre? Os museus eles tem um papel muito importante do entrosamento dos museus com a parte de educação, em todos esses países avançados, eu sou muito europeu... Então o quê que acontece? Os meninos pequenos têm aulas em museus. Os museus clássicos têm uma ênfase muito grande em história natural ou em arte e tal e coisa, especialmente nos países, em todos os países, mas os países anglo-saxões tem um Museu de Ciência e Tecnologia. O que é uma beleza para o cara estudar física, estudar química, estudar qualquer coisa, porque você vê tudo dentro do museu e provavelmente um dos melhores museus, eu acho que é o melhor do mundo, é o museu Science Museum de Londres, não é? Então eu peguei um camarada, eu dei essa contribuição, porque eu fiz com Edgar... Que eu mantinha alguma coisa, então veio um especialista do Science Museum pra cá e ficou fazendo a parte final do

design da parte do Museu. Roberto já tinha dado os perfis, tinha um perfil que era exatamente o petróleo, exploração de petróleo, então isso tudo eles abandonaram... Na UNEB, mas completamente desfigurado o museu, agora que estavam tentando recuperar, mas tinha uma característica para os museus brasileiros que era comum nos museus europeus, mas que não se conhecia bem isso, que é um museu interativo, foi feito para isso. Não é um museu para você chegar lá e o menino ficar olhando não pode pegar, não, é para pegar, rodar o negócio, gerar energia e ver a fagulhinha... Foi um museu feito interativamente para isso. Então, isso é para mostra a vocês que Roberto tinha essa... Então eu não sei se o Museu de Ciência e Tecnologia ficou e se até ficou lá no pedaço da casa lá um tempo e eu até fiquei e entrei nisso a pedido de **Pitalina**, porque depois a gente começou a recorrer... E aí procurei desenvolver alguma coisa, esta que é a parte que vocês precisam compreender, aí aqui fala da parte do sistema de ciência e tecnologia que tinha o estado, tinha o conselho, a subsecretaria e aqui as finalidades, né? Então concepção e organização e tal, instalações físicas, mas aí o que é que eu fiz? Eu primeiro montei a subsecretaria, como não existia nada, eu pude montar ela ao meu bel prazer, não é? Então montei ela com dois grandes compartimentos, com duas grandes compartimentações, uma que era atividade meio, não é? E uma atividade meio assim como você vê, execução orçamentária, almoxarifado... E outra coisa os programas e projetos com as coordenações desses programas e projetos, aí tem aqui um negócio, não sei o quê, aqui tá o corpo técnico, o pessoal aqui de agronomia, de engenharia mecânica, engenharia química, engenharia química, engenharia de minas, engenharia química, muito engenharia química, biblioteconomia, biologia, arquitetura, enfim teve um conjunto de gente multidisciplinar, geralmente jovem, bem dispostos, então trabalhavam aí até de madrugada e tal, com um entusiasmo realmente muito grande, né? E aqui é o pessoal de nível médio, né? Uma parte da atividade meio. Essa menina, Maria Auxiliadora, que foi minha secretária, assistente de coisa e esse pessoal de nível médio, enfim... E outros consultores, que foram pessoas que fizeram parte dos projetos, mas eram consultores, muita gente ligada a universidade, né...?

[INTERRUPÇÃO]

RV – Agora, essa concepção é minha e essa concepção foi feita com, veja bem, eu não fiz uma subsecretaria querendo um órgão executivo para fazer coisas, essa foi a coisa fundamental que as pessoa não entendiam muito, mas alguns me entendiam. Eu fiz projetos e concretizei projetos, mas o meu grande interesse era a formação de uma equipe, entendeu? Então, você fazendo projetos como este, você formava equipes para desenvolver isso. Então, tinha três categorias de projetos, aliás quatro categorias de projeto e eu classifiquei os projetos, fiz um bocado de projetos, você vai ver que eu fui o pai dos pobres, eu procurei coisas que ninguém fazia, entendeu? Exatamente o quê que eu queria? Queria estimular e coisas muito pioneiras para aquela época, que hoje você olha e é uma coisa banal, mas naquela época quem falasse naquilo era maluco. Vocês vão ter alguns exemplos aqui...

[FINAL DO DEPOIMENTO]

ANEXO C

SYLVIO MATTOSO

Diretor Executivo da COMCITEC

(Entrevista revisada pelo entrevistado)

Entrevistado: Sylvio Mattoso (SM)

Entrevistadores: Janúzia Mendes (JM)

Felipe Silva (FS)

Cidade da entrevista: Salvador

Data da entrevista: 06/04/2009

JM – [...] E aí, lá Secretaria, eu tive muito contato com essa análise de Ciência e Tecnologia e aí me interessei pelo tema. E aí concorri aqui na UFBA no Instituto de Física que é História, Ensino e Filosofia da Ciência. E aí foi aprovado e quem me orienta também, continuou, foi Baiardi, que Baiardi também ensina nesse programa.

SM – Ah... O Amílcar Baiardi.

JM – É o Amílcar Baiardi.

SM – O Amílcar Baiardi foi o segundo secretário da CONCITEC.

JM – Pois é.

SM – Então, deve conhecer também o Plano ou Diretriz de Ciência e Tecnologia da CONCITEC, você tem?

JM – Tenho, tá na mão dele, mas já tive acesso. [...]

SM – Isso aqui, não é?

JM – É, mas está na mão de Baiardi. [...] É. Foi na época do Governo de João Durval?

SM – Correto, correto. Quando assumiu o Valdir Pires e entregou logo para Nilo Coelho aconteceu até algo interessante nessa ocasião porque era questão do quê que a gente fazia e tudo e Valdir Pires era meio que... e Nilo Coelho teve uma frase muito interessante sobre Ciência e Tecnologia que, a gente não precisa fazer Ciência e Tecnologia aqui no Brasil, era inteiramente desnecessário porque na hora que ele quisesse comprar alguma coisa mais moderna ele compra.

JM – quer dizer, é a idéia de importar, não é?

SM – É, ele não tinha nenhuma... Ele achava que não tinha que deter uma linha de pesquisa tecnológica uma vez que você pode comprar. As cabeças são muito limitadas, infelizmente. E, depois disso, também não houve muito progresso na área não. O primeiro governo dele, Valdir Pires com Nilo Coelho, foi sem nenhum interesse por essa área e o segundo ele procurou o CEPED, que tava com uma equipe extraordinária e que tava com um trabalho ótimo e extremamente respeitado fora do Brasil... Pessoas vinham aqui e conheciam o que o CEPED faziam e o trabalho que estava sendo realizado... E conheciam o pessoal que estava trabalhando lá. Eles tinham um respeito muito grande pelo CEPED. E o Valdir Pires conseguiu começar nessa hora desmontar a equipe e, simplesmente, colocaram lá um... para presidir o CEPED um rapaz que era da área de futebol.

JM – Foi aí que o CEPED entrou em rota de decadência?

SM – Então, o CEPED daí pra frente teve dificuldades em fazer qualquer outra coisa, mesmo quando terminou, mesmo quando terminou o governo o CEPED estava tão castigado que não teve mais condições de levantar e os governos também não estavam muito se interessando em pesquisa tecnológica não. Pesquisa Tecnológica no Brasil só... só se desenvolveu mesmo, apesar de tudo que a gente fala do governo militar, por causa do governo militar. Ele tinha uma consciência muito grande da importância da tecnologia. Tecnologia para eles na área civil e na área militar. Na área militar foi justamente tecnologia que conseguiu desenvolver todas as partes de armamento e que deu a vitória contra o nazismo em 1945. Então eles tinham um respeito profundo por Ciência e Tecnologia e por isso mesmo incentivaram a criação de vários centros de tecnologia... o IPT de São Paulo, tinha esse centro de pesquisa em Pernambuco, o de Sergipe eu não lembro se era... quando foi fundado... Aí governo estimulou a criação de vários ‘centros de pesquisas’ pelo país, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, espalhou pelo país a fora e fortaleceu todos eles, e fortaleceu né? E fortaleceu muito a Universidade. A universidade passou a ser centro de pesquisa fundamental no país. As Universidades Federais... Quase não existiam universidades privadas na época.

JM – E as estaduais...

SM – Também não tinha...

SM – É não tinha... Tudo é posterior, tudo é posterior. Então, entre 1966 e 1974 foram criados 7 grandes centros de pesquisa no país, todos muito bons, muito bem dotados de recursos e o CNPq e a FINEP tinham uma força muito grande no Brasil. A CNPq tinha uma força não em relação à Ciência e Tecnologia e sim a pesquisa e a FINEP... e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico deram um apoio enorme a programas de pesquisa. Foram trazidas varias pessoas de fora e várias pessoas foram para fora não apenas para visitar centros de pesquisa como também pra ver o quê que os outros países faziam com a parte nova que estava surgindo... a parte de informática, não é? Ver como que estavam desenvolvendo nessa área, como é que se organizavam. E por acaso quando eu estava na CONCITEC eu fui aos Estados Unidos com um grupo de vários estados brasileiros, Ceara... Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul estavam lá, também tinha de Pernambuco e fomos visitar o centro de pesquisas dele e ver o que eles faziam na área da CONCITEC. Tinha CONCITEC em vários estados, não era só Bahia não. Ah... o quê que eles estavam fazendo. E fiquei surpreso vendo lá na parte de... a atenção que eles estavam dando a prédios abandonados de empresas ou de qualquer outra coisa para tecnologias de ponta funcionando como instalações para fabricar... para produzir computadores, ou para produzir equipamentos para indústria têxtil e indústria de sapato, tudo já entrando no domínio da informática, não é? E a razão deles era muito simples, nós temos que vencer agora a mão-de-obra barata, e a única maneira de vencer a mão-de-obra barata é com equipamentos capazes de fazer melhor do que a mão-de-obra faz. Eles tinham muito interesse em desenvolver essa parte geral de sustentação industrial como parte... usando informática. Então, se percebeu na ocasião que mais importante do que você fabricar computador era você fazer programas para computador.

JM – A Bahia não...

SM – Não, o único que se salvou aí foi Pernambuco e que não interrompeu o trabalho feito na época, naquela época, antes de 85, e hoje tem um centro de informática espetacular. Alguma coisa assim, fora de propósito. Então, até mesmo nos governos posteriores, um secretario de Planejamento me perguntou: Silvio, pesquisa dá voto?; E eu não tava entendendo o alcance da pergunta aí disse não, pesquisa não dá voto. E por isso ele abandonou mais ainda o ‘CEPED’. Ele me perguntou e se eu tivesse entendido a pergunta teria dito dá e muito, porque você pode fazer um programa de modernização das empresas com base tecnológica...

Micro e Pequenas empresas têm sede de tecnologia. Você pode fazer um trabalho brilhante nessa área. O CEPED tentou fazer isso posteriormente, mas não conseguia ter resposta, resposta de não dar voto, tirou da cabeça de todo e qualquer pesquisador, todo e qualquer político a idéia de que apoiar pesquisa pudesse ser interessante. Não dá voto, então não tem interesse. E tem outra coisa também, todos nós somos nossos potenciais de trabalho, tem potencial de liderança mas não usa, e não usando o potencial de liderança ele fica um pouco frustrado e o outro tinha potencial para conhecimento, não é? Então se você não der oportunidade de aumentar o conhecimento ele vai ter uma vida medíocre, então cada pessoa tem um potencial, tem pessoa que tem potencial para dirigir equipes para melhorar as condições gerais de vida, os sindicalistas, por exemplo. Mas eles não tem o potencial para entender essa parte de planejamento de longo prazo e isso perturba muito, então o governo atual ele se recusa demais nessa parte, porque o pessoal da área sindical que está governando o Brasil, excelente pessoas, mas eles não tem o potencial necessário pra desenvolver o que é importante na área de conhecimento e tudo, não alcançam o por que isso é importante, por que isso é bom? O planejamento deles é muito limitado a um período de tempo muito curto, uma semana ou duas, tem que produzir resultado imediato. Então se não é para produzir resultado imediato não interessa, então, são pessoas que não conseguem trabalhar com grandes horizontes de tempo, o que é uma pena, porque você vai fazer um trabalho, trabalhando numa área que amplia o conhecimento, o horizonte de conhecimento, não vai ter resposta neste tipo de governo. Não estou me referindo ao governo atual, a esse tipo de governo. Se esse tipo de governo mudar, se eles perceberem e mudarem pode realmente muita coisa... tem gente que... nada para os outros aproveitarem, então só faz aquilo que cabe no período, nos quatro anos ou menos, então não há interesse, essa é a parte mais trágica do ambiente atual brasileiro para Ciência e Tecnologia. Isto é real e não é uma mera opinião não, você pode pegar todos os dados, você processa essa informação e você vai verificar que isso já está acontecendo e tá acontecendo por esse motivo, esse é o comportamento, isso é uma coisa que não importa se a pessoa é boa ou não, não é esse... não estamos falando da qualidade da pessoa, estamos falando do potencial da pessoa que não é adequado pra fazer esse tipo de trabalho, o que é uma pena. Como se tem uma característica muito grande de se agrupar, em que sindicalistas só trabalham com sindicalistas, então você perde a oportunidade de ter uma

sociedade multisetorial, vou usar esse termo, multisetorial, não consegue. Não dá pé.

JM – Você falou que a iniciativa da CONCITEC não foi só na Bahia, foi no país inteiro. E nos outros estados elas eram criadas vinculadas com a secretaria de planejamento?

SM – Também.

JM – Toda, não é?

SM – Todas. A secretaria de Planejamento e a Secretaria de Ciência e Tecnologia só saía do circuito quando a secretaria de Indústria e Comércio entrava no caso, como foi o caso de São Paulo que, posteriormente, a secretaria de Indústria e Comércio assumiu o IPT.

FS – Foi mais direcionado para a Indústria no caso?

SM – Não. Não que seja mais direcionado para indústria, é que se imaginou, se imaginou, que numa secretaria de Indústria e Comércio haveria uma demanda mais forte para o produto dos centros de pesquisa. Então a própria secretaria olharia com maior interesse do que a secretaria de planejamento. A secretaria de Planejamento muitas vezes só faz o planejamento, não vai adiante. Na Bahia a Secretaria de Planejamento era muito forte e ela entrava em todas as áreas em que as outras secretarias não tinham interesse e com isso, então, o CEPED era um órgão da Secretaria de Planejamento. Ora ficava no Planejamento, na Educação ou na Indústria e Comércio, havia uma dispersão no assunto. Mas foi um período muito bonito, um período que havia um interesse muito grande e o plano é muito bem feito. O Baiardi, você conhece, disse: Silvio, isso não é um plano, isso é uma diretriz, porque Plano tem colocar dinheiro no negócio. Ele tem um capítulo muito bom de diretrizes, mas ele não...não... é um planejamento sem planejamento de dinheiro, ele dizia aonde tem e que haverá recursos suficientes para fazer tudo aquilo, mas não determinou quais eram os recursos. Quer dizer, há uma clareza objetiva no Plano, assim chamado, mas ele tem um capítulo de diretrizes que descreve perfeitamente bem, que essas diretrizes é que é plano maior... E a parte que ele usa por mediação, que usa pra toda e qualquer medida a ser tomada... na época a parte econômica mais importante do Brasil e do mundo de modo geral isso foi feito justamente logo após a segunda crise do petróleo, o petróleo passou de pouco menos de três dólares o barril nove dólares em 1973 e para 20 dólares em 1980, 1979 e 1980. Foi logo depois disso que as CONCITECs se formaram. Então o petróleo está muito...

então o petróleo está bem ditado evidentemente, podemos fazer um novo plano baseado nesse, segundo os mesmos capítulos e replanejando para, e colocando os recursos se achar para completar para fazer um plano como os economistas acham que devem ser, com os valores estabelecidos em cada local. Não havia a necessidade de ter valor também porque ainda não se tinha ainda a idéia do que seria necessário gastar em cada setor. Como tudo estava praticamente abandonado, praticamente não se fazia coisa nenhuma no assunto, não tinha base para dizer vai ser necessário gastar tanto... não havia uma referência, uma base referencial para fazer o preço. Vamos investir um milhão de reais por ano, inclusive foi em um período de inflação galopante, inflação de 1000% ao ano era barba.

JM – E o recurso para a CONCITEC, vinha da receita do Estado?

SM – Da receita do Estado e do CNPQ e da FINEP e do BNDES. A própria Universidade Federal da Bahia recebeu uma quantidade enorme de recursos da área de geoquímica, antes da área de geofísica. Graças a CONCITEC. Depois eles fundaram a FAPESB. FAPESP de São Paulo e FAPESB daqui.

JM – Que a gente trouxe os moldes de lá...

SM – Exato.

JM – Aí quando o senhor até... enquanto CONCITEC e depois...

SM – depois mudou o nome [CADCT] aí eu fui para o CEPED.

JM – O senhor foi para o CEPED. Hoje é vinculado a UNEB, não é?

SM – Vinculado a UNEB, é. Vou fazer outra observação sobre a UNEB. A UNEB não é uma universidade de ciência e tecnologia, a UNEB é universidade de base pedagógica.

JM – De educação.

SM – É, de educação, pedagogia, não é?... Então como é uma universidade de base pedagógica e interesse muito forte para a parte de ciências humanas, está perfeitamente correta, não tem nada errado nisso, não teria sentido o CEPED ser parte da UNEB, porque a UNEB não tem porte, como utilizar, como administrar e nem experiência e nem gente para poder entender o que seja o CEPED. Realmente eles não tem a mínima idéia do que seja o CEPED. Zero. Zero de idéia. Eu sou muito amigo do Professor *'DIAMANTIM'* mas eles não tem a menor idéia do que seja pesquisa tecnológica. Mais uma coisa, quando transferiu o CEPED para a UNEB foi um erro até do governo anterior, em 1998, que a UNEB queria montar laboratório de química e o pessoal que tava na educação convenceu o governo do

Estado ao invés de montar o laboratório de química, que o governo não tinha dinheiro pra educação, para o laboratório de química que a UNEB precisava, por quê que não usa o laboratório de química do CEPED? São dois **ofícios** totalmente distintos. O laboratório de química para ensino não tem nada a ver com o laboratório de química para pesquisa. A universidade pode ter um laboratório de química para pesquisa se ela tiver um instituto de química, que infelizmente no nosso caso pegou fogo, duas semanas atrás. Mas o instituto tinha um laboratório magistral. Mas... tanto é que a reforma universitária dos anos 60 e 70 visava justamente isso, criar institutos centrais de química, matemática, física, biologia, em todas as áreas, institutos centrais, que ensinavam essas matérias, essas... os conhecimentos desse aí, nas diversas escolas, então não haveria um departamento de matemática mais na escola politécnica, nem na escola de agronomia...

[INTERRUPÇÃO]

JM - [sobre o Plano de Desenvolvimento...] Você marcou aqui até os capítulos...

SM - [...] É o diagnóstico e o outro, estratégias e diretrizes. Era para responder as perguntas sobre por que o plano não fala sobre dinheiro. O resumo dele aqui diz... É muito bem feito o plano. Veja que ele foi feito por gente da primeira categoria, foi Carlos Pinheiro de Sá, que era do Instituto de Química, José Walter Bautista Vidal, que era físico, primeiro doutor em física brasileiro.

JM – Nós vamos entrevista-lo ainda.

SM – Foi essencialmente o fundador e o planejador do CEPED. Adelson também e conto com a colaboração de... tá faltando uma pessoa aqui... acho que é...ah, Vladimir Lombo, uma pessoa extraordinária, era da área de Ciência e Tecnologia, ele era da fundação de pesquisa, da FINEP. Reinaldo Cavalcante, que foi também reitor da Universidade de Paraíba, depois ele foi para Brasília e lá ele passou a ser presidente e fundador da associação brasileira do instituto de pesquisa tecnológica industrial – ABPTI. Foi um período muito movimentado nessa área, vale a penas saber um pouco mais de cada um desses personagens. Vale a pena. E praticamente cada proposição aí deve responder varias das suas perguntas.

JM – Você acha hoje que o CEPED... só contextualizando, talvez o CEPED tenha chegado nessa trajetória de decadência e esquecimento porque o estado talvez nunca tenha dado atenção ele merecesse.

SM – Desde mais ou menos 1994 a atenção voltada para o CEPED no estado ficou bastante reduzida, ele continua atuando, mas havia uma desorientação geral no governo da Bahia, e em outros governos estaduais aconteceu a mesma coisa, por coincidência, em que não se entendia a função de um centro de pesquisa. Achava-se que os centros de pesquisas deveriam aparecer rapidamente com grandes descobertas, capazes de serem aproveitadas pelas indústrias e não se pensava nem mesmo que o governo poderia ser um grande usuário, um grande cliente, da Ciência e Tecnologia. Então com isso o CEPED foi gradualmente perdendo apoio. Isso não aconteceu somente na Bahia, como em Minas Gerais e no Ceará. Também houve uma redução em Pernambuco, uma redução menos grave do que na Bahia, talvez o que tenha tido melhor sustentação foi o de Pernambuco. Até o IPT em São Paulo teve um pequeno estremecimento durante algum período aí. Depois eles transformaram o IPT em sociedade anônima e o IPT teve... vincularam à Indústria e Comércio e teve então um desenvolvimento fantástico, mas apesar disso no país inteiro o apoio que a Ciência e Tecnologia está tendo da área governamental vem decrescendo, eu diria assim, nos últimos dez anos. E quando o CEPED foi vinculado a UNEB, ele não foi vinculado a UNEB para fortalecer o CEPED, foi vinculado para fortalecer a UNEB.

JM – Não foi para beneficiar o CEPED...

SM – Não.

JM – E sim o contrário.

SM – A UNEB estava inaugurando um curso de Química, estava sem laboratório, e o governo não queria...a palavra destacar, não... locar recursos para a Universidade num valor alto para montar um grande laboratório de química, então eles acharam que poderiam usar o laboratório do CEPED. Transferiram o CEPED a para a UNEB. Acontece que ele, o CEPED... nessa época, mas aí o governo foi advertido que o CEPED tinha um nome e que era respeitado e respeitável e precisava usar...esse nome não podia ser abandonado em nenhuma ocasião. Então eles mantiveram o nome CEPED para que ele pudesse ainda atrair recursos para a UNEB, não para o CEPED. O nome CEPED é que atrairia recursos para a UNEB.

JM – Se fosse para alocar, para melhorar talvez fosse melhor ele ir para...

SM – Indústria e Comércio. Porque não havia interesse na ocasião em ter uma secretaria de Ciência e Tecnologia. Ter uma secretaria de Ciência e Tecnologia foi uma idéia posterior.

JM – O senhor disse, mas eu não sei se entendi direito, o senhor disse que nos últimos dez anos, a Ciência e Tecnologia, teve uma redução, mesmo com a reabertura, quer dizer, com a instituição de uma secretaria de Ciência e Tecnologia?

SM – Mesmo com a secretaria de Ciência e Tecnologia.

JM – Mesmo com a criação da FAPESB?

SM – Mesmo com. A FAPESB conseguiu dar um apoio muito grande para área de pesquisa fundamental na Universidade. Mas por ser uma Fundação de Amparo a Pesquisa vinculada à Universidade, ela não está vinculada administrativamente, mas está vinculada, vamos dizer assim...

JM – É porque administrativamente ela está vinculada à secretaria de Ciência e Tecnologia, não é? A SECTI.

SM – É. Mas ela está vinculada à universidade no sentido emocional, tem uma palavra que eu sempre esqueço qual é...

JM – Emocional...

SM – É, depois você encontra a palavra e substitui a palavra, pois não era isso que eu queria falar. No decorrer da palestra a gente vai acabar descobrindo, para tirar o emocional. Prático, quer dizer, não é prático, enfim... uma associação subjetiva, formada pelo pessoal de Universidade, não é formado por pessoal de empresa, as empresas tem pequena representatividade. Ao passo que a FAPESP, em São Paulo, tem uma forte representatividade das empresas e um dos melhores centros de pesquisas setoriais.

JM – As empresas tem mais representatividade na SECTI, não é? Se bem que, eu vou fazer uma afirmação que, no governo anterior, nesse nem tanto. No governo anterior até tinha, até pelo secretário, que vinha como presidente da FIEB...

SM – Correto. E outra razão também de o CEPED ter pedido força foi que houve uma interpretação ruim da frase diminuir a presença do governo na administração geral. Então para diminuir a presença do governo o CEPED não poderia ser um órgão do governo, ou ele seria uma organização social, houve, inclusive, um plano para transformar o CEPED em uma organização social, eu tenho o plano ou diretriz se vocês quiserem, para transformar o CEPED em uma organização social.

JM – Ah, eu quero.

SM – E... eu não vou lhe dar agora... então não poderia ser governo, e isso ficou muito fortalecido inclusive por influencia da própria FIEB. A FIEB queria transferir as

atribuições do CEPED o sistema SESC/SENAI, inclusive tem aquele grande centro deles aqui na, qual é mesmo o nome?

FS – CIMATEC.

SM – É CIMANTEC. A CIMATEC por definição é o grande substituto do CEPED, mas aí seria apenas para a área industrial e para as indústrias existentes, não seria pesquisando possibilidades.

JM – Aí perderia a função, o papel.

SM – O CIMATEC através da FIEB deu um apoio fortíssimo ao governo de então, nos últimos anos do governo de... acho que o secretario era Roberto...no próprio Lucchesi...

JM – Lucchesi já foi final.

SM – É. Lucchesi deu o golpe de morte.

JM – O tiro de misericórdia.

SM – É, o tiro de misericórdia. É não era ele.

JM – É que Paulo Souto foi um governo seguido, duas vezes.

SM – Eu fui o último presidente do CEPED enquanto a UNEB tinha interesse em CEPED independente da UNEB. A reitora era uma pessoa muito inteligente... a reitora...

JM – Foi quem antecedeu Valentim...

SM – Foi quem antecedeu Valentim, ela foi uma reitoria muito inteligente, e disse: Sylvio eu não sei o que fazer com o CEPED, você estava na direção do CEPED e continue e faça o que for necessário. Então, eu consegui nos quatro anos iniciais da UNEB, quase que tornar o CEPED, auto-suficiente financeiramente. O objetivo de um centro de pesquisa é que ele seja auto-suficiente em pelo menos 30%. Se possível 70%. E o governo então seja diretamente, seja através de metas ou outro tipo de financiamento, é que entraria com os outros 30%. Mas o FINEP já estava quase com 60% de autonomia...

JM – O FINEP não, o CEPED.

SM – É o CEPED.

JM – É porque lá em Feira tem outro que eu confundo.

SM – Fiscaliza direito, porque as vezes eu confundo. O CEPED na UNEB, o último período que ele realmente teve independência de trabalho foi no período da...

JM – Era Anaci na UEFS e na...

SM – Deixa para lá. Então ela ficou satisfeita com esse tipo de orientação... um CEPED forte que a UNEB pudesse aproveitar. Na medida que a UNEB, quer dizer, na medida que o CEPED fosse fortalecendo a parte financeira, ele começaria a ter recursos para financiar a parte de pesquisa de diversos departamentos de pesquisa tecnológica ou científica da UNEB fora da área humana. Era essa a idéia... esqueci o nome...

JM – É Arlete...

SM – É parecido. Ivete?

JM – Ivete.

SM – Professora Ivete.

JM – Não é Sangalo, mas é Ivete.

SM – Muito inteligente, uma mulher extraordinária. Tinha uma visão boa, sabia o que a Universidade queria fazer, tinha perfeita visão, inclusive o programa de incubadoras de empresas estava no CEPED não estava indo muito bem, até porque a UNEB não conseguia entender como ele funcionava e de outro lado quando se dizia que a empresa agora deveria procurar recursos em outro lugar, não tinha recursos em outro lugar, porque ela tinha que investir naquilo que ela descobriu. Desenvolveu, é bom, vai dar dinheiro, agora não é mais o governo, é o banco, o BNDES, o FINEP é que vão financiar a empresa, não é mais a Universidade, então eles não conseguiam sair do CEPED e convenciam a doutora Ivete e depois o Valentim que deveriam permanecer no CEPED, se não iriam perder tudo que eles tinham conseguido até então. Inclusive tem agora, estou até com um rapaz que fez uma pesquisa muito interessante no CEPED, ele desenvolveu duas coisas que a gente, uma a gente entende, o inseticida de base orgânica. O inseticida de base orgânica você pode passar na pele, pode respirar ele, botar na língua, nada lhe acontece. Nada, eu tenho aqui. Eu comprei dele... E a outra coisa que ele fez, essa que eu acho inusitada, absolutamente original, é ração para abelha. *[discussão sobre algumas inovações: ração da abelha, retirada de sal da água, entre outras]*.

JM – Você sabe que a... na última... nessa reabertura da secretaria enquanto secretaria... boa tarde...

SM – Minha mulher... {mulher não, namorada}

JM – É, eterna namorada... um dos grandes projetos da SECTI é a fundação do Parque Tecnológico...

SM – Sim.

JM – Aí eu pergunto, será que o... essa concepção de parque tecnológico utilizado aqui na Bahia não é uma tentativa de superar, mas de colocar no mesmo lugar, no mesmo status que o CEPED um dia ocupou?

SM – Gostei muito da pergunta. Se eu fosse dar nota a sua pergunta de 1 a 10, eu daria 12.

JM – Obrigado. Vou passar isso para o meu orientador.

SM – Pela seguinte razão, um Parque Tecnológico só produz o resultado, só produz o resultado, produz o resultado somente se tiver um bom centro de pesquisa tecnológica e uma universidade que faça pesquisa científica mesmo. Sem essas duas coisas o Parque Tecnológico não tem nenhuma função. Não vai ter nenhum apoio para desenvolver. Um Parque Tecnológico precisa...

JM – Por que eu fiz essa pergunta?

SM – Não sei...

JM – Porque na época da concepção do parque eu era funcionária da Secretaria de Ciência e Tecnologia e vivi um dilema, porque eu era funcionária da Secretaria mas estava concluindo o mestrado tendo como orientador o professor Baiardi. E o professor Baiardi você sabe que é um...

SM – Excelente.

JM – Encantado com essa área de Ciência, ele transita tanto por essa área de agricultura, economia e agricultura, mas também em Ciência e Tecnologia. Aí ele passou o governo quase que, a gestão de Lucchesi toda, de embate com o próprio Lucchesi não por causa da concepção do parque, mas por causa do local que a secretaria escolheu para implementar...

SM – Paralela.

JM – Para instalar. É, exatamente. Na concepção de Baiardi...

SM – Não é um local para um Parque Tecnológico mesmo.

JM – Baiardi sempre defendeu a idéia de que o parque deveria ser instalado dentro do campus da Ondina, da UFBa. Exatamente dentro dessa concepção de que o senhor falou.

SM – Eu vou mais longe, para ser Parque Tecnológico, o Parque Tecnológico é um local onde você implanta várias indústrias de alta tecnologia e os campus universitários não têm espaço para muitas indústrias, então você teria que buscar um novo espaço, por exemplo, perto do DERBA, aqui na estrada tem lugares bons, inclusive eu estou vendo algumas indústrias diferentes se instalarem lá, eu não sei

se conseguiram se instalar ou deu algum problema, mas seria um local ideal para eles. Tem que ser um C.I.A. menor.

JM – Ah, entendi.

SM – O centro de tecnologia não precisa estar dentro do Parque Tecnológico, mas é preciso que tenha um centro de tecnologia próximo ao Parque Tecnológico. Próximo é um... quando a gente diz... não diz nada com precisão, com exatidão, fica difícil de entender. Próximo é que você pode consultar com rapidez, em menos de uma hora você pode estar no parque e voltar a sua origem. Tem alguma coisa de 30km, entre 30km e 60km de um centro de pesquisa. Entre 30Km e 60Km de uma boa Universidade. Então você pode ter um parque tecnológico perto de **Saubara** lá em Feira de Santana. Porque no meu conhecimento a Universidade de Feira tem uma boa área de tecnologia, de engenharias, etc., pode dar apoio a agricultura, pode dar apoio, não é? E... é só questão de ter um bom centro de pesquisa por perto também. Porque ficou um pouco longe o CEPED também, né? Talvez o CEPED fosse suficiente, o CEPED em Camaçari fosse suficiente para o Parque Tecnológico do **FIEB**. Um Parque Tecnológico na Bahia não deve ser, do que eu conheço de Parque Tecnológico, não deve ser nem em um campus universitário, nem na avenida Paralela, que é uma região por excelência de, como se diz, habitacional...

FS – Residencial.

SM – Residencial, obrigado.

JM – É, a justificativa de Lucchesi foi de que o terreno foi doado pela prefeitura, mas Baiardi sempre achou que essa não era a... porque na verdade as faculdades particulares estão instaladas, a maioria, as mais famosas, estão na Paralela. Então acabaria... e as faculdades particulares não produzem.

SM – Não. Nenhuma delas está na área de pesquisa.

JM – Pois é.

SM – Inclusive, uma das razões da pouca atenção ao CEPED durante um período foi de que algumas faculdades particulares estavam querendo assumir o papel do CEPED e o controle de qualidade das indústrias. Então o CEPED faria concorrência. Então, nós tínhamos, tínhamos interesse, depois mais tarde estas... de entrar nessa área, mas já era tarde, o mal já tinha sido feito. Todas as... todos os fatos que podiam existir, eu vou usar um termo forte, para destruir o CEPED foram usados. Quando perceberam que nada disso iria funcionar, então também não adiantava mais, o mal já estava feito. É aquela frase, vou preferi falar em português, que talvez

vocês não falem francês, *Caluni, Caluni, Caluni, vai sempre sobrar alguma coisa*. Se você pegar um saco ou um travesseiro de penas, porque antigamente se usava muito travesseiro de penas, não era pena de galinha, era de avestruz, de..., quando você pegar o travesseiro, abre e espalhe na rua e depois você vai recolher as penas e recompor o travesseiro. Vai ficar algumas penas vão ficar perdidas. Nunca você vai ter todas as penas de volta para recompor o travesseiro. Então esse é o sentido de *Caluni, Caluni, vai sempre sobrar alguma coisa...* alguma coisa vai ser admitida... ah...deve ter alguma coisa de verdade nisso. Nem todo mundo esqueceu que aquilo era simples calunia, nem todo mundo percebeu que aquilo era uma simples calunia. Então isso aconteceu com o CEPED. Coisas eram ditas, não é? E... o desmentido veio muito tempo depois, mas o mal já estava feito. Você não conseguiu desfazer a afirmação. O CEPED faz tudo...

JM – CIMATEC.

SM – O CIMATEC faz tudo, não faz. Não faz. Porque é uma entidade para atender empresas diretamente na necessidade dela da hora. Não é para fazer pesquisa. Pode fazer, nada impede que o CIMATEC faça pesquisa, não tem impedimento. Mas ela não vai conseguir atender em tudo que a área de pesquisa precisa. Como a Universidade, função da Universidade, nos vamos discutir muito depois isso, a função da universidade não é fazer pesquisa tecnológica, é fazer pesquisa... mas nada impede que a Universidade faça pesquisa tecnológica. Por isso tem escola de engenharia. A função de um centro de tecnologia é fazer pesquisa tecnológica, nada impede que o centro de pesquisa faça pesquisa fundamental. Mas não é a principal função dela. Então tem que ver as coisa que a gente pode fazer que é função...

JM – Que é papel de cada um...

SM – Que é papel de cada um... o papel... você espera que ele faça. Um engenheiro fazer uma observação de cunho social... no entanto um dos livros as importantes de sociologia do país foi escrito por um engenheiro... Não é que... é o rio que vai produzir a energia elétrica lá, mas ele esta produzindo outras coisas no caminho, você pode criar peixe, a função do rio não é criar peixe num momento em que você determinou que vai produzir energia elétrica, cria peixe..., por que não? Pode fornecer água para beber, para irrigação nas margens dos rios. Uma parte da água pode ser suficiente para isto daí. O quê que é próprio da função e o que ele pode fazer eventualmente? Então aí houve nas diversas... o Lucchesi, o próprio Baiardi, pode ter me ocorrido eventualmente alguma visão distorcida disso daí, mas o Baiardi

menos, mas o Lucchesi sim. Porque ele não está dentro da pesquisa fundamental, não está dentro da pesquisa tecnológica, ele sabe o que é importante para a indústria, mas quem deve... você veja...o governo mínimo, a tal idéia do governo mínimo, então o governo não é, não entra na área de tecnologia. Sabe quantos centros de pesquisa públicos tem os Estados Unidos? Diga. Um número qualquer.

JM – Não sou nem capaz de te falar.

SM – 800. 800 centros de pesquisas públicos.

JM – Pública, não é?

SM – Pública. Pública.

JM – Fora...

SM – Fora as particulares. Privadas, né?

JM – É. Que tem curso também né?

SM – E como. Porque a empresa pode estar envolvida em um determinado projeto e de repente ela sente a necessidade de um tipo de pessoa que ela não tem como contratar. Vai criar problemas para pessoa e para a empresa. Então ela aloca esta parte da pesquisa em um centro de pesquisa, que pode ser público. Que pode ter pessoas com um número muito maior de campos de conhecimento do que a empresa é capaz de ter. A empresa na medida do possível ela pode ter na área de máquina têxtil, porque também na área de matéria-prima para a indústria têxtil. Mas tem algumas coisas que têm que ser buscada fora. Olha, eu não tenho uma pessoa adequada para isso, eu não consegui atrair e depois a pessoa vai lá trabalha um, dois anos e depois vai lá e é mandada embora, é justo? Uma pessoa com um conhecimento profundo e amplo sobre determinada coisa, não pode fazer uma coisa destas. Extremamente desumano e que pode ter conseqüências muito graves para empresa, pois ela contratou ele, ninguém mais vai querer fazer trabalho nela. A empresa contrata, mas será que ela me contratou para sempre ou para resolver um problema e depois me chuta. Ta me pagando muito bem agora, 50 mil reais por mês, mas quem é que me diz que ela vai continuar me pagando 50 mil reais por mês quando eu tiver terminado o meu projeto. Aí tem o ciúmes dos outros, ele saiu daqui por causa de 50 mil reais, ele não volta mais. O corporativismo impede que ele retorne para o centro em que ele estava. Você tem que contar com tudo, com todas as possibilidades, não pode ser só um fator, são vários fatores, para fazer uma análise completa. Toda e qualquer pergunta é importante, que mostra algum tipo de dúvida, que eu não pensei mas você pensou. Uma coisa usual e eu fiz muito isso na

área de pesquisa, você pedia a solução de alguma coisa inteiramente absurda, aí eles diziam: Ah Sylvio, isso é um absurdo, mas se fosse feito assim, assim, assim; mas esse era justamente o objetivo. É provocar você para achar a solução.

JM – Vou adotar nas minhas aulas, gostei.

SM – Dá uma...dá um negócio assim absurdo, como é que você foi capaz de propor uma besteira dessa, mas foi uma besteira é intencional, não foi uma besteira **emendada** porque você diz besteira, não aquilo é aplicado para provocar uma reação.

JM – E provoca, né?

SM – Provoca e como provoca.

JM – Então vou fazer uma pergunta aqui mais do que direta, se acha que o CEPED, tem solução ainda?

SM – Claro.

JM – E como faria?

SM – Autonomia ao CEPED.

JM – Autonomia, como?

SM – Autonomia ao CEPED, primeira condição, autonomia ao CEPED, segundo, reestruturar a equipe, recompor a equipe e vê quais são as áreas que tem, tem todas aí, praticamente as mesmas aí e novas. Começar a fortalecer diversas áreas, dando prioridade ou aquela que for mais fácil de encontrar gente ou aquela que for mais fácil de encontrar (**triz**,) ou ambas as coisas. Então, por exemplo, mineração, a Bahia vai ter um desenvolvimento mineral novo agora e o que o CEPED fez na área mineral é algo assim... ainda não existiria se não fosse o CEPED. Não só desenvolveu todos métodos de beneficiamento de minério e de cobre como também treinou todas as pessoas nos equipamentos e nas metodologias de beneficiamento de minério. E também na área de **metrologia**. Desenvolveu métodos de separação de ouro. Não patenteou o suficiente porque não houve apoio ao CEPED, quer dizer, houve uma descontinuidade e não deu tempo de patentear. Porque o CEPED podia estar ganhando muito dinheiro com patente. Então são coisas...primeira condição, autonomia, o CEPED a partir de agora é autônomo, posso vincular a qualquer secretaria, mas ele é autônomo, ele vai gerir o próprio recurso financeiro, gerir o próprio pessoal e vai determinar quanto vai ganhar cada um. O doutor Fausto Azevedo fez uma coisa muito boa no CEPED, vendo que não podia gastar lá o adequado aos pesquisadores do CEPED, o que foi que ele fez, os pesquisadores só

podem ser contratos por cargo temporário, e como é por temporada você pode pagar mais. Você estabelece que o pesquisador de tal coisa é **DAS5** o **DAS7**, enfim aqueles **DAS** que o governo tem e que eu não sei exatamente o que é, o que cabe a cada um, o que compete a cada um, mas de qualquer modo é isso. Então você estabelece cargos temporários, não que você queira que o funcionário seja temporário no CEPED, é para permitir que ele tenha um salário digno. Você não vai pagar um pesquisador 1.100 reais por mês, 2000 reais por mês, não tem sentido, de jeito nenhum.

JM – É, desestimula o pesquisador.

SM – Desestimula, porque ele vai ter que ficar pensando em como administrar o orçamento doméstico, em vez de como resolver os problemas tecnológicos do centro.

[FINAL DO DEPOIMENTO]

ANEXO D

UFBA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UEFS – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PICE – DOUTORADO EM ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

AMILCAR BAIARDI
Diretor Executivo da COMCITEC
(Entrevista Revisada pelo entrevistado)

Entrevistado: Amilcar Baiardi (AB)

Entrevistadores: Janúzia Mendes (JM)

Felipe Silva (FS)

Cidade da entrevista: Salvador

Data da entrevista: 06/04/2009

JM – É você vai ter que falar do CEPED e da COMCITEC.

AB – O CEPED nasce junto com a Secretaria de Ciência e Tecnologia no início dos anos 70, como um órgão pioneiro na Bahia e com algum pioneirismo também no Brasil porque na época da ditadura militar os militares levavam a sério a possibilidade do país se industrializar e este seria um órgão que na Bahia realizaria P&D a exemplo de outras instituições já há algum tempo em outros estados como o IPT de São Paulo e o ITEP de Pernambuco. Então essa secretaria foi uma secretaria que nasceu com um olhar de algum modo para a ciência, mas um olhar maior para tecnologia e com essa proposta de criar e fortalecer esse centro. Investiu-se muito nessa idéia e os gestores de então mandaram todos os pesquisadores que se encontravam no CEPED na época se qualificar, fazer mestrado ou doutorado ou outro tipo de treinamento para quem fosse titulado ou não necessitasse de pós-graduação stricto sensu. Então o CEPED nasce com uma massa crítica apreciável. Tanto que teve um sucesso extraordinário enquanto ficou distante da política e da ingerência direta da Secretaria de Planejamento. Quando isso começa no segundo governo de ACM com Antonio Osório como Secretário de Planejamento, o CEPED entra na rota de decadência que até hoje não terminou, ainda não chegou no fundo do poço. Ter passado ele para UNEB foi uma decisão de

quem não o considerava importante para o estado. Então o que eu tenho que falar sobre o CEPED é isso, temos um trabalho juntos, você e eu que foi apresentado na ABIPTI com aquela periodização dos ciclos do CEPED.

JM – Tem o trabalho seu com Alex também, não é?

AB – Sobre o CEPED, não. Nosso trabalho é sobre a divulgação da Ciência e aí nos falamos sobre o Museu de Ciência e Tecnologia, mas não do CEPED. O museu foi o segundo mais importante órgão criado pelo Estado da Bahia, já na fase de Roberto Santos. O CEPED é criado na transição de Luis Viana pra ACM, talvez ainda no governo Luis Viana é que o CEPED é criado e aí é mantido com um certo prestígio e independência no primeiro governo de ACM. No segundo governo as coisas mudam e começam a utilizar o CEPED para remunerar assessores com salários mais elevados.

JM – Sim, e a COMCITEC?

AB – A COMCITEC, Comissão Interinstitucional de Ciência e Tecnologia.

JM – Era um órgão a parte da Secretaria?

AB – Não. Ela era o principal órgão, a secretaria se chamava SEPLANTEC, Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, que tinha um monte de órgãos de planejamento e no âmbito da Ciência e Tecnologia só tinha um e pequenininho. Então ele estava presente no nome da secretaria em grandes letras, mas em estrutura era muito pequena, sem expressão. Após o governo de Roberto Santos, no segundo governo de ACM, com o vazio estrutural resultante da extinção da Sub-Secretaria de Ciência e Tecnologia e mais tarde no governo de João Durval, resolveram criar um órgão que era uma anomalia organizacional, porque tinha três funções num só corpo: a Comissão Interinstitucional de Ciência e Tecnologia. Ela era um Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, onde se reuniam representantes da comunidade científica e representantes das secretarias do estado para estabelecer normas, digamos assim, regras mais gerais, diretrizes da Ciência e Tecnologia. Ela era também a Coordenação de Ciência e Tecnologia, na medida em que verificava que órgãos que atuavam no estado e tentava estabelecer projetos comuns, entende? A COMCITEC era também uma agência de financiamento porque ele tinha um fundo utilizado para financiamento de alguns projetos.

JM – Substituí, então, um pouco a função da FAPESB?

AB – Substituí não é a definição mais adequada pois a COMCITEC era um conselho, que define as diretrizes mais gerais para Ciência e Tecnologia e para as

secretaria de estado, tentava coordenar todas as ações de Ciência e Tecnologia na Bahia e, além disso, pretendia atuar como uma fundação de amparo à pesquisa, tudo isso num único órgão, na COMCITEC. Então, era uma anomalia, não podia funcionar, entende? E mais, era uma organização que não tinha muito prestígio. Por que? Porque se previa que uma transferência, um percentual da transferência da União para o Estado, daquilo que a União passava para o estado e constituía o FUNDESE, fosse para Ciência e Tecnologia. Ocorre que nenhum secretário da fazenda repassava para a COMCITEC o que ela tinha direito. Inclusive Sergio **Gaudenzi** que foi secretário de Fazenda de Waldir, e foi também meu parceiro de cadeia na época da ditadura e com quem tinha uma relação próxima de militância, agiu assim. Quando ele estava na secretaria da Fazenda e eu na COMCITEC não repassava o dinheiro que a COMCITEC tinha direito. Mandava, assim, migalhas e essas migalhas demoravam de sair e como a inflação era muito alta, muitas vezes eu me vi no dilema de recomendar, ou não, ao pesquisador a utilização dos recursos, pois ele teria trabalho de prestar contas de uma ninharia que já não cobria nenhum item do projeto. Isso era a COMCITEC. Fizemos alguma coisa em termos de eventos.

[INTERRUPÇÃO]

AB – Outra coisa que a COMCITEC fez foi jogar o peso político do Governo na época da Constituição, redação da Constituição do Estado e aí nos conseguimos algo. O Caio era secretário estadual da SBPC e eu representante do governo pra área de Ciência e Tecnologia, uma espécie de sub-secretário de Ciência e Tecnologia, porque a COMCITEC era isso, e quando da discussão da FAPESB e da Secretaria de C&T, nós, eu e Caio, fizemos muita pressão junto aos deputados, sobretudo sobre João Almeida, então relator da Constituição e ele incluiu na nova carta tanto a criação Secretaria como da Fundação de Amparo a Pesquisa. Foi uma vitória extraordinária, é a única coisa, digamos assim, como vitória nessa época, o resto foram derrotas. Tentei ajudar o CEPED, mas não consegui. O governo de Waldir foi um grande desastre, de uma irresponsabilidade total, um governo sem rumo. Chegamos a fechar um acordo com a FINEP para dinamizar o CEPED, a FINEP só exigiu que ela indicasse os diretores e Waldir nomeou Virgílio Elísio, um futebolista, presidente do CEPED. A FINEP então, retirou o apoio.

JM – Então a COMCITEC foi responsabilidade do governo Waldir?

AB – Não, ela já existia. Ela foi criada no governo de João Durval quando João Durval substituiu Roberto Santos. João Durval foi um retrocesso em relação à Roberto Santos porque re-introduziu aquela política de centralização típica do carlismo, na época ele era carlista, então acabou com a Sub-secretaria de Ciência e Tecnologia e no lugar dela criou a COMCITEC. Então a COMCITEC passou a existir aí, entende? Nesse governo e o primeiro secretário executivo da COMCITEC, o diretor executivo foi Silvio Mattoso, eu fui o segundo e depois foi a Cleilza e na gestão dela a COMCITEC se transforma em CADCT, que era uma coisa melhor. O Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico tinha menos funções e mais recursos.

JM – Foi com Cleilza? Ela que transformou?

AB – E depois ela mesma conseguiu criar também a Fundação, uma grande vitória, resultado do que se fez na Constituição Estadual.

JM – Em que ano foi isso Baiardi?

AB – Foi em 87, não 88.

JM – Aí depois foi criada a secretaria? Antes da de 2001? A secretaria independente?

AB – Não. Não teve mais secretaria nenhuma.

JM – Sempre vinculada, Ciência e Tecnologia, vinculada à Secretaria de Planejamento.

AB – Sim.

FS – O CADCT também?

AB – Sim. O CADCT também. O CADCT sucedeu a COMCITEC, então a trajetória é assim, você teve uma secretaria com Bautista Vidal, aí nos anos 70, no início dos anos 70, depois essa secretaria acaba e é criada a Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia.

JM – SEPLANTEC.

AB – SEPLANTEC. E a SEPLANTEC ao ser criada incorpora a função ciência e tecnologia na COMCITEC e a COMCITEC dura aí talvez dois governos e depois no governo de Waldir Pires foi criada outra vez uma a Secretaria de C&T, extraordinária. Esta secretaria teve uma vida efêmera, a COMCITEC era o principal órgão dela, acabou logo. Waldir queria dar a função de secretário a um amigo

criando essa secretaria efêmera. O governo que sucedeu o de Waldir foi o de ACM, o terceiro de ACM, aí acabou a secretaria. Depois vem dois de Paulo.

JM – Acabou, você fala acabou voltou a ser SPLANTEC?

AB – SEPLANTEC.

JM – Aí veio João Durval? Veio Roberto Santos?

AB – Não, Roberto Santos já ficou para trás.

JM – Depois desse de ACM, o terceiro?

AB – Veio Paulo Souto.

JM – Foram dois, né?

AB – Dois.

JM – Aí já está mais próximo de, foi no segundo que ele criou, não foi? Em 2001, não foi?

AB – Quem?

JM – Paulo Souto reabriu a secretaria?

AB – Todo o período de 90, os anos 90 foram de retrocesso. .

JM – Ficou na SEPLANTEC.

AB – Predominou a SEPLANTEC. Então você teve essa figura de secretaria criada com uma força em Luis Viana, criada sem nenhuma força por Waldir, fechada e recriada aí já na, no novo milênio.

JM – Em 2001 com Paulo Souto, foi no mesmo período da FAPESB?

AB – FAPESB. Alias, acho que ele criou primeiro a FAPESB e depois a Secretaria.

FS – A FAPESB foi criada em 2001, mas ela só começa a funcionar em 2002.

JM – 2002, foi isso que Caio falou. Sim, aí depois a evolução não, a troca da COMCITEC para o CADCT...

AB – Isso não está tudo contado naquela dissertação de José Augusto?

JM – Tá.

AB – Ela chega até que ano?

JM – Ele chega até antes do governo Paulo Souto.

AB – Então está contada e bem documentada. É uma dissertação boa.

[FINAL DO DEPOIMENTO]

ANEXO E

CLEILZA ANDRADE

Diretora do CADCT

(Entrevista não revisada pela entrevistada)

Entrevistado: Cleilza Andrade (CA)

Entrevistadores: Janúzia Mendes (JM)

Felipe Silva (FS)

Cidade da entrevista: Salvador

Data da entrevista: 12/05/2009

CA – É o que chamavam na época de FAPEBA, FAPEBA e ele teve uma participação ativa na época, porque ele foi da CONCITEC na época, chegaram a enviar projetos para a Assembléia Legislativa, ele deve ter vivido isso, foram enviados projetos. Então, Baiardi foi um, eu sei que ele foi uma das pessoas que teve uma participação ativa nesse período. Na criação posterior mesmo da FAPESB, a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia, que é essa que está aí hoje, com 1% da receita tributária, já não mais...

JM – Ela já está recebendo 1% da receita?

CA – Já, já está recebendo...

JM – Porque quando ela foi aberta era...

CA – 0,60.

JM – Isso. Aí foi aumentando 0,1 a cada ano.

CA – Exatamente, a cada ano, então ela já está com 1%.

JM – A dúvida de Caio Castilho era se já tinha chegado.

CA – Já, já chegou a 1%. O Caio teve uma participação, por exemplo, mais ativa nessa criação da FAPESB de hoje, por exemplo, do que o Baiardi. Este já estava mais afastado com atividades no interior...

JM – Na escola de Agronomia.

CA – É, exatamente.

JM – Ele foi meu orientador também no mestrado, eu fiz o mestrado em economia lá na antiga escola de agronomia, que hoje é a UFRB, não é? Que antigamente a escola de agronomia era da UFBA. E lá existia uma linha de pesquisa, a linha era de desenvolvimento rural, aí atendia a muitos alunos de economia que queriam enveredar pelo mundo rural. Aí eu fui fazer o mestrado lá e foi lá que eu o conheci. Ele me orientou no mestrado e está me orientando no doutorado.

CA – Que bom, é bom que mantém uma unidade de pensamento nas teses.

JM – Se bem que com linhas completamente diferentes. Porque no mestrado eu trabalhei com Capital Social na zona rural e agora com Políticas de Ciência e Tecnologia. Trabalhei na SECTI por causa do mestrado que estava cursando..

CA – Ah, na SECTI.

JM – Foi, foi antes de eu concluir o mestrado eu fui chamado por uma professora que eu fiz graduação na UEFS, a graduação em economia e uma professora era assessora do secretário na época e eles precisavam de uma pessoa que tivesse formação em economia, mas que tivesse uma... Estudasse o mundo rural, economia com mundo rural. Aí ela lembrou que eu estava fazendo o mestrado lá e me chamou para trabalhar lá. Aí eu trabalhei dois anos na secretaria, terminei e conclui o mestrado e me interessei por, como Baiardi discute muito ciência e tecnologia e eu trabalhava lá na época eu me interessei por ciência e tecnologia. Aí ele falou se você escrever o projeto e passar eu te oriento. Aí eu troquei, mudei um pouco o foco.

CA – É, pois é, o Rafael foi o primeiro secretário dessa secretaria, porque nós já tivemos duas.

JM – Me tire só uma dúvida, o Bautista Vidal foi secretário da primeira e assumiu a primeira secretaria de ciência e tecnologia?

CA – Não.

JM – Não?

CA – Não é a primeira secretaria. Eu acredito que não, aí realmente tem que pesquisar porque são dados históricos, muito antigos, a gente não tem assim essa prontidão. Agora, eu acho que não. Eu acho que o Bautista já foi da segunda.

JM – Ah certo.

CA – Agora, se foi da segunda - com Bautista foi a segunda, eu acho que foi, então nós já tivemos três secretarias, não é? São três ou quatro?

JM – Ciência e Tecnologia tratada enquanto secretaria, não é? O componente C&T funcionou muito como um apêndice da SEPLAN, por isso virou SEPLANTEC.

CA – Exatamente. Mas foi secretaria.

JM – Foi feita como Sub-secretaria, não é?

CA – Não, não. Nos já tivemos secretaria.

JM – Eu tinha registrado e achava que o Bautista tinha sido secretário da primeira secretaria instituída como secretaria de ciência e tecnologia.

CA – Eu não sei... Tem que pegar os dados, porque a gente não vive manipulando essas informações, mas para mim não é a primeira não, para mim é a segunda.

JM – Então as discussões para a formação da FAPESB começaram há dez anos atrás? Dez anos atrás da formação da FAPESB?

CA – Ah, com certeza. Na verdade, até mais de dez anos porque já havia uma luta muito forte aqui na Bahia da comunidade acadêmica pressionando pela criação da FAPESB, da fundação. Alguns outros estados já tinham criado a sua Fundação e a Bahia não criava. Então, houve todo um movimento desde a época da Constituição Estadual. O Baiardi deve ter falado disso, porque foi o período inclusive do qual ele mais participou. Na época das constituições estaduais, porque as constituições estaduais todas elas prevêm a criação da Fundação, tem um artigo prevendo a criação da Fundação. Então isso deu espaço evidentemente a uma pressão política da comunidade acadêmica em todo o território nacional, não foi só na Bahia, foi em todo o território nacional.

JM – Mas a Bahia foi um dos últimos estados a criar a sua fundação, não foi?

CA – Foi praticamente o último... Não foi por nenhum menosprezo, mas pelo fato de estar tão próximo e ser um estado muito menor, de uma economia menos significativa, mas até Sergipe já tinha criado sua Fundação quando nós criamos. Foi uma luta realmente muito séria e então não foram apenas esses dez anos. Já havia, inclusive, uma história precedente de lutas e de reivindicações da comunidade, entendeu? Que eu saiba, assim, teve canais, mais diretos sobre do governo na época da promulgação da Constituição Estadual em 89. Esse movimento vinha de 88 já que nas constituições, na constituição nacional já houve uma mobilização da comunidade acadêmica nacional para que a constituição legislasse alguma coisa sobre a área específica de Ciência e Tecnologia. Então a Constituição Nacional de 88 já tem um capítulo sobre ciência e tecnologia e como desdobramento dessas pressões as constituições estaduais de 89, todas elas, têm disposições claras sobre

a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa. Então, isso deu um espaço para que a comunidade exercesse uma pressão maior sobre os governantes. Em todo o território nacional, inclusive aqui na Bahia. Nesse período de 89 e 88 Baiardi teve uma participação muito ativa, chegou-se a mandar lei de criação para Assembléia Legislativa, só que os decretos não foram...

[INTERRUPÇÃO]

JM – Então, assim, a luta para a criação da FAPESB durou muito tempo?

CA – Exatamente.

JM – Porque a senhora acha que demorou tanto para se criar, para se instituir?

CA – Olha, todo governante tem um certo receio de vincular recursos, nenhum deles gosta. Eles têm verdadeira ojeriza a essa coisa de vinculação de recursos e as constituições previam uma vinculação de recursos que variavam entre 1 e 3%, porque tinha estado que pedia até 3% da receita tributária.

JM – O que é alto, não é?

CA – Altíssimo, uma coisa irreal, aqui na Bahia era 1,5%, bastante alto também e eles não gostam de vincular verbas. Como havia um certo disparate, de repente você criar um órgão e dá 1,5% da receita tributária sem ter sequer uma programação, sem ter uma tradição de atuação naquela área. Aí, enfim, começaram a ocorrer alguns desmandos em alguns estados, “ah porque a fundação, estão financiando até time de futebol”, entendeu? Mas na verdade já havia uma certa indisposição política porque não se gosta de vincular recursos e particularmente aqui no caso da Bahia. Aí era um terreno mais sensível, mais complexo, mas eu acho que havia um distanciamento muito grande e até uma certa relação conflituosa na relação da comunidade acadêmica com o poder político local. Houve um distanciamento desses dois segmentos sociais em determinado momento da história da Bahia e esse elemento dificultou muito. Na Bahia e em muitos estados foi difícil a criação da Fundação. Foi uma luta, a comunidade pressionando, segmentos internos do próprio governo favoráveis à criação, uma outra parcela mais poderosa contra, não é? Se os mais poderosos estivessem a favor, tinha se criado logo. Infelizmente a gente era o lado mais fraco. Mas o certo é que essas coisas, essa coisa do cenário nacional, na Bahia apresenta uma resistência bem mais forte, entendeu? E eu atribuo sem

dúvida essa resistência a esse distanciamento, esse enorme hiato, que houve entre a comunidade acadêmica, inteligência local, e o poder político.

JM – E a FAPESB daqui surgiu nos moldes da FAPESP?

CA – Na verdade, da FAPESP e de todas as outras fundações...

JM – Todas as outras fundações seguiram...

CA – Elas preservam uma unidade. Uma unidade de organização, de objetivos, de procedimentos, porque esses procedimentos são espelhados no órgão nacional de apoio que é o CNPq, e que por sua vez tem que atender a requisitos legais, então não tem muito pra onde você ir, entendeu? Então, as bolsas, valores de bolsas, todo mundo adota os valores de bolsas do CNPq.

JM – É verdade.

CA – Entendeu? Aquela referência nacional que você tem, certo? O CNPq já está ajustado aos requisitos legais, às amarras legais, está compreendendo? Os procedimentos são praticamente os mesmos, até os convênios são muito parecidos, até porque com instrumento legal não há muito espaço para inovações e nem alterações. Certo? Aqui na Bahia a FAPESP que é a Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo nos deu um apoio extraordinário porque, o que houve? O CADCT que foi criado em 91 que é o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico é na verdade a célula mãe da FAPESB, certo?

JM – Ele funciona hoje ainda?

CA – Não. O CADCT se transformou na FAPESB.

JM – Ah, entendi.

CA – Certo? Aí a história é essa e nós viemos tocando o CADCT desde 91. Em 91, quando houve a mudança do governo eu era CEPEB, eu sempre fui estado, vinculada ao estado, eu era do CEPEB, Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, e tinha coordenado o NIT que é o Núcleo de Inovação Tecnológica. Através do CEPED eu fiz o meu mestrado na Inglaterra na área de Ciência e Tecnologia, em estudo e organização em Ciência e Tecnologia com bolsa da **FINEP**, exatamente porque o país estava preocupado em criar um núcleo de pessoas com capacitação de gestão nessa área de C&T, porque nós não tínhamos nada no país nessa área. Aí a FINEP abriu esse programa e algumas pessoas foram, e nós conseguimos...

[INTERRUPÇÃO]

CA – Caio deve ter falado muito da criação da FAPESB, não foi?

JM – Falou.

CA – É, porque nós criamos alguns grupos mistos, tipo paritários, estado - comunidade acadêmica para conceber a FAPESB, e Caio participou.

CA - Nós temos grupos de pesquisas respeitadíssimos a nível nacional, temos uma comunidade acadêmica forte, entendeu? E do ponto de vista de formação acadêmica e formação científica, de produção científica, entendeu? Tem lá sua ação da comunidade acadêmica pra criação da FAPESB foi uma contribuição inestimável, entendeu? Nós tivemos um diálogo fantástico e tivemos uma parceria sem precedentes, e vencemos. Pois é, não foi assim não, foi uma belíssima história, entendeu? E a comunidade acadêmica teve uma participação fundamental, os grupos de pesquisas, o diálogo com o governo do estado, as resistências todas que nós enfrentamos, inclusive como havia uma parcela do governo favorável eles começaram a sentir que estavam bem no terreno, que iam poder criar a fundação. Havia tido o grupo paritário, produzindo lá dentro da secretaria, a gente tinha o dia lá dentro da sala do gabinete do secretário, começamos a produzir uma série de coisas, inclusive um esqueleto de toda estrutura organizacional da fundação, e toda a estrutura legal, aí governo do estado nos não temos parâmetros, políticos para a atuação dessa ação, não podemos criar um órgão e dar 1% da receita tributária, pois já havia tido uma reformulação neste artigo, que previa 1,5% para 1%, que era uma coisa mais realista, em São Paulo tem 1%. Aí nos contratamos, fizemos um projeto de elaboração de um estudo sobre todas as prioridades de Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, contratamos Luciano Coutinho, que hoje é presidente do BNDES, Helena Lastres, que vocês já devem ter ouvido falar porque é um dos expoentes de inovação no país, inclusive trabalhando com arranjos locais e produtivos com Cassiolato, que é o marido dela por sinal, então, contratamos a Helena e contratamos o Luciano, enfim montamos uma equipe, **Moura** do Ministério de Ciência e Tecnologia que acompanhou todo o processo elaboramos um estudo Inovação Bahia e um plano de criação, um plano de trabalho da nova fundação, para atender os requisitos do governo. No fórum de secretários realizado durante a reunião da SBPC que foi feita aqui na Bahia em 2001, e que nós dividimos com a Universidade a execução dessa SBPC aqui no estado, dessa o CADCT uma parte da execução ficou conosco, tamanho era o nosso relacionamento, saudável era com a comunidade acadêmica aqui na Bahia. O Luciano veio durante o seminário da

SBPC e a reunião de secretários de estado, que é uma tradição, toda SBPC tem uma reunião de secretários de estado de Ciência e Tecnologia com o governador. Lá nós apresentamos o programa de Inovação Bahia, o Luciano veio e apresentou o programa, entendeu? E o César Borges, que era o governador, lá mesmo lançou a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa. Então foi uma luta longa, mas bela porque foi bem distribuída, porque nos conseguimos fazer uma instituição forte, bem estruturada, bem respaldada na comunidade acadêmica, com um plano de trabalho amadurecido porque foi pensado, porque foi discutido, foi negociado, entendeu? Enfim, foi uma coisa muito bonita, muito legal.

JM – A FAPESB foi criada antes um pouquinho da SECTI enquanto secretaria?

CA – Um pouquinho não...

JM – Ela foi criada em 2001 e a Secretaria em 2002...

CA – É, sendo que a FAPESB como fundação, porque o CADCT, desde 91, já existia e exercia todas as atividades e funções da FAPESB. Então a criação legal mesmo, a lei e o nome FAPESB e a vinculação de recursos foi em 2001.

JM – Aí logo depois...

CA – Ela é criada em julho de 2001.

JM – Em 2002 a Secretaria é reaberta enquanto secretaria de Ciência e Tecnologia.

CA – Não foi em 2002. 2002?

JM – Não foi?

CA – 2003, não?

JM – É acho que foi 2003. A minha pergunta é seguinte, a FAPESB não tem ligação direta com a SECTI?

CA – Não. Não tinha nenhuma, quando a FAPESB foi criada não existia Secretaria de Ciência e Tecnologia aqui na Bahia. Existia Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia.

JM – SEPLANTEC

CA – SEPLANTEC, isso. Certo? E dentro da SEPLANTEC o CADCT. A essa altura era uma superintendência, porque o CADCT teve um ciclo de vida onde ele foi evoluindo. Ele foi criado como Centro, era centralizado, ele não tinha dotação própria, ele não tinha recursos, os recursos estavam dentro do grande orçamento do Tesouro Estadual, entendeu? De centro ele passou a superintendente. Como superintendência ele passou a ser uma unidade gestora independente, ele tinha recursos próprios, ele administrava os seus próprios recursos, entendeu? Ele já

estava pra frente como quase mesmo perfil da Fundação. Perfil legal, só que ele não tinha a vinculação dos recursos e aí com a criação da Fundação, é claro a Fundação passa a ter vinculação de recurso e passa a ter uma autonomia administrativa e política muito maior do que o CADCT. Porque a Fundação é um órgão descentralizado e a superintendência embora já tivesse uma identidade política e legal muito mais visível e muito maior, entendeu? Ela era muito maior. Não existia Secretaria de Ciência e Tecnologia, essa secretaria inclusive é criada pelo Paulo Souto no governo dele e ele só toma posse no 1º de janeiro de 2003. Agora ele vinha pensando essa secretaria tanto que ele contrata uma pessoa que é professor da FIB, diretor da FIB, Nelson Cerqueira, pra fazer uma espécie de um pré-estudo, enfim, um documento sobre a criação da secretaria, ou seja, nem é o Rafael, o Rafael nem sabia desse estudo, mas o Nelson Cerqueira é que faz, eu não sabia eu, não tinha conhecimento desse estudo, embora estivesse à frente da FAPESB, ele contrata essa pessoa, não sei se pagou ou se não pagou, eu sei que o Nelson faz um documento sobre a criação da Secretaria, dá algumas sugestões, eu só vim saber disso depois da posse dele, me parece que o Nelson não gostou muito da escolha do nome do Rafael para secretário e aí resolveu abrir a elaboração desse documento, da existência desse documento e o Rafael me disse que também não o conhecia, eu acredito que o Rafael não conhecia, até porque o documento não faz nenhuma referência ao Rafael que na época era do IEL, que é outro sistema, o sistema CNI, não tinha nada a ver com a área de ciência e tecnologia do estado. O IEL faz aquele meio-de-campo de estagiários para as indústrias, entendeu? Inclusive nós convidamos o Rafael, ele integrou um grupo nosso de assessoramento, eu não me recordo qual era a área, se era tecnologia industrial básica, exatamente o que diz respeito mais a indústria, nós o convidamos, ele integrava, ele foi suplente do Conselho da FAPESB, tinha um titular que era uma pessoa ligada à indústria, eu não vou lembrar exatamente o nome, mas um empresário, uma pessoa maravilhosa, muito boa e que teve uma participação...

JM – Mascarenhas?

CA – Não, não era Mascarenhas. Mascarenhas era presidente da FIEB. E o Rafael era suplente dele, então ele tinha essas vinculações com a área de C&T, mas vinculações, digamos assim, de terceiro nível, de terceiro grau. Agora, ele era muito ligado ao filho do Paulo Souto, aí o menino tinha um interesse muito grande na FAPESB, 1% da receita tributária era um recurso considerável. Eu nunca imaginei

que isso pudesse acontecer porque sempre se teve o Paulo Souto como uma pessoa séria, uma pessoa que não tinha nenhum desmando a nível financeiro, pelo menos essa era a imagem, era a imagem. Na verdade não, o dinheiro realmente foi poderoso ali, entendeu? E parece que o Rafael é muito ligado aos filhos dele, pelo menos só fui saber disso tudo depois. Eu nem sabia, mas a verdade é essa.

JM – Agora, a senhora arriscaria dizer qual foi a motivação do Paulo Souto em instituir uma nova Secretaria de Ciência e Tecnologia depois de tanto tempo sem tratar a ciência e a tecnologia enquanto secretaria?

CA – Exatamente, ele próprio tinha sido governador e não criou nem a própria Fundação, não é?

JM – Pois é.

CA – E é impressionante porque...

JM – Eu tenho essa curiosidade de fazer essa pergunta para ele, a gente está tentando marcar, mas...

CA – Tenta...

JM – Mas eu não tenho o contato dele, a senhora tem?

CA – Tenho não. Ele não tem nada para fazer, ele não está fazendo nada.

JM – Pois é, eu não tenho, eu queria entrevista-lo. Eu queria perguntar qual foi a motivação que o levou a instituir secretaria novamente.

CA – Até porque ele havia sido governador e ele cria, durante um evento de 25 anos do CEPED, aniversário do CEPED de 25 anos, o pessoal do CEPED organizou um evento, foi feito aí no Hotel Othon, ele deve ter memória disso aí, né? E nos convidaram para representar a comunidade de técnicos do CEPED e eu falei em nome da comunidade técnica do CEPED nesse evento e o Paulo Souto como governador e nos colocamos dentro da comunidade acadêmica a criação da fundação e ele promete na hora que ele fala que vai criar a Fundação que não cria, e não cria. E aí depois que a Fundação está criada e bem estruturada, claro e isso aí eu digo sem nenhuma modéstia, até porque não é só o meu trabalho, é trabalho de muita gente.

JM – Muita gente.

CA – Muita gente mesmo, inclusive muita gente da comunidade acadêmica, do estado também, toda a equipe do CADCT, entendeu? Como da comunidade, ele tem um órgão bem estruturado, entendeu? Com vinculação legal, com leis, com tudo estruturado, com tudo definido, com tudo funcionando, a Fazenda cumprindo

direitinho o rapasse mensal de recursos, não é? E aí ele vem e cria uma secretaria que não havia, que não anuncia nos planos de governo dele, o secretário na época não sabia, o secretário lá do planejamento, ciência e tecnologia, só essa pessoa, uma pessoa de... Remota faz um documento estranhíssimo sobre ciência e tecnologia na Bahia, se não me engano a área dele é letras ou letras vernáculos...

JM - Pois é... A impressão que se tem, quer dizer, que eu tive com relação às entrevistas que a gente fez é que parece que a abertura da FAPESB e a abertura da SECTI, as pessoas que estavam no gerenciamento, que estavam à frente, tem mais uma cisão de ciência e tecnologia, que tem mais uma visão de mercado do que de ciência e tecnologia. Usar o componente Ciência e Tecnologia, mas com inclusão no mercado isso é louvável, mas assim o que eu estou querendo dizer é que não valoriza essa vinculação do meio acadêmico, por exemplo, para se pensar ciência e tecnologia. Eu não sei se eu consegui...

CA – Eu entendi, entendi perfeitamente.

JM – Porque assim a senhora, Baiardi, todos os outros, Sylvio, todos tem... Na fala que é de extrema importância essa vinculação do meio acadêmico, dos pesquisadores, para a formação da ciência e tecnologia.

CA – Com certeza. Na verdade, esse sistema tem que ser co-gerido pela comunidade acadêmica. Ele tem que ser co-gerido pela comunidade. Mas você tem que convir que a entrada deles foi uma entrada muito agressiva, muito brusca, né? Eles desrespeitam a lei de criação do Conselho, o Paulo Souto não podia ter me demitido, se fosse uma coisa decente ele tinha que reunir o conselho porque está na lei de criação da Fundação. Porque é o Conselho que nomeia a diretoria, certo? E manda a lista **tríplice** para o governador, ele dá um golpe na surdina, numa sexta-feira às 7 horas da noite com o presidente da CNPq viajando, tava aqui na Bahia há dois dias. Nós fizemos um seminário na FAPESB tem toda a cobertura da imprensa e inclusive o diário oficial e no sábado que tem transmissão tem uma foto minha falando num evento com o presidente do CNPq, entendeu? Ele manda ligar para a Fundação às 7 horas da noite dizendo que estava fazendo remanejamento, mentira... Isso tudo ele já tinha articulado desde a posse dele, é isso que tem que ficar claro, desde a posse dele ele tinha articulado isso. Por que? Uma razão, já procuramos. Não só eu, como milhares de pessoas que já conversaram comigo... Porque era difícil a idéia, mas era a única verdade, dinheiro, era o dinheiro...

JM – O fator econômico contou, não é?

[INTERRUPÇÃO]

JM – Eu já entrevistei, eu vou falar, na entrevista com Lucchesi eu achei uma frase dele, até comentei com você um pouco agressiva, ele disse que a, principalmente, o sistema de ciência e tecnologia deveria deixar um pouco de lado os príncipes da UFBA, os professores antigos da UFBA que se acham ainda príncipes. São exatamente esses professores que ele está chamando de antigos que pensou e formou tudo isso.

CA – Claro, que formou tudo isso, que são os seniors da Universidade.

JM – Pois é.

CA – Que são os cientistas, que tem uma gama de produção acadêmica e que tem que gerir o sistema de ciência e tecnologia junto com o estado, entendeu? A FAPAESB não é uma instituição pra ser administrada na cozinha, não é. A FAPESB tem que ser um espaço como a FAPESP é, gerida pelo Estado de São Paulo e pela comunidade acadêmica do estado de São Paulo, entendeu? A composição do nosso conselho era assim. Nós tínhamos metade dos membros da comunidade acadêmica e todas as decisões eram tomadas no conselho, inclusive a única coisa que havia com Rafael, que diziam que havia conflito, não havia, o que houve, a única coisa que houve com ele foi que 15 dias antes dessa famosa demissão ele quer que eu assine, certo? Uma vinculação, uma vinculação não, uma transferência de recursos da Fundação para a Secretaria, que vai mais ou menos de um terço do valor da FAPESB, entendeu? Eu disse a ele que eu não tinha autoridade para fazer isso, que essa autoridade era do conselho, nós íamos levar o pleito dele para o conselho e o conselho tomava a decisão. Se alocava ou não. Ele tinha lá os programas que ele queria executar lá pela secretaria, não tinha outra fonte de recursos, queria que a FAPESB sustentasse, tudo bem, eu posso até ter a minha opinião, disposição pessoal contra ou a favor, mas nem isso eu disse a ele, eu disse não, vamos levar ao Conselho. Ele não quis, não quiseram levar para o Conselho... Porque aquilo é um golpe, não respeita a comunidade, não tem um mínimo de...

JM – Passa por cima do Conselho...

CA – Não, passa por cima do Conselho diretamente...

FS – Atualmente ainda é cargo de... O governo ainda elege o diretor?

CA – Não, não. Eles fizeram uma reformulação no estatuto da FAPESB, exatamente para isso, para tirar isso. Eles reformulam, eles passam por cima de toda... Estrutura legal da FAPESB para fazerem a eleição, há uma reação muito grande do conselho, inclusive a representante da UFBA na época e lê lá na frente, eu não soube, não estava mais presente, leu o currículo do rapaz que tinha sido indicado, que era o secretário...

JM – Paupério, que era o secretário...

CA – Que era o secretário...

JM – Uma espécie de gabinete dele na Secretaria.

CA – Lê o currículo dele e disse que o currículo era assim patético, não é? Ele administrava... Eu não tenho nada com isso. Foi um trauma tão violento pra mim, foi um trauma tão grande para mim que eu me afastei completamente, não acompanhei mais nada. O que você me perguntar depois da FAPESB eu não sei. As pessoas chegavam, pelo amor de Deus, era uma coisa tão dolorida, que preferia não tocar no assunto, mas eles sabem, se impõe e calam a boca de todo mundo, entendeu? Houve um documento da comunidade acadêmica... Você conhece esse manifesto da comunidade protestando contra...

JM – Não.

CA – existe um manifesto assinado por muitos acadêmicos...

JM – Poxa eu queria ter acesso a esse...

CA – É um manifesto e é levado a ele em Ondina, é entregue a ele lá em Ondina, mas é uma coisa só de honra, sabia que não ia... Os interesses dele eram muito fortes...

[FINAL DO DEPOIMENTO]

ANEXO F**RAFAEL LUCCHESI****Secretário da SECTI****(Entrevista revisada pelo entrevistado)****Entrevistado: Rafael Lucchesi (RL)****Entrevistadores: Janúzia Mendes (JM)****Felipe Silva (FS)****Cidade da entrevista: Salvador****Data da entrevista: 27/04/2009**

JM – Então assim a gente tinha pensado em duas perguntas bem...

RL – amplas...

JM – amplas, mas aí eu acho que no seu caso, eu acho que...

RL – fica a vontade, se você quiser fazer as duas perguntas amplas...

JM – A pergunta é: Como você se vê? E como vê a sua passagem pela construção do sistema estadual de C&T? E quais os avanços, que você acha que teve, exatamente nesta sua passagem? O que foi que modificou. Mas aí como eu sei que você entrou naquele período de transição, quando a secretaria foi reaberta enquanto secretaria, também houve a promulgação da FAPESB... Eu já sei que os avanços foram esses, não é? O que houve de diferente foi isso. Aí eu queria que você falasse um pouco sobre isso.

RL – Bom, vamos começar pelo início que é mais fácil. O estado da Bahia, ele não tem historicamente... Não é um estado de... A sociedade baiana até o século 19, vamos começar pelo enigma baiano, por Rômulo Almeida, foi a primeira capital, era a segunda estrutura industrial do país, mas o Wilson Cano respondeu um pouco o enigma baiano. Com o processo de industrialização, coordenação deste processo deste processo de industrialização, o nordeste foi perdendo importância relativa. Um porque, sociológico, a estrutura que se montou aqui era baseada muito na atividade extrativa, na atividade da grande lavoura açucareira e depois cacauieira. Atividades que não estruturavam bem a massa de renda urbana, que converge para a cidadania e para informação. Como a economia regional, nossa agro-exportadora,

era menor que a economia agro-exportadora paulista, pegando Sergio Silva, então o desenvolvimento do estado para impulsionar o processo de industrialização ocorreu na resposta da nossa economia agro-exportadora mais forte, adicionalmente o fluxo migratório europeu, que dominavam as técnicas de produção industrial mais solidamente, ocorreu para aquela região, não pra cá. Disso decorre, então, que uma sociedade com características mais ocidentalizadas com padrão industrial mais solido ocorreu lá e não aqui. Isso marcou fortemente todo o desenvolvimento industrial brasileiro no século 20, especialmente no pós-guerra. E evidentemente o Estado foi o grande coordenador disso, desde a política de compra e queima de café, aí já com o João Manoel, que foi decisivo para você manter o padrão de acumulação de 100 anos de economia agro-exportadora cafeeira. Se você destrói aquilo ali você jogava 100 anos da história de acumulação brasileira fora, o que seria ruim para história da evolução do capitalismo no Brasil. Então a política foi uma política correta e o Brasil recupera 29 em 32, ao passo que a Argentina só vai recuperar 29 em 50, mais de 20 anos depois. O Estado como grande coordenador disso, você pega lá o trabalho da Sônia **Brás** sobre o estado brasileiro, ele coordena e induz todo o nosso processo de industrialização pela capacidade que ele tem de capturar as poupanças sociais e definir um caminho disso. E as escolhas de desenvolvimento industrial e urbano se deu a partir dessa região como polarizadora, capital federal, Rio de Janeiro, e o grande centro econômico, São Paulo, centro econômico e político, combinando com Minas Gerais. O Rio Grande do Sul tem também uma certa força, sobretudo pela estrutura migratória e pela..algumas atividades de manufatura decorrente desta estrutura migratória. A carne de charque... e toda uma economia baseada na atividade criadora de animais, mas São Paulo emerge como grande centro econômico e Rio de Janeiro como centro político combinando aí com Minas Gerais. São as três cidades, se você vê o resultado disso no PIB hoje.. Você tem outros centros sub-regionais, o nosso problema é que nós perdemos importância relativa para Pernambuco, no anos 50, a maior economia regional era Pernambuco e a maior cidade era Recife, tinha uma sociedade mais dinâmica que a nossa, então se você vê, a estrutura urbana, o desenvolvimento urbano, se você for no Rio de Janeiro ou em São Paulo ou se você for em uma cidade re-fundada, uma primeira Brasília, teve alguns ensaios no Brasil, Belo Horizonte é uma cidade planejada, uma primeira Brasília, da virada do século, então você vai ver que se você andar pelo interior de Minas você repara uma certa

distribuição da economia que regionalmente se planejou no seu centro, Belo Horizonte, planejou na sua periferia. Então você entende que ali houve uma ação pública no todo do estado, quando você percorre o interior do estado da Bahia você percebe que há um vazio, não houve isso, diferentemente de quando você percorre Minas. E é claro que isso vai se manifestar quando você anda nas cidades e quando você olha a estrutura nas cidades destinadas as atividades mais avançadas, mais desenvolvidas. Aí chega o nosso objeto, que é a estrutura de Ciência e Tecnologia. Bom, você pode correlacionar desenvolvimento regional, história econômica com as bases iniciais desse sistema, que pode ser o [...] da sua análise com relação a isso. Em que tese a nossa fundação de amparo a pesquisa por conta do Anísio Teixeira ter tido uma ação até precursora como foi também o Anísio Teixeira na história do Brasil e como foi também o Rômulo Almeida, pessoas que pensaram juntos a CAPES, o BNDES e varias outras organizações de grande importância para o desenvolvimento econômico brasileiro, isto não se traduzia no pensamento da elite dominante, uma elite aristocrática, regional, paroquial e atrasada, como acontece com todos os outros adjetivos que são signos do atraso. Então, o fato de ter uma classe urbana com uma estrutura de funcionalismo público altamente remunerada, a própria chancelaria, e um fluxo internacional mais dinâmico nestas cidades e grana também, uma elite econômica mais esponjante, mais internacionalizada, fez com que as necessidades de demanda pela ciência tornassem mais forte nesses lugares do que aqui e evidentemente o esforço de estruturação do estado capitalista no Brasil ocorreu mais fortemente lá do que aqui, então havia um processo de retro-alimentação de uma dinâmica desigual que ia ocorrendo de forma acumulativa, ampliando ainda mais este fosso. Então a historia dos fossos da economia do estado na montagem do sistema nacional de inovação se deu sobretudo na Universidade, ensino superior, a pós-graduação, se deu mais fortemente naquelas regiões do que na nossa, criando uma assimetria grande. E isso foi base para toda consequência histórica de estruturação do sistema de ciência e tecnologia, que tem o capitulo mais marcante a criação da fundação de amparo a pesquisa de São Paulo em 62, mas só vai ganhar força com a redemocratização, pela lei mais clara de determinação orçamentária, isso é resultado de um processo histórico, havia um grupo de pressão, havia uma comunidade científica a partir da criação na época do Butantan, era um problema, as pessoas tomavam picada de cobra iam morrer... Então era um problema rural em uma estrutura urbana que expandia, então você

começa a desenvolver todo uma estrutura de necessidade industriais, politécnica, a USP, e aí vai... a estrutura de medicina, você tem... a base da nossa ciência aqui é que você tinha que desenvolver a agricultura e tinha que desenvolver medicina, que as doenças aqui eram diferentes, você não podia importar, que o clima aqui era outro e a agricultura por que o clima era outro também. Então a nossa ciência se desenvolve disso. O resto é decorrente desse processo. Com a entrada mais forte da estrutura industrial aí você tem a engenharia, porque você precisa ter uma engenharia próxima para resolver os problemas do mundo real, o resto é... tipo assim, a UFBA como não tinha... nenhum, sua ligação foi Universidade de Artes, a elite era uma elite deslocada, então, essa é um pouco da história da nossa tragédia, a UFBA era uma universidade “inserviu” para o mundo moderno, porque ela serve a uma lógica aristocrática e se você ver um professor da UFBA, você vê claramente que ele é um príncipe aristocrático de um mundo que já acabou, ainda que ele se diga socialista, mas ele age como um príncipe lá no seu mundo porque ele não tem que dar satisfação a ninguém. “E usa esse” discurso corporativista para legitimar essa lógica de uma sociedade desigual, que é a Bahia. Então no centro-sul do país desenvolve-se uma maior dinâmica, uma dinâmica mais forte da economia e o que fortaleceu hoje o sistema de ciência e tecnologia nesses estados. E como o Brasil é um país que cliva fortemente as desigualdades essa estrutura foi sendo transferida para depois, foi criando um sistema de causação circular acumulativo que é uma categoria, um conceito econômico do Myrdal, do Gunnar Myrdal, e que explica o desenvolvimento regional e que também serve para você explicar essa assimetria do sistema. Então cada vez mais o grupo de pressão, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas era mais forte, estabelecia um volume maior de verbas e atenção do ente federal, especialmente a partir dos anos 70, em que tese houvesse uma política de desconcentração regional a partir do GTDM e tal... Havia esse negócio do GTDN, que depois veio a SUDENE, mas teve uma expressão do ponto de vista de dispersão, pequena, houve de fato, depois reconcentrou novamente, depois que esses instrumentos perderam importância relativa, mas do ponto de vista... Foi muito importante para desenvolver algumas regiões e aí a Bahia dá um salto econômico nesse processo, mas do ponto de vista do esforço nacional a indústria aqui era de pequena dimensão. Extremamente importante para reposicionar, a Bahia pega um elevador e vai subir, porque ela a partir daquelas teses, a do François Perroux e do Richman de impacto na cadeia para frente e para trás e com Rômulo Almeida, que

pensou isso a partir dessa leitura que ele tinha de transformação temporária, então ele viu que a Bahia tinha que ter os dois núcleos fundamentais da indústria capitalista do século 20, que é um departamento de bens da capital baseado em petroquímica que é onde a gente tinha uma vantagem comparativa e indústria metal mecânica. Os mineiros não nos deixaram ter um parque siderúrgico, pelo governo militar, havia uma certa especialização. Mas aqui conseguimos um subúrbio de São Paulo, porque se você fosse fazer um estudo locacional você ia botar a indústria de petroquímica brasileira em torno de São Paulo e não ia botar na Bahia, você criou uma deseconomia enorme, mas como aqui tinha petróleo, havia a crença que a gente tinha... não tinham descoberto ainda a bacia de Santos e aqui a energia era barata, então veio para cá algumas coisas, como a indústria de alumínio... e veio para cá a petroquímica também, segundo o Rômulo, ele usou um argumento decisivo, foi o “raio de tempo livre de Rômulo Almeida”, muito interessante, Rômulo voltado para o futuro....

JM – Onde é que eu acho para comprar?

RL – Ah, você não acha. Ele é... você pergunta quem tem, talvez tenha na biblioteca da UFBA. Alguma biblioteca da UFBA deve ter, porque foi feito na UFBA. É um conjunto de entrevistas que Rômulo, Rômulo voltado para o futuro. É interessante. O argumento desse livro é que os aviões argentinos não poderiam bombardear Salvador muito facilmente, então como a estratégia dele era uma estratégia de segurança nacional, Camaçari venceu e o Geisel também queria e ganhou muito grana tendo feito isso aqui, porque era um bibelô do gás. Isso reposicionou a economia baiana, mas a UFBA manteve a sua trajetória muito desconectada do mundo real, como aconteceu com a Academia Brasileira, diferente, é um outro comparativo que se você quiser fazer, diferente dos países de economia com industrial avançado, porque as necessidades objetivas de desenvolvimento econômicos eram dadas pelo padrão tecnológico e o padrão tecnológico se dava por um encaixe da universidade e com o desenvolvimento. Essa mudança acontece na universidade de Berlim, que vai ganhar a guerra franco-prussiana do século 19. Foi a primeira grande universidade, que transformou, hoje achamos que ensino, extensão e pesquisa é normal tudo junto, não é? Foi inventado na Universidade de Berlim. Isto pesa a universidade ter sido criada lá no século 9 em Bolonha e a universidade árabe lá de Granada e tal, deve ter algumas anteriores a isso, era uma outra coisa, como também tinha no renascimento e antes do renascimento as

universidades, então na verdade lugar onde as pessoas dão aula, lugares vazios, não traduz o que hoje pensamos para a universidade. Então a universidade moderna ela é inventada na universidade de Berlim que decidiu para ganhar a guerra franco-prussiano. E depois essa universidade influenciou fortemente a universidade saxônica vai ser reconstruída, ou seja, vai ser reinventada, re-trabalhada, essa universidade alemã, mas nos EUA, criando um encaixe que deu ao EUA a “liderança” da segunda revolução científico tecnológica. Onde surge o motor elétrico, o motor a combustão interna, o aço, a economia voltada para o cidadão automóvel e a linha de montagem e um forte encaixe entre o processo de invenção e de produção em série... Em que é copiado pela, esse modelo das grandes corporações, é copiado depois na Europa, que se reproduz, re-configurando a economia européia. Então esse modelo de universidade é um modelo vencedor e que estabelece sólidas pontes entre os problemas do mundo real e necessidades objetivas de haver uma interligação, ainda que a universidade vá formar pessoas que vão trabalhar na empresa, porque isso é o carro chefe da economia. Aqui as pessoas acham que isso é uma prostituição da universidade, porque a universidade só serve à antiga economia que acabou, que é a dos aristocratas, não tem que trabalhar em empresa nenhuma, são príncipes e não tem nenhum compromisso social com o seu trabalho. Então cria uma certa desconexão, como o nosso processo industrial foi imitativo, era, digamos assim, imitando plantas industriais ou comprando com desatualização tecnológica, porque a tecnologia de ponta nunca está disponível pra venda, mas você tinha um mercado fechado, de proporções limitadas, uma classe média urbana de funcionários públicos ainda diminuta, então não era um mercado de consumo de massa como era nas economias industriais avançadas, as escalas eram menores. A nossa capacidade de compra desse equipamento também era pequena, que era determinada pela nossa capacidade de importação, que por sua vez era função da nossa moeda forte, que não era o centro da economia, que aí vem as linhas de substituição de importações, era uma lógica, de certa forma, que caminhava para uma lógica de choques adversos permanente. Aí é aquela coisa da Maria Conceição e outros autores. Mas isso criou uma lógica cultural de uma certa separação, nos tínhamos uma universidade aqui sobretudo pela ambição da elite paulista e brasileira de ser versada no mundo, mas ela não tinha nenhuma função, a universidade não tinha uma função fundamental, a não ser para a área de saúde e, em segundo plano, para área de agricultura, mas para a

sociedade no geral era para apenas um status cultural de uma sociedade desfuncionalizada, como também tinha cartório, como tem até hoje, não serve para (...) nenhuma o cartório. É apenas um signo do nosso atraso. A nossa universidade era mais ou menos isso. Ela era uma coisa, um enclave, numa sociedade sem desafios, sem função. Em que pese toda a elite nessa universidade, inclusive nos que estamos e que a criticamos. O que apenas não tira o seu valor, mas também não tira a necessidade de uma reflexão crítica sobre ela própria. O que traduz essa nossa universidade? Ela tem uma cultura diferente das demais universidades no mundo, o que cria um pendulo do nosso sistema, que é um pendulo, de certa forma, desfuncional, que tem haver com a nossa historia de industrialização e desenvolvimento, onde a universidade não desempenhava um papel central numa estrutura imitativa. Só que quando o mundo deixa de perseguir o paradigma metal-mecânico como elemento motriz do progresso técnico e vai para a estrutura digital, nos temos aí duas mudanças, uma é a seguinte, a velocidade de deslocamento da fronteira tecnológica se acelera de um lado e de outro a estrutura imitativa não serve mais. Então a industrialização reversa que nos praticávamos imitativamente ela não é mais útil, ela não é mais funcional, porque você não pega uma engrenagem monta e tá bom, estrutura industrial eu preciso para isso. É fácil imitar, você vai desmontar um chip é mais difícil, então você tem aí um salto tecnológico muito grande pra você saber desmontar um chip e outra coisa, se a cada seis meses você lança uma nova geração de chip o deslocamento da fronteira tecnológica não permite que você imite, se você tem um ciclo tecnológico metal-mecânico que dura cinquenta anos então você pode imitar. Agora, se você tem um ciclo tecnológico que dura seis meses o caminho imitativo não serve mais. Aí nos na nossa grande imbecilidade criamos a lei de informática que nada mais é do que tentar re-emular o processo imitativo e o quê que nos fizemos também genialmente criamos os nosso institutos de processamento de dados, para começar lá universidade pra depois chegar a um chip. O quê que a Coréia do Sul fez? Ela fez o seguinte, ela fez isso também, mas muito mais que isso, começou a adquirir empresas americanas no Vale do Silício que estavam perdendo, numa economia dinâmica nova tem empresas que vencem e empresas que perdem, como ela comprou empresas que estavam... quando você compra uma empresa que está quebrada o financeiro não serve para nada, mas o tecnológico sim. Hoje a Coréia é o maior produtor mundial de chip e nos não temos nenhuma planta industrial de chip no Brasil... Então, isso também demonstra estratégias equivocadas

de ficar num fluxo equivocado, que seria o modelo, que tem aquele cara que tá no Banco Mundial agora me esqueci, um sergipano da Unicamp, daqui a pouco eu lembro o nome dele, ele comparou o processo industrial do Brasil com o da Coréia, eu tenho um livro, deve estar por aqui também, depois eu olho, o processo industrial brasileiro foi por substituição de importação enquanto que o da Coréia foi orientado para exportações o que cria um nível de aprendizado com conexão com as redes de conhecimento e redes de negocio de forma muito mais sintônica do que foi o nosso, o nosso percurso. Isso claramente marca a historia do nosso sistema, tanto que nosso sistema é muito tardio, apenas em 85 vai se criar a secretaria especial e tal com Severo Sales, Luciano Coutinho e outros autores lá envolvidos nesse processo...

JM – Mas a Secretaria de Ciência e Tecnologia, SECTI, já não existiu...

RL – Existiu em 69.

JM – Ou vinculada a Seplan...

RL – Não, não... Ela existiu em 69. O primeiro secretário foi um cara chamado Bautista Vidal, até conversei com ele.

JM – A gente está tentando entrevistar ele, mas ele está em Brasília.

RL – Converse com ele por telefone.

JM – Será que dá?

RL – Dá, ele é gente finíssima, gente boa e tal... Ele foi secretário em 69.

JM – Ele é baiano, não é Rafael?

RL – Sabe que não sei, é capaz de ser.

JM – Você é baiano?

RL – Não. Sou carioca. Eu sou neto de italiano, então eu não pareço muito carioca nem muito baiano. O lugar que eu mais sinto é Bahia, mas ninguém acredita que eu sou baiano e nem aceitam que sou baiano. Eu sou um baiano excêntrico. Como diria Caetano eu sou assim, tímido e espalhafatoso. Então voltando a nossa história, nós tivemos aqui uma efêmera (fundação) lá nos anos 50 quando se criou uma “**zorra**” parecendo uma fundação, mas com duração curta, acho que dois ou três anos... e em 69 a primeira secretaria também baiana, lá com Bautista Vidal e ela vai até 72 e torna-se sub-secretaria. Rapaz, Fabiana fez, eu tinha isso, devo ter aí em algum lugar, uma cronologia de **escopo**, sabe quem é Fabiana Carvalho?

JM – Sei, eu fiz também, eu tava na secretaria e inclusive está no meu projeto.

RL – Então pronto, chegou na minha mão...

JM – Não fiz com ela não, eu fiz de curiosa, mas ela tava pensando escrever um projeto para submeter ou alguma coisa assim?

RL – Ela mandou algumas coisa pra mim... não sei se foi alguma coisa assim, se tinha uma cópia adicional. Aí... depois virou sub-secretaria e depois ficou só no nome...

JM – Sub-secretaria ligada à SEPLANTEC...

RL – É. Ficou até 72 como Secretaria e depois virou sub-secretaria e depois... acabou no CADCT eu acho. E o Waldeck, até conversei com ele, em 91 tentou criar aquele conselho, mas era um conselho que ele errou porque ele colocou um conselho com cargos, com funcionalidades, o reitor de não sei onde, na verdade tinha que escolher caras que tinham um mínimo de capacidade de construir um consenso e o pessoal ficava naquele mono-temático discurso de criar uma fundação, uma fundação, uma fundação... Eu acho que não é uma estrutura moderna. Eu acho que é uma estrutura que poderia se pensar melhor. Mas aí a fundação só vai surgir em 2002.

JM – Mas a fundação daqui ela é...

RL – Uma imitação...

JM – Da de São Paulo.

RL – Da de São Paulo. Que foi a primeira. Que foi base inspiradora para todas demais. Que é uma estrutura encaixada na estrutura científica. No mundo moderno, mais moderno, com necessidades mais objetivas eu pensaria uma agência de desenvolvimento, ou seja, em 62 era moderno montar uma fundação, em 2002 quarenta anos depois, apenas ficou uma coisa assim isomórfica... uma coisa assim cultural, ainda mais na Bahia que tem que olhar para um farol e seguir. Mas seria mais moderno pensar em uma agência de desenvolvimento mais flexível, uma estrutura administrativa até mais flexível...

JM – E o Desenhahia?

RL – Não, não... Você pode ter múltiplas agências de desenvolvimento, seria agência de desenvolvimento na área de Ciência e Tecnologia. Que é o que a gente tentou emular dentro da Secretaria e dentro da Fundação, o que a gente pensou basicamente foi isso. E aí falando, respondendo o que aconteceu, quando eu cheguei na secretaria, quando recebi o convite e atendi o convite, pensei assim, a Bahia é um estado que já tem um desenvolvimento industrial, tem um atraso relativo muito grande na sua base de ciência e pode com uma construção de uma política

entusiasmar as instituições, as pessoas, a seguirem um caminho. Política é muito isso, é você criar um chamamento. Então foi um pouco o que a gente fez. Então o primeiro desafio que a gente fez foi a construção de uma política, a gente mobilizou as principais cabeças e que deram as suas contribuições na construção de uma política, o que não impediu que o governo fizesse escolhas, mas essas escolhas foram muito construídas junto. As opções, a percepção do cenário, na marcha crítica que nos tínhamos disponível, a gente percebeu muito claramente no processo de construção da política. O que determinou as opções e escolhas as que estão naquele trabalho, que é o trabalho, que eu acho o trabalho mais sistematizado de escolhas e opções de política pública nessa área na Bahia. Nos anos para trás não tem outra coisa tão substantiva.

JM – Eu acho que só teve aquele que Sylvio mostrou pra gente.

RL – Ah, o que Cleilza fez?

JM – Plano Nacional...

FS – Plano de Desenvolvimento...

JM – Científico e Tecnológico da Bahia, foi antes da formação do CEPED.

RL – Eu tenho também e Cleilza fez alguma coisa. Na verdade quem fez foi a equipe de Luciano Coutinho... sei lá, os orientandos de Luciano Coutinho, mas é fraco também, bem fraquinho. Eu acho que a nossa política tem um... de você pensar o quê que a gente vai querer fazer na área econômica, o quê que a gente quer para a área científica e quais são as escolhas nossas, onde a gente quer estar no futuro, por exemplo, na área de ciência, foi o maior problema que eu via... Aí o quê que a gente fez, quando a gente entrou na secretaria a Bahia tinha... Grupo de pesquisa ela perdia pra Brasília, Santa Catarina e Pernambuco, passou esses três estados durante a minha gestão, em grupo de pesquisa e em número de cursos de doutorado. Tinha antes uma política, muito fraquinha, programa de atração de doutores, então você pegava um doutor de São Paulo trazia pra cá, ele ficava aqui uns dois ou três anos e voltava, um programa caro e ineficiente. Então a nossa política era criar cursos de doutorado aqui, ao invés de pegar fora. Porque aí você já traz a fábrica de doutores pra cá. Você traz a fábrica de doutores pra cá e escolhendo algumas áreas, então nós temos uma base forte em saúde e temos uma área forte na área de biotecnologia. Engenharia é um grande problema, eu falava para Naomar, eu até falava assim, vamos fazer uma articulação política envolvendo o governador e você, porque não tem cabimento a Universidade Federal do Rio

Grande do Norte ter muito mais engenheiro do que a da Bahia. E essa política de distribuição de concursos ela distribui de acordo com a massa crítica, então não existe novas vagas, duas ou três vagas em engenharia e quarenta vagas em medicina, existia uma configuração que estabeleceu uma correlação com o período anterior que ela criou uma inércia. Então tem criar uma mudança e a Universidade da Paraíba e do Rio Grande do Norte tem muito mais engenheiro, professores na área de engenharia e exatas do que a nossa. E a maior planta industrial e o maior parque é aqui, a maior necessidade de objetivos é aqui... Criassem novas vagas e assim seria bom porque você, renovaria e ajudaria modernizar a atividade destas estruturas e se modernizaria, como aconteceu tanto na Paraíba como em Pernambuco, eu perguntei ao pessoal que coordenou... tinha um processo novo, um monte de novas vagas, aí aquilo deu um certo entusiasmo, mas isso não animou muito o Naomar, mas mesmo assim a gente fortaleceu muito a área de engenharia, que era importante, quando eu cheguei na secretaria não tinha um doutorado, quando eu saí eu acho que tinha 5 doutorados na área... aí saiu de dezesseis cursos de doutorado para trinta e nove, trinta e sete ou trinta e nove, eu não me lembro mais, Maurício tem bem esses números.

JM – Maurício está aonde?

RL – Ele tá na Cetrel. Aí dá um salto nos cursos de pós-graduação, então tinha uma política de formar uma base de pós-graduação. Aí em 2004, a gente passou Brasília e em 2006 a gente passou Pernambuco e Santa Catarina, ou estava bem perto de Santa Catarina, mas com velocidade de arranque maior, a tendência seria passar. Agora, eu não me lembro exatamente como foi, mas deu um salto enorme, depois veio até um documento feito por um grupo de transição comparando dados errados, colocando outras fontes com a base de formação do governo federal, eles tem lá um grupo em que até basearam na metodologia de contas regionais do trabalho que o Ricardo... Que é um documento interessante, que tem dentro do MCT, não sei se está organizado, uma equipe de indicadores muito interessante, com muita informação... Bom, então nossa política a gente se voltou na base acadêmica em você criar e fortalecer os cursos de doutoramento, especialmente novos e competentes e com aderência ao mundo local. Então, nas Universidades estaduais a gente procurava dar esta aderência aos eixos de desenvolvimento da região. A

professora “**René Bagli**³” fez um trabalho muito interessante, não sei se você tem, onde ela vai estudar as alocações das Universidades Estaduais e esta aderência dela com, seria interessante você conseguir, tem em meio digital... Tipo assim, zootecnia lá no na Universidade do Sudoeste, uma vocação natural da região, então você tem criar uma base técnica forte, importante ter um doutorado lá, quatro ou cinco, é importante que haja cruzamento dessa competência com a área econômica como, tipo assim, o que eu falava direto para o conselho da EBDA. Poxa! tem que trabalhar com universidade local. O governo gasta, sei lá, um valor, seiscentos milhões nas universidades e vocês ficam aí dizendo que... isso é preconceito de vocês, e aí a gente foi avançando nessa direção, criando essas bases de competência, especialmente, no projeto parque tecnológico, em que ele estava mirando em três redes, uma de energia, uma de biotec e uma outra de testes clínicos para serem dinâmicas e uma terceira na área de UTI. Então era isso que a gente estava mirando com articulação dentro de um habitat de inovação que é um parque tecnológico. Na área econômica a nossa ação era em torno do arranjo produtivo, estabelecendo pontos e projetos de fortalecimento de competências empresariais gerando vantagens competitivas dinâmicas, então a gente fez um mapeamento de um total de 51 arranjos produtivos e desses a gente selecionou 15.

JM – Aquele material do professor Rossine e Ushoa...

RL – É começou com... a gente criou, nós precisamos ter uma base importante na academia que tivesse isso, a gente começou a impulsionar o trabalho do grupo de pesquisa lá de Rossine e Ushoa e daquele mapeamento construímos o projeto do BID, que no final ele vai, o que já descolou um pouco de Rossine e Ushoa, quem trabalhou muito nisso foi Emanuel, Armando, a gente seleciona aí uns oito APLs...

JM – Dez.

RL – São dez APLs e aí tinha também uma política de construção disso com a Universidade, a gente chamou Chico Teixeira, Chico Teixeira criou um curso para a formação de monitores de APL, então tinha um posto de especialização, as pessoas que lá estavam elas... Então todos os monitores faziam esse curso. O novo governo pegou e colocou os cabos eleitorais dele, mostrando assim uma preocupação bastante republicana com a forma de exercer a prática e o esforço.

JM – E ainda intercalou outro APL.

³ Aposentada da UEFS, Meire, uma funcionária da SECTI, deve ter esse material.

RL – É, botou o do Sisal. Porque o cara tem pretensões políticas, quer se eleger a qualquer porcaria lá.

JM – Perderam a eleição.

RL – Perdeu não é?

RL – É, estas práticas são desastrosas. O que eu falei da prática do discurso do discurso da prática é que o pessoal do PT em si fala muito da prática republicana, não é? E são os maiores aparelhadores do estado que se tem notícia na história do Brasil. E olha que eu fui um dos fundadores do PT na Bahia. Eu queria a democracia, a justiça, era contra a ditadura e me desfiliei do PT... aí me desfiliei para assumir a Secretaria de Paulo Souto, mas falei para ele, impressionou muito a minha relação com Paulo Souto, falei para ele, acho importante ter a secretaria, vou apoiar, agora não sei se sou a melhor pessoa porque fui militante do PT, depois me tornei... elegantemente me tornei eleitor, aí ele, você é a pessoa do perfil que eu quero, aí olhei para ele e falei assim, olha, você está chamando um técnico, então eu só vou agir como um técnico, ainda falei para ele, tem **uma secretária antiga** que eu tenho problema com ela, é uma pessoa atrasada tal, então eu vou ter dificuldades, então, não vai ter importância não, ela vai te respeitar. Aí eu topei. Eu empreguei 140 pessoas ele não pediu um estagiário, isso é possível no governo Jaques Vagner. O filho dele me indicou currículo, como outros deputados, eu não aceitei nenhum, não foi pra fazer má vontade. Eu não quero pessoas indicadas, eu tinha pessoas melhores, mas respondi a todos, foi uma coisa que Mascarenhas me ensinou na Federação... Eu montei a equipe sob critérios técnicos... Diga-se de passagens a maioria das pessoas eram de origem esquerda, como eu mesmo, não que isso fosse um critério. Na universidade baiana é difícil você sair de lá sem deixar de estar impregnado por idéias de esquerda, eu gostaria que o mundo real fosse diferente disso.

JM – Como é o primeiro nome de Mascarenhas?

RL – José de Freitas Mascarenhas, ele foi o cara que fez o Pólo de Camaçari, ele é um cara importante.

JM – É isso, a gente está pensando em entrevistá-lo.

RL – Ele é um cara importante.

JM – Ele mora aqui?

RL – Ele mora aqui.

JM – José...

RL – De Freitas Mascarenhas. Ele fez Camaçari, ele é um cara bem importante. Ele era o único cara que Antonio Carlos não expulsava dando ponta-pé, chutes na bunda no primeiro governo dele. Antônio Carlos era um sujeito assim com bastante **urbanidade**, uma figura contraditória na história baiana.

JM – Mas quando Paulo Souto, vou fazer uma pergunta que nem sei se deveria...

RL – Pode fazer...

JM – Mas, quando Paulo Souto te chamou ele falou qual a pretensão, primeira pretensão em instituir uma secretaria, voltar com essa idéia de secretaria, tratar a ciência e tecnologia enquanto secretaria?

RL – Ele, o Paulo Souto não tinha claro, ele não é da área.

JM – Mas essa idéia veio de onde?

RL – Ele tinha, eu li um documento desde o secretário, do acessor particular dele, aquele que morreu eletrocutado, esqueci o nome dele... e acho que Eduardo Santos, não sei, era um nome assim comum, mas morreu, veio esse cara e acho que Nelson Cerqueira ajudou a ele pensar nisso, o Garrido...

JM – Nelson Cerqueira é o da...

RL – Da... Aí, tinha um documentozinho, até Rangel ajudou também a pensar isso, assim influenciar Paulo Souto no processo... e acabou criando a Secretaria Extraordinária e deu pra mim. O primeiro ano foi Secretaria Extraordinária, mas ele não tinha claro, ele não era da área, tá? Aí, o trabalho que a gente fez foi um trabalho, foi com o meu primeiro orçamento... era dezoito milhões, o orçamento que eu deixei pra 2007 era cento e sessenta milhões. Não teve um projeto que eu levei para Paulo Souto que ele não olhou. Não teve um projeto que eu levasse para Secretaria que ele não aceitasse. Todos ele aceitou. E com alguns momentos assim interessantes, no programa de inclusão digital, a gente fez maior progresso no projeto de inclusão digital. Eu levei para ele a proposta de alocação dos municípios que seriam atendidos e foi população urbana, núcleo de população urbana. Eu falei, governador eu tenho um critério técnico conforme o nosso compromisso se o senhor quiser fazer alguma indicação ou quiser... está a sua disposição, aí ele disse: pode fazer assim. Governador eu não sei se o senhor entendeu direito, mas tem prefeitura aqui de qualquer partido, inclusive de oposição... mas eu entendi perfeitamente e é para fazer deste jeito. Então, seguramente a forma como o pessoal exerce, usa o discurso republicano, fala que não discrimina ninguém, mas sabemos que na prática é exatamente o oposto. E eu vi algumas condutas assim bem interessantes no

governo do PFL, nunca tive filiação partidária... O que me surpreendeu muito, o que deu muita liberdade nas escolhas, o que é também muito importante. Então o fato de termos a preocupação de criar as bases de uma política de longo prazo, que a ciência e a tecnologia é de longo prazo, inteiramente desconectada de qualquer arrumação política, um governo frente o atual, o governo Jaques Vagner, ele deu, ele aquinhoou a secretaria a um deputado federal do PMDB, na época acho que era PDT ou PPS, que era Colbert Martins, um sujeito que tinha a cabeça deste tamanho... Aí ele escolheu um sujeito da confiança dele, um borra-bota qualquer, que era uma pessoa ligada ao trabalho comunitário rural, nada contra, seria um cara bom para uma secretaria de combate a pobreza ou outra coisa assim, mas para ciência e tecnologia um desastre. Ele passou o primeiro ano, acho que você ficou lá um tempo, não foi?

JM – Não, eu saí antes da transição.

RL – Ah, saiu antes da transição...

JM – Foi por causa do doutorado, mas conheço o secretário de lá, porque ele é professor da UEFS e na época ele era um dos fundadores do MOC.

RL – É, do MOC.

JM – E na época da graduação eu fiz alguns artigos para o MOC encomendados por ele. Eu já conhecia ele e Jerônimo, mas assim...

RL – Jerônimo é aquele padre.

JM – Não, Jerônimo é um professor lá da UEFS.

RL – São uns caras lá... É um professor de latim?

JM – Não, é professor de economia.

RL – Jerônimo de economia não, eu sou de economia...

FS – É de administração, hoje ele dá aula em administração.

JM – Na verdade, ele é agrônomo, mas é um agrônomo.

RL – Ele era um famoso ninguém lá, viu? Fiquei lá um tempo e desconheci, eu ouvia falar de um Jerônimo, mas era um cara assim, “esquerdolios” e que... assim, não tinha nenhum destaque como professor de nada não, mas assim, eu via das assembléias da Adufs, que eu me lembre, tinha um padre, um de cabelo branco, um que era professor de latim...

JM – Não, esse é jovem, acho que é seu contemporâneo. Você é professor da UEFS?

RL – Sou professor da UEFS.

JM – Do curso de economia?

RL – Do curso de economia e não sei se um dia eu volto pra lá, estou meio distante, estou de licença.

FS – Só uma pergunta...

JM – Eu nem apresentei...

RL – Ele já se apresentou, já falou tantas vezes comigo por telefone.

JM – Ele está concluindo o curso de economia.

RL – Onde, lá na UEFS?

JM – Lá na UEFS.

RL – É aluno de Armando, não?

FS – Sou... Fui aluno dele.

RL – Você fazia Armando 1, Armando 2 e Armando 3... As matérias dele, são pré-requisito.

JM – Está concluindo o curso e faz parte de um grupo de pesquisa lá com Macalé, Ricardo Caffé, Jossel...

RL – Que é?

JM – Jossel.

RL – Não é da minha época não.

JM – Eugênio...

RL – Que Eugênio?

JM – Eugênio Mendes, quase meu parente.

RL – Eugênio Mendes, um cara de administração?

JM – É.

RL – Ele trabalhou comigo, ele tinha um apelido pé na cova.

JM – Porque?

RL – É porque na época que ele era natureba ele foi afinando, afinando, vai morrer... Gente boa. Ele fez, eu acho, o mestrado e doutorado na USP.

JM – Isso.

RL – USP não, acho que foi FGV. Ou USP ou FGV...

FS – Acho que foi USP porque ele visita direto São Paulo, a USP.

JM – A pergunta.

FS – Em relação ao CEPED...

RL – Boa pergunta, o CEPED, uma das coisas legais que eu fiz foi ignorar o CEPED. O CEPED é uma obra datada e de importância datada. Esses centros

estaduais, o IPT, o PADETEC, o Rio tem vários equipamentos, São Paulo, Paraná tem outros negócios lá, mas... O IPT e suas versões regionais. Tem Minas, tem Paraná, o Rio de Janeiro tem vários, são federais no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro tem 36 instituições federais de ciência e tecnologia e um orçamento cinco ou seis vezes o nosso. Esse são shopping centers, foram pensados como shopping centers do processo de imitação tecnológica, serviriam para fazer isso, pra cumprir as funções de engenharia. Agora, o ciclo de investimentos subiu e depois caiu. O modelo empregatício destes centros, ele é um modelo empregatício autônomo, você tinha pessoal altamente qualificado, funcionários mundiais, ganhavam em dólar e o estado contratava isso em dólar, era fora do regime único de carteira. Com a Constituição de 88, do ponto de vista administrativo a lei 8666, esqueça essas possibilidades e cria uma estrutura muito mais amarrada. Para negócio, que hoje um negócio que é mundial, global, um processo de investimento, até porque você tem flutuações cíclicas nos investimentos dos estados nacionais, então seria assim extremamente caro, extremamente ineficiente e fora do mundo real, pois com alguma tecnologia... Esquece. Tinha alguma função de desenvolver projetos de engenharia, como é a casa maior do Rio de Janeiro... Como também a planta toda de... Como é o nome daquela planta de cobre daqui, Caraíba Metais, foi feita pelo CEPED. Mas assim como mão de obra global e com uma forte administração distinta. Quando eu cheguei, o pessoal dizia seu grande desafio é o CEPED, aí eu dizia que o meu grande desafio era ficar longe do CEPED. Veio até alguns projetos feitos pelo “(...)” e o pessoal da... ligado ao Michael Portman... uma consultoria dessas aí. Um projeto que era dez vezes o meu orçamento e para fazer um nada. Esquece isso, eu tenho muito mais desafio a fazer. O CEPED é anacrônico, ele morreu, ele não existe mais.

JM – Ele está vinculado a UNEB, não é?

RL – É, vinculado a UNEB porque tinha que dar um endereço para ele, mas ele morreu. Ele não tinha mais doutor, não tinha mais competência, não tinha mais lógica e não tinha mais desafio. Tem um trabalho muito interessante, feito pela Sônia... e com Chico Teixeira avaliando esses centros tecnológicos.

JM – Você não acha que o Parque Tecnológico veio, em certa medida, para substituir a idéia do CEPED, não?

RL – Não, são conceitos bem diferentes, são conceitos bem diferentes. O parque tecnológico é um habitat de inovação. O quê que é um parque tecnológico?

Começa... Até hoje eu sou presidente do Conselho de **IMPROTEC**. A **IMPROTEC** tem um conselho que se reúne uma vez por ano ou duas vezes por ano e o projeto de parque tecnológico nosso ele começa em 1998, eu jamais poderia pensar que um dia eu viraria secretário, eu tinha um projeto no IEL, um recurso, eu já pensava nesse movimento, aí eu disse, vamos tentar construir um documento prévio e pensar as bases do parque tecnológico, a gente desenvolveu isso e depois e com um **Passarinho** nos desenvolvemos um relatório final. Com **Passarinho** na secretaria a gente deu um segundo passo que foi contratar, na Secretaria Municipal, contratar um estudo pensando um parque tecnológico feito pelo IEL e pela Unifacs e depois já no governo a gente levou o projeto para lá. Antes era o IEL que era o elemento motriz de pensar um parque tecnológico na Bahia, que era aonde eu tava. O parque tecnológico é algo que começa nos Estados Unidos por volta dos anos quarenta ou cinquenta e vem daquela estrutura da universidade americana, inglesa. Então você tem parques tecnológicos, a HP, **Hewlett-Packard**, é uma empresa que surgiu no parque nos Estados Unidos... depois disso isso se difundiu na Alemanha, depois no Japão nos anos 60, nos anos 70 a França tinha entrado também junto com a Alemanha, mas em pequena amostra e depois avança e nos anos 80 a Espanha entra fortemente. A Espanha tinha uns 30 parques tecnológicos e aí adotou logo que eu entrei na secretaria novos 50 parques tecnológicos, com cinquenta milhões de euros na conta para começar cada parque tecnológico. O parque tecnológico, o que é o parque tecnológico? Ele é um habitat de relacionamento de... Você já ouviu falar em open innovation, já? O processo de inovação hoje é tão complexo, tão amplo, que os grandes laboratórios... eles se tornaram incapazes, o processo de inovação é tão complexo, envolve a necessidade de você coordenar tantas áreas que você não tem como internalizar dentro de uma empresa, chega um dado momento que a empresa tem assim dez mil doutores, não tinha como bancar isso. Então você não podia fazer algo inside. Tem que fazer algo em que você ia prospectando aonde estava a inteligência, você tem que fazer a gestão do conhecimento e ter algumas áreas-chaves para poder inter-relacionar tudo tirando o melhor. Então, as empresas que começaram a fazer isso eram muito mais flexíveis, dinâmicas, muito mais ágeis, tinham uma velocidade de incorporação de inovação maior e custos menores, elas começaram a vencer e as outras, obviamente, pelo padrão da competição começaram a imitar, então esse é o padrão de open innovation. O melhor habitat para você criar lógica de dinâmica de inovação aberta são os habitats de inovação, são

os parques tecnológico, que é algo que você integra em rede num espaço físico, então você reduz o custo de transação, reduz o custo de informação, fluxo de informação, um local onde você tem empresas, tem **STARTACK**, você tem acesso fácil das grandes empresas, mesmo que elas esteja fora e você tem grupos de pesquisas e laboratórios integrados. Então, isso é um parque tecnológico. O CEPED não é nada disso. O CEPED, ele é um centro tecnológico para países de terceiro mundo para tentar tangibilizar a tecnologia, tentar dar uma materialidade à tecnologia para processos industriais imitativos. Então do ponto de vista de lógica e dinâmica muita gente acha que é a mesma coisa, pois tem tecnologia no meio, são pessoas que são ignorantes, tem que pensar o que é tecnologia, pensar o que é o desafio de estruturas de ciência e tecnologia no mundo e a dinâmica de inovação também. Não foi ofensivo com você não, foi?

FS – Eu tenho só mais duas perguntas. É porque você era do IEL. A gente tava discutindo quando foi criado o CIMATEC?

RL – O CIMATEC, o Centro de Manufatura. É, eu tava no IEL, eu participei do projeto.

FS – É isso, é porque ele não é mais, não é apenas um curso profissionalizante, não é isso?

RL – Não, não. Houve uma mudança, o Mascarenhas foi um cara chave pra mudar o sistema industrial na Bahia. O Sistema Industrial na Bahia é um dos melhores sistemas que se tem no Brasil, apesar da indústria ser uma indústria mais fraquinha. Isso vem muito dessa cabeça, de uma pessoa que vem da clã, de Rômulo Almeida e de uma ação de política pública muito bem sucedida que foi a política pública baiana nesse processo de expansão, então as pessoas são suas circunstâncias e o Mascarenhas tinha uma visão muito forte de planejamento, sob perseguir coisas e está conectado ao futuro e era também alguém que me ajudou muito a mudar a minha forma de ser, porque eu era um cara de esquerda preso a universidade, tinha uma visão alienada do mundo, altamente facciosa e aí eu fui trabalhar na Federação das Indústrias, primeiro no departamento de economia e depois no Instituto Euvaldo Lodi, sempre pensando, buscando coisas modernas, reconstruindo um pouco as minhas convicções do mundo... Foi interessante a mudança que o Mascarenhas fez entre o modelo ofertado de formação de trabalho que o SENAI tinha pra um modelo por demanda. Então em vez de você manter uma linha de... O que era o SENAI era um monte de tornos que você formava gente que a indústria não contratava mais,

porque ela estava contratando outros tipos de pessoa. Então, o que o Mascarenhas falou foi, tem que inverter essa lógica, em vez de a gente fingir que forma para indústria, tem que formar verdadeiramente para a indústria. Então tem que saber o que seu cliente quer e trabalhar para o que o seu cliente quer. E foi isso que passou-se a fazer. Então mudamos solidamente essa forma de atuação nossa, isso foi contaminando outras áreas, outros desafios. Aí o IEL teve um papel importante na difusão de novos padrões. Então aqui na Bahia tinha um excelente núcleo de Programa de Qualidade de Produtividade, era considerado a segunda melhor estrutura, montamos um núcleo de design, de qualidade na engenharia, de incubadoras de empresas. Tinha uma ação distribuída sobre essas novas tecnologias de gestão, como distribuir a tecnologia industrial básica para pequenas e micro empresas. Foi, pra mim, bastante interessante a prática frente ao IEL e acho que ajudou muito a pensar uma política pública para área de ciência e tecnologia na Bahia, ter passado seis anos à frente do IEL aqui na Bahia.

FS – A outra é que você colocou das empresas que precisam de... Que não conseguem inserir todo o desenvolvimento dentro da empresa, não foi isso? Aí entraria os institutos de ciência básica, as universidades e o parque tecnológico...

RL – Ciência Básica é pouco, mas depois eu qualifico...

FS – É isso, não sei se é a pergunta certa, mas qual é a perspectiva do Parque Tecnológico com as linhas que o Estado tá tomando agora? Se ele vai conseguir fazer isso.

RL – Olha, eu não estou acompanhando o parque tecnológico. Primeiro, qualificando a primeira questão, as empresas na fronteira elas até capturam pesquisa básica, porque elas vão pegar estudos de materiais e vão fazer daquilo ali algo importante. Aí você tem um segundo bloco, as empresas como seguidoras rápidas, então elas entendem aonde as líderes estão indo e colam, e aí você tem as outras que estão na fronteira tecnológica. Por exemplo, micro e pequena empresa o desafio já é outro, que é a maior parte das empresas que acompanhamos. Então é comprar bem, é fazer um bom observatório, é ver como é que está indo e essas empresas não são departamentalizadas, não tem departamento de P&D, então elas dependem de um bom ambiente, de informações e de instituições de apoio, tipo IEL, SENAI, se você tiver centros tecnológicos públicos, universidades que consigam dialogar com as empresas, elas são decisivas para isso. Então, quando você tem ambientes mais densos você tem micro e pequenas empresas com tecnologia de

ponta, acontece muito na Itália, na Itália é raro você ter grandes empresas, mas são assim, pequenas empresas com tecnologia imbatível, porque eles tem uma rede de competitividade lá grande e de proteção da renda local e ao mesmo tempo uma economia muito dispersa, alta renda, mas muito distribuída... No Brasil o nosso desafio é um pouco diferente. Parque tecnológico, se parar pensar, tem um pouco haver com a vocação de Salvador, Salvador é uma cidade turística, com qualidade de vida elevada, tem uma base de instituições de conhecimento muito grande e complexa, então ela tem uma vocação para tentar hospedar atividades econômicas intensivas em conhecimento. A guerra fiscal acontece nos Estados Unidos também, mas não é vantagem você dar incentivo fiscal para você fazer emprego de Callcenter, é um emprego vagabundo. Você vai dar incentivo fiscal para gerar o que se chama nessa área de organização industrial de empregos informacionais, emprego de alta renda, tipo assim você não vai dar muito incentivo fiscal para dar emprego, gerar emprego, em planta industrial, mas se você colocar o centro de desenvolvimento do produto mundial aqui, aí você vai dar, porque você vai ter pessoas de alto nível, o caso da FORD, são só cinco mil empregos importantes. Os mil empregos de engenheiros que trabalham, a FORD tem quatrocentos globais, de desenvolvimento de design do produto, um em Arlen, na Alemanha, um em Detroit, é claro, um em Canberra na Austrália e outro em Camaçari, que fechou o da Inglaterra. E já tem mais de mil engenheiros trabalhando. Engenheiro é classe média. Então toda a movimentação do litoral norte, os projetos imobiliários têm haver com isso. Porque esse pessoal consome casa, consome cultura, consome férias no hotel, recebe visitas, cria uma dinâmica econômica importante. O parque tecnológico é um pouco isso. Então pensamos que seria interessante ter alguns ancoras, um conceito meio de shopping, né? Seria importante ter alguns ancoras, então seria importante ter uma indústria forte na área de fármacos, que desenvolvesse testes clínicos, na área de energia, principalmente em torno da Petrobras e da Braskem, é o que pensamos como configuração, na área de TI tínhamos uma parceria com a IBM e outra com a IDS que estava se desenhando, essas eram as ancoras do parque. Mas eu não acompanhei nada depois que saí, porque eu não sou viúvo, aí eu não vou nem responder. Tenho informações que as coisas não estão muito bem, informações muito pontuais que eu nem sistematizo....

JM – Na época que você assumiu a secretaria você que... A Cleilza estava indicada para assumir a FAPESB...

RL – Ela assumiu, ficou lá até agosto. Ela continuou, ela assumiu antes, em 2002. Ela apenas continuou.

JM – Porque você indicou o Pauperio, não foi?

RL – Não, eu não indiquei o Pauperio, aconteceu o seguinte, quando eu assume a secretaria, Cleilza liderava a Fundação, e não teria sentido ter uma secretaria de ciência e tecnologia, pensar uma política de ciência e tecnologia, se não tivesse forte coordenação, faça essa pergunta para ela, seria interessante.

JM – Vou fazer.

RL – La vai falar mal de mim, faz parte. É normal que eu não agrade ela, estraguei a Biografia dela, o sonho dela era estar a frente da FAPESB, só que colidia com o sonho da FAPESB servir à Bahia, que era como eu via como a FAPESB devia funcionar. A Fundação tinha que estar encaixada fortemente em uma política pública voltada para área e a Cleilza não topou isso, achava que você cuida da Secretaria e eu cuido da Fundação e decido aqui as coisas. Governador, eu quero trabalhar, mas não quero brigar para trabalhar não, se for brigar para trabalhar eu prefiro outro desafio. Havia o compromisso inicialmente dela em ajudar e ela não quis ajudar, aí ela saiu. E aí o Pauperio era o meu chefe de gabinete, um dia o Lorival ligou para mim e disse que tinha que pensar um nome. Eu tinha pensado um nome ligado a Universidade Estadual, porque achei que seria mais simbólico e tal e foi o professor, até do conselho da fundação, acho que Décio, um ligado ao IBB, qual o nome daquele cara? Esqueci agora...

JM – Seria da UESC?

RL – Da **UEFS**. Ligado ao Instituto Baiano de Biotecnologia, que liderava, mas aí não topou, aí eu precisava de um nome muito alinhado comigo, foi Pauperio.

JM –Vamos entrevista-lo ainda.

FS – Agora a tarde.

RL – Quem?

JM – Paupério.

[FINAL DO DEPOIMENTO]

ANEXO G

ALEXANDRE PAUPÉRIO

Diretor Executivo da FAPESB

(Entrevista Revisada pelo entrevistado)

Entrevistado: Alexandre Paupério (AP)

Entrevistadores: Janúzia Mendes (JM)

Felipe Silva (FS)

Cidade da entrevista: Salvador

Data da entrevista: 27/04/2009

JM – A gente queria que você falasse um pouco da tua passagem, da sua experiência a frente da FAPESB... Então eu queria que você falasse um pouco da sua experiência, da sua parte? O que você acha que mudou do período anterior em relação a... eu sei que a sua passagem foi mais pela FAPESB, então eu acho que você vai falar mais sobre...

AP – Na verdade, inicialmente, eu fui chefe de gabinete da Secretaria de Ciência e Tecnologia... Lá para o dia 08 de janeiro de 2003 eu tava voltando de viagem e eu tinha um contato com Luchesi, eu o conhecia socialmente apenas...

JM – Você não é baiano?

AP – Não, mas eu to aqui a 18 anos já. Aí eu tava na universidade, porque eu trabalho na Unifacs, né? A uns 5 anos na Unifacs, acho que completou 5 anos, e aí ele me convidou, vamos conversar, eu vou assumir um cargo e tal, fui conversar com ele num escritório de transição que **ele** tinha montado, aí ele falou que tinha **uma vaga** de chefe de gabinete, eu gostaria de contar com você e tal, aí eu perguntei o quê que é chefe de gabinete, eu não tinha muita experiência na área pública e procurei entender o quê que era e entendi que era uma função executiva, o segundo mais importante, e topei na hora. Depois daquele dia eu me desvencilhei das outras atividades e passei a trabalhar, fui o primeiro cara a ficar junto do secretário...

JM – Com a secretaria recém criada.

AP – Com a secretaria recém instituída. Então a gente ainda não tinha ainda um local para a secretaria, ela ficou provisoriamente na sala de reunião da SAEB, no centro administrativo fazendo as reuniões em outros lugares e tal. E... Sim, na constituição da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovações extraordinária tinha uma missão bem clara... que era construir uma política de ciência e tecnologia de inovação, que se entendia até então que o estado não tinha isso. O Estado tem uma serie de iniciativas, foi a primeira secretaria de Ciência e Tecnologia do país, foi uma das primeiras fundações de amparo a pesquisa do país, a primeira fundação era a de Anísio Teixeira ainda... é porque teve uma tradição de planejamento importante e tal, mas a secretaria de Ciência e Tecnologia naquele momento ela estava dentro da SEPLANTEC, que era uma secretaria que tinha muitas funções e ela tinha naquele momento um orçamento de 700 mil reais por ano, ta? Então a idéia era que tivesse uma política para área no estado e quês se pudesse pensar quais eram os principais desafios pra gente começar a trabalhar. Então, naquele primeiro semestre de 2003 eu estive junto do secretario, Luchesi, fazendo isso, construir equipe, pensou os procedimentos, pensou até em ajuste a serem feitos, de montagem de estrutura, falou do centro de convenções, que é uma área relativamente central, porque lá no administrativo você tinha certa dificuldade, mas foi superada com trabalho basicamente. Então, nesse primeiro semestre o desafio foi fazermos a política, o que foi a... Como foi concebida a política, então? A gente delineou juntos com outros parceiros naquele momento que estavam querendo colaborar uma linha mestra que era composta por quatro temas prioritários...

JM – Eixos, não é?

AP – É, depois chamado de eixos e os projetos estratégicos. Esse foi a primeira concessão que é a política exatamente, fortalecer a base científica, fortalecer a atividade empresarial, a partir dessa idéia é que... Reforçar a tecnologia da informação e pensar na análise social e ambiental como uma prioridade também da área de Ciência e Tecnologia. E dois projetos, um que já minha caminhando, que era o de... Do parque tecnológico e o outro que era uma agenda nacional que tava na pauta, que era inclusão digital. Essas coisas então foram a nossa principal aposta. Diversas áreas começaram a surgir, diversas articulações começaram a acontecer para propor os temas e aí a gente pensou, vamos fazer uma consulta pública sobre isso, vamos reunir as pessoas que querem colaborar sobre esse assunto, vamos levar documentos referentes sobre esse assunto e vamos chegar lá

e construir em conjunto com eles. Às vezes via que alguém tem alguma boa idéia. Eu lembro especificamente de um caso, que era o caso da biotecnologia, aí a gente começou a falar que a biotecnologia devia ter uma área específica como tem a tecnologia da informação, e começamos a avaliar e muita gente dizia que a Bahia não tinha a ver com biotecnologia, na primeira avaliação que fizemos tinha 100 doutores. Então a gente superou um pouco aquele desconhecimento que existia. Teve uma série de iniciativas anteriores, cestas... Mas não tinha um órgão que concentrasse isso. A FAPESB faz uma série de iniciativas muito nesse vácuo de definição de estratégia do estado e quem comandaria isso? Então a SEPLANTEC tinha várias atividades e isso não era uma prioridade absoluta... A FAPESB ligada... Recém constituída tentava liderar isso, mas não era a sua função construir, implantar... Ou instrumentalizar uma política, era basicamente criar os instrumentos de apoio a política. Então, foi muito legal esse período, a gente teve consultores, a gente apostou em consultores baianos para nos ajudar a construir a política, não foi aquele negócio que veio de mala, com é que é, de caixa preta, pacote fechado de fora, a gente contou com dois consultores, que foram **Chico Teixeira** e Oswaldo Guerra, no segundo momento... da escola de administração, né?, depois foi **Bete Loyola** e Maria Teresa...

JM – Da escola de administração também, não é?

AP – Também. Então, são pessoas muito experiência, como muita vivência nesse negócio...

JM – No caso do APL, Rossine e Ushôa...

AP – Rossine e Ushôa no caso do APL, primeiro momento...

JM – **Maria...**

AP – No primeiro momento, na constituição da rede ainda, o APL tava colocado inicialmente dentro da área de planejamento da atividade empresarial, que depois acabou gerando o plano do BIRD, né? Bom, então esse é o período que a gente montou...

JM – O APL, sem querer interromper, a FAPESB foi criada antes da...

AP – Em 2001.

JM – E a SECTI? 2001 também, não?

AP – 2003.

JM – 2003.

AP – 2003, quando Paulo Souto assumiu o governo o primeiro ato dele foi constituir a Secretaria Extraordinária de Ciência, Tecnologia e Inovação.

JM – E me diz então, de onde veio a motivação de Paulo Souto? De recriar a... De dar status de secretaria a Ciência e Tecnologia.

AP – Assim, eu já ouvi uma vez ele falando em público e eu acho que é a compreensão dele da importância da área mesmo, eu acredito nisso. Porque não é uma pessoa...

JM - Porque Ciência e Tecnologia era como um apêndice da SEPLAN...

AP – Porém, Paulo Souto tenha uma formação acadêmica, é uma pessoa que vem da universidade, que teve uma formação e que teve algumas atividades em relação a indústria e comércio, em relação com desenvolvimento, já tinha tido uma passagem pelo governo, entendia o quanto isso estava na agenda do mundo, e quanto isso tá crescendo nos estados mais desenvolvidos do país, eu acho que é a compreensão do governante mesmo de aquilo era uma coisa importante, que era prioritário e que merecia atenção. Aí selecionou uma pessoa que tinha conhecimento de... Do quê que era isso, já situava nesse ambiente, para colocar naquela função com um objetivo, primeiro, a montagem da política. Então, eu acho que a gente foi muito feliz nesse primeiro momento. O primeiro momento foi fantástico, porque não tinha articulações muitas, aí tinha a crítica da FAPESB, pelo modo um tanto concentrador de ação... A gente chegou, política pública construída de forma aberta e democrática, isso foi, eu acho que, causou uma impressão muito boa, não foi planejado desde o princípio, a princípio a gente ia fazer política e a questão da política pública foi crescendo de importância, a gente viu a necessidade disso e quando chegou lá no final de junho, acabou o primeiro semestre, a gente tinha uma política construída, acho que foi este foi o primeiro grande marco. Mais ou menos quando acabou esse primeiro marco, foi o momento em que a FAPESB deixou de ter a direção anterior, e aí surgiu essa oportunidade de estruturar a FAPESB alinhada com essa política. Então eu fiz a migração, que aconteceu logo depois, era um momento em que essa política começava a dar alguns frutos, então a gente tinha montado um programa para a tecnologia da informação com... Tinha montado, tinha acabado de começar a conversar com o BID sobre o projeto de atividade empresarial, hoje o Progredir, para área empresarial, tinha avançado nos projetos de área social e ambiental, estimulando uma série de iniciativas, mas o **planejamento** da base científica e o papel da FAPESB para esses programas

estava pouco definido ainda, até porque não houve uma participação tão efetiva quanto nos gostaríamos na construção da política.

JM – Quem antecedeu você lá na FAPESB foi Cleilza?

AP – Sim.

JM – Aí ela saiu e você...

AP – É, ela já teve, ela já estava no CADCT, que era o órgão da SEPLANTEC que cuidava disso, ela foi uma grande incentivadora da criação da Fundação de Amparo a Pesquisa em alinhamento com o que aconteceu no resto do Brasil com suporte do Pólo Nacional de Fundações de Amparo a Pesquisa... O diretor da FAPESP na época veio aqui, estimulou, passou documentos, mostrou minutas de como tinha acontecido lá, assim a construção foi muito bem feita. O estatuto e o regimento da FAPESB é muito bom. A lei de direção da FAPESB é muito boa e ela antecede a secretaria. Então já tinha sido feito o trabalho, final de 2001 a FAPESB tinha inaugurado sede própria, então 2002 **rolado**, em 2003 mudou governo e no primeiro semestre de 2003 ainda ela ainda tava na Fundação, então eu assumi em julho. Em julho, Rafael ainda ficou, porque o diretor da FAPESB tinha me indicado pelo conselho curador da Fundação, então quando houve exoneração da diretora anterior, da diretoria anterior, o Lucchesi ficou acumulando a Secretaria e Fundação por cerca de 20 dias, depois o meu nome foi colocado ao conselho curador, na reunião foi aprovado, o governador nomeou, foi por unanimidade a minha indicação, apenas uma pessoa se isentou de falar, isentou de votar e eu fui... Assumi a Fundação. Assim, acho que esse é o primeiro capítulo da minha passagem pela Ciência e Tecnologia. Eu me sinto responsável por isso. Nesse momento também já estava se montado o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, em instalação do Conselho, tínhamos política, tínhamos mais recursos, tínhamos o conselho reinstalado, tínhamos já uma ação nacional fortíssima. Na primeira reunião do Conselho Nacional de secretários, Rafael foi eleito vice-presidente, lá em Recife ainda, na primeira reunião que nós fomos e aí a gente começou a ter uma ação bastante intensa nesse âmbito nacional em relação à Ciência e Tecnologia, então a gente já estava alinhado, já sabia quais eram os editais, já sabia o que estava acontecendo. Tanto é que a partir daquele momento quando eu fui para FAPESB, nós fomos os pioneiros em todas as ações feitas pelo governo federal, CNPq, CAPES, FINEP, nos passamos a ser os pioneiros, nós fomos os primeiros a montar o **PARQUE**, fomos os primeiros a assinar o **DCR**, fomos os primeiros a fazer a

parceria de bolsas com a CAPES, a gente começou a ter um protagonismo de... O desafio na FAPESB era com que a FAPESB estivesse alinhada com esse desafio da política de Ciência, Tecnologia e Inovação. Então se queria tudo isso, era uma lógica que não era apenas acadêmica mais, porque estava se falando aí em fortalecer a atividade empresarial, de fortalecer a tecnologia a área de tecnologia da informação, fazer parque tecnológico e a agenda da FAPESB, algumas fundações têm essas características de serem muito centradas na questão acadêmica e isso gera as vezes muito pappers, mas muito pouco produto, serviço ou processo, quer se uma agenda que se caminhe paralelo, veja que as três entraram, a agenda social, a agenda científica propriamente dita e a agenda geração de riqueza, desenvolvimento, essas coisas andavam basicamente em paralelo. A FAPESB, assim, apesar dos incentivos anteriores, ela tinha essa cara ainda muito, era vista pela sociedade muito ainda como científica. Então o trabalho de chegar lá foi alinhar a política com a FAPESB.

JM – E essa parceria com a SECTI aí...

AP – Então eu acho que a gente trabalhou em completo alinhamento durante esse período, de julho ou agosto de 2003 até o final. Até 2006, até o final de 2006. Eu acho que houve um alinhamento bastante, em alguns momentos eu falei de momento mágico e me criticavam por isso, né? Porque assim tínhamos as instituições muito propensas a ajudar nesse processo, a gente tinha a Secretaria muito fortalecida, querendo fazer isso acontecer, tinha a Fundação totalmente alinhada para fazer isso acontecer. O alinhamento foi assim, muito tranquilo e, eu acho que, produtivo. Então, as reuniões de lançamento de editais todos iam, teve vezes que, simbolicamente, coisas importantes, como discurso de dez pessoas ao mesmo tempo em uma reunião de uma forma totalmente informal, então tava reitor, tava o presidente da FINEP, tava o presidente da CNPq, tava o secretário, tava o outro secretário, tava todo mundo ali, a gente tava num espírito muito de construção de um novo momento, acho que foi legal isso, pra caramba, esse momento foi muito legal. Na FAPESB o desafio, eu sou administrador, eu tenho essa virtude...

JM – Eu já ia perguntar se era economista...

AP – Eu cheguei...

JM – Armando eu sei que é, Lucchesi também, Emília também, eu só não sei Emerson, é administrador também?

AP – Emerson é engenheiro, não sei... Acho que é engenheiro, mas ele fez mestrado em administração também. Mas aí, nesse momento qual foi a idéia assim, eu quando cheguei lá olhei com os olhos de administrador. Falei, puxa, acho que esse processo aqui tem que ser melhor definido, eu acho que a gente tem que ter uma ordem bem mais estabelecida das coisas, eu acho que a gente tem que definir como os outros fazem programas, tinha alguns programas já, mas tudo que tinha que ser programa, eu pensei em termos lideres que cuidava de cada um dos programas. Então nos reorganizamos mesmo, a gente reestruturou a Fundação. Eu usei muitas vezes a palavra profissionalização da gestão. Essa era a idéia, na verdade. Tinha uma serie de recursos, então tinha uma estratégia de como usar essa recurso, então fazia o balizamento estratégico, levava para o conselho curador, discutíamos lá, implantávamos. A gente fez varias coisas, definíamos os programas, os recursos para os programas, fazíamos parcerias dos programas com fontes federais e estaduais, colocamos lideres para cuidar disso, começamos a fazer os editais públicos, as chamadas, que é a forma da FAPESB passar recursos. Implantamos procedimentos, implantamos rotinas, implantamos processos, implantamos sistemas informatizados, implantamos protocolo eletrônico, começamos a andar com essas coisas de administração para que houvesse um ambiente adequado para isso, porque a FAPESB tinha uma rotina muito grande, se você ficar preso na burocracia ainda você não consegue fazer nada, são muitos processos, a gente fica pensando só nos projetos aprovados, vamos dizer que o PAPI que encerrou sexta-feira e hoje é o ultimo dia para encaminhar as propostas pelo correio você vai aprovar 30 projetos só que você recebe 500, cada um daqueles centros tem que abrir uma pastinha, tem que ter dois pareceres, tem que ter avaliação da diretoria, dos comitês... Tem que ter todo o processo, então você tem que ter um processo muito multiplicado, não é só concessão de recursos e tem todos os cuidados para utilizar o dinheiro público, pela forma adequada, que é coisa tão difícil, tão complicada.

JM – Você tem algum documento que mostre o salto nas bolsas de pós-graduação por exemplo? Porque eu me lembro que na época a discussão era que a Bahia perdia muito, estava muito aquém de outros estados, estados menores que consigam formar mais mestres e doutores e a gente não conseguia ou se conseguia perdia os nossos mestres e doutores, faziam aqui e depois iam embora. Você tem?

AP – A gente teria que pegar cada dado de cada programa, mas eu vou te dar um dado que é bem conhecido.

JM – Eu me lembro que quando eu saí da Secretaria eu saí para fazer o doutorado, comecei no início de 2006. Aí todo mundo de lá do programa que pediu bolsa, que remeteu o projeto à FAPESB foi contemplado. Todos os alunos conseguiram.

AP – Eu diria assim... Uma marca dessa gestão nesse período, uma outra marca foi a alavancagem de recursos, definimos no Conselho Nacional de Secretários de Ciência e Tecnologia, que Rafael virou presidente depois de um tempo e no Conselho de Fundação de Amparo a Pesquisa que eu virei vice-presidente, então estávamos nas duas diretorias dos dois conselhos que representavam os secretários e os presidentes das fundação, a gente aprovou uma medida de contra-partida, uma tabela de contrapartida diferenciada entre os estados, que até então o governo federal enxergou que os estados poderiam botar recursos, aí diziam eu vou botar um real aqui e você põe um real também e aí a gente logo agiu para isso não acontecer mais, São Paulo você coloca um para um, mas a Bahia não, você coloca um e colocamos 0,3. A gente começou a definir critérios diferenciados para isso, o Rio Grande do Sul tinha uma categoria, Rio de Janeiro e Minas tinham outra, São Paulo tinha outra e começamos a ter uma distribuição que fosse mais adequada a capacidade de pagamento de cada estado. Então a gente vinha com 2 milhões, em vez de o cara colocar 2 milhões colocava 6 ou colocava 4, aí começamos a atrair mais recursos para fazer as nossas ações, no caso das bolsas da CAPES, no caso que você tá falando, nas bolsas de mestrado e doutorado, chega um momento que a gente viu que sozinho não tínhamos capacidade, vamos pedir apoio lá, aí eles ajudavam com as bolsas, tipo assim, falávamos que íamos colocar x reais aqui, vocês colocam quanto? Aí eles diziam, a gente coloca duas vezes o que você colocarem, pronto todo mundo ficou com bolsa. É uma pena que tenha se perdido, isso foi um gerenciamento que eu não acompanhei, não sei o que aconteceu, como se perdeu isso, é uma pena, nas ultimas etapas não tínhamos condições de atender a todas, mas havia um sentimento bastante bom. Agora, uma questão importante é essa questão dos doutores, quando se fala na base científica doutores é uma pessoa fundamental pra capacidade e gente para liderar projetos. Isso significa também capacidade de resultados e também de atrair recursos. E a gente tinha em 2003 dezessetes doutorados na Bahia, quando nós saímos em 2006 tínhamos 35. Então se duplicou o número de doutorados, ou seja, a fábrica de doutores duplicou

sua capacidade. Porque os programas tipo PRODOC e DCR, em que você atrai doutores pra cá recém formados e tal, ele tem... Hoje está se tendo uma avalanche de concursos, mas se não tiver concursos nas universidades públicas tem-se a dificuldade de manter essas pessoas, especialmente porque as empresas não fazem solicitação de doutores como em outros lugares. Então é um primeiro dado. Agora, em termos de bolsa expandimos muito, assim, quando eu cheguei, eu não sei se precisar dados, mas os relatórios da FAPESB estão todos disponíveis no site, você pode baixar o relatório de 2003, 2004, 2005, 2006 e na biblioteca lá no centro de referencia você pode ter acesso a isso no meio físico... Bom, em relação as bolsas, eu me lembro assim que se dava 1200, quer dizer, 265 bolsas por ano, quando saímos só de iniciação científica eram mil, então tinha mudado de patamar, porque também tinha outra coisa, um outro detalhe importante, quando foi criada a FAPESB em 2001 foi se definido aquele percentual de 1%, mas ele era gradual, em 2001 não teve repasse, em 2002 foi de 0,6, aí foi até chegar a 1%, então eu vi nesse momento, agora expandimos bolsas, não podendo deixar que outras coisas afetem os recursos, o que era o principal da base científica, então tivemos uma expansão de bolsa considerável, chegamos a 1300 bolsas, saímos de 265 para 1300, foi um crescimento bastante importante, em termos de recursos foi muito maior do que esse índice inclusive. A gente passou também a ofertar bolsas de forma independente, antes era através de uma fundação parceira de apoio, passamos a fazer dentro da FAPESB, eu tive que capacitar equipe, montar equipe, definir procedimentos, passamos também a ter submissão online que não tínhamos, então facilitou bastante o tratamento, tivemos lançamentos mais públicos, não propaganda, não fazemos propaganda, rádio, televisão, a gente trabalhava com acessória de imprensa, mandando notinhas para as rádios e para as “TVs” para ser divulgado e fazendo eventos de lançamento, que tem custo pequeno e que reuniam muitas pessoas, teve um evento, lançamento de bolsas em 2004 ou 2005, no Centro de Convenções com governador e presidente, o auditório Iemanjá lotado. Isso foi uma coisa forte, todo mundo sabendo o que tava acontecendo com um custo baixo. Bom em termos de projetos para inovação não tinha nenhum recurso para inovação, até então tinha se feito dois ou três estudos sobre inovação até então. Tinha um esboço de um programa que se alinhou lá... Então saímos de zero a hoje, tem até dois editais abertos de 11 milhões com a Fundação que tinha um orçamento em torno de 40 milhões, 11 milhões é um valor significativo... O PRODOC a gente

também cresceu muito... o **PEPESUD** a gente fez o esquema de dois para um, infraestrutura a gente já tinha um volume considerado, a gente ampliou esse volume, os editais temáticos, outra coisa interessante que a gente fez, que eram recursos juntos com outras secretarias de estado, em que eles colocavam dinheiro ampliando os recursos da ciência e tecnologia, através das áreas de saúde, segurança, desenvolvimento urbano, cultura, todos colocavam dinheiro e fazíamos editais em conjunto, combate a pobreza, passamos a apoiar, é claro, os programas que eram prioritários da SECTI, que era o parque tecnológico e a inclusão digital, a inclusão digital quase nada assim, apenas no início porque depois teve um volume de recursos que não exigiu, a engenharia **do mar** foi importante, as engenharias, biotecnologia e tecnologia da informação eram áreas muito trabalhadas como prioritárias porque não tinha formação em doutorado, não tinha massa crítica aqui suficiente para fazer as coisas, então surgiu esses dois doutorados. Primeiro o de Biotecnologia, surgiram dois ao mesmo tempo, um da Fiocruz e outro da UESC, aí surgiu o doutorado inter-institucional entre UFBA, UEFS e UNIFACS em Ciência da Computação e outro em engenharia, então era três áreas contempladas, daí surgiram outros em engenharia, engenharia industrial, química, elétrica, tem três hoje, energia e ambiente também, quatro. E aí que se expandiu isso. Bom, tinha os dados mais concretos mesmo, para ter o dado mais preciso é bom ver os relatórios, porque nos relatórios tem essa construção de cada um dos programas e que resultados concretos, existem na comparação com os anos anteriores.

JM – Você tem o contato de Mauricio?

AP – O contato de Mauricio, tenho.

JM – Acho que eu vou querer bate um papo com ele. Ele era diretor da base científica, não era?

AP – É, ele era superintendente da base científica e **Horácio** era...

JM – Horácio ta na secretaria não ta?

AP – Não, ele tava no parque, ele era diretor do parque até a segunda... Agora ta UFBA, professor do curso de administração. Mauricio.

JM – Ele ta aqui na Bahia, não ta?

AP – Ele trabalha no Cetrel...

FS – A FAPESB hoje, tem alguma perspectiva? O senhor tem tido algum contato, alguma notícia? Porque você disse que o número de bolsas cresceu até você sair,

não é? A gente que tá de fora tem a impressão que parou de crescer. Você faz idéia se é devido a diminuição de repasse...

AP – Olha, eu acompanho o volume de recursos repassados para as fundações, orçamento e execução, me acostumei com isso, continuo acessando as informações e vendo. Eu acho que a FAPESB, incluindo questionei no evento da ANPROTEC ano passado em Aracaju, eu perguntei para a doutora Dora e o doutor Verhine, diretor da base científica, por quê que o volume de recursos da FAPESB estava estacionado? Ele me disse, ela me disse e ele tava junto, pode testemunhar, na verdade a composição que passada a FAPESB de 1% se exclui os repasses para saúde e educação, o que eu acho que não deveria ser assim, na minha opinião se isso ta acontecendo, não tenho informação concreta sobre isso e tal, mas se ta acontecendo isso explica um pouco o porque que a Bahia ficou um pouco para trás no volume de recursos na comparação com outros estados. Tem um estado que durante os quatro anos, 2003 a 2006, que tava com recursos muito próximos à Bahia, que era Amazonas, a FAPEM também era uma fundação que se organizou nesse período, foi uma Fundação que também teve iniciativas pioneiras, também se estruturou e ele também tinha um orçamento muito parecido, eu sei que o orçamento deles hoje é quase o dobro do orçamento da FAPESB. Então houve uma pressão nessa composição do repasse que não aconteceu bem, eu me lembro que a minha perspectiva de orçamento consolidado, incluindo recursos de terceiros, para 2007, deixamos um orçamento de 70 milhões e depois foi revisto e ficou em 40, então eu não sei **examinar** os cortes que foram feitos. O que eu acho, assim na minha opinião, quero que até vocês usem isso com todo o cuidado possível, até porque estamos aqui em situação de total confiança, eu acho que a FAPESB teve no período 2003-2006 um ímpeto, uma dinâmica muita intensa e a Bahia estava meio a par desse negocio, não estávamos jogando um jogo de ciência e tecnologia, tinha outro que estava andando muito rápido, São Paulo fez isso muito bem, outros ficaram no caminho, como Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, mas outros iam muito bem como Minas, como Pernambuco, fizeram muito bem o caminho e a gente ta meio fora do jogo, quando entramos no jogo conseguimos recuperar um pouco o espaço, tivemos muito mais projetos aprovados, agente teve mais gente mobilizada para as coisas, com resultados melhores, só que ainda temos um espaço a buscar, não podíamos ficar paralisado, esperando fazer tudo da forma correta... Eu acho que a FAPESB teve uma coisa interessante que foi ter pessoas serias que ficaram na

frente, só que isso não pode significar velocidade menor, tem que ser serio e velocidade, se não você não consegue ganhar espaço, eu vejo hoje, estávamos com uma certa dificuldade de acompanhar outras que estão indo bem. Então eu vejo Minas, Minas já teve orçamento igual ao da Bahia. Esse ano a Bahia... Eu ouvi de... Hoje Minas tem um orçamento de 168 milhões, o triplo, o quádruplo... Então, isso permite termos uma compreensão com o tempo Minas vai andar muito mais rápido que a Bahia. Então eu acho que a dinâmica já não é a mesma, acho que isso é uma questão notória. Pode-se falar muitas coisas, fizemos tudo certinho, não deixamos brechas. Volume de editais por exemplo, ano passado eu acho que a FAPESV fez sete editais, eu cheguei a fazer 26 editais em um ano, é muita diferença. Então eu acho que a gestão não tão dinâmica como era no nosso tempo.

FS – Poderia se alegar que essa queda na dinâmica se deve também a uma suposta queda na dinâmica na SECTI e FAPESB? Serpa que existe...

AP – Eu acho que sim, o que eu ouço é que... um comentário político geral, quando você pega o jornal, é que a divisões entre diversos setores do governo inclusive dentro das próprias secretarias, acho que isso pode acontecer, inclusive pelo encaminhamento das, dos preenchimento dos cargos nas secretarias, embora isso seja sempre um elemento que Serpa negado pelo poder. Não, não existe isso, mas acredito que isso seja um elemento bastante importante até pelo perfil, você tinha um perfil muito próximo meu e de Rafael na experiência empresarial, na experiência acadêmica, etc. Diferente, um secretário com um perfil mais movimentos sociais e um diretor da fundação com perfil mais de funcionalismo público federal, tem uma diferença nesse alinhamento, nesse entendimento. Em São Paulo recentemente, a um tempo atrás, teve uma boa discussão. O secretário queria muito que o recurso da FAPESP fosse fruto dos parques, dos sistemas de parques tecnológicos de São Paulo e a FAPESP reagiu e reagiu e não deixou... São poucos, isso aconteceu lá, não sei como acontece aqui porque não tenho participado, eu não tenho participado dessas articulações, sei que a questão política é uma questão bem central hoje...

[INTERRUPÇÃO]

JM – A análise vai dos anos 50, desde a formação do C&T, até hoje.

AP – Eu diria que quando você olhar esse período inteiro, quando você olhar 50 anos até hoje teve um período em que conhecimento era muito importante já

reconhecido pela sociedade, você tinha mecanismos no mundo inteiro estabelecidos e no Brasil crescente, também assumimos lembrando numa nova ordem mundial onde conhecimento é central e rolava um novo marco regulatório brasileiro, onde tinha lei de inovação sendo gestada, fundos setoriais em pleno funcionamento e incrementados e leis de biosegurança, leis de liberdade industrial, política industrial, tecnológica e de comercio exterior, você tinha uma serie de fatores estabelecidos que foram únicos naquele momento ali e acho que isso permitiu que tivéssemos um avanço bastante considerável, hoje já não se tem todos esses elementos e no passado você também não tinha, em nenhum momento no passado, se você avaliar, você teve todos esses elementos juntos como tivemos naquela janela de oportunidade, aproveitamos bem essa janela. Eu acho que houve uma confluência de fatores muito importante e permitiu que tivéssemos uma política, o que você vê, passou o tempo e a política é a mesma, quais são as instituições? São as mesmas. Quais são as áreas prioritárias? São as mesmas. Passou dois anos e quatro meses e não houve mudança na forma, nas prioridades estabelecidas. O que era importante ficou importante seis anos depois. Então, não sei até quando isso vai durar, nada é para sempre, nada se modifica, mas a articulação do governo federal ficou sendo importante, as articulações entre os atores ficou sendo importante, já começa a ver mudanças, quem somos nos para nos comparar a Roberto Santos, Bautista Vidal que forma pessoas que fizeram e construíram grandes coisas. Cleilza que pegou lá uma instituição em 91 e levou até 2003, levou 12 anos, uma instituição, deve ter feito muitas coisas e tal, mas aquele momento era um momento acho que foi muito especial. Eu me orgulho muito de ter participado, de ter dado a minha contribuição, de sair de lá e todo mundo dizer beleza, você fez legal, eu fico contente com isso, poderia ter feito mais, mas não fui um burocrata de chegar e dizer só pode fazer isso, a gente lançou um **PAPI**, só para terminar mesmo, lançamos um **PAPI**, que era o primeiro programa de apoio as pequenas empresas no Brasil e foi inspirado num programa da FAPESP e aí no dia 30 de dezembro de 2003 ou 29 de dezembro de 2003 a FINEP falou vamos lançar, e o contrato, não depois a gente assina, na confiança, ta bom. Lançamos. Fomos os primeiros a lançar, o primeiro a fazer... Correu risco, correu, mas deu tudo certo.

[FINAL DO DEPOIMENTO]

ANEXO H
EMERSON CASALI
Chefe de Gabinete da SECTI
(Entrevista revisada pelo enrevistado)

Entrevistado: Emerson Casali (EC)

Entrevistadores: Janúzia Mendes (JM)

Cidade da entrevista: Brasília

Data da entrevista: 12/09/2009

JM – Na verdade, você foi chefe de gabinete de Lucchesi, então assim, eu queria que você falasse um pouco de como você viu a sua passagem pelo sistema de C&T.

EC – Só vou falar a nossa passagem, não dá para falar a minha passagem, eu não passei sozinho, mas vou tentar o seguinte...

JM – Porque assim, enquanto secretaria de ciência e tecnologia ela foi... A primeira experiência foi em 1969 com Bautista e depois ela virou um apêndice da SEPLAN e aí enquanto secretaria ela volta com vocês no governo Paulo Souto com a gestão de Lucchesi.

EC – É retomado isso.

JM – E aliado a isso a abertura da FAPESB, que foi um marco importante...

EC – Tem alguns elementos, digamos assim, históricos disso que vai desde a secretaria assim como quase que como uma sinalização de algo que parecia que era importante né? Era assim, eu acho que esse negocio de Ciência e Tecnologia é importante vamos ver o quê que pensamos. Eu acho que foi um pouquinho do que passou pela cabeça do governador e aí criou uma secretaria extraordinária com um corpo muito pequeno.

JM – Desculpa interromper, mas já interrompendo, mas você falou de Paulo Souto, você saberia dizer qual foi a motivação dele para criar, para desmembrar Ciência, Tecnologia e Inovação da SEPLAN? Ele deve ter tido uma motivação especial, porque foi no segundo governo dele, não é? Por que no primeiro ele não pensou? Ou então por que ele acha que os governos anteriores não tinham pensado nisso? O quê que você acha? Qual foi a motivação dele?

EC – Não sei. Olha só, eu não sei e é isso, a principio por ser algo que parecia merecer uma atenção especial ele criou, mas ele criou algo muito para testar. Uma secretaria extraordinária pensando será que aqui saímos com alguma coisa boa para o futuro da Bahia? Esse tema é um tema presente na agenda, eu acho que parte daí a motivação de ele criar a secretaria. E quando ele começou a fazer esse teste com a secretaria, vamos colocar assim teste, que foi a secretaria extraordinária, com equipe pequena, etc. eu acho que ele começou a perceber que algumas possibilidades de ter algumas construções interessantes, alguns projetos interessante. E foi bem nesse momento, no primeiro semestre do governo, que começamos a formular política de ciência e tecnologia do estado, não é? No saco quem coordenou fui eu e a Emília e, digamos assim, fizemos a coordenação técnica e executiva liderada pelo Rafael e com o apoio do Alexandre. Então ficamos muito com o documento, no início tem aquelas quatro linhas, eu acho que você conhece bem, é interessante que a aposta nessas quatro linhas depois você enxerga dois três anos depois o governo federal alinhando as suas estruturas bem também nessa direção. Então, na hora que a gente falava assim em tecnologia social de repente isso tinha no governo uma **(tendência)** com a secretaria social, quando se falava em tecnologia para competitividade de repente o governo foi conformando algo para tecnologia para competitividade, o governo federal. Aí falávamos em projetos especiais e o governo tinha uma parte em projetos especiais. Nós falávamos em fortalecimento de base científica e o governo também. E essa simetria passou a ser interessante, essa assimetria foi criando entre o que queríamos implantar e o federal e o estadual, ou seja, isso demonstra primeiro um acerto claro de interesse claro de que estávamos fazendo política de ciência e tecnologia, ou seja, uma política com p maiúsculo, uma política muito claramente que não eram projetos escolhidos pelos políticos com um p não tão maiúsculo. Então, eram projetos muito estruturantes, eram linhas de longo prazo. Então você tem a política, você tem o direcionamento, você sabe aonde você quer chegar, essa era a idéia da política. Ela é menos um rol de projetos e mais um direcionamento. A direção que vamos seguir é essa daqui. Isso ordenou muito como a secretaria para trabalhar. E ordenou justamente a construção dos projetos. A secretaria teve uma característica muito interessante que foi a típica coisa de projeto que tem que dar certo, é aquele projeto que vai legitimando, não só os projetos da secretaria foram se legitimando como a secretaria foi se legitimando. Ela começa pequena, mas ela começa a sinalizar que ela é algo

importante, que ela tem futuro, que ela vai dar certo, que ela tem um papel a cumprir e aí ela foi...

JM – Ganhando espaço.

EC – Ganhando espaço, exatamente. É o que grosseiramente se chama de cozinheiro pouco na própria banha. Você sai de uma situação que você tem pouco, mas você alto construindo um espaço de expansão.

JM – Tanto é que, me corrija se eu tiver enganada porque também eu não acompanhei muito essa...

EC – A fase inicial.

JM – Não, a fase inicial não, essa ruptura que teve, o outro governo, pelo que eu vi, seguiu praticamente os mesmo projetos.

EC – Eu diria pra você que não.

JM – Não?

EC – Não. Ele deu continuidade ao que não tinha condição de acabar, entendeu? Bom, até continuando esse contexto e até o porque da continuidade de alguns projetos, né? Eu acho que a partir do momento que a secretaria começou a andar e ela começou a ganhar estrutura, ela teve duas formulações, ela ganhou uma estrutura maior e depois ela ganhou outra estrutura maior, né? Para poder atender a esses projetos, uma coisa muito bacana, uma estrutura muito profissionalizada, você entrou lá por mérito técnico, não entrou lá por indicação política, assim como, eu duvido que você conheceu lá que entrou por indicação política, então essa profissionalização da secretaria fez toda a diferença. O fato de Alexandre ter ido pra a FAPESB e eu ter ficado como chefe de gabinete.

JM – A FAPESB é um órgão a parte...

EC – É.

JM – Mas é vinculada à secretaria.

EC – Isso.

JM – O orçamento da FAPESB parte da secretaria?

EC – É, o secretário é o responsável pelo orçamento da FAPESB. Então o quê que acontece, no meio do primeiro ano foi quando houve a mudança na FAPESB, a saída da Cleilza e a entrada do Alexandre, e foi exatamente em que se construiu a idéia da nova estrutura para a SECTI, tá? Este alinhamento SECTI e FAPESB ele foi muito importante porque, o quê que acontece, a SECTI desenhou a política e a

FAPESB era um grande instrumento de implementação de política de ciência e tecnologia.

JM – A SECTI idealizou e a FAPESB executou?

EC – É. A SECTI construiu a política e aí com a participação, digamos assim, com a participação do próprio futuro diretor geral da FAPESB, que foi o Alexandre, e nisso daí veio todo um processo de implantação dessa política onde uma linha muito forte da política era o fortalecimento do sistema científico, não é? De Ciência e Tecnologia do estado, que a operação disso passa muito pela FAPESB, ou seja, programa de bolsas cresceu muito, núcleos de excelência, tudo isso que deu um salto muito grande nesse período. E aí o papel do governado também foi decisivo, porque era uma quantidade muito expressiva de recursos que estado nenhum cumpria, só quem cumpria era São Paulo e a Bahia. Só quem cumpriu nesse período foi São Paulo e Bahia. E isso foi decisivo para os indicadores de ciência e tecnologia de ralmente darem um salto muito expressivo, né?

JM – Quando a secretaria foi reaberta, quanto era o orçamento, era 0,6 da receita tributária do estado?

EC – Era, da arrecadação líquida do estado.

JM – E aí a cada ano...

EC – Subia 0,1%.

JM – Chegou a 1% exatamente no ultimo ano...

EC – Isso.

JM – De Lucchesi.

EC – Bom, com isso daí conseguimos muita coisa. Outra coisa que a FAPESB também operacionalizava era os projetos, aí você tinha coisas que estavam na SECTI e coisas que estavam na FAPESB, deixa eu dar um exemplo, parte de tecnologias sociais, aí você tinha um projeto ligado ao ambiental aquele projeto emblemático lá, purificação de Santo Amaro e do outro lado você tinha toda a condição da FAPESB de financiar projetos de pesquisa relacionados a isso, né? Então...

JM – Era mais fácil fazer o casamento das duas coisas, não é?

EC – Exatamente. Então aqui você tem mais uma ação de política pública e aqui você tem uma ação mais direta, tá? Outra questão é... Bom o quê que aconteceu? Em muitos editais da FAPESB eles vinham exatamente com esse, com as coisas da política, como, por exemplo, a parte de competitividade, você tinha muitos editais na

FAPESB voltado à competitividade. Você tinha o **PAPE** que era recurso até da FINEP, pedaço do estado, você tinha também financiamento de projetos de tecnologias sociais, enfim, você tinha todo um casamento entre as duas coisas. Nos projetos especiais, no parque tecnológico, a FAPESB também deu um apoio, mas o parque leva um projeto diferente, uma outra equação, em que a FAPESB tinha um papel muito mais de criar bases que iam ser colocadas desse parque e iam ajudar esse parque a ter densidade, mas o projeto em si, parque, a FAPESB apoio mas ele era uma execução muito direta da secretaria, né? E o projeto de inclusão digital também, que era muito da secretaria, né? Uma coisa facilitou um pouco o trabalho que foi assim, o Rafael, ele teve um papel político muito importante, ele não era apolítico, mas ele assumiu o conselho nacional de, acho que o Fórum de Secretários, eu acho que era conselho de secretários e ele tinha uma relação muito, uma relação excelente com os ministros de Ciência e Tecnologia.

JM – O Paupério também?

EC – O que?

JM – Do conselho?

EC – Não, ele fazia do Conselho de Fundações de Amparo a Pesquisa, né? Mas o Rafael no caso era o presidente conselho de secretários, então isso dava a ele uma coisa assim importante, então isso ajudou muito a editar isso no plano federal o conjunto de políticas e articulações com os estados. Então daí você ter varias coisas nos estados que eram operações de políticas, assim, junto com o FINEP, junto com o governo federal, muita coisa... Muita coisa que o Rafael ajudou a pensar e que tinha muito haver com a política que estava desenhada. Bom, não tivemos, ah uma coisa importante, até pela questão do parque tecnológico e a necessidade, a dificuldade, de recursos efetivos que o estado tinha, ele já investia muito na FAPESB... tivemos que correr atrás de muito de dinheiro, tentar dinheiro do governo federal, de emenda parlamentar e tudo. E isso passa por política e isso era muito complicado, mas o parque tecnológico, uma das coisas bacanas que ele, que permitiu que o parque não morresse foi justamente a **equação** política, ou seja, esse projeto foi muito vendido pra todo a base política, tanto Pinheiro, Walter Pinheiro apoiou muito, o próprio Wagner conhecia e gostava do projeto, enfim você já tinha na oposição, nas cabeças **privilegiadas** da oposição você já tinha todo um compromisso com o projeto, a idéia de ciência e tecnologia, etc., etc. É... O... Que mais... É, o que aconteceu muito também nesse projeto...

JM – E essa nova... Deu prosseguimento?

EC – Deu prosseguimento. O quê que aconteceu com o parque? E antes de falar do prosseguimento eu vou falar da inclusão digital. Na secretaria você tinha três projetos especiais, que estavam muito ligados ao gabinete. Você tinha um projeto com o BID que era 10 milhões de dólares para APL, você tinha o projeto Parque Tecnológico e você tinha o projeto Inclusão Digital. E tinha o conjunto de projetos ainda, tipo purificação Santo Amaro, um conjunto de projetos na área de TI - **Tecnologia da Informação**, nestas diferentes linhas. O que aconteceu com o parque foi parecido com o que aconteceu com a Inclusão digital. É o seguinte, quando você já tinha trezentos e poucos centros de inclusão digital na rua, terminando de implantar os trezentos e sessenta, já tinha dinheiro garantido para mais trezentos, já captado, o parque já tinha dinheiro para as obras, já tinha licenciamento bastante discutido, já tinha um projeto bastante discutido com a prefeitura, com o órgão ambiental e com tudo, com o ministério público inclusive, então quando você já tinha lá um milhão de pessoas na inclusão digital você não tem como matar mais esse projeto e tem mais recursos para mais trezentos, tudo captado, dando resultados, como é que se chega para os deputados e diz não vou implantar. Parque tecnológico é a mesma coisa. Você já tinha, já estava num ponto que não dá para voltar, o avião vai ter que tentar decolar, não tem mais como frear, entendeu? Nesse projeto. E eu acho que, por outro lado, que o governo do Estado, digamos assim, teve todas, o governo teve toda a responsabilidade em relação a esses projetos, de dar continuidade. Bom, o que foi que aconteceu? Quando você teve a mudança da secretaria e aí esse projetos inclusive o projeto com o BID, já com, quando saímos já tinha um milhão de dólares em caixa e um projeto pronto, assim, também era difícil voltar atrás, né? Mas ele era um projeto de operação complexa também, o que aconteceu foi que algumas pessoas continuaram ainda na Secretaria nesse projetos, alguns técnicos, isso ajudou a manter um pouco daquela inteligência construída, quais eram os passos seguintes, como ia fazer. Os projetos andaram, eu não sei, acho que cabe aí entrevistar o novo secretário, mas o novo secretário, o antigo agora, o secretário que sucedeu... O quê que aconteceu, então? Você vem então com a secretaria blindada politicamente pelo governador, pela própria estrutura política, não conheço, ninguém chegou pra gente para fazer propostas indecorosas, assim, e querer mexer no trabalho profissional que já estava sendo bem visto e muito bem visto no Brasil inteiro. Sem dúvida tínhamos a melhor

Secretaria de Ciência e Tecnologia do país, a gente sabe por que convivíamos com as outras todas, então sabíamos disso. Tivemos o projeto de inclusão digital, em dois anos e meio foi quase o que São Paulo fez em uns seis. Então foi tipo assim muito efetivo, o parque tecnológico que em lugar nenhum ando o nosso andou numa velocidade, montou uma equação difícil, tinha o melhor modelo pensado justamente para não voltar atrás e andar bem, tirando algumas amarras do setor público, ele, é um projeto muito redondo. Agora, o parque tecnológico, esse projetos assim, o que aconteceu pra mim foi o seguinte, negociamos, conseguimos recursos, orçamento, terras, não sei o quê, mas também depositado na semana de que iríamos sair. Então, politicamente isso ocorreu, mas achamos ótimo, pelo menos o dinheiro estava ali e os projetos teriam continuidade.

JM – Era uma garantia?

EC – É. Na ruptura o que ocorreu foi uma mudança **total no perfil** da secretaria, desde a escolha ter sido por um critério de equação política, né? Quando nos não viemos deste critério e aí nessa equação política trouxe uma pessoa que pode ser uma pessoa preparada em dados sentidos, não se sabe o quanto para ser gestor público, porque aí é uma outra habilidade, mas pensando só em ler os fatos, tá? O que agente percebe é que foi uma mudança nos quadros até com alguma, eu não vou colocar que não havia nenhuma preocupação técnica nessa mudança de quadro, acho que até existia, mas é diferente você tirar uma equipe que está rodando, em linha que estão rodando, em projetos que estão rodando, em fases **iminentes**, alguns em implantação, alguns em construção, etc. e aí o que se relata e aí eu só posso dizer o que eu ouvi falar é que realmente esses projetos todos, sem ser esses três, todos ruíram. Todos tiveram em algum momento, sofreram algum tipo de **interrupção** e tínhamos uma quantidade muito grande de projetos dentro da Secretaria. Eu acho que algumas coisas foram feitas depois, tipo Semana de Ciência e Tecnologia dentro da área de **popularização de ciência**, não sei em base está, realmente não acompanhei mais. O parque continuou a implantação, mas tem uma diferença que eu acho que é importante, eu vou dizer o seguinte, liderança é uma coisa que faz toda a diferença num processo desse de implantação de uma política de ciência e tecnologia. Assim, o Rafael era uma liderança muito clara, muito legitimada nacionalmente, então era o cara que uma empresa vai para o parque tecnológico indicada pelo melhor cara de campinas vai dizer lá quer implantar num lugar bacana, procura lá o Lucchesi lá na Bahia. Então, liderança é fundamental num

projeto desse, não basta uma boa equação técnica, financeira, num sei o quê, nada disso, você precisa também de liderança. O parque tá lá, tá tocando a obra, não sei como ele tá? Sinceramente, não, sei que obras estão ocorrendo, não creio que o parque comece a implantação dele em si, em ele ganhar vida, num prazo de um ano, acho que isso, pela dimensão do parque, ele de repente vai virar uma boa obra de infra-estrutura pronta até o final do ano que vem, não sei. Inclusão Digital continuou, mudou totalmente o critério, aí você começa a entrar com um monte de associações e ONGs, políticas, um monte em Feira de Santana, um monte em Valente, enquanto o nosso critério, hora nenhuma, com todo o apoio do governador, hora nenhuma foi político. Então, chegamos, população na sede urbana foi o critério, governador vamos implantar nesse daqui, pronto tá implantado. Tá ok, tá ok. Então vamos implantar, vamos implantar. A idéia era cobrir o estado todo, ou seja, com toda admiração ao governador Paulo Souto, é realmente um sujeito não fazer, não olhar do ponto de vista político uma questão assim, olhar muito mais o bem-estar do cidadão do que a questão política em si. Confesso assim total admiração pelo... Porque assim, pelo que vivemos na secretaria, não tenho nenhuma proximidade com ele, mas sei as condições que tivemos que operar e as condições foram às melhores possíveis.

JM – O APL do sisal...

EC – Aí você começa a misturar política com técnica e você começa a misturar discurso ideológico onde não cabe, por quê que não cabe? Será que a nossa ideologia, será que nos somos, nos éramos, da mesma ideologia que o governo federal? Eu acho que não, o governo federal era um governo mais voltado, digamos assim, de uma base mais de esquerda e nos fazíamos parte de um governo de mais de direita e os nossos projetos eram convergentes porque não era um problema ideológico, era um problema do quê que era melhor para Ciência e Tecnologia e a ruptura vem cheia de um discurso ideológico, cheio de não, tecnologia, negocio de para empresa, para empresa não, empresa é uma coisa ruim, vamos para o pequeno, isso é discurso, tá bom, tem sua legitimidade tem, mas depois quem vai pagar mais é o pequeno. Ele é o que vai pagar a conta mais. Enfim, eu acho que a partir desse momento começou a ter um discurso e deixou de ter política de ciência e tecnologia. Enquanto que eu acho que se você for falar assim sistema de ciência e tecnologia eu acho que ele não teve política de ciência e tecnologia nesse período. Eu acho que a FAPESB ela continuou rodando, não sei, sinceramente eu não tenho

acompanhado nem um pouco desde que eu saí do governo, mas a impressão é que a FAPESB continuou rodando os editais dela, então tem todo um processo em que a base vai se fortalecendo, tendo recurso ela vai, mas o que falta nisso tudo é direcionamento, que era o que se tinha, a partir de um determinado momento passou a ser agente dá bolsa, antes era assim, meu amigo você quer, vamos cada vez mais levar o pessoal o que é importante pro estado e não o que ele quer pesquisar, entendeu? Essa era um pouco da lógica, ou seja, não vamos **tolir** a criatividade, não vamos **tolir** nada, mas o nosso apoio mais forte era...

JM – Alinhar a pesquisa com o desenvolvimento do estado.

EC – Do estado, com resultado para a população. Então deixa de ser aquela coisa da pesquisa pela pesquisa, pela minha vontade de pesquisar, eu acho que é tão bacana esse negocio da Joaninha do Alaska, tá tudo bem, mas aqui mão dá para pesquisar a Joaninha do Alaska, também acho muito bacana, mas não dá, até o problema do sisal interessa muito mais, a produtividade da mamona interessa muito mais pra gente, então, eu não sei como a FAPESB está operacionalizando hoje isso, mas fico satisfeito só se ela estiver cumprindo o que ela vinha cumprindo rodando sem um a ruptura nisso, eu diria para você que eu já estaria satisfeito.

JM – Eu acho que o que houve, é uma opinião minha, essa... A indicação para a SECTI foi diferente para a FAPESB, como Rafael era totalmente integrado com Pauperio... mais envolvimento, hoje não tem mais isso.

EC – Eu diria para você infelizmente, né? É uma pena, foi uma penas porque eu acho que, é lógico que falaríamos muita coisa sem saber o mundo real ali, mas o que você percebe é que sai de uma estrutura profissional e que fazia política publica com p maiúsculo para uma estrutura amadora que faz política publica com p minúsculo. Que faz política com p minúscula, nem pública. Talvez, então, mas eu acho que tudo isso é meio complexo, né? Quando você vê uma equação de governo, o governador tem as motivações dele, eu não tenho duvida, o governador é uma pessoa muito séria, muito bem **centrada** então, certamente, ele acaba fazendo uma equação dessa e tem dificuldade de sair dela. Você vê que novamente o quê que acontece com a secretaria? Vai para uma equação política, agora vai para o PDT, ah vamos aproveitar esses 100 cargos aqui para atender o PDT. E a FAPESB porque temos uma eleição pela frente, então, eu não vou negar que talvez uma eleição seja algo mais importante do que uma secretaria de ciência e tecnologia porque você acredita que você tem uma visão futura que é melhor pro estado do que

outro, por isso você está disputando uma eleição. Então você tá dizendo assim, na equação toda eu tenho uma visão de política pública melhor do que o outro se tiver que sacrifica ciência e tecnologia aqui eu vou sacrificar, entendeu? Eu acho que passa, por outro lado, você vê que foi uma escolha técnica, foi uma pessoa com PHD, com pós-doutorado, e etc. qual a capacidade dele de operacionalizar uma política pública? Também não sei. Aí é só... Direito Administrativo você não aprende muito na academia e é muito difícil e é muito difícil.

JM – A outra pergunta é que avanços você percebe com relação ao período anterior. Tenta pontuar...

EC – Pra começar eu acho que tem um avanço número zero que é o principal de todos que é realmente você colocar isso num maior ou menor grau tá na agenda pública. Tá, o que eu quero dizer, antes era um apêndice da Secretaria de Planejamento, Tecnologia e Meio Ambiente hoje é uma secretaria e ninguém tá dizendo assim ah isso aqui não é trabalho, isso não tem importância.

JM – Então, autonomia, né?

EC – É, não, é... Ela existe, ela é autônoma, ela tem peso para existir, então pode os projetos não estarem andando, pode estar andando mal, andando bem, mas ninguém está negando que isso é algo importante, entendeu? Eu acho que isso foi o principal avanço, acho que esse foi o principal ganho que a secretaria trouxe, que esse trabalho trouxe. O avanço também é na hora que você coloca uma FAPESB rodando de uma forma em outro grau que foi o que aconteceu...

JM – A FAPESB já tinha sido idealizada no estado muito anterior, não é isso?

EC – É isso...

JM – No mesmo período em que a Secretaria é instituída...

EC – Não, um pouco antes, né? Vem com uma boa lei que garante bons recursos, então a FAPESB já foi uma sinalização importante.

JM – Foi um dos últimos ou foi o último?

EC – Não sei. A criação da Fundação?

JM – É.

EC – Não sei. Da secretaria também não sei. É porque você tem estruturas precárias em muitos estados, mas com menos recursos, você tem estados mais pobres do que a Bahia, mais pobres quando eu digo é no volume como um todo de recursos.

JM – Pernambuco, por exemplo? É mais pobre? Nesse sentido?

EC – Não.

JM – Porque a Fundação lá foi primeiro do que aqui na Bahia.

EC – Não sei. Eu até lembrava, hoje não lembro mais. Até sabia, mas hoje não lembro.

JM – Só para fazer um comparativo, né? Eu sei que...

EC – Demorou...

JM – Se não foi o ultimo, foi um dos últimos.

EC – Foi mesmo, mas eu acho assim, são duas sinalizações bacanas, quando você cria a FAPESB, sei lá, um ano e meio ou dois anos depois você cria a Secretaria. Aí você coloca a coisa em outro plano a ponto de podermos dizer não, hoje a FAPESB hoje tem repasses de recursos, é isso eu não sei como tá hoje, mas mesmo assim eu creio que tem um repasse muito significativo, se você comparar com outros estados eu não tenho duvida, que é um dos estados que mais repassa para a Fundação de Amparo a Pesquisa. Esse é o tipo da coisa que no mínimo você está criando mestres, doutores, no mínimo você está criando um capital social ali interessante, esse é o mínimo que você está fazendo. Então...

JM – Só não se sabe se esse Capital social vai permanecer no estado ou se vai devolver para o estado aquilo que o estado...

EC – Daí tem que fazer, assim como o parque tecnológico, na verdade até para ir capital social, capital financeiro e social de outros lugares, né?

JM – Porque, eu não sei se eu to enganada, mas aqui tem um perfil muito FAPESP, aconteceu muito na Bahia, não só a coisa formal e profissional, mas a preocupação é prender esse profissional no próprio estado, porque muitos desses profissionais qualificados iam devolver o que tinha aprendido em um estado em outro. Isso é um problema, né?

EC – É um problema, depende da dimensão dele. Não você tem razão, tem criar oportunidade para esse pessoal continuar e daí que caminha para o projeto do parque. O parque faz uma conexão entre a produção científica e a produção real do valor, ou seja, você tenta traduzir efetivamente todo um conjunto de conhecimento em resultados que justamente para sociedade, através das empresas, etc. Enfim, eu acho que esses foram dois saltos, ou seja, o salto todo foi na hora em que você diz assim, gente isso é importante. Eu acho que o retrocesso, o pequeno retrocesso essa aí é na hora que você diz assim, isso é importante mas dá para encaixar nessa

outra equação política aqui e aí descemos mais um degrau na hora que você diz assim, a FAPESB...

[FINAL DO DEPOIMENTO]

ANEXO I
JOÃO AUGUSTO
Diretor da APUB
(Entrevista revisada pelo entrevistado)

Entrevistado: João Augusto (JA)

Entrevistadores: Janúzia Mendes (JM)

Felipe Silva (FS)

Cidade da entrevista: Salvador

Data da entrevista: 17/09/2009

JA – Sou formado em engenharia civil pela Politécnica da UFBA, em 1972, com mestrado na COPPE/UFRJ, em 1976 e Doutorado na USP/São Carlos, em 1999. Ensinei na Universidade Federal da Paraíba, em Campina Grande, para onde fui, convidado por Itiro Lida, na gestão de Reitor de Lynaldo Cavalcante de Albuquerque. Voltei para a Bahia em 1980, para assumir uma vaga conquistada através de concurso (realizado em 1977), na Politécnica. No primeiro governo de Antonio Carlos Magalhães foi extinta a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, que foi a primeira fundação estadual de fomento à pesquisa científica do Brasil. Criada no final da gestão de Anísio Teixeira como Secretário da Educação e Saúde do Governo Otávio Mangabeira, em dezembro de 1950, a instalação da nossa fundação antecede em quase doze anos a da fundação congênere paulista, a FAPESP.

JM – Que é a gênese da FAPESB hoje, né?

JA – É a gênese da FAPESB, mas é curioso que Anísio conseguiu colocar a idéia da fundação na Constituição Baiana de 1947, em consonância com São Paulo. Ele e o secretário da educação de São Paulo conseguiram colocar nas respectivas constituições estaduais, pioneiramente, a vinculação de recursos da arrecadação tributária estadual para a fundação de apoio à pesquisa; esse percentual constitucionalmente assegurado é considerado a grande novidade das fundações estaduais, hoje. O conselho da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência era liderado por Tales de Azevedo, segundo ele conta no livro que organizei sobre Anísio Teixeira, editado em 2002 pela Biblioteca Básica Brasileira do Senado. Tales diz que Conselho possuía sete membros, que eram chamados os Sete Sábios da

Graça, por ser esse o bairro de Salvador onde a Fundação era sediada. Temos os Sete Sábios da Grécia, que eles parodiaram, um pouco imodestamente. Tenho uma relação de quase todos os trabalhos financiados pela antiga fundação, que estão listados numa revista de 1955, intitulada *Revista Técnica*.

JM – Daqui, não é?

JA – Sim. Foi lançada em 1943, na época da II Guerra, pelo Sindicato dos Engenheiros e Arquitetos da Bahia, sendo o título adquirido, mais tarde, pela Fundação.

JM – E onde é que eu acho?

JA – O número citado eu possuo, mas outros números, se você tiver sorte, pode encontrar na Biblioteca da Escola Politécnica, pois nela eu achei uma serie de exemplares fora de controle, jogados por lá. Chamei a atenção das bibliotecárias para o valor daquilo, pedindo-lhes para organizarem e colocarem no acervo, mas não sei se isso foi feito. Então, nessa Revista Técnica, num dos números de 1955 consta a lista dos projetos apoiados pela Fundação, até aquela data. Ali se constata que os grandes pesquisadores da Bahia foram todos agraciados com recursos para suas pesquisas. Daí, foi fundamental para o desenvolvimento científico baiano a ação de fomento da Fundação, embora tudo fosse bem diferente do que é hoje, sem essa mania de editais, como ocorre hoje na FAPESB.

JA – Pois é, como disse, a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, criada por Anísio Teixeira, foi extinta no governo de Antonio Carlos Magalhães, em meio a uma reestruturação, promovida por ele, sendo conveniente lembrar que, antes disso, o Governo Luiz Viana Filho (1967-1971) já havia criado a Secretaria de Ciência e Tecnologia (a primeira, em nosso país), cuja direção foi assumida por José Walter Bautista Vidal.

JM – Estive em Brasília semana passada, marquei com ele, que não tem e-mail, não tem celular, só me deu um telefone fixo e não me atendeu e eu dei a viagem perdida.

JA – Bautista tem uma memória muito importante, né?

Bom, é isso, estávamos em 75, em 74, eu não estava aqui na época, pois fazia pós-graduação na COPPE, daí não ter informações vivenciais sobre o período.

JM – Foi no Governo de Roberto Santos (1975-1979).

JA – Roberto Santos já, né? Mas eu não sei direito se Roberto Santos reavivou a Fundação, ou se deu continuidade, após o primeiro Governo ACM, ao que este tinha

feito. Segundo Doutora Eliane Azevedo, ela participou de um conselho, na área de ciência e tecnologia, no tempo do Governo Roberto Santos, mas não se lembra se era o da Fundação.

JM – Era uma subsecretaria.

JA – Então era uma subsecretaria, no Governo de Roberto Santos, não é?

JM – Subsecretaria.

FS – Existia um Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico, em 1969.

JM – Isso, depois a função Ciência e Tecnologia ficou vinculada sempre à SEPLANTEC. Só foi mudar isso agora em 2001, com a reabertura da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, ocorrendo a implementação da FAPESB.

JA – Antes da FAPESB, travamos a luta pela FAPEB, esse era, então, o nome. Conseguimos, durante o Governo Waldir Pires (1987-1989), a participação de representantes da comunidade científica na COMCITEC, que Amílcar Baiardi dirigia, com Jairo Simões à frente da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. Em 1988, foi aberto o processo de escolha de dois representantes da comunidade científica na COMCITEC. O principal motivo da nossa participação na COMCITEC era montar a base para a re-criação da Fundação. Então, para esquentar o processo de escolha dos dois representantes, convidamos o Professor Milton Santos para um evento que foi bastante participado, na Faculdade de Arquitetura, promovido pela SBPC (Secretaria Regional da SBPC) e APUB, que eram as entidades mais à frente do movimento. Os nomes escolhidos foram Zilton Andrade e Inaiá Carvalho. Eu entrei como suplente de Zilton Andrade, e Antonio Carlos Mascarenhas como suplente de Inaiá. O Professor Zilton não participava muito das reuniões, então eu fiquei bem envolvido com a COMCITEC. Nosso trabalho lá, por certo contribuiu para a mobilização da comunidade científica baiana, com vistas à criação da FAPEB. A participação de outras entidades, particularmente aquelas de natureza científica, foi crescendo, chegando a ter de 20 a 30 pessoas no Instituto de Física da UFBA, reunidas semanalmente, para trabalharmos as questões de ciência e tecnologia na Constituinte Estadual de 1989, mesmo depois, para organizar a proposta de estatuto da fundação de apoio e do conselho de ciência e tecnologia. Conseguimos colocar, ao final, toda a nossa proposta no corpo da Constituição Baiana de 1989, sem falar que já havíamos conseguido, ao nível nacional, colocar a Emenda Florestan Fernandes na Constituição Federal de 1988, que respaldava a possibilidade de recursos estaduais vinculados às constituições, para o financiamento das fundações

de apoio à pesquisa. Aqui na Bahia, o artigo 267, que previa a criação da FAPEB e do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, já consolidado, por conta de compromissos de todas as bancadas partidárias conosco, sofreu uma tentativa de retirada, por parte de parlamentares a serviço do Governo Waldir Pires, mas não deu certo, por conta de uma casualidade: os Deputados Luiz Nova e Fernando Daltro, permitiu que adentrássemos (eu e mais dois colegas, da SBPC e do CEPED) à sala onde estavam sendo ultimados os preparativos para a divulgação da versão final, que iria à votação, da Constituição. Por sorte, conseguimos desfazer a estranha manobra anti-ética, e o artigo 267 ficou na Constituição, exatamente da forma como a comunidade científica desejava. Logo Waldir Pires saiu e entrou o Vice Nilo Coelho, com quem foi possível termos bons avanços, mas, infelizmente, o seu governo terminou antes que a Assembléia Legislativa apreciasse a proposta de Estatuto, encaminhada pela nossa comissão de entidades. Com a volta de Antonio Carlos Magalhães (1991-1994) ao poder, depois disso nada mais se falou sobre o assunto, até que, Governo Cesar Borges (1999-2002), uma apressada reforma constitucional por ele promovida retirou de vez a Fundação e o Conselho da Constituição da Bahia.

Próximo a julho de 2001, quando se daria a Reunião Anual da SBPC, na Bahia, diante do fato de ser a Bahia um dos poucos estados que não tinham Fundação, a questão da criação voltou à tona, com a mudança nome para FAPESB, em moldes completamente diferentes da proposta FAPEB. Criada pela Lei nº 7.888, de 27 de agosto de 2001, a FAPESB foi criada sem mais a vinculação constitucional dos recursos para a sua manutenção. Parece que a mudança de nome teve o objetivo de desvincular a então nova entidade da memória da luta anterior, empreendida pela comunidade científica baiana. O Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, até agora, não está mais cogitado. Temos que ter o Conselho e a Fundação, dois órgãos de características diferentes, embora complementares. A Fundação é uma entidade de fomento e o Conselho é um órgão de formulação de políticas. A FAPESB deveria ser um órgão de fomento aos bons projetos de pesquisa para, com isso, contribuir para a oxigenação das linhas de pesquisa nas instituições que vão em busca do novo e de coisas mais criativas. Quando se fala hoje em inovação, eu observo que inovação não é só inovação tecnológica, é inovação científica também. Inovação científica surge desse clima que cumpriria à Fundação incentivar. Daí a pergunta: se por acaso Albert Einstein vivesse aqui, e fosse à FAPESB, pedir um

financiamento (supondo estarmos em 1905), em que editais ele poderia enquadrar suas pesquisas originais sobre que se embasam a Teoria da Relatividade, a Mecânica Estatística e a Física Quântica?

JM – É verdade.

JA – Você tem que ter esse tipo de apoio, para que floresça a liberdade de criação, que é de onde provém a verdadeira inovação tecnológica. Mas a Fundação não é isso. Inventaram essa moda de edital, tudo agora é edital, mas o mal do edital é que direciona. Ora, se é para direcionar, então quem deveria designar os temas, os pontos dos editais deveria ser o Conselho Estadual. O edital, sem um Conselho, é uma coisa inadequada.

JM – E esse Conselho seria formado por todos os representantes dos órgãos ligados a...

JA – É, a composição desse Conselho nos chegamos até a avançar, com proposta bem refletida, mas tudo isso foi esquecido...

JM – Porque o que acontece hoje é que os editais são formulados via Estado. O Estado acaba direcionando a pesquisa.

JA – É claro que a Fundação deve existir também para apoiar isso. Não sou tão radical, pois acho que deve ter uma parte de edital e outra parte de balcão. Antigamente, a FAPESP, a fundação de São Paulo, só financiava a forma de balcão, mas hoje ela já faz edital também, entendeu? O fato grave é que editais são direcionados; teria sentido que os editais fossem direcionados por uma política, mas não tem política, mesmo que fosse uma política imperfeita. Pior do que isso são grupos que dão tudo para estar na Fundação, ocupando espaços com o objetivo de definir editais com temas de seu interesse. Pra mim essa a deficiência da FAPESB, hoje. Louvo a qualidade da equipe, uma equipe tecnocrática importante, que organizou bastante bem as rotinas, que sabe ir atrás de recursos, mas essa parte política, para mim, precisa ser incorporada urgentemente.

JM – Porque a FAPESB é uma instituição ligada a SECTI, não é?

JA – É ligada à SECTI, mas não precisava. Na nossa concepção não precisava ser. Agora, menos mal seria se, mesmo ligada a SECTI, houvesse um Conselho no qual membros da comunidade, escolhidos via listas tríplexes, para a definição final do Governo, pudessem estar. A idéia que tínhamos era essa: mandavam-se a listas tríplexes e o governo escolheria, nessas listas, os nomes para o Conselho de Ciência, Tecnologia (e Inovação). Então, dava-se, ao mesmo tempo, liberdade do

governo escolher e liberdade para comunidade indicar os melhores nomes, entendeu?

JM – Ou seja, a FAPESB mudou a terminologia até para tirar aquela idéia inicial de quando vocês fundaram, FAPEB, né?

JA – É.

JM – E não foi criado esse Conselho, não é?

JA – É, não foi criado o Conselho.

JM – Só a FAPESB.

JA – Bom, então é mais ou menos a minha participação nisso aí, né? Eu na verdade não liderava isso, quem estava mais a frente era o Caio Castilho. Eu tinha uma inserção, mas não era tão grande quanto a dele, que era mais antigo, então eu era útil para o suporte político que uma liderança APUB poderia dar, entendeu? Estava ligado muito ao meio docente e como a maioria dos pesquisadores estavam ns UFBA, isso reforçava muito o trabalho de mobilização.

JM – Nós conversamos com ele.

JA – Com Caio, né?

JM – Caio e com...

JM – Eu queria perguntar ao senhor porque eu li que cada ano é definido o recurso...

JA – É.

JM – Na verdade, quando foi criada a atual Fundação, a FAPESB, ficou acertado, informalmente, que a cada ano seria acrescentado 0,1% da arrecadação tributária, começando de 0,6%, para chegar-se, gradualmente, em cinco anos, ao total de 1%. E o Lucchesi disse que terminou a gestão de Secretário com 1%. Acredito, só que, do jeito que está, qualquer Assembléia Legislativa que achar muito, pode retirar o que quiser do Orçamento, de um ano para outro.

JA – A gestão de Paulo Souto honrou esses compromissos, isso foi um acerto feito através de Cleilza Andrade, para que os recursos não entrassem de uma vez, porque senão iria sobrecarregar muito o orçamento. O Lucchesi manteve, até chegar o limite de 1%, mas não sei se está sendo mantido no Governo Jacques Wagner.

JM – Agora com mudança, porque mudou o secretário agora, não é?

JA – É.

JM – Mudou, agora tem 7 dias da posse dele, do secretário, será que a direção da FAPESB também vai ser mudada?

JA – Vai, com certeza.

JM – Mas vai ser indicação política também, do partido?

JA – Vai, eu estou acompanhando isso, o PDT irá indicar também a direção da FAPESB.

[FINAL DO DEPOIMENTO]

ANEXO J

Irundi Edelweiss

Trabalhou na Secretaria de Ciência e Tecnologia, fundada em 1969, a
convite de Bautista Vidal
(Entrevista revisada pelo entrevistado)

Entrevistado: Irundi Edelweiss (IE)

Entrevistadores: Janúzia Mendes (JM)

Felipe Silva (FS)

Érico Mineiro (EM)

Cidade da entrevista: Salvador

Data da entrevista: 11/03/2010

JM – Aí ele [Bautista Vidal] foi secretário da primeira secretaria, enquanto secretaria. O componente Ciência e Tecnologia tratado enquanto secretaria.

IE – Isso.

JM – Depois desse período, se não estou esquecendo nada...

IE – Fundiu com planejamento.

JM – Exatamente.

IE – Aí vem Mario Ketrz depois com Planejamento com Ciência e Tecnologia.

JM – E só em 2001 que Paulo Souto vem, novamente, com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, que é a que tem até hoje. Não só mais a C&T, mas sim C&T&I, Ciência, Tecnologia e Inovação. Eu queria que o senhor falasse um pouco desse período.

IE – Do período de Bautista?

JM – Do período de Bautista.

IE –. Eu conheci Bautista como estudante de engenharia. Ele foi meu professor de física na Politécnica e tinha acabado de chegar dos Estados Unidos onde ele fez o doutorado. Eu não sei se ele concluiu ou não, mas ele estava em Stanford, uma excelente faculdade, universidade da Califórnia, e nos conhecemos aí. Depois que me graduei fui fazer o mestrado na COPPE Era o segundo ou terceiro ano de

existência do mestrado de Engenharia Química da COPPE. Era o primeiro mestrado que estava acontecendo no Brasil, , você sabe o que é COPPE?

JM – Não.

IE – Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia. Ela tem essa sigla até hoje. Começou só com Engenharia Química, lá em 1963., Eu fui para lá em 65, comecei o mestrado, mas ganhei uma bolsa para ir para Califórnia, Berkeley. Aí fiz o mestrado lá em Engenharia Química. Voltei e trabalhei na concepção do Pólo Petroquímico junto com Rômulo Almeida, não sei se vocês estão familiarizados com essa pessoa e o processo de implantação do Pólo?

JM – Sim.

IE – Quando terminei aquele projeto, no qual eu fui um dos membros da equipe, eu não estava coordenando, aí Bautista me chamou. Ele estava na Secretaria de Ciência e Tecnologia, me chamou e eu fui trabalhar com ele e fiquei por um ano e pouco, até o fim do governo. Bautista é um visionário, um sonhador, tem uma capacidade enorme e quando foca bem num objetivo, é fantástico. Então naquela época, era uma época de Brasil grande, e se pensava que a implantação de Centros de Pesquisas Tecnológicas resolveria o problema de atraso no desenvolvimento do país. Essa era a visão do Governo Federal através da FINEP. A FINEP de então tinha a frente também uma pessoa extraordinária, José Pelúcio Ferreira, subordinado ao então Ministro do Planejamento, Luiz Paulo Veloso, que está vivo e, ao que sei, ainda faz trabalhos de consultoria.

JM – Aqui?

IE – Não, ele mora no Rio. É um cara muito respeitado, é economista. Então eles tiveram essa idéia de fazer um amplo programa de Ciência e Tecnologia no Brasil, porque o país estava muito atrasado nessa área.

E – Reis Veloso.

IE – Isso, Reis Veloso. Nos chamávamos de Reis Veloso. Eles tiveram essa idéia de ressuscitar e fortalecer universidades e implantar Centros de Pesquisas Tecnológicas, cujo agente financeiro principal era a FINEP. Assim foi implantada a COPPE, inicialmente, com o primeiro curso de Mestrado no Brasil, em Engenharia Química. . Para ser um pouco mais preciso, isso ocorreu em 1965 . Alguns anos mais tarde, Bautista Vidal, em 68 ou 69, deu sequência a essa idéia, com o projeto de um Centro de Pesquisas na Bahia, o CEPED.. Acreditava-se que as universidades tinham produtos em prateleira, com resultados que poderiam ser

transferidos para setores de produção. Assim, os Centros de Pesquisas seriam, além de atores na geração de tecnologias, complementares às universidades, na medida em que se tornassem facilitadores da transferência de conhecimentos para o setor produtivo. Então surgiram daí vários Centros espalhados pelo Brasil: eu no Rio Grande do Sul, o CIERGS no Paraná, creio que o CEPAR, o IPT de São Paulo foi reforçado, era o único que existia em boas condições de operação na época, saiu o de Minas, o daqui da Bahia, o CEPED, além de outras iniciativas em Pernambuco e Ceará, porém de forma menos estruturada.. Eram todos Centros de Pesquisas Industriais, e havia bastante dinheiro, uma vez que eram uma prioridade nacional. Aí Bautista aproveitou essa oportunidade e deu início ao planejamento do CEPED, o Centro de Pesquisa da Bahia. Surgiram assim, como disse, vários Centros, mas o da Bahia poderia não ter surgido, se não existisse um Bautista Vidal. Ele planejou e eu tive a satisfação de participar da concepção desse projeto.

JM – Foi no âmbito da Secretaria?

IE – Dentro da Secretaria. Assim foi em todos os Estados mencionados, em todos eles os Centros de Pesquisas eram dos Governos estaduais apoiados pelo Governo Federal e financiamento do BID. O projeto do CEPED foi concluído ainda no governo Luis Viana Filho. O Governo seguinte, de Antonio Carlos Magalhães, não se mostrou inicialmente muito favorável à idéia, e o projeto entrou em hibernação por 2 anos. **IE** – Havia essa preocupação com a concepção de Centros de Pesquisas voltados para o mercado?

IE – Sim, eram Centros de Pesquisas Industriais, e a idéia era transferir resultados para o setor produtivo. Mario Kertz era o Secretario de Planejamento, Ciência e Tecnologia. Só que dois anos depois, no governo de Antonio Carlos, saiu o financiamento do BID, pleito encaminhado pelo Governo de Luis Viana. o negocio rodou a revelia, então dois anos depois saiu o financiamento e Antonio Carlos teve que fazer alguma coisa. E assim o CEPED saiu do papel e ganhou forma. Vocês já visitaram o CEPED, é muito grande. O CEPED agora está dentro da UNEB.

IE – Bautista a essa altura tinha ido para Brasília. Lá ele virou Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério de Indústria e Comércio. Para complementar esses feitos dele, ele criou aí o programa do álcool. O programa do álcool do Brasil foi uma coisa da cabeça de Bautista. Porque a conta petróleo do Brasil naquele tempo era um absurdo, praticamente se você somasse quanto o Brasil importava de petróleo ao longo dos anos mais recentes, o total era do tamanho da dívida externa

brasileira. Então o petróleo era um grande item, vamos dizer, malfeitor da dependência externa brasileira. Para viabilizar o Programa do Alcool, Bautista, teve vários problemas, como o que fazer com o bagaço e o vinhático para não ser jogado nos rios. Então isso tudo eram coisas negativas em relação ao programa do álcool. Por outro lado, os carros também traziam problemas colossais de manutenção e de logística na distribuição do combustível.. Quando ele [Bautista] saiu do ministério, o programa deu uma esfriada e depois pegou de novo

Voltando ao CEPED, quando o financiamento saiu fui convidado para dirigir o CEPED, isso em 1973. . O CEPED saiu, como eu disse, em 1973, O projeto todo estabelecia a construção de vários prédios, acho que cada prédio tinha 15 metros de largura por 40 de comprimento, para se ter uma idéia, eram 10 prédios desses, a maioria era para acomodar plantas-piloto, outros para áreas administrativa e laboratórios. E na inauguração, eu estou fazendo esse parêntese, não sei se estou falando demais, mas na inauguração do CEPED veio uma das frases que eu não me canso de repetir, porque eu nunca vi uma pessoa com uma visão tão clara das coisas. Era um tempo em que essa dívida externa brasileira fragilizava o país, e Simonsen, Mario Henrique Simonsen,, que era o Ministro da Fazenda e na época ele disse: *O Brasil não agüenta com dois metrô, eram o do Rio e o de São Paulo, e uma Itaipu*, de forma que os recursos para a construção dos Centros de Pesquisa representavam um grande esforço. Na época, também estava em construção o Pólo Petroquímico. O General Geisel era o presidente do Brasil e ele veio para a inauguração do CEPED em 1975. por opção dele entre outras que ocorriam naquele momento no Estado. O presidente Geisel tinha uma noção da importância dessa área, e no dia da inauguração, após as cerimônias formais, ele chegou até nós diretores e falou, provavelmente sentindo o peso da responsabilidade dele e a importância dos recursos, *aqui foram investidos muitos recursos, uma parcela importante de dinheiro da nação, eu tenho dúvidas*, e o CEPED já tinha alguns resultados concretos para mostrar, na área de frutos tropicais, eram coisas incipientes, pois só tínhamos dois anos de operação, e cotinuou *eu tenho dúvidas se vai dar certo, vocês têm uma responsabilidade muito grande*, aí eu perguntei: *por que presidente?* Aí ele disse: *porque vocês não têm uma boa universidade aqui*.

JM – Ele se referia a UFBA?

IE – Não, ao Nordeste de maneira geral. E o CEPED, foi considerado um caso de sucesso, mas com uma equipe de pesquisadores estrangeiros, em grande parte,

além de alguns nomes nacionais importantes. Na área de frutos tropicais a **FAO** mandou para cá uma equipe de uns 10 doutores junto a quem agregamos jovens brasileiros com mestrado. Na área de minérios e petroquímica, também trouxemos profissionais de reconhecida qualificação e isso possibilitou o sucesso inicial do CEPED. Toda a tecnologia na concentração de minério de cobre da Caraíba Metais foi feita no CEPED. Isso a custos elevados. A idéia era pegar esses figurões e botar a juventude junto aprender com eles Mas esse processo é lento, não tínhamos peças de reposição em quantidade e qualidade desejáveis. .

FS – O CEPED vinha funcionando antes da inauguração?

IE – Vinha, mas muito precariamente, fazendo alguns ensaios tecnológicos.

FS – Funcionava desde 69 ou 71, não é?

IE – Tinha um instituto aqui, tipo o IPT, Instituto Tecnológico da Bahia, mas que só fazia ensaios de cerâmica e algumas análises químicas, então era muito pouco. Em 73 começou mesmo, chegou gente de fora e começou-se a dar esse cunho de desenvolver tecnologias que pudessem ser transferidas para empresas a partir desses...

JM – Então a concepção do CEPED nasce na secretaria com Bautista?

IE – Sim, com Bautista, se bem que na mesma época surgiu um no Rio Grande do Sul, no Paraná e Minas, então você não pode dizer foi Bautista, eu diria aí até que foi Pelúcio, mas aconteceu o da Bahia por causa de Bautista.

FS – Você falou na linha cronológica dos governantes, quando chegou Roberto Santos com o subsecretário Rogério Vargens houve algum apoio?

IE – Rogério Vargens não fez grande diferença para o CEPED.

FS – O governo não ajudou?

IE – A ajuda do Governo Estadual sempre foi fundamental, sobretudo no período inicial. O Governador Roberto Santos deu um apoio grande, , ele deu o apoio necessário. . Eu acho que cometemos muitos erros, o principal mesmo, foi achar que prédio resolve, que equipamentos resolvem, dessa crença eu me afastei definitivamente. Me dê um galpão , uma biboca qualquer, e coloque nele um cérebro bom para trabalhar, é o que basta. Agora me dê um prédio luxuoso e me dê inteligências limitadas , não sai nada. A partir de 1980, perdemos as principais cabeças, eu saí nessa época, era o segundo governo de Antonio Carlos, e o apoio começou a faltar havia um desgaste político sobretudo com os salários, que saiam do padrão salarial do Estado e começou a ficar muito difícil preencher as antigas

aspirações , tomei um chute na canela por conta disso, aí eu fui me embora. E a partir de 1980, talvez 1981, foi ladeira abaixo, tinha prédio, mas não tinha mais gente e não tinha peça de reposição. Isso funciona se você tivesse uma super universidade. Funciona aonde? Na Califórnia, porque você tem Stanford, tem Berkeley, tem universidades fantásticas.

JM – Aqui no Brasil tem um parque tecnológico em Santa Catarina, não é?

IE – Funciona lá junto do MIT e Harvard porque tem um eixo extraordinário, lá funcionaria.

E – Geisel continua certo?

IE – Acho que continua certo. A razão pela qual as universidades americanas têm esse nível de excelência é porque você quase que não tem a vitaliciedade. Você não tem essa estabilidade. Se você deixou de produzir se sua criatividade desapareceu, se você não dá boas aulas, adeus.. praticamos isso com rigor no futebol, você toda hora está trocando um medíocre por cara que é melhor. Se um jogador de futebol equivalente a Pelé aparecer e disser: *eu quero jogar no seu time*. Você diz: *alguém vai sair, eu quero Pelé*. No ensino público brasileiro você não tem isso., Se ocorrem maus professores, no ensino primário, secundário ou nas universidades ele lá permanece, se quiser, ue é a grande praga brasileira. Sobretudo no interior, onde o professor semi-analfabeto, continua ensinando., você não pode botar para fora. É um processo horrível. Quem elege os reitores nas Universidades públicas são os professores e funcionários. Veja se em Harvard um funcionário vai eleger o reitor de Harvard, jamais, quem elege são os professores, que são seus pares ou um Conselho formado por pessoas altamente qualificadas e comprometidas com a melhoria do ensino e das pesquisas. e.

JM – O CEPED dava, então, mais suporte ao Pólo?

IE – Não, o CEPED tinha alguns programas, o mais forte era o de tecnologia mineral, dava todo um suporte a Caraíba, que era a empresa de produção de cobre, que veio a surgir mais tarde parcialmente com tecnologia nossa. Concentração de minério, seleção para tecnologia para metalurgia e um programa de alimentos muito forte. Esses eram os principais programas do CEPED. Mas esse [programa de alimentos] nunca foi para frente, quer dizer, obteve sucesso em introduzir variedades, tipo mamão papaia e a manga lá do vale do São Francisco, , mas o objetivo fundamental que era transferir tecnologia para a industrialização, não obteve sucesso, porque nós não somos muito exigentes em qualidade. ui diretor do CNPq

alguns anos mais tarde, e tentei e consegui com o apoio do Pólo introduzir na Bahia o primeiro mestrado, foi na Politécnica, de novo, imitando a COPPE, em Engenharia Química. Foi o primeiro mestrado da Universidade Federal da Bahia. Isto foi feito em 1986. O Pólo tinha no COFIC, a associação das empresas de Camaçari, uma espécie de condomínio, e aí conseguimos a aprovação para apoiar os cursos de Mestrado em Engenharia Química e um reforço ao que já existia na Química. Isso foi feito junto com a Unicamp. Então vieram professores da Unicamp, no início era Sandwich e vários professores de engenharia química, fizeram o doutorado. Poré por alguma razão, algumas das melhores cabeças não voltaram.

JM – Não voltaram.

IE – Em momentos assim faz-se necessário um 'Bautista'. Como é que a Unicamp foi criada? O governo de São Paulo pegou Zeferino Vaz, era um Bautista da vida, que tinha uma cabeça fantástica, e deu-lhe autonomia e recursos para repatriar alguns dos melhores pesquisadores brasileiros que haviam se transferido para o exterior. Então ele montou a Unicamp que se tornaria a melhor universidade do Brasil. Com a estabilidade do profissional de ensino a tendência é de que a qualidade caia com o passar dos anos. Essa dinâmica de renovação e da busca pelas melhores cabeças é que faz das Universidades americanas as melhores do mundo..

FS – Hoje o senhor acha que seria necessário um Centro de Pesquisa?

IE – Eu começava pela universidade, eu ia tentar montar, isso é politicamente difícil, uma universidade de excelência, tentar catar cérebros excepcionais, que aparecem em Campina Grande e no interior da Bahia, e montar essa universidade. Agora, não pode ter estabilidade. Se ele não for bom o suficiente, e você não puder substituí-lo você ficará impedido de contratar um Pelé quando ele aparecer.

[FIM DO DEPOIMENTO]

ANEXO K
PAULO SOUTO
Ex-governador da Bahia
(Entrevista revisada pelo entrevistado)

Entrevistado: Paulo Souto (PS)

Entrevistadores: Janúzia Mendes (JM)

Felipe Silva (FS)

Érico Mineiro (EM)

Cidade da entrevista: Salvador

Data da entrevista: 19/05/2010

JM – Qual foi a sua motivação para dar status de secretaria ao componente ciência e tecnologia?

PS – Olha, isso passou por uma reestruturação que não foi apenas nesse ponto mas, o ponto de partida foi a própria secretaria de planejamento, ciência e tecnologia. Você tinha na secretaria de planejamento funções que sobrecarregavam muito a secretaria que tiravam o foco dela do seu objetivo principal que é realmente fazer um planejamento estratégico para o Estado. Então, estavam nessa área, por exemplo, o meio ambiente e, tava nessa área a parte de ciência e tecnologia. Então, o partido nosso foi realmente enxugar a secretaria de planejamento no sentido de que ela pudesse está mais focada no seu objeto principal, a função recursos hídricos ficou numa secretaria junto com meio ambiente e, já tava passando da hora da gente ter também uma secretaria mais especificadamente voltada para ciência e tecnologia. É verdade que a gente tinha uma fundação mas, uma fundação que era a FAPESB, que era vinculada a secretaria de ciência e tecnologia e, com isso, na verdade, você tinha uma entidade que era teoricamente, uma entidade que era executora de uma política de ciência e tecnologia e, na verdade, faltava uma política de ciência e tecnologia que pudesse ser estruturada num nível de secretaria de estado. Então, isso aí é mais de natureza estrutural. Eu particularmente não sou da opinião que a forma de você dar ênfase a um determinado setor é criar uma secretaria, não é isso!! Mas, é evidente que uma área como ciência e tecnologia e

inovação, como ela foi estruturada, era fundamental para que isso não ficasse, por exemplo, sendo feita por uma entidade que era uma entidade executora e que às vezes não tinha as condições ideais para um planejamento nessa área que estivesse integrado ao planejamento das outras áreas do estado. Então, a idéia básica foi essa, reconhecendo a necessidade que nós tínhamos de centrar esforços para ter uma política mais estruturada de ciência e tecnologia voltada, principalmente e, esse ponto é fundamental, porque você não podia atuar na área de ciência e tecnologia como uma chamada política de balcão que recebe demandas de todos os setores, você tinha, na verdade, pelo menos uma grande parte desses projetos focalizarem aspectos importantes dentro do planejamento global do estado. Em que é que nós precisamos, eventualmente, centrarmos os nossos esforços no desenvolvimento de tecnologias para o desenvolvimento do estado, para o desenvolvimento de determinadas regiões? Então, a secretaria de ciência e tecnologia teria, por estar num status de secretaria de estado, teria uma interlocução com as demais áreas para poder fazer um planejamento tanto quanto possível dos principais objetivos do estado nessa área.

JM – A FAPESB foi criada um pouco antes da SECTI?

PS - Foi.

JM – O estado da Bahia foi um dos estados que mais demorou para criar sua fundação, não foi?

PS - Foi. Acho que nós fizemos isso no momento que foi possível garantir recursos para o setor. Foi feita uma política de gradação. Começando com 0,6% do orçamento tributário do estado até atingir 1%, que é o que está hoje. Por que senão não adianta, pois se você começa a criar muitas estruturas sem ter os recursos, isso acontece, por exemplo, em estruturas que tem um enorme número de secretarias que você acaba imobilizando recursos para atividade meio e faltando recursos para o objetivo principal que é, realmente, financiar pesquisa, tecnologia e inovações. Então, acho que, realmente, houve uma certa demora e no momento que o estado sentiu que tinha condições, enfim, concretas, de dedicar uma parte do seu orçamento para essa área. É preciso entender que, antes mesmo da criação da própria FAPESB já existia atividades de pesquisa, um pouco espalhadas por vários outros órgãos do estado, tanto assim que um levantamento que a secretaria fez, por exemplo, com relação à aplicação de recursos de pesquisa na Bahia, deixou a Bahia numa posição muito favorável, porque nós tínhamos, por exemplo, pesquisa na área

agrícola, tinha muita pesquisa, por exemplo, na área mineral que sempre foi feita pela Secretaria de Minas e Energia. Então, já existiam, setorialmente, atividades de pesquisa mas, sem realmente uma estruturação, um foco de integração dessas atividades na política global de desenvolvimento do estado.

JM – Qual a sua motivação para indicar o Rafael Luchese para a SECTI?

PS - A Cleilza continuou por um período na FAPESB. É natural isso. Você tinha uma fundação que trabalhava mais ou menos livre, sem ter uma, enfim, uma integração maior com a secretaria, né? No momento que veio a secretaria, que tinha a responsabilidade de fazer essa política é natural isso na administração pública e existiram algumas dificuldades de percepção e foi feita uma outra indicação com esse objetivo criar, realmente, uma integração, não que concorrecem, não que disputassem o poder mas que pudessem atender esse objetivo que nós tínhamos.

JM – O senhor acha que o Parque Tecnológico foi um dos grandes projetos da SECTI, no seu governo?

PS - Foi e ainda é. O Parque Tecnológico não veio para substituir o CEPED. O CEPED é uma estrutura basicamente estatal que fazia pesquisa num determinado momento, que ampliou, abriu muito essas atividades, passou a ser também, por dificuldades de sobrevivência, uma área até de prestação de serviços e perdeu muito da sua finalidade e que acabou se esvaindo. O Parque tem outro objetivo. O Parque quer, vamos supor, atrair empresas de bases tecnológicas, lá podem estar, inclusive empresas de bases estatais, mas não tem nenhuma função de substituir o CEPED, o objetivo dele é outro, o que a gente quer é, realmente, criar aqui um núcleo de empresas de base tecnológica em algumas áreas que estão aí e que foram, desde o princípio, bem estabelecidas dentro do planejamento do Parque para que o estado possa avançar nessa área.

JM – E fortalecer a interação da pesquisa nas universidades com o mercado?

PS – Isso. Eu acho que isso é uma função importante dele. Eu acho que isso tem que ser, realmente, um trabalho que envolva todos, que funcionem em rede. A idéia de ter uma área física é essencial, por exemplo, pois essas empresas, geralmente, querem trabalhar num ambiente um pouco diferenciado, etc, mas o essencial, além dessa coisa de natureza física é que isso seja um instrumento importante que criem essa rede de pesquisadores, etc, envolvidos nessa área.

JM – Pois bem, o senhor poderia resumir qual foi a principal motivação para dar status de secretaria ao componente C&T na Bahia?

PS – Foi a necessidade do estado de criar um núcleo importante de desenvolvimento dessa área. Então, por isso mesmo, nós queríamos que tivesse uma estrutura exclusivamente voltada pra isso, não era natural que nesse momento com esse plano mais ambicioso tivesse ainda na SEPLAN. Então, isso foi uma decorrência dessa decisão política de melhorar, vamos dizer, o poder de participação do estado nessa área.

JM – E levar, com isso, ciência e tecnologia para as outras áreas, não é?

PS – É. Eu acho que a interlocução a partir da secretaria de ciência e tecnologia melhorou muito a interlocução do estado com todos os setores, com as universidades, com os centros de pesquisas, com as empresas que tinham projetos nessa área porque a secretaria, pela essência dela, é um órgão de traçar políticas e isso é importante, não que a gente queira voltar aqui a um papel da chamada “centralização”, a secretaria não foi feita para ter a hegemonia da política de ciência e tecnologia, ela apenas quer, do ponto de vista do plano de desenvolvimento do estado, das nossas necessidades, ela quer demonstrar a todos esses atores que estão aí quais são aqueles setores que o estado considera mais importantes. Ela não tem a última opinião sobre isso mas ela quer ter também uma participação e quer dizer qual é a diretriz que ela acha mais razoável para o estado.

JM – Então ela tem um papel transversal no estado, não é?

PS – Tem que ser não é? Essa é uma outra coisa que, muitas vezes, essas estruturas estanques de secretarias, que são feitas com esse objetivo, elas podem criar certos tipos de dificuldades. Então, embora uma secretaria de ciência e tecnologia, em sua origem tem esse fundamento mas, na verdade, o desenvolvimento científico e tecnológico está em todos os setores, tá na área industrial, tá na área agrícola, tá, enfim, em todas essas áreas da própria produção.

[FINAL DO DEPOIMENTO]

